

revista **hydra**

Dossiê História do Tempo no Brasil

Volume 2
Número 4
Julho de 2018

EXPEDIENTE

Revista Hydra é uma publicação acadêmica semestral, Capes B5, com avaliação cega por pares, produzida por iniciativa dos estudantes do Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e que aceita artigos originais, resenhas e notas de pesquisa.

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Secretaria de Pós-Graduação
A/C: Conselho Editorial da Revista Hydra
Estrada do Caminho Velho, 333 - Bairro dos Pimentas,
Guarulhos/SP - CEP: 07252-312
E-mail: revistahydra@unifesp.br
Homepage: <http://hydra.sites.unifesp.br>

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da EFLCH/Unifesp

Revista Hydra (recurso eletrônico) / Universidade Federal de São Paulo.
Programa de Pós-Graduação em História. Vol. 2, n.4 (jul. 2018)
Dados eletrônicos. – São Paulo: Ed. Unifesp, 2018.

Semestral a partir de março de 2016.
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.
Modo de acesso: World Wide Web: <http://hydra.sites.unifesp.br>

ISSN: 2447-942X

1.História. I. Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Reitora: Soraya Soubhi Smali
Vice-Reitor: Nelson Sass

ESCOLA DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Magali Aparecida Silvestre
Vice-Diretor: Janes Jorge

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenadora: Andréa Slemian
Vice Coordenadora: Mariana Martins Villaça

CONSELHO EDITORIAL

Editor-chefe: Felipe Garcia de Oliveira
Vice-editora: Bruna Valença Mallorga

André Santoro Fernandes
Amanda da Silva Brito
Bruna Prudêncio Teixeira
Claudia de Andrade de Rezende
Geraldo Rosolen Junior
Dayanne Luz das Neves
Igor Luis Seemann
Jorge Edson Paiva Gonçalves da Silva
Lorrane Campos Rodrigues
Michele Aparecida Siqueira Dias
Otávio Gentil dos Santos
Rafael Conti
Rafaela Cristina Avelar
Raissa Campos Marcondes
Samuel Rocha Ferreira

CONSELHO PERMANENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Alexandre Pianelli Godoy
Ana Lúcia Lana Nemi
André Roberto de Arruda Machado
Andréa Slemian
Antônio Simpício de Almeida Neto
Bruno Guilherme Feitler
Clifford Andrew Welch
Denilson Botelho de Deus
Edilene Teresinha Toledo
Fabiano Fernandes
Fábio Franzini
Fernando Atique
Gilberto da Silva Francisco

Glaydson José da Silva
Jaime Rodrigues
Janes Jorge
Luigi Biondi
José Carlos Vilardaga
Luis Antonio Coelho Ferla
Luís Filipe Silvério Lima
Maria Luiza Ferreira de Oliveira
Maria Rita de Almeida Toledo
Mariana Martins Villaça
Odair da Cruz Paiva
Patrícia Teixeira Santos
Rafael Ruiz Gonzalez
Rossana Alves Baptista Pinheiro
Wilma Peres Costa

CONSELHO CONSULTIVO

Adalberto Coutinho de Araújo Neto (IFSP)
Adriano Duarte (UFSC)
Aldrin de Moura Figueiredo (UFPA)
Alexandre Fortes (UFRRJ)
Alírio Carvalho Cardozo (UFMA)
Altemar da Costa Muniz (UECE)
Álvaro Pereira do Nascimento (UFRRJ)
Ana Lúcia Araújo (Howard University -
Washington DC)
Ana Paula Palamartchuk (UFAL)
André Rosemberg (PUC-SP)
Antonio Luigi Negro (UFBA)
Carlo Maurizio Romani (UNIRIO)
Carlos Zacarias F. de Sena Junior (UFBA)
Celso Thomas Castilho (Vanderbilt University)
Claudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF)
Cláudia Moraes de Souza (UNIFESP)
Cláudio Henrique de Morais Batalha
(UNICAMP)
Cristina Meneguello (UNICAMP)
Dainis Karepovs (CEMAP/INTERLUDIUM)
Endrica Geraldo (UNILA)
Everaldo de Oliveira Andrade (USP)
Enrique Serra Padrós (UFRGS)
Fabiane Popinigis (UFRRJ)
Fábio Duarte Joly (UFOP)
Fabrício Lyrio Santos (UFRB)
Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)
Fernando Teixeira da Silva (UNICAMP)
Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)
François Dosse (IHTP/CNRS - França)
Henrique Espada Lima Filho (UFSC)
Isabel Cristina Martins Guillen (UFPE)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP)
 Jean Rodrigues Sales (UFRRJ)
 João Paulo Garrido Pimenta (USP)
 José Alves de Freitas Neto (UNICAMP)
 Josianne Francia Cerasoli (UNICAMP)
 Júlio César Zorzenon Costa (UNIFESP)
 Keila Grinberg (UniRio)
 Leandro Antônio de Almeida (UFRB)
 Leandro Karnal (UNICAMP)
 Leonardo Affonso Miranda Pereira (PUC-RJ)
 Manoela Rossinetti Rufinoni (UNIFESP)
 Manuel Vicente de Sousa Lima Loff
 (Universidade do Porto - Portugal)
 Marcelo Balaban (UnB)
 Marcelo Cheche Galves (UEMA)
 Marcelo Mac Cord (UFF)
 Márcia Maria Menendes Motta (UFF)
 Marco Antonio Silveira (UFOP)
 Marcos Luiz Bretas da Fonseca (UFRJ)
 Marcus Rediker (University of Pittsburgh)
 Maria Cristina Cortez Wissenbach (USP)
 Maria de Deus Beites Manso (Universidade de
 Évora - Portugal)
 Mariana Joffily (UDESC)
 Marina Regis Cavicchioli (UFBA)
 Marta Denise de Rosa Jardim (UNIFESP)
 Murilo Leal Pereira Neto (UNIFESP)
 Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
 Paula Ferreira Vermeersch (UNESP)
 Paulo Roberto Ribeiro Fontes (FGV)
 Rafael Ivan Chamboleyron (UFPA)
 Raimundo Nonato Pereira Moreira (UNEB)
 Regina Helena Martins de Faria (UFMA)
 Renata Senna Garraffoni (UFPR)
 Robert Sean Purdy (USP)
 Rodrigo Medina Zagni (UNIFESP)
 Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
 Samuel Fernando de Souza (DIEESE)
 Silvia Hunold Lara (UNICAMP)
 Solange Pereira da Rocha (UFPB)
 Stella Maris Scatena Franco Vilardaga (USP)
 Susel Oliveira da Rosa (UFPB)
 Thiago Leandro Vieira Cavalcante (UFGD)
 Virginia Maria Gomes De Mattos Fontes (UFF)
 Vitor Marcos Gregório (IFPR)
 Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (UFBA)
 Yllan de Mattos Oliveira (UNESP)

COLABORARAM COM ESTE NÚMERO

Adalberto Coutinho de Araújo Neto (IFSP)

Ailton Pereira Morila (UFES)
 Ana Lucia Lana Nemi (Unifesp)
 André Luiz da Motta Silva
 André Roberto de Arruda Machado (Unifesp)
 Andréa Slemian (Unifesp)
 Ângela Maria Vieira Domingues (IICT- Portugal)
 Anita de Souza Lazarim
 Arthur Roberto Germano Santos (UFRR)
 Bruno de Oliveira Mastrantonio (Unifesp)
 Camilla de Freitas Macedo (Universidad del
 País Vasco – Espanha)
 Carlos Malagutti
 Carlos Roberto Figueiredo Nogueira (USP)
 César Ricardo Simoni Santos (USP)
 Edilene Teresinha Toledo (Unifesp)
 Felipe de Moura Garrido (UFMG)
 Fernanda Sposito (Unifesp)
 Gabriela de Oliveira Nery Costa (Unicamp)
 Geise Targa de Souza (Unifesp)
 Glaydson José da Silva (Unifesp)
 Guilherme Vieira
 Gustavo Velloso (USP)
 Ione Castilho (UFMT)
 Isadora Remundini
 Ismara Izepe de Souza (Unifesp)
 Jefferson Cano (Unicamp)
 João Batista Teófilo Silva (UFMG)
 Joao Paulo Peixoto Costa (USP)
 Larissa Rosa Correa (PUC-RJ)
 Magali Gouveia Engel (UERJ)
 Marcio Henrique Bertazi (USP)
 Maria Clara Spada de Castro (UFRR)
 Martha Victor Vieira (UFT)
 Michelle Carolina de Britto
 Myriam Paula Barbosa Pires Gouvea
 Odair da Cruz Paiva (Unifesp)
 Paula de Castro Broda
 Paulo Roberto Teixeira de Godoy (UNESP)
 Renata Geraissati Castro de Almeida
 (Unicamp)
 Renata Senna Garraffoni (UFPR)
 Soraya Matos de Freitas (UERJ)
 Valéria dos Santos Guimarães (UNESP)

CAPA E EDITORAÇÃO

Otávio Gentil dos Santos

APOIO



EDITORIAL

Criada com o intuito de estabelecer um espaço importante de reflexão e divulgação da produção do conhecimento histórico e suas humanidades dentro dos mais diversos e distintos marcos temporais e espaciais, como remete às múltiplas cabeças do animal mitológico Hidra. A Revista Hydra, pensada e realizada coletivamente em 2016 pelos discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, vem a público com mais uma edição.

Nosso último número foi lançado em junho de 2017 por conta das diversas dificuldades que uma revista acadêmica passa para se manter, principalmente um periódico discente. Nesse meio tempo, o conselho editorial passou por profundas mudanças e, atualmente, conta com estudantes da pós-graduação do primeiro ao último ano do mestrado.

Para esta edição estabelecemos parceria com o Professor Doutor João Paulo Garrido Pimenta (USP) que ministrou a disciplina “História social do tempo” para os alunos da graduação em História na Universidade de São Paulo. A partir da proposta apresentada por ele, o conselho editorial decidiu organizar um dossiê temático com o intuito de refletir acerca da “História do tempo no Brasil”. Neste sentido, a ideia do dossiê é analisar o tempo e suas distintas concepções e noções como objeto de estudo da História que, enquanto construção social, possui historicidade. Em decorrência da parceria estabelecida com Pimenta, este dossiê apresenta, em caráter excepcional, artigos de alunos de graduação que participaram da disciplina ministrada pelo professor, igualmente conta com textos de autores que não participaram na disciplina. Como se verá pelo texto de apresentação do Dossiê, escrito por Pimenta, os artigos abordam diferentes temporalidades e espaços históricos, demonstrando a riqueza da temática para a historiografia.

Este número conta com a seção de artigos livre abrangendo um leque diverso de assuntos. O texto de Gabriela Isbaes nos apresenta “A beleza aristocrática na Pompéia Romana por meio das pinturas parietais”. Juliana Marques do Nascimento, por sua vez, nos brinda com um texto sobre “Fases de memória e sítios de consciência: disputas sobre a ditadura civil-militar (1985-2017)”. Gabriel Duarte Costaguta e Daniel Machado Bruno igualmente nos fazem refletir sobre política em “Herança autoritária e a ‘estadania’: o Estado brasileiro, a ‘questão social’ e o horizonte do possível de uma agenda progressista nacional”.

Outra seção importante para a reflexão das pesquisas que estão se desenvolvendo nas universidades é a destinada às “Notas de Pesquisa”. Nesta edição contamos com uma dose de textos do período colonial, campo que permite inúmeras possibilidades de estudos. Juan Pablo Isoton de Santana apresenta os resultados de sua pesquisa “Entre o demônio e a Divina Providência: o sobrenatural nas relações sociais nas crônicas jesuíticas (Vice-Reino do Peru, séculos XVII e XVIII)”. Raylane Ramos Gomes aborda a relação de concubinato na

escravidão em “‘Vivendo em pecado’: concubinato de escravos no maranhão colonial”. Bruno César Pereira ressalta a riqueza de temas ainda a serem mais bem explorados para a compreensão da complexidade do império português em “Os militares de El'Rey: um estudo das tropas militares presentes na Capitania da África Oriental Portuguesa no último quartel do século XVIII”.

Por fim, somos agraciados com a resenha de um importante livro para as humanidades. A resenha de Richard Kennedy Nascimento Candido sobre o livro “Mulheres, classe e raça”, de Angela Davis, aborda questões pertinentes no que diz respeito à interseccionalidade nas análises historiográficas.

Agradecemos ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que contamos nesta edição, o que possibilitou sua publicação, número do processo 2017/24616-1.

Esperamos que os leitores apreciem os textos aqui publicados. Que a Hydra possa se constituir cada vez mais como um caminho de difusão e debate que colabore com seu desenvolvimento intelectual e acadêmico, e que este seja um lugar de troca entre graduandas, graduandos, pós-graduandas, pós-graduandos e pesquisadores já consagrados.

Boa leitura!

Um abraço afetuoso,

Conselho Hydra

André Santoro Fernandes - Amanda da Silva Brito

Bruna Prudêncio Teixeira - Bruna Valença Mallorga

Claudia de Andrade de Rezende - Dayanne Luz das Neves

Felipe Garcia de Oliveira - Geraldo Rosolen Junior

Igor Luis Seemann - Jorge Edson Paiva Gonçalves da Silva

Lorrane Campos Rodrigues - Michele Aparecida Siqueira Dias

Otávio Gentil dos Santos - Rafael Conti - Rafaela Cristina Avelar

Raissa Campos Marcondes - Samuel Rocha Ferreira

APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DO TEMPO NO BRASIL

(APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ)

João Paulo Pimenta (USP)

“Ciência dos homens, no tempo”: eis a célebre definição de história oferecida há mais de sete décadas por Marc Bloch¹, e cuja primeira palavra permite maior discordância do que as demais. Pois se é controversa a condição *científica* da história, é unânime que seu foco deva estar em *seres humanos* e no *tempo*. Esta última palavra, aliás, também pode nos remeter a um fenômeno social: partindo-se de uma *história de homens no tempo*, é possível tomar o *tempo como objeto da história*². Um objeto qualquer, como tantos outros? Não exatamente, na medida em que este apresenta potencial singular de requalificar uma reflexão teórica inescapável: o problema da dívida tanto da realidade social como de seu conhecimento para com aquilo que aquela palavra revela (ou encobre).

Com o avanço desse duplo tratamento de *tempo* – como condição da história, como objeto da história – logo o simples singular deve ensejar um singular coletivo. Afinal não há, a rigor, um único tempo da história, de uma época ou de uma sociedade. Sempre, como nos ensina Braudel, toda e qualquer história é sempre constituída por uma pluralidade de tempos simultâneos: uns mais lentos e longos, outros mais rápidos e curtos; mas todos dinâmicos, configurados pelas dimensões concretas da realidade social - estas transformadas segundo seus ritmos próprios - e ensejando entre eles relações: tensões, amálgamas, hierarquias e

1 BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.55.

2 Aqui, conscientemente faço uma indistinção entre as possibilidades de grafar história e História, e que na língua portuguesa são usuais – mas não consensuais – para indicar, respectivamente, aquilo que ocorreu no passado, e o conhecimento desse passado. Como é sabido, os séculos XVIII e XIX trataram de amalgamar as duas coisas em um mesmo conceito de história. Espero ter deixado claro, nas páginas que se seguem, quando quis me referir a uma e a outra.

definições recíprocas³. Pode-se entender, a partir daí, *tempo histórico* ou *tempo social* como a síntese dessas relações, a criarem certas permanências que, segundo Koselleck, resultam em estruturas temporais, também elas presentes em toda e qualquer sociedade⁴.

Em linhas gerais, a mesma forma de pensar aplica-se ao estudo do tempo como dimensão da realidade, parcialmente apreensível pelo conhecimento histórico. Toda e qualquer sociedade vive, sente, pensa, verbaliza e maneja seus tempos de formas plurais. Não se trata aqui apenas de formas de apreender a mudança da realidade em seus distintos níveis, mas também de criar uma ou várias imagens de tempo que, resultantes de demandas sociais concretas, interagem, redefinem e estabelecem as possibilidades historicamente determinadas da própria existência da sociedade. O estudo dos tempos de uma determinada sociedade é sempre o de uma pluralidade dinâmica e hierarquizada de formas que condicionam e traduzem aquela sociedade. E uma vez que a toda e qualquer sociedade necessariamente corresponde uma pluralidade desse tipo, estudá-la é forma privilegiada de entender sua história. Uma história dos homens *no tempo*, mas também *pelo tempo*.

Em perspectiva geral, não é de hoje que o tema vem sendo explorado por historiadores e muitos outros especialistas de diferentes áreas, resultando em uma enormidade de material bibliográfico⁵. A história social do tempo que se esboça

3 BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. Escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva, 1976, p.41-78; para avanços na reflexão: VOVELLE, Michel. "Um tempo mais longo": resistências e longa duração nas mentalidades coletivas. Ideologias e mentalidades. 2ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.255-331; e TOMICH, Dale. A ordem do tempo histórico: a long-durée e a Micro-História. Almanack n.02, nov/2011.

4 "En la vida cotidiana, en la política y en las relaciones sociales existen estructuras temporales que hasta ahora no han sido sobrepasadas por ninguna época" (KOSELLECK, Reinhart. "Historia, historias y estructuras formales del tiempo". Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona, Paidós, 1993, p.131-132).

5 Obras abrangentes a respeito são: CHAUNU, Pierre. L'axe du temps. Paris: Julliard, 1994; ELIAS, Norbert. Sobre el tiempo. 2ª.ed. México: FCE, 2000; LEVINAS, Marcelo. La Naturaleza del tiempo. Usos y representaciones del tiempo en la Historia. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008; POMIAN, Krzysztof. L'ordre du temps. Paris: Gallimard, 1984; e WITHROW, G. O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

em parciais convergências desse material é necessariamente interdisciplinar, e une, com distintos graus de aproximação, historiadores, antropólogos, sociólogos, psicólogos, estudiosos de filosofia, críticos literários, linguistas, historiadores da arte e da ciência, arqueólogos, físicos, químicos, biólogos e astrônomos, dentre outros. Todos estes especialistas podem explorar as numerosas entradas possíveis ao tema, tais como: reflexões a respeito de teorias da história e sua aproximação às demais ciências sociais⁶; a história da historiografia⁷; religiões, mitos e suas elaborações acerca da criação, da história e do fim do mundo⁸; formas de conceber e mensurar o tempo, como calendários, relógios e cronologias⁹; os ciclos da natureza, os ciclos biológicos dos seres vivos e suas muitas interfaces humanas¹⁰; os

6 Duas elaborações brasileiras a respeito são: NOVAIS, Fernando & SILVA, Rogério Forastieri da. Introdução: para a historiografia da Nova História. Nova História em perspectiva. São Paulo: Cosac Naify, 2001, v.I, p.6-70; e REIS, José Carlos. Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo, Ática, 1994.

7 Dentre muitos: CARBONELL, Charles-Olivier. Historiografia. Lisboa: Teorema, 1987; FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social. Bauru, Edusc, 1998; MAÍLLO SALGADO, Felipe. De historiografia árabe. Madrid: Abada, 2008; e MOMIGLIANO, Arnaldo. As raízes clássicas da historiografia moderna. Bauru: EDUSC, 2004.

8 Bons exemplos dessas relações encontram-se em: ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992; ARNAU, Juan. Cosmologías de India: védica, sãmkhya y budista. México: FCE, 2012; e GLEISER, Marcelo. O fim da Terra e do Céu: o Apocalipse na ciência e na religião. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Uma elaboração pioneira em: HUBERT, Henri. Estudo sumário da representação do tempo na religião e na magia. São Paulo: EDUSP, 2016 (1905).

9 Sobre calendários: AVENI, Anthony. The Book of the Year: A Brief History of Seasonal Holidays. New York: Oxford University Press, 2003; CHERMAN, Alexandre & VIEIRA, Fernando. O tempo que o tempo tem: por que o ano tem 12 meses e outras curiosidades sobre o calendário. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008; DONATO, Hernâni. História do calendário. São Paulo, Melhoramentos, 1976; HOLFORD-STREVEENS, Leofranc. The History of Time: a Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2005; e o magnífico livro de STERN, Sacha. Calendars in Antiquity: Empires, States & Societies. Oxford: Oxford University Press, 2012. Sobre relógios, o clássico de CIPOLLA, Carlo. Las máquinas del tiempo. México: FCE, 1998; e LANDES, David S. Revolución en el tiempo: el reloj y la formación del mundo moderno. Barcelona: Crítica, 2007. Sobre cronologias: NOTHAFT, C. P. E. Dating the Passion. The Life of Jesus and the Emergence of Scientific Chronology (200-1600). Leiden: Brill, 2011; e ROSENBERG, Daniel & GRAFTON, Anthony. Cartographies of Time. Princeton: Princeton Architectural Press, 2010.

10 Sobre relógios biológicos: GRUART, Agnès; DELGADO, José María; ESCOBAR, Carolina; AGUILAR ROBLERO, Raúl. Los relojes que gobiernan la vida. México: FCE, 2002. Sobre as ciências da natureza e o tempo, a bibliografia é imensa. Um bom exemplo de como a discussão pode se integrar ao trabalho do historiador em: HAWKING, Stephen. Proteção cronológica: um mundo mais seguro para os historiadores. HAWKING, Stephen (et.al.). O futuro do espaço-tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.88-111. Sobre a história da noite: CABANTOUS, Alain. Histoire de la nuit, XVIIe.-XVIIIe.

tempos coletivos do trabalho e da exploração econômica ao longo da história, inclusive no mundo contemporâneo¹¹; tempos psíquicos individuais, sobretudo a partir do advento de uma sociedade de indivíduos¹²; as muitas e múltiplas construções e manifestações de memórias coletivas¹³; elaborações filosóficas, sagradas e profanas, a respeito do tempo¹⁴; a história da morte, de expectativas de vida e de formas de perpetuação, com seus correspondentes ritos¹⁵; ideias e projetos de transformação radical do mundo, invenções de futuros e utopias¹⁶; conceitos, representações e dimensões do tempo na política, nas artes e em outras manifestações sociais¹⁷; as relações entre espaço e tempo no conhecimento e

Siècle. Paris: Fayard, 2009; e KOSLOFSKY, Craig. *Evening's Empire: a History of the Night in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

11 LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1979; THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998; e DAMIÁN, Araceli. *El tiempo, la dimensión olvidada en los estudios de pobreza y bienestar*. México: El Colegio de México, 2014.

12 Como trabalhado por: ACHA, Omar. *Freud y el problema de la historia*. Buenos Aires: Prometeo, 2007; e KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.

13 A bibliografia a respeito é extensíssima. Para as reflexões aqui desenvolvidas: FINLEY, Moses I. *Usos e abusos da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989; LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7a. ed. rev. Campinas: Editora UNICAMP, 2013; LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985; MENESES, Ulpiano Bezerra de. *A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais*. *Revista IEB*, 34, 1992, p.9-24; RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Editora UNICAMP, 2007; e ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. Um bom survey é: OLICK, Jeffrey K./VINITZKY-SEROUSI, Vered/LEVY, Daniel (eds.). *The Collective Memory Reader*. New York: Oxford University Press, 2011.

14 Uma boa entrada para o tema: MELAMED, Yitzhak Y. (ed.). *Eternity: a history*. New York: Oxford University Press, 2016.

15 ARIËS, Philippe. *O homem diante da morte*. São Paulo: EDUNESP, 2014; GODELIER, Maurice (org.). *Sobre a morte: invariantes culturais e práticas sociais*. São Paulo: SESC, 2017; SCHMITT, Juliana. *O imaginário macabro: Idade Média – Romantismo*. São Paulo: Alameda, 2017; e VOVELLE, Michel. *Sobre a morte. Ideologias e mentalidades*, cit., p.127-150.

16 Sobre revoluções e futuro, obra clássica é: ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo, Ática: 1990. Uma elaboração mais recente: ZERMEÑO, Guillermo. *La cultura moderna de la historia. Una aproximación teórica e historiográfica*. México, El Colegio de México, 2002. Sobre utopias: MUMFORD, Lewis. *História das utopias*. Lisboa: Antígona, 2007; e CLAEYS, Gregory. *Utopia: a história de uma ideia*. São Paulo: Edições SESCSP, 2013.

17 Sobre conceitos políticos, é notável a contribuição advinda da releitura da obra de Koselleck. Uma boa amostragem em: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (ed.) - *Politics concepts and Time*. Santander: Cantabria University Press/McGraw Hill, 2011. Também POCOCK, J. A. *Tiempo, instituciones y acción: un ensayo sobre las tradiciones y su comprensión*. *Pensamiento político y historia*. Madrid: Akal, 2009, p.199-228. Sobre formas de tempo nas artes: DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ante el tiempo. Historia del arte y anacronismo de las imágenes*. Buenos Aires, Adriana Hidalgo, 2008;

transformação da natureza, e nas formas de sociabilidade¹⁸; e ideias de “encurtamento” e de “passagem acelerada” do tempo¹⁹. As possibilidades, aqui, são muitas.

De minha parte, propus uma exploração parcial e didática dessas possibilidades em um curso semestral voltado a estudantes de graduação, oferecido no Departamento de História da FFLCH-USP em 2013, 2014 e 2017, e intitulado “História Social do Tempo”. Durante as aulas, foi possível constatar a considerável escassez de materiais bibliográficos relativos ao Brasil, seu passado e sua posição no mundo no tocante a uma história de formas coletivas de viver o tempo. Não que se deva esperar, com algumas exceções temáticas pontuais, elaborações inteiramente específicas, exclusivamente brasileiras ou observadas no espaço histórico daquilo que hoje se chama “Brasil”, e que representassem absoluta singularidade em relação ao que se observa, ao menos nos últimos quinhentos anos, em outras partes do mundo. Se singularidades relativas – como tempos de sociedades indígenas, e tempos relativos ao imenso universo da escravidão – são de enorme interesse e vem resultando em obras importantes e inovadoras²⁰, os tempos socialmente vividos no Brasil ao longo de sua história

AUMONT, Jacques. O olho variável, ou a mobilização do olhar. O olho interminável: cinema e pintura. São Paulo: Cosac & Naif, 2004; BISMARCK, Beatrice von/FRANK, Rike/MEYER-KRAHMER, Benjamin /SCHAFAFF, Jörn/WESKI, Thomas (eds.). Timing. On the Temporal Dimension of Exhibiting. Berlin: Sternberg Press, 2014; GAVILÁN, Enrique. Otra historia del tiempo: la música y la redención del pasado. Madrid: AKAL, 2008; e MEYERHOFF, Hans. O tempo na literatura. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

18 Aqui são profícuos os diálogos entre Geografia e História, tais como os encontrados em: BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII. Lisboa, Teorema, s.d., 3 v.; HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992; e KOSELLECK, Reinhart. Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia. Barcelona, Paidós, 2001.

19 KOSELLECK, Reinhart. Existe una aceleración de la historia? BERIAIN, J. & AGUILUZ, M. (eds.). Las contradicciones culturales de la modernidade. Barcelona: Anthropos, 2007, p.319-345; HALÉVY, Daniel. Essai sur l'accélération de l'histoire. Paris: Fayard, 1961; PALTÍ, Elías José. Aporías: tiempo, modernidad, historia, sujeto, nación, ley. Buenos Aires, Alianza, 2001; e FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. “Cabalgando el corcel del diablo”. Conceptos políticos y aceleración histórica en la era de las revoluciones hispánicas. Lenguaje, tiempo y modernidad. Ensayos de historia conceptual, Santiago de Chile: Globo Editores, 2011, pp. 21-59.

20 Algumas delas são: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). T(r)ópicos de história: gente, espaço e tempo na Amazônia: (séculos XVII a XXI). Belém-Pará: Açai; BEZERRA

podem representar eixos cruciais para o entendimento da posição dessa história em unidades mais amplas, valendo-se para tanto de dialéticas entre *todo* e *partes* e suas devidas mediações, todas elas essenciais para o entendimento de qualquer sociedade. Em muitos sentidos, uma história social do tempo é a história não apenas de elaborações específicas de grupos sociais, mas também de encontros, amálgamas e conflitos entre grupos e espaços de distintas características que, por variados motivos, estabeleceram relações (inclusive hierarquias) recíprocas. Isso desde muitos séculos atrás, como nos mostram, de modo exemplar, estudos a respeito dos antigos mundos hebraico, romano e mesoamericano²¹. A partir do século XVI, porém, uma tendência parece se desenhar, com a imposição mesma de tempos dominantes advindos da expansão política, geográfica e cultural da Europa e a configuração daquilo que poderíamos chamar, valendo-nos de um termo útil, de uma primeira *globalização*. Porém, mesmo a partir daqui, jamais haverá um único tempo da história; e jamais o Brasil (e suas muitas partes) será uma unidade histórica completamente independente do resto do mundo.

No entanto, se um número significativo de autores brasileiros colabora com essa história social do tempo em perspectiva geral e global, a oferta de temas

NETO, José Maia (2008). De Porto de Moz a Ponte Seca. Gente, espaço e tempo no Xingu oitocentista. In: SOUZA, C. M. de & CARDOZO, A. (org.). Histórias do Xingu. Fronteiras, espaços e territorialidades (Sécs. XVII-XXI). Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, p. 97-120; NEPOMUCENO, Nirlene. Celebrações negras do ciclo natalino: teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe. São Paulo: PUC-SP/Programa de Estudos Pós-graduados em História, 2011 (tese); PEREIRA, Márcia Leila de Castro. "Rios de História": guerra, tempo e espaço entre os Mura do Baixo Madeira (AM). Brasília: UnB, 2009 (tese em Antropologia Social); TORRES, Luiz Henrique. A natureza da temporalidade na experiência civilizatória missionária. Saeculum, n.4-5, 1998-1999; e VELLOSO, Gustavo. Ociosos e sedicionários: populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII). São Paulo: Intermeios, 2018. Deve-se ainda destacar os excelentes trabalhos de Eduardo dos Santos Neumann sobre as práticas de escrita (incluindo concepções de tempo) entre os Guarani nas fronteiras iberoamericanas do século XVIII, como: NEUMANN, E. S. Os Guarani e a razão gráfica: cultura escrita, memória e identidade indígena nas reduções. KERN, Arno; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIM, Tau (org.). História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2009, v. 5, p. 229-270.

21 STERN, Sacha. Calendars in Antiquity..., cit.; SANTOS, Eduardo Natalino dos. Tempo, espaço e passado na Mesoamérica: o calendário, a cosmografia e a cosmogonia nos códices e textos nahuas. São Paulo: Alameda, 2009.

específicos advindos do Brasil ainda é muito escassa, ou pelo menos muito desigualmente distribuída em subtemas. Mesmo assim, parece possível o diagnóstico de que uma história do tempo no Brasil avança. Não se trata aqui, evidentemente, de advogar a favor da atribuição de uma lógica de progresso inexorável a essa historiografia – o que implicaria dar-lhe um sentido de teleologia –, mas sim de constatar que temas relevantes, mas pouco estudados, demandam um volume de investigações que permita acúmulo de saberes, diversificações, divergências e convergências.

É nesse sentido de avanço que podemos incluir nessa incipiente - porém muito promissora - história do tempo no Brasil obras não só fortemente originais, mas também de alto nível acadêmico, cujos focos “brasileiros” (incluindo-se aqui lusoamericanos, indígenas e afrobrasileiros) encontram-se direcionados para questões como: a história da historiografia, que goza de considerável tradição em meios intelectuais brasileiros, e que nos últimos anos vem conhecendo notável proliferação²²; a história de conceitos temporalizados, ou mesmo conceitos de tempo, que, também cada vez mais numerosa, se vale de tradições vizinhas como a da história das ideias (mais antiga) e das linguagens políticas (mais recente)²³; a

22 Uma significativo repositório de parte dessa produção é a revista História da Historiografia (on-line). Um estudo valioso a respeito da historiografia lusoamericana é: KANTOR, Iris. Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo, Hucitec, 2004.

23 As equipes brasileiras do Projeto Iberconcepts foram responsáveis por parte dessa produção nos últimos anos, como percebe-se em: FERES JR., João (org.). Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil. Belo Horizonte: EDUFMG, 2009. Outras obras e destaque, dentre várias, são: ARAUJO, Valdeir Lopes de. A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo, Hucitec, 2008; COSTA, Wilma Peres. (2010). “Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América.”. Almanack Braziliense, São Paulo, n. 11, mai.; FANNI, Rafael. Temporalização dos discursos políticos no processo de independência do Brasil (1820-1822). São Paulo: FFLCH-USP, 2015 (mestrado); HANSEN, João Adolfo. Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII. FERES JR., J. & JASMIN, M. (org.). História dos conceitos: diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Loyola, p.253-266; NEVES, Lúcia Pereira das. Revolução: em busca de um conceito no império luso-brasileiro (1789-1822). FERES JR. & JASMIN, História dos Conceitos..., cit.; PEREIRA, Luísa Rauter. “Substituir a revolução dos homens pela revolução do tempo”. Uma história do conceito de povo no Brasil: revolução e historicização da linguagem política (1750-1870). Rio de Janeiro: UERJ/IESP, 2011; e SANTOS, Cristiane C. dos. Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil. São Paulo: Alameda, 2017.

história de ideias e atitudes relativas à morte, geralmente com ênfase no mundo religioso, e que parece dotada de grande capacidade de estabelecer diálogos entre histórias passadas e o mundo atual, em uma já pujante produção historiográfica²⁴; a história de vidas cotidianas com seus ritos e ritmos de forte implicação temporal, ou até mesmo suas formas próprias e diretas de lidar com o tempo²⁵; a história de “idades do ouro”, utopias, messianismos e projeções de futuro de diversa ordem²⁶; a história de instrumentos e recursos de marcação, medição e

24 CAMPOS, Adalgisa A. Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista. *Varia Historia* v.4, n.6, 1988; COE, Agostinho H. (2005). “Nós, os ossos que aqui estamos, pelos vossos esperamos”: o século XIX e as atitudes diante da morte e dos mortos. *Outros Tempos*, v. 1, p. 97-111; FARIA, Sheila de Castro. *Viver e morrer no Brasil colônia*. São Paulo, Moderna, 1999; NASCIMENTO, Mara Regina do. Irmandades religiosas na cidade: entre a ruptura e a continuidade na transferência cemeterial em Porto Alegre, no século XIX. *Estudos Iberoamericanos*, v.30, n.1, 2004, p.85-103; e REIS, J. J. (1991). *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras; RODRIGUES, Cláudia. *A arte de bem morrer no Rio de Janeiro Setecentista*. *Varia História*, v. 24, 2008, p. 255-272; e VAILATI, Luiz. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos* (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

25 ABREU, Martha. (1999). *O império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/FAPESP; BOSCOV, Sarah Tortora. *Vivências e experiências do tempo: a capitania de São Paulo, c.1750-c.1808*. São Paulo: FFLCH-USP, 2018 (mestrado); CAPONERO, Maria Cristina (2014). *Festas paulistanas em perspectiva histórica de longa duração: produção e apropriação social do espaço urbano. Permanências e rupturas (1711-1935)*. São Paulo: FAU-USP (tese); CHAMON, Carla Simone. (2002). *Festejos imperiais. Festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: Edusp; COSTA, Suely Gomes (1996). *Metáforas do tempo e do espaço doméstico* (Rio de Janeiro: século XIX). Niterói: UFF (tese); LEMES, Fernando Lobo *Os tempos da história: ritmo, temporalidade e projetos coloniais nas minas de Goiás*. *Dimensões*, v. 28, 2012, p. 247-269; LOPEZ, Emilio C. R. (2004). *Festas públicas, memória e representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Humanitas; MARTINS, William de Souza (1996). *De arraial a corte: festas e civilizações na cidade do Rio de Janeiro, 1828-1860*. Niterói: UFF (dissertação); e PRIORE, Mary del. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1994. Além de vários trabalhos em: JANCSÓ, I. & KANTOR, I. (orgs.) - *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo, Imprensa Oficial/Hucitec/Edusp /Fapesp, 2001, 2 v.

26 ALCIDES, Sérgio. *Expectativa e metamorfose: saudades da Idade de Ouro na América portuguesa*. In: JANCSÓ & KANTOR, *Festa...*, cit.; p.775-798; AZEVEDO, André Nunes de. *As noções de progresso do Império à República: transformações recônditas em uma mesma terminologia*. *Outros Tempos*, v.13, n.22, 2016; CAMARGO, Patrícia de Freitas. *Discurso e decurso: tempo e retórica no Livro Antepreimeiro da História do Futuro, do Padre Antônio Vieira*. São Paulo: FFLCH/USP, 2015 (tese); HANSEN, João Adolfo. *Vieira: tempo, alegoria e história*. *Brotéria Lisboa* v.145, n.4/5. Lisboa, out./nov.1997, p.541-556; HERMANN, Jaqueline. *No reino do desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; LIMA, Luís Filipe S.. *O império dos sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo bragantino*. São Paulo: Alameda, 2010; e ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edufmg, 2001.

concepção de tempo, ainda escassa, mas com grande potencial de expansão, sobretudo em perspectiva interdisciplinar²⁷; e uma ainda mais incipiente história de relações sociais com a natureza, os céus, o clima e a noite, e que pode se beneficiar de uma já valiosa história ambiental produzida a respeito do Brasil, bem como de estímulos que não cessam de ser ofertados por muitos campos científicos do país²⁸. Isso tudo sem desconsiderar, evidentemente, os quadrantes brasileiros de reprodução parcialmente modificada do tempo hegemônico no mundo atual: o do trabalho, da exploração econômica, da reificação do homem e da aceleração progressiva do tempo²⁹.

E o que os cinco artigos ora apresentados por *Hydra* têm a acrescentar a essa historiografia do tempo no Brasil? Quatro deles – os de autoria de João Gabriel Covolan Silva, Larissa Albuquerque, Lucas da Costa Mohallem e Lievin Pontes Miguel – foram resultado de trabalhos de avaliação final da já referida disciplina “História Social do Tempo”, em sua edição de 2017; por isso, possuem um escopo

27 ALGRANTI, Leila Mezan - “Dias Gordos” e “Dias Magros”: calendário religioso e práticas alimentares católicas em São Paulo e no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). FEITLER, B. & SOUZA, E. S. (orgs.). A igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo: Editora UNIFESP, 2011, p.269-288; BOSISIO, Izabella D. A religião no calendário oficial: um mapeamento da legislação sobre feriados no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014 (mestrado em antropologia); BRAGA, Maria de Fátima A. (2011). Livros, folhetos, jornais, calendários e folhinhas, tudo à venda na botica de Padre Tezinho: práticas sociais e práticas de leituras nos anúncios dos jornais do século XIX (1821-1831). Rio de Janeiro: UERJ (tese); LEAL, Elisabete da Costa. O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890 : versões de história e militância positivista. História, v.25, n.2, 2006 ; LUZ, Sabina (2014). O estabelecimento da hora legal brasileira: o Brasil adota o meridiano de Greenwich. Niterói: UFF (mestrado); MACIEL, Laura A. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. Revista Brasileira de História, v.21, n.41, 2001; MAIA, Tatyana de A. Entre a memória histórica e a prática cívica: os calendários culturais do MEC (1969-1974). Saeculum, n.23, jul/dez, 2010; PARK, Margareth. Histórias e leituras de almanaques no Brasil. Campinas, Mercado de letras, 1999; e PITREZ, Maria M.. O Feriado de São Jorge e o Dia do Evangélico. Disputas políticas e religiosas em torno dos calendários cívicos do Rio de Janeiro. Debates do NER, v. 21, p. 151-180, 2012.

28 Três bons exemplos são: CONSTANTINO, Núncia Santoro de (1994). A conquista do tempo noturno: Porto Alegre moderna. Estudos Ibero Americanos. PUCRS, v. XX, n.2, dez., p. 65-84; DUARTE, Regina Horta. Noites circenses – espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. Campinas: Unicamp, 1995; e GÓIS, Marcos Paulo Ferreira. “Na calada da noite”: Modernidade e conservadorismo na vida noturna carioca (1760- 1950). Espaço Aberto, PPGG-UFRJ, v. 5, n.2, p. 45-60, 2015.

29 ARANTES, Paulo Eduardo. O novo tempo do mundo. São Paulo: Boitempo, 2014.

temático estrategicamente limitado: todos analisam uma única fonte. No entanto, ao converterem essa fonte no próprio tema a ser analisado, oferecem não só exercícios metodológicos valiosos, mas também esboços de ampliação temática potencialmente exemplares. O quinto artigo a fechar o dossiê, de autoria de Mariana Ferraz Paulino, usa diversas fontes para a análise de um tema preciso, com ofertas metodológicas e de ampliação temática já equivalentes a um trabalho de pós-graduação. Em seu conjunto, este dossiê cobre dois momentos parcialmente desconectados, mas igualmente relevantes, de uma história do tempo no Brasil. De um lado, o século XVIII lusoamericano, onde é possível perceber a vigência de estruturas temporais assentadas em tradições cristãs ocidentais, na *historia magistral vitae* clássica, e na centralidade conferida ao continente americano pelos projetos reformistas ibéricos, a legarem ao futuro Brasil nacional – que ainda não existia, e nem vinha sendo preparado diretamente por nenhum processo histórico – certas noções, concepções, representações e conceitos de tempo que mostrar-se-iam pertinentes a demandas sociais de séculos vindouros. Por exemplo, as elaborações em torno de um passado “brasileiro” simultaneamente português (anti-holandês) e indígena, oferecido pelo poeta lusoamericano Santa Rita Durão em seu *Caramuru*, aqui analisado por Covolan Silva; ou das persistentes imagens de grandeza passada, descompasso presente, e futuro promissor, típicas do reformismo português e suas elaborações teóricas e programáticas relativas à América, aqui iluminadas por Ferraz Paulino. De outro lado, o Brasil de fins do século XX e começos do XXI, onde encontramos uma significativa elaboração artístico-musical a representar dinâmicas e expectativas de futuro de forte cunho geracionais a conectarem o Brasil dos anos 1970 com outros cantos do mundo da época, com a análise empreendida por Albuquerque do álbum *Alucinação*, de Belchior; questões de exclusão social, exclusão racial e violência urbana sob o prisma de uma pouco comum ficção-científica brasileira, presentes no filme *Branco sai, preto fica*, dirigido por Adirley Queirós e tratado no artigo de Miguel; e

finalmente, uma análise do pensamento do grande geógrafo brasileiro Milton Santos, mais precisamente sua concepção de “história como possibilidade”.

Bem se vê que, seguindo-se os passos dos cinco artigos ora publicados por *Hydra* em um incomum, inovador e necessário dossiê historiográfico, bem como considerando-se valiosas obras já disponíveis como aquelas mencionadas nas páginas anteriores, as possibilidades de avanço na escrita de uma *história do tempo no Brasil* são numerosas. Tema amplo, quase inesgotável, é verdade; mas inescapável para o mundo atual, marcado persistentemente por acelerações temporais, encurtamentos espaciais, redefinições de identidades coletivas, esvaziamentos do passado, aproximações do futuro e outras dinâmicas temporais de impacto direto na vida de bilhões de pessoas. Uma história do tempo que, para reaproveitarmos a definição de Marc Bloch, pode contribuir significativamente não apenas para a reiteração da condição da história como ciência dos homens no tempo, mas também para um melhor entendimento da história *de nosso tempo*.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Martha. (1999). O império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/FAPESP.
- ACHA, Omar. Freud y el problema de la historia. Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- ALCIDES, Sérgio. Expectativa e metamorfose: saudades da Idade de Ouro na América portuguesa. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Íris (orgs.) – Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp, 2001, v.2., p.775-798.
- ALGRANTI, Leila Mezan - “Dias Gordos” e “Dias Magros”: calendário religioso e práticas alimentares católicas em São Paulo e no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). FEITLER, Bruno & SOUZA, Evergton Sales (orgs.) – A igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo: Editora UNIFESP, 2011, p.269-288.
- ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael (org.). T(r)ópicos de história: gente, espaço e tempo na Amazônia: (séculos XVII a XXI). Belém-Pará: Açaí.
- ARANTES, Paulo Eduardo. O novo tempo do mundo. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo, Hucitec, 2008.
- ARENDT, Hannah. Da Revolução. São Paulo, Ática: 1990.
- ARIÈS, Philippe. O homem diante da morte. São Paulo: EDUNESP, 2014.
- ARNAU, Juan. Cosmologías de India: védica, sãmkhya y budista. México: FCE, 2012.
- AUMONT, Jacques. O olho variável, ou a mobilização do olhar. O olho interminável: cinema e pintura. São Paulo: Cosac & Naif, 2004, p.47-77.
- AVENI, Anthony. The Book of the Year: A Brief History of Seasonal Holidays. New York: Oxford University Press, 2003.

- AZEVEDO, André Nunes de. As noções de progresso do Império à República: transformações recônditas em uma mesma terminologia. *Outros Tempos*, v.13, n.22, 2016.
- [BEZERRA NETO, José Maia](#) (2008). De Porto de Moz a Ponte Seca. Gente, Espaço e Tempo no Xingu Oitocentista. In: SOUZA, César Martins de & CARDOZO, Alírio (org.). *Histórias do Xingu. Fronteiras, Espaços e Territorialidades* (Sécs. XVII-XXI). Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, p. 97-120.
- BISMARCK, Beatrice von/FRANK, Rike/MEYER-KRAHMER, Benjamin /SCHAFÄFF, Jörn/WESKI, Thomas (eds.). *Timing. On the Temporal Dimension of Exhibiting*. Berlin: Sternberg Press, 2014.
- BOSCOV, Sarah Tortora. *Vivências e experiências do tempo: a capitania de São Paulo, c.1750-c.1808*. São Paulo: FFLCH-USP, 2018 (mestrado).
- BOSISIO, Izabella Pessanha Daltro. *A religião no calendário oficial: um mapeamento da legislação sobre feriados no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014 (mestrado em antropologia).
- BRAGA, Maria de Fátima Almeida Braga. (2011). *Livros, folhetos, jornais, calendários e folhinhas, tudo à venda na botica de Padre Tezinho: práticas sociais e práticas de leituras nos anúncios dos jornais do século XIX (1821-1831)*. Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ.
- BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais: a longa duração. Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p.41-78.
- BRAUDEL, Fernand – *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. Lisboa, Teorema, s.d., 3 v.
- CABANTOUS, Alain. *Histoire de la nuit, XVIIe.-XVIIIe. Siècle*. Paris: Fayard, 2009.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. [Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista](#). *Varia Historia* v.4, n.6, 1988.
- CAPONERO, Maria Cristina (2014). *Festas paulistanas em perspectiva histórica de longa duração: produção e apropriação social do espaço urbano. Permanências e rupturas (1711-1935)*. São Paulo: FAU-USP (tese).
- CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987.
- CHAMON, Carla Simone. (2002). *Festejos imperiais. Festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: Edusf.
- CHAUNU, Pierre. *L'axe du temps*. Paris: Julliard, 1994.
- CHERMAN, Alexandre & VIEIRA, Fernando. *O tempo que o tempo tem: por que o ano tem 12 meses e outras curiosidades sobre o calendário*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- CIPOLLA, Carlo. *Las máquinas del tiempo*. México: FCE, 1998.
- CLAEYS, Gregory. *Utopia: a história de uma ideia*. São Paulo: Edições SESCSP, 2013.
- COE, Agostinho Júnior Holanda. (2005). “Nós, os ossos que aqui estamos, pelos vossos esperamos”: o século XIX e as atitudes diante da morte e dos mortos.. *Outros Tempos*, v. 1, p. 97-111.
- CAMARGO, Patrícia de Freitas. *Discurso e decurso: tempo e retórica no Livro Antepreimeiro da História do Futuro, do Padre Antônio Vieira*. São Paulo: FFLCH/USP, 2015 (doutorado).
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de (1994). *A conquista do tempo noturno: Porto Alegre moderna*. Estudos Ibero Americanos. PUCRS, v. XX, n.2, dez., p. 65-84.
- COSTA, Suely Gomes (1996). *Metáforas do tempo e do espaço doméstico* (Rio de Janeiro: século XIX). Niteroi: UFF (tese).
- COSTA, Wilma Peres. (2010). **“Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América.”**. Almanack Braziliense (RAB), São Paulo, n. 11, mai.
- DAMIÁN, Araceli. *El tiempo, la dimensión olvidada en los estudios de pobreza y bienestar*. México: El Colegio de México, 2014.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ante el tiempo. Historia del arte y anacronismo de las imágenes*, Buenos Aires, Adriana Hidalgo, 2008.
- DONATO, Hernâni. *História do calendário*. São Paulo, Melhoramentos, 1976.
- DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses – espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Unicamp, 1995.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- ELIAS, Norbert. Sobre el tiempo. 2ª.ed. México: FCE, 2000.
- FANNI, Rafael. Temporalização dos discursos políticos no processo de independência do Brasil (1820-1822). São Paulo: FFLCH-USP, 2015 (mestrado).
- FARIA, Sheila de Castro. Viver e morrer no Brasil colônia. São Paulo, Moderna, 1999.
- FERES JR, João (org.) – Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (dir.). Diccionario político y social del mundo iberoamericano (Iberconceptos 1). Madrid: Fundación Carolina/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (ed.) - Politics concepts and Time. Santander: Cantabria University Press/McGraw Hill, 2011.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. “Cabalgando el corcel del diablo”. Conceptos políticos y aceleración histórica en la era de las revoluciones hispánicas. Lenguaje, tiempo y modernidad. Ensayos de historia conceptual, Santiago de Chile: Globo Editores, 2011, pp. 21-59.
- FINLEY, Moses I. Mito, memória e história. Usos e abusos da história. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p.3-27.
- FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social. Bauru, Edusc, 1998.
- GAVILÁN, Enrique. Otra historia del tiempo: la música y la redención del pasado. Madrid: AKAL, 2008.
- GLEISER, Marcelo. O fim da Terra e do Céu: o Apocalipse na ciência e na religião. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GODELIER, Maurice (org.). Sobre a morte: invariantes culturais e práticas sociais. São Paulo : SESC, 2017.
- GÓIS, Marcos Paulo Ferreira. “Na calada da noite”: Modernidade e conservadorismo na vida noturna carioca (1760 - 1950). Espaço Aberto, PPGG-UFRJ, v. 5, n.2, p. 45-60, 2015.
- GRUART, Agnès; DELGADO, José María; ESCOBAR, Carolina; AGUILAR ROBLERO, Raúl. Los relojes que gobiernan la vida. México: FCE, 2002.
- HALÉVY, Daniel. Essai sur l'accélération de l'histoire. Paris: Fayard, 1961.
- HANSEN, João Adolfo. Vieira: tempo, alegoria e história. Brotéria Lisboa v.145, n.4/5. Lisboa, out./nov.1997, p.541-556.
- HANSEN, João Adolfo. Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII. FERES JR., João & JASMIN, Marcelo (org.). História dos conceitos: diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Loyola, p.253-266.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo : Loyola, 1992.
- HAWKING, Stephen. Proteção cronológica : um mundo mais seguro para os historiadores. HAWKING, Stephen (et.all.). O futuro do espaço-tempo. São Paulo : Companhia das Letras, 2005, p.88-111.
- HERMANN, Jaqueline. No reino do desejado. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HOLFORD-STREVEENS, Leofranc. The History of Time: a Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HUBERT, Henri. Estudo sumário da representação do tempo na religião e na magia. São Paulo: EDUSP, 1016 (1905).
- JANCSÓ, I. & KANTOR, I. (orgs.) - Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo, Imprensa Oficial/Hucitec/Edusp /Fapesp, 2001, 2 v.
- KANTOR, Iris. Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo, Hucitec, 2004.
- KEHL, Maria Rita. O tempo e o cão: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo2009.
- KOSELLECK, Reinhart. Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia. Barcelona, Paidós, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona, Paidós, 1993.
- KOSELLECK, Reinhart. Existe una aceleración de la historia? BERIAIN, J. & AGUILUZ, M. (eds.). Las contradicciones culturales de la modernidade. Barcelona: Anthropos, 2007, p.319-345.
- KOSLOFSKY, Craig. Evening's Empire: a History of the Night in Early Modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

- LANDES, David S. *Revolución en el tiempo: el reloj y la formación del mundo moderno*. Barcelona: Crítica, 2007.
- LEAL, Elisabete da Costa. O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890 : versões de história e militância positivista. *História*, v.25, n.2, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa : Estampa, 1979.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7a. ed. rev. Campinas : Editora UNICAMP, 2013.
- LEMES, Fernando Lobo Os tempos da história: ritmo, temporalidade e projetos coloniais nas minas de Goiás. *Dimensões - Revista de História da UFES*, v. 28, 2012, p. 247-269.
- LEVINAS, Marcelo Leonardo - *La Naturaleza del tiempo. Usos y Representaciones del Tiempo en la Historia*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008.
- LIMA, Luís Filipe S.. *O império dos sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo bragantino*. São Paulo: Alameda, 2010.
- LOPEZ, Emilio Carlos Rodriguez (2004). *Festas públicas, memória e representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Humanitas.
- LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- LUZ, Sabina Ferreira Alexandre (2014). **O ESTABELECIMENTO DA HORA LEGAL BRASILEIRA: O BRASIL ADOTA O MERIDIANO DE GREENWICH**. NITERÓI: UFF (MESTRADO).
- MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*, v.21, n.41, 2001.
- MAIA, Tatyana de Amaral. Entre a memória histórica e a prática cívica: os calendários culturais do MEC (1969-1974). *Saeculum*, n.23, jul/dez, 2010.
- MAÍLLO SALGADO, Felipe. *De historiografia árabe*. Madrid: Abada, 2008.
- MARTINS, William de Souza (1996). *De arraial a corte: festas e civilizações na cidade do Rio de Janeiro, 1828-1860*. Niteroi: UFF (dissertação).
- MELAMED, Yitzhak Y. (ed.). *Eternity: a history*. New York: Oxford University Press, 2016.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista IEB*, 34, 1992, p.9-24.
- MEYERHOFF, Hans. *O tempo na literatura*. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.
- MUMFORD, Lewis. *História das utopias*. Lisboa: Antígona, 2007.
- NASCIMENTO, Mara Regina do. Irmandades religiosas na cidade: entre a ruptura e a continuidade na transferência cemeterial em Porto Alegre, no século XIX. *Estudos Iberoamericanos*, v.30, n.1, 2004, p.85-103.
- NEPOMUCENO, Nirlene. *Celebrações negras do ciclo natalino: teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e do Caribe*. São Paulo: PUC-SP/Programa de Estudos Pós-graduados em História, 2011 (tese).
- NEUMANN, Eduardo. Os Guarani e a razão gráfica: cultura escrita, memória e identidade indígena nas reduções. KERN, Arno; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIM, Tau (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos*, 2009, v. 5, p. 229-270.
- NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Revolução: em busca de um conceito no império luso-brasileiro (1789-1822)*. FERES JR., João & JASMIN, Marcelo (orgs.) - *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: EDPUC-RJ/Loyola/IUPERJ, 2007.
- NOTHAFT, C. P. E. *Dating the Passion. The Life of Jesus and the Emergence of Scientific Chronology (200-1600)*. Leiden: Brill, 2011.
- OLICK, Jeffrey K./VINITZKY-SEROUSSI, Vered/LEVY, Daniel (eds.). *The Collective Memory Reader*. New York: Oxford University Press, 2011.
- PALTI, Elías José. *Aporías: tiempo, modernidad, historia, sujeto, nación, ley*. Buenos Aires, Alianza, 2001.
- PARK, Margareth Brandini, *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Introd. de R. Chartier, Campinas, Mercado de letras, 1999.

- PEREIRA, Luísa Rauter. “Substituir a revolução dos homens pela revolução do tempo”. Uma história do conceito de povo no Brasil: revolução e historicização da linguagem política (1750-1870). Rio de Janeiro: UERJ/IESP, 2011.
- PEREIRA, Márcia Leila de Castro. “Rios de História”: Guerra, Tempo e Espaço entre os Muros do Baixo Madeira (AM). Tese de Doutorado (Antropologia Social). Brasília: UnB, 2009.
- PITREZ, Maria C. M. M.. O Feriado de São Jorge e o Dia do Evangélico. Disputas políticas e religiosas em torno dos calendários cívicos do Rio de Janeiro. Debates do NER, v. 21, p. 151-180, 2012.
- POCOCK, J. A. Tiempo, instituciones y acción: un ensayo sobre las tradiciones y su comprensión. Pensamiento político y historia. Madrid: Akal, 2009, p.199-228.
- POMIAN, Krzysztof. L'ordre du temps. Paris: Gallimard, 1984.
- PRIORE, Mary del. Festas e utopias no Brasil colonial. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REIS, José Carlos. Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo, Ática, 1994.
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, Editora UNICAMP, 2007.
- RODRIGUES, Cláudia. A arte de bem morrer no Rio de Janeiro Setecentista. Varia História, v. 24, 2008, p. 255-272.
- ROMEIRO, Adriana. Um visionário na corte de D.João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais. Belo Horizonte, Edufmig, 2001.
- ROSENBERG, Daniel & GRAFTON, Anthony. Cartographies of Time. Princeton: Princeton Architectural Press, 2010.
- ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- SANTOS, Cristiane Camacho dos. Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil. São Paulo: Alameda, 2017.
- SANTOS, Eduardo Natalino dos. Tempo, espaço e passado na Mesoamérica : o calendário, a cosmografia e a cosmogonia nos códices e textos nahuas. São Paulo : Alameda, 2009.
- SCHMITT, Juliana. O imaginário macabro : Idade Média – Romantismo. São Paulo: Alameda, 2017.
- STERN, Sacha. Calendars in Antiquity: Empires, States & Societies. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- THOMPSON, Edward P. Costumes em comum. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- TOMICH, Dale. A ordem do tempo histórico: a long-durée e a Micro-História. Almanack n.02, nov/2011.
- TORRES, Luiz Henrique. A natureza da temporalidade na experiência civilizatória missionária. Saeculum, n.4-5, 1998-1999.
- VAILATI, Luiz. A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.
- VELLOSO, Gustavo. Ociosos e sedicionários: populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII). São Paulo: Intermeios, 2018.
- VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. 2a.ed. São Paulo: Brasiliense, 199.
- WITHROW, G. J. O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.
- ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. La cultura moderna de la historia. Una aproximación teórica e historiográfica. México, El Colegio de México, 2002.

SUMÁRIO

Dossiê	22
Os reformismos ilustrados português e espanhol: propostas para a compreensão de transformações comuns sob o prisma discursivo do “tempo” (c.1750 – c.1807)	23
Épico império: a questão dos tempos históricos em <i>Caramuru</i>	67
Uma análise do tempo na música popular brasileira: o álbum <i>Alucinação</i> (1976), de Belchior.	92
As formas do tempo no pensamento geográfico: A história como possibilidade em <i>Por uma Outra Globalização</i>	119
“Bomba explode na cabeça estraçalha ladrão / fritou logo o neurônio que apazigua a razão”: análise das temporalidades e de suas quebras em <i>Branco sai, preto fica</i> (2015), de Adirley Queirós	145
Artigos Livres	173
A beleza aristocrática na Pompéia Romana por meio das pinturas parietais	174
Memória e sítios de consciência: disputas sobre a ditadura civil-militar (1985-2017)	206
Herança autoritária e a “estadania”: o Estado brasileiro, a “questão social” e o horizonte do possível de uma agenda progressista nacional	241
Notas de Pesquisa	263
Entre o demônio e a Divina Providência: o sobrenatural no processo de cristianização dos nativos na crônica jesuíta (Missões de Chiquitos, fim do XVII e início do XVIII)	264
“Vivendo em pecado”: concubinato de escravos no maranhão colonial	281
Os militares de <i>El'Rey</i> : um estudo das tropas militares presentes na Capitania da África Oriental Portuguesa no último quartel do século XVIII	294

DOSSIÊ

HISTÓRIA DO TEMPO NO BRASIL

OS REFORMISMOS ILUSTRADOS PORTUGUÊS E ESPANHOL: PROPOSTAS PARA A COMPREENSÃO DE TRANSFORMAÇÕES COMUNS SOB O PRISMA DISCURSIVO DO “TEMPO” (C.1750 – C.1807)³⁰

Resumo: A proposta deste artigo é apontar para uma agenda investigativa comprometida com o desenvolvimento de um estudo integrado acerca dos reformismos ilustrados ibéricos que possibilite compreendê-los não como projetos exclusivamente moldados para o cenário português e luso americano *ou* para o cenário espanhol e hispano-americano, mas como eixos profundamente interligados, entre si e a um mesmo e processo mais amplo, porque regidos por dinâmicas estruturais comuns e pertencentes a um mesmo conjunto cultural e político essencialmente sistêmico. Tendo em vista a comunhão estrutural que abarca Portugal e Espanha a partir de fins do século XV, proponho que o rastreamento desta articulação entre os reformismos ilustrados diante do crítico panorama de fins do século XVIII e dos primeiros anos do século XIX se dê através do estudo de noções, concepções, representações e conceitos de *tempo* em discursos empreendidos por funcionários letrados à serviço das coroas, sobretudo em escritos políticos e econômicos que tratam de temas relativos ao Brasil e à América espanhola entre c.1750 e c.1807.

Palavras-chave: Tempo; Reformismo Ilustrado; História dos Conceitos.

LOS REFORMISMOS ILUSTRADOS PORTUGUÉS Y ESPAÑOL: PROPUESTAS PARA LA COMPRENSIÓN DE TRANSFORMACIONES COMUNES BAJO EL PRISMA DISCURSIVO DEL “TIEMPO” (C.1750 – C.1807)

Resumen: La propuesta de este artículo es señalar una agenda investigativa comprometida con el desarrollo de un estudio integrado sobre los reformismos ilustrados ibéricos, que permita comprenderlos no como proyectos exclusivamente moldeados para el escenario portugués y luso-americano o para el escenario español e hispano-americano, sino como ejes profundamente interconectados entre sí y con un mismo proceso más amplio, en tanto regidos por dinámicas estructurales comunes y pertenecientes a un mismo conjunto cultural y político esencialmente sistémico. Partiendo de la comunión estructural que abarca a Portugal y España desde fines del siglo XV, propongo que el rastreo de tal articulación entre los reformismos ilustrados frente al crítico panorama de fines del siglo XVIII y de los primeros años del XIX se realice a través del estudio de nociones, concepciones, representaciones y conceptos de *tiempo* en discursos emprendidos por funcionarios letrados a servicio de las coronas, especialmente en escritos políticos y económicos que tratan de temas relativos a Brasil y a la América española entre c.1750 y c.1807.

Palabras clave: Tiempo; Reformismo Ilustrado; Historia Conceptual.

³⁰ Mariana Ferraz Paulino (<http://lattes.cnpq.br/0359332400841246>) é mestranda em História pela USP.

Artigo recebido em 06/05/2018 e aprovado em 11/07/2018.

A HISTORIOGRAFIA SOBRE O REFORMISMO ILUSTRADO IBÉRICO E A CONVENCIONAL DISSOCIAÇÃO DOS PROCESSOS

Os estudos sobre o reformismo ilustrado ibérico se inserem numa vasta produção historiográfica que trata da época convencionalmente denominada *Modernidade* ocidental como um período que abarcou profundas transformações na ordem social, política e econômica vigente até então, na medida em que a ocorrência de alguns eventos e episódios específicos caracterizou-a de modo particular, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII: para considerar apenas algumas delas, é possível mencionar a Independência das Treze Colônias Inglesas em 1776, a Revolução Francesa de 1789, o levante escravo de 1791 em Saint-Domingue – que culminou na independência do Haiti em 1804 –, as Independências das Américas portuguesa e espanhola entre 1810 e 1822³¹, bem como o triunfo da indústria capitalista e da sociedade burguesa liberal consumado em 1848³².

Em meio a tal conjuntura de múltiplas – e em grande medida, insólitas – transformações comuns, Portugal e Espanha, que haviam sido pioneiros no processo de expansão ultramarina europeia iniciado em fins do século XV, paulatinamente interpretaram que teriam passado a ocupar posições periféricas em relação aos novos padrões globais de competição econômica que então se estabeleciam, tanto pela emergência de novos adversários na disputa pela hegemonia mundial³³ – especialmente ingleses, franceses e holandeses –, como pela gradual

³¹ Ver: PIMENTA, João Paulo. *Tempos e Espaços das Independências*. A inserção do Brasil no mundo ocidental (1780 – 1830). São Paulo: Intermeios, 2017.

³² HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789 – 1848*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

³³ Considerando a proposta de Giovanni Arrighi, em que o conceito de “hegemonia mundial” se refere “à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”. Ver ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/EDUNESP, 1996, p.27.

emergência de sintomas relacionados à aceleração progressiva do tempo histórico – considerada, por Reinhart Koselleck, como um dos aspectos essenciais que caracterizam o referido período, em que a verificação de um *novo tempo* indica “novas experiências que jamais haviam sido experimentadas dessa maneira, ganhando uma dimensão que confere ao novo um caráter de época”³⁴ –, bem como à “perda de operacionalidade de suas formas cotidianas de existência”, definição de István Jancsó e João Paulo Pimenta para *crise*, aplicada à do sistema colonial³⁵.

Assim, as *reformas ilustradas* – de tal modo intituladas porque grande parte dos funcionários e colaboradores letrados que atuaram em prol da elaboração e do empreendimento delas eram, em muito, legatários de apropriações, incorporações e adaptações da intelectualidade ilustrada anglófila e francófona – consistiram em uma série de propostas e iniciativas implementadas pelas coroas ibéricas especialmente a partir dos anos de 1750 e 1759 – quando da ascensão dos monarcas D. José I em Portugal e Carlos III na Espanha – que visavam ao impedimento do ocaso dos impérios a partir da formulação e aplicação de projetos prósperos para as monarquias, dado o diagnóstico do referido cenário que parecia ameaçar a viabilidade dos impérios por ensejar sinais de que suas condições de funcionamento debilitavam-se cada vez mais. Isso tudo, entretanto, com a premissa de que as medidas reformistas não alterassem substancialmente as práticas condizentes

³⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2006, p.274.

³⁵ Ver JANCÓS, István & PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000. A definição de *crise* encontra formulações anteriores em obras do primeiro autor.

com as estruturas do Antigo Regime, e de que se mantivessem incólumes as bases das relações entre as metrópoles e suas colônias.

Apesar da convergência geral da pauta reformista ilustrada tal como fora empreendida tanto pela coroa portuguesa quanto pela espanhola, e mesmo com as múltiplas coincidências existentes entre as lógicas processuais do fenômeno em ambas as dimensões imperiais³⁶, a historiografia produzida sobre o tema pouco ou raramente se dispôs a conceber os dois reformismos como partes sensivelmente imbricadas de um mesmo processo de iminente dissolução dos arranjos sistêmicos até então operantes. Dentre produções já consideradas canônicas, bem como dentre o conjunto de obras produzidas nas últimas décadas, é possível citar, para o âmbito luso americano, as contribuições de Charles Boxer (1969), Kenneth Maxwell (1973), Fernando Novais (1986), Valentim

³⁶ Apenas a título de exemplo, faz-se possível citar as políticas anti-jesuítas que culminaram na expulsão desses dos domínios portugueses (1759) e espanhóis (1767); a realização de reformas educacionais empreendidas por ambos os impérios – cujos marcos comumente evocados pela historiografia são a reorganização do Colégio Imperial de Madrid, fundado em 1625 pelos jesuítas espanhóis e reinaugurado em 1770 como *Reales Estudios de San Isidro*, bem como as reformas pedagógicas empreendidas na Universidade de Coimbra em 1772; assim como o acirramento do controle territorial e do monopólio comercial e político por parte das duas coroas, confirmado por meio da criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão em 1755 e da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba em 1756 na América portuguesa, bem como pela criação de novas divisões administrativas – o Vice-Reino do Rio da Prata em 1776, a Capitania Geral da Venezuela em 1777 e a do Chile em 1778 – na América espanhola, que compreendeu também a nomeação de novos intendentes no Peru, na Nova Espanha e na Guatemala. Além disso, é preciso destacar a criação ou expansão de espaços de sociabilidade tais como tertúlias, academias, companhias e sociedades científicas e literárias, âmbitos de intercâmbio de saberes entre letrados funcionários ou diletantes ao longo de toda a centúria, considerando também as Sociedades Económicas de Amigos del País, instituição particular da dimensão hispano-americana. Para além de todos os eventos mencionados está a pertença de Portugal e Espanha a um mesmo *sistema atlântico*, característica estrutural que não cabe explorar neste artigo, mas que concatena os dois impérios ibéricos tanto em suas práticas quanto em suas deficiências e dependências seculares, e que deve ser concebida como uma das principais – se não a principal – razões para reivindicar a existência de estudos que contemplem as reformas ilustradas portuguesa e espanhola como fenômenos integrados. Ver BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. Brasil, Cuba e os dois primeiros sistemas atlânticos. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba*, c. 1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2010.

Alexandre (1993), Francisco Falcon (1993), João Lúcio de Azevedo (2004), Jorge Pedreira (2006), assim como a obra recentemente organizada por Francisco Falcon & Cláudia Rodrigues (2015). Quanto à dimensão hispano-americana, considera-se as contribuições de Luís Sanchez Agesta (1953), Jean Sarrailh (1954), Richard Herr (1958), Túlio Halperín-Donghi (1985), David Brading (1991), John Lynch (1991), tal como as obras organizadas por Agustín Guimerá (1996) e Jorge Gelman, Enrique Llopis & Carlos Marichal (2014), apenas para mencionar algumas das tantas referências sobre o tema³⁷.

Mesmo oferecendo relevantes contribuições para a compreensão de cada um dos reformismos e contemplando muitas de suas instâncias específicas de modo bastante satisfatório, poucos foram os esforços historiográficos que visassem ao estabelecimento de uma agenda

³⁷ Para o âmbito luso americano: BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 2001 (a primeira edição foi publicada em inglês no ano de 1969); MAXWELL, Kenneth. *Conflicts and Conspiracies: Brasil & Portugal 1750 – 1808*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973; NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986; ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993; FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática, 1993; AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004; PEDREIRA, Jorge. *Economia e política na explicação da independência do Brasil*. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006; FALCON, Francisco José Calazans & RODRIGUES, Cláudia (Orgs.). *A Época Pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Quanto à dimensão hispano-americana, ver AGESTA, Luís Sanchez. *El pensamiento político del despotismo ilustrado*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1953; SARRAILH, Jean. *L'ESPAGNE éclairée de la SECONDE moitié du XVIIIe siècle*. Paris : Klincksieck, 1954 ; HERR, Richard. *The Eighteenth-Century Revolution in Spain*. Nova Jersey: Princeton, 1958; HALPERÍN-DONGHI, Túlio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850*. Madrid: Alianza Editorial, 1985; BRADING, David. *Orbe Indiano: de la Monarquía Católica a la República Criolla, 1492 – 1867*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1991 (a edição original, em inglês, é do mesmo ano); LYNCH, John. *La España del siglo XVIII*. 2ª edição em espanhol. Barcelona: Editorial Crítica, 1999 (a primeira edição é de 1991); GUIMERÁ, Agustín (org.). *El reformismo borbónico*. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1996; GELMAN, Jorge.; LLOPIS, E.; MARICHAL, Carlos. (coord.). *Iberoamérica y España antes de las independencias (1700-1820): crecimiento, reformas y crisis*. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora/Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología/El Colegio de México, 2014.

investigativa que tratasse dos dois empreendimentos políticos reformistas como similares e simultâneos. Tal afastamento preliminar acabou por induzir à consolidação de um senso historiográfico essencialmente dissociativo acerca das reformas ilustradas portuguesa e espanhola, consumando um hábito historiográfico que tem subestimado muitas das mais importantes convergências e reciprocidades existentes entre os dois reformismos, bem como negligenciando o fato de que diversos aspectos de ambas as políticas – como os referidos em nota anterior – só se compreendem quando observados articuladamente.

Serão apresentadas, nas próximas páginas, algumas possíveis razões pelas quais estudos acerca dos reformismos ilustrados ibéricos tenham sido e sigam sendo realizados de modo consideravelmente apartado. Tendo em vista que este artigo é parte de uma investigação todavia em desenvolvimento, faz-se imprescindível considerar que alguns importantes tópicos e interpretações a serem discutidos poderão ser reelaborados, na medida em que as informações reveladas pelas fontes que compõem o arcabouço documental desta pesquisa, quando necessariamente cotejadas com a historiografia que a subsidia, venham a demandá-lo.

APONTAMENTOS E POSSIBILIDADES PARA A IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

A primeira das razões a serem apresentadas está na ausência, para o âmbito espanhol, de uma figura tão centralizadora do processo como fora para Portugal a de Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido pelo título a ele conferido em 1769, o de Marquês de Pombal. Apesar da existência de uma série de funcionários espanhóis e hispano-americanos que tenham exercido funções semelhantes às desempenhadas por Pombal e que tenham exercido notável relevância para as reformas

aplicadas à circunstância hispânica – cabe citar nomes tais como José de Gálvez, Pedro Rodríguez de Campomanes, José Moñino y Redondo, Pedro Pablo Abarca de Bolea, Manuel de Godoy e Mariano Luís de Urquijo –, nenhum desses homens representou de modo tão contundente a personificação do fenômeno reformista ilustrado tal como ocorrera com a figura de Carvalho e Melo³⁸. Nem mesmo seu herdeiro político, Rodrigo de Sousa Coutinho, diplomata e secretário de Estado responsável pela implementação de um programa que pretendia “solucionar os problemas financeiros da Coroa portuguesa e reorganizar o Império”³⁹ com ênfase no mundo luso americano, teria chegado perto de desempenhar um protagonismo histórico de impacto semelhante ao de seu antecessor. Para grande parte da historiografia, tal vazio condicionado pela inexistência de um “Pombal espanhol” teria atribuído, portanto, um caráter relativamente fragmentado ao reformismo ilustrado hispânico, uma vez que a ausência de uma personagem que consumasse em si a pujança dos projetos de reforma imperial teria apartado as possibilidades de contemplação comum das trajetórias ibéricas no que se refere ao programa das reformas ilustradas.

Outra possibilidade aventada para compreender a convencional dissociação historiográfica quanto à abordagem dos dois reformismos ilustrados se refere aos termos específicos suscitados para tratar de cada um dos processos. As expressões geralmente empreendidas – *reformismo borbônico* para o caso espanhol e *reformismo pombalino* para o português – acabam por corromper algumas das importantes dinâmicas

³⁸ Ver MAGALHÃES, Joaquim Romero. Sebastião José de Carvalho e Melo e a Economia do Brasil. IN: _____. LABIRINTOS BRASILEIROS. São Paulo: Alameda, 2001, pp. 173-198 e MONTEIRO, _____. Nuno Gonçalo. D. JOSÉ: NA SOMBRA DE POMBAL. Lisboa: Temas & Debates, 2008.

³⁹ Ver: RODRIGUES, José Damião. Continuidades e Projectos Reformistas (1777-1807). In: _____.; COSTA, João Paulo Oliveira e; OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da Expansão e do império português*. Lisboa: Bertrand, 2014.

comuns aos dois processos ao envolvê-los em denominações bastante imprecisas, na medida em que sua evocação costuma demandar especial diligência quanto às possíveis insuficiências ou demasias em relação à abordagem dos processos. A utilização dessas expressões compreende dimensões assaz discutíveis, especialmente por duas razões que serão comentadas nos próximos parágrafos.

A primeira delas diz respeito ao fato de que a expressão *reformas borbônicas* contempla a integralidade contextual dos empreendimentos governamentais da monarquia espanhola postos em prática ao longo de todo o século XVIII, período de vigência da dinastia Bourbon após a Guerra de Sucessão travada contra a França nos primeiros anos da centúria. Não havendo portanto uma distinção nominal legitimada pela historiografia que particularize as políticas viabilizadas por Felipe V (1700-1746) e Fernando VI (1746-1759) em relação às conduzidas por Carlos III (1759 – 1788) e Carlos IV (1788 – 1808) – as duas últimas sim, de caráter ilustrado –, tem-se a impressão de que as reformas espanholas, borbônicas, se distinguem visceralmente das portuguesas por sua implementação ao longo de todo o século XVIII. Por abarcar toda a centúria e sublimar lexicalmente as discrepâncias inerentes aos reformistas que atuaram antes e depois do reinado de Carlos III, marco de implementação da ilustração na monarquia hispânica, a denominação *borbônica* outorga ao reformismo espanhol um aspecto de transcendência temporal em relação às reformas empregadas pela coroa portuguesa, uma vez que as pombalinas, tendo ocorrido apenas cerca de cinquenta anos após o início das borbônicas no quadro imperial espanhol, aparentam tratar de *outro* processo.

A segunda razão está no fato de que a expressão *reformas pombalinas* enseja certa deturpação quanto às distintas nuances de

experiências geracionais⁴⁰ do fenómeno reformista ilustrado português por reduzi-lo – ou estigmatizá-lo – à atuação do valido de D. José I. Apesar da incontestável herança transmitida por Carvalho e Melo a muitos dos letrados que colaboraram com a monarquia lusitana após seu egresso em 1777, é relevante considerar que a ascensão de D. Maria I ao trono português desencadeou uma série de mudanças quanto ao roteiro reformista até então empreendido pela coroa ⁴¹. Assim sendo, homogeneizar as gerações subsequentes a partir da figura de Pombal, como se os pressupostos do reformismo ilustrado lusitano tivessem se estagnado no “pombalismo” sem terem sido transformados – ainda que não drasticamente – após o afastamento do marquês, novamente reduz à pessoa de Carvalho e Melo a pluralidade de discursos empreendidos por funcionários que atuaram após 1777; o que reitera a clivagem historiográfica existente quanto ao império espanhol pela tipificação

⁴⁰ De acordo com Reinhart Koselleck, “qualquer comunidade de ação reunida por trajetórias biográficas, pelo acaso ou por uma organização ajuda a consolidar experiências vivenciadas. Por isso, do ponto de vista temporal, podemos falar em unidades geracionais políticas e sociais, cuja característica comum consiste em vivenciar, reunir e organizar experiências singulares ou recorrentes, ou então em viver experiências comuns”. In: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2014, p.35. Sobre a geração de reformistas atuantes após o egresso do Marquês de Pombal, ver MAXWELL, Kenneth. The Generation of the 1790's and the Idea of Luso-Brazilian Empire. In: ALDEN, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Los Angeles: University of California Press, 1973, p. 107-144.

⁴¹ Segundo José Damião Rodrigues, o reinado mariano “foi caracterizado por algumas interpretações como tendo sido um período de regresso ao *status quo ante*, isto é, uma ‘restauração’ das posições sociais e dos privilégios por parte daqueles que haviam sido perseguidos ou simplesmente afastados do poder por Sebastião José de Carvalho e Melo [...]. Neste sentido, falou-se da ‘Viradeira’ como tendo sido uma ‘mudança de orientação política’, embora, por vezes, se tenha exagerado o real impacto da mudança de soberano. Com efeito, não podemos esquecer um aspecto central da ação governativa de D. Maria I: nunca poderia ter existido uma inversão total no que respeita às linhas definidas no reinado de D. José I em matéria de governabilidade, porque, caso isso acontecesse, tal fato representaria um desrespeito pela memória do pai da rainha e uma diminuição da autoridade régia, logo também da própria majestade da nova monarca”. In: RODRIGUES, José Damião. Continuidades e Projectos Reformistas (1777-1807). In: _____.; COSTA, João Paulo Oliveira e; OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da Expansão e do império português*. Lisboa: Bertrand, 2014, p.296.

excessiva do fenômeno português por meio do protagonismo irrestrito atribuído a Pombal.

Tratar-se-á, agora, de uma terceira possível razão que permita compreender a dissociação dos reformismos ibéricos pela historiografia produzida sobre o tema. Mesmo se tratando de uma pauta já suficientemente criticada, é mister considerar certo nacionalismo retroativo presente na historiografia sobre os reformismos ilustrados, tendo em vista especialmente as obras produzidas por historiadores portugueses, espanhóis e latino-americanos. Isso porque apesar do advento da chamada *nova história atlântica* a partir dos anos noventa do século XX, que reconfigura muitas das prerrogativas empreendidas por contribuições da anterior *história atlântica* – que apresentava a ideia de que o oceano Atlântico deveria ser concebido como um espaço de intercâmbios marítimos a partir de abordagens pautadas na unidirecionalidade do “Mediterrâneo” braudeliano⁴² –, grande parte da historiografia produzida por ibéricos e latino-americanos acerca do reformismo ilustrado seguiu reprisando muitos dos paradigmas e formatos interpretativos essencialmente restritos ao binômio metrópole-colônia, reiterando diversas das nuances de iniquidade e nacionalismo que haviam pautado os modelos historiográficos pregressos.

⁴² Federica Morelli e Alejandro E. Gómez tratam de certas acusações feitas à tradicional *história atlântica*, que a colocam como “uma espécie de etnocentrismo anglo-saxão ou uma nova variante do colonialismo intelectual disfarçado de uma forma legítima de fazer história”. Segundo os autores, “talvez o aspecto mais incompreendido que enfrenta esta corrente seja sua pretendida intenção de encarar uma proposta de análise histórica global, indicação que não tem nenhum sentido considerando os limites espaciais atlânticos que se auto impõem para sua análise. Em tal sentido, a mesma não é útil para abordar temas relacionados aos impérios marítimos da Holanda e de Portugal, ou qualquer outra realidade histórica além do Cabo da Boa Esperança”. In: MORELLI, Federica & GÓMEZ, Alejandro E. La ‘nueva historia atlántica’: un asunto de escalas. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, abril de 2006 [online].

Tem-se então que apesar do pluridirecionalismo interpretativo suscitado pelas contribuições da *nova história atlântica* e posteriormente pelas chamadas *história global, mundial e transnacional* ⁴³, uma considerável parte das obras – raramente produzidas em âmbito ibérico ou latino-americano – que se dispuseram a contemplar, em maiores ou menores medidas, as reciprocidades inerentes aos reformismos ilustrados português e espanhol, o fizeram sobretudo na medida em que fosse possível estabelecer uma compreensão de larga duração sobre o tema das emancipações ocorridas nos primeiros anos do século XIX. Assim sendo, ainda que alguns trabalhos tenham se disposto a considerar a indissociabilidade das políticas reformistas ilustradas, tem-se que estes não foram redigidos por ibéricos e latino-americanos – salvo pouquíssimos casos, como os dois referenciados em rodapé⁴⁴ – e que sua pretensão não tenha sido necessariamente viabilizar uma aproximação historiográfica dos fenômenos, mas empreender uma observação remota do processo de dissolução dos impérios ibéricos que partisse das reformas ilustradas e se completasse na ocorrência das lutas de independência luso e hispano-americanas.

⁴³ Ver BAYLY, C. A.; BECKERT, Sven; CONNELLY, Matthew; HOFMEYR, Isabel; KOZOL, Wendy & SEED, Patricia. On Transnational History. THE AMERICAN HISTORICAL REVIEW, vol. 111, ed. 5, dezembro de 2006 e MARQUESE, Rafael & PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia*, n.17, abril de 2015.

⁴⁴ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993; _____. & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.all.). *Los espacios publicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas*. Siglo XVIII-XIX. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998; LANGLEY, Lester. THE AMERICAS IN THE AGE OF REVOLUTION, 1750-1850. CONNECTICUT: Yale University Press, 1997. Por fim, cita-se respectivamente uma contribuição ibérica e outra latino-americana: PORTILLO-VALDÉS, José María. CRISIS ATLÁNTICA. AUTONOMÍA E INDEPENDENCIA EN LA MONARQUÍA HISPANA. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006 e PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2015.

Apresentados alguns dos problemas inerentes à convencional dissociação dos reformismos ilustrados pela historiografia, manifestam-se então algumas inquietudes e indagações: como incorporar a uma mesma agenda temática os vastos contextos dos impérios português e espanhol – considerando, evidentemente, metrópoles e colônias –, reiteradamente contemplados por grande parte da historiografia como realidades tão díspares? A partir de quais pautas, narrativas ou questionamentos seria possível constituir um panorama comum que permitisse estabelecer unidades interpretativas que dessem conta de abarcar esta vastíssima diversidade temática? Desde quais registros, fontes e evidências poderíamos, enquanto historiadores e historiadoras, delinear estudos que tratassem dos reformismos ilustrados ibéricos de modo articulado, concebendo-os como políticas coincidentes empreendidas por coroas que se posicionavam em relação a demandas estruturais comuns?

Em tal sentido, proponho indicar uma aproximação dos reformismos ilustrados português e espanhol que permita tratar dos dois processos como substancialmente intrincados por meio da realização de um estudo respeito de noções, concepções, representações e conceitos ⁴⁵ de *tempo* expressos em discursos empreendidos por funcionários letrados portugueses e espanhóis – tanto peninsulares quanto americanos – à serviço das coroas, sobretudo em escritos de cunho político e econômico que tratam de temas relativos ao Brasil e à América espanhola entre c.1750 e c.1807.

Tal aproximação sob o prisma do *tempo* se faz plausível e necessária, dentre outras razões, porque a natureza de ambas as

⁴⁵ PIMENTA, João Paulo. “Notions and concepts of time in late eighteenth-century Brazil” (*paper* apresentado no 13º Internationaler Kongress zur Erforschung des 18. Jahrhunderts, Graz, 2011).

políticas reformistas, que condicionavam seus formuladores e gestores à concepção de um futuro mais próspero para os impérios ibéricos, engendrava ideias sistematizadas acerca do passado, do presente e do porvir. Isso porque, como já se mencionou anteriormente, as coroas portuguesa e espanhola paulatinamente interpretaram que ocupavam posições periféricas em relação aos padrões de disputa econômica em um contexto global, ante a aparição de sintomas relacionados à aceleração do tempo histórico e, portanto, ao alargamento das distâncias entre os espaços de experiência e dos horizontes de expectativa⁴⁶ vigentes naquelas circunstâncias. Tais sintomas pareciam ameaçar a viabilidade das monarquias e se manifestavam, especialmente, nas linguagens políticas de funcionários reformistas ilustrados no que se refere ao modo com que estes almejavam encontrar, no legado histórico de séculos pretéritos e na manipulação semântica do *tempo*, inspirações de conduta que pudessem assegurar o resgate e a manutenção de uma ordem que parecia revelar sua falência.

A seguir, serão apresentados alguns dos pontos nevrálgicos que caracterizam esta proposta investigativa, ressaltando suas particularidades em relação a algumas das abordagens costumeiramente promovidas sobre o tema – mediante as críticas já ensejadas nos parágrafos anteriores – e reconhecendo a fertilidade de muitos dos pressupostos teórico-metodológicos suscitados pela chamada História dos Conceitos para o desenvolvimento do trabalho proposto.

OS REFORMISMOS ILUSTRADOS IBÉRICOS E A HISTÓRIA DOS CONCEITOS COMO PROPOSTA INTERPRETATIVA

⁴⁶ Nos termos propostos por KOSELLECK, Reinhart. 'Espaço de experiência' e 'horizonte de expectativa': duas categorias históricas. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2006.

Considerando os intercâmbios marítimos, os tráficos comerciais e as redes de trocas abordadas em obras como tais como as de Immanuel Wallerstein e Fernand Braudel⁴⁷ ponderando, evidentemente, os modelos explicativos e as particularidades teórico-metodológicas empreendidas por cada autor –, o período em que o esta proposta investigativa se insere abarca, além dos eventos mencionados no início deste artigo, a consolidação estrutural do sistema-mundo capitalista durante a vigência do chamado ciclo sistêmico de acumulação britânico no processo de larga duração enunciado por Giovanni Arrighi⁴⁸. Para Robert Palmer, esse contexto engendra uma *Era da Revolução Democrática*⁴⁹ dada a desagregação de todo um arranjo estrutural que, forçosamente, incluía os impérios coloniais ibéricos – apesar de terem sido pouco abordados pelo autor – e a emergência de uma nova ordem que se estabelecia a partir das fissuras do denominado Antigo Regime; enquanto Reinhart Koselleck sugere, como já referido anteriormente, que é a aceleração progressiva do tempo histórico que caracteriza a chamada *Modernidade* no mundo ocidental.

Mesmo que tais autores, mencionados dentre muitos possíveis, se detenham mais ao âmbito econômico do que ao político (com exceção a Palmer) ou ao cultural, fato é que todas essas obras de algum modo convergem para a assertiva koselleckiana no tocante à *novidade* – ou, em alguns aspectos, à *ressignificação* – como traço sintomático da passagem do século XVIII ao XIX. Os ritmos de vida cingidos pela Revolução Industrial, primeiro inglesa e logo europeia, reconfiguraram

⁴⁷ WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System*. New York: Academic Press, 1977-1989 e BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. Lisboa: Teorema, s/d.

⁴⁸ ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Edunesp, 1996.

⁴⁹ PALMER, Robert Roswell. *The Age of the Democratic Revolution*. New Jersey: Princeton University Press, 2014.

paulatinamente a percepção das estruturas de vivência do *tempo* diagnosticadas pelos homens e mulheres do período na medida em que, portadores de notáveis indícios de ineditismo e/ou de propostas de reformulação das normas cotidianas vigentes, passaram a alvitrar outros padrões de atuação e conduta e formularam distintas perguntas sobre um “futuro histórico” que deixava de ser previsível pela escatologia cristã, pelas utopias do século XVII ou pelas práticas de prognóstico⁵⁰ difundidas até então.

Se a Revolução Industrial foi um dos fenômenos condicionantes deste novo modo de *quantificar* o mundo⁵¹, a Revolução Francesa pode ser tida como o outro eixo da *dupla revolução moderna*⁵² enquanto fenômeno instigador de um novo modo de *qualificar* o existir com fortes correlações – apesar de nem sempre diretas e de modo algum hegemônicas – com as alterações das condições de enunciação estimuladas, em grande parte, pela emergência do projeto filosófico do Iluminismo, da Ilustração ou, simplesmente, das Luzes. Exaltando pautas tais como o experiencialismo, o empirismo, a moral, a liberdade, a felicidade e o progresso, a cultura ilustrada propunha também o gozo de uma noção de humanidade universal em que o passado deixaria de ser “a encarnação de um ideal eterno ou um simples repertório de exemplos

⁵⁰ Ver CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009 e KOSELLECK, Reinhart. *O futuro desconhecido e a arte do prognóstico. Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2014.

⁵¹ CROSBY, Alfred. W. *A Mensuração da Realidade: a quantificação e a sociedade Ocidental*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

⁵² O termo é de HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789 – 1848*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.18. Ver também ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ed Ática, 1963.

para se tornar uma sucessão de épocas históricas, cada uma com sua coerência e seus próprios valores”⁵³.

É necessário mencionar, entretanto, que parte do ideário que fomentou o arcabouço político-ideológico da França revolucionária não data do ano de 1789: desde o século XVI, com as teorias copernicanas sobre o movimento dos corpos celestes e o desenvolvimento de uma ideia de *revolução* pertencente ao âmbito da astronomia – e, sobretudo, a partir da expansão, apropriação e incorporação sucessiva dessas mesmas ideias às linguagens políticas daqueles contemporâneos –, as percepções em relação à capacidade de intervenção dos seres humanos no fluxo da História vinha sendo reformulada, o que passou a requalificar o desempenho dos sujeitos na tessitura de suas próprias narrativas e a desatrelá-los de convenções e obrigtoriedades inerentes à emulação do passado que prevalecera até então⁵⁴.

O reformismo ilustrado, tal como se manifestou nos contextos imperiais português e espanhol, foi norteado não por um conceito moderno de *revolução*, por ele majoritariamente rechaçado como aspiração política, mas pela circunstância de uma experiência cognoscitiva quanto à necessidade de que algo deveria ser feito em prol do regate das coroas ibéricas diante da realocação das mesmas em posições notadamente periféricas quanto aos emergentes padrões de

⁵³ É vasta a bibliografia sobre o tema. Para este artigo, foram considerados os seguintes trabalhos: VOVELLE, Michel. (dir.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997; HAZARD, Paul. *O Pensamento Europeu no século XVIII* (de Montesquieu a Lessing). Lisboa: Ed. Presença, s/d; _____. *A crise da consciência europeia*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1948; CHAUNU, Pierre. *A Civilização da Europa das Luzes*. Lisboa: Ed. Estampa, 1985 e VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. EDUSC: 2003. A citação entre aspas está em TODOROV, Tzvetan. *O Espírito das Luzes*. São Paulo: Editora Bacarolla, 2008, p.22.

⁵⁴ ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. De la historia como un arte a la historia como una 'ciencia'. *Historias Conceptuales*. Ciudad de México: El Colegio de México/Centro de Estudios Históricos, 2017 e _____. *La cultura moderna de la Historia: una aproximación teórica e historiográfica*. Cidade do México: El Colegio de México, Centro de Estudios Historicos, 2010.

concorrência internacional e em relação a muitos dos valores de *esclarecimento* e *progresso* (conceitos típicos da época) que circulavam àquela altura⁵⁵.

Considerando tais acenos interpretativos, é possível sugerir que um estudo sobre o *tempo* propicie o estabelecimento de uma compreensão articulada dos reformismos ilustrados português e espanhol, tendo em vista que a natureza de ambas as políticas reformistas engendrava ideias sistematizadas acerca de suas épocas pósteras e pregressas, que se expressavam, sobretudo, no repertório lexical de seus atores políticos. Imersos num contexto específico de dinâmicas e mutabilidades no que se refere a vocábulos e conceitos relacionados ao *tempo*, os discursos de reformistas ilustrados portugueses e espanhóis apresentam uma carga conceitual fortemente politizada, sendo possível notar que muitos dos elementos textuais estruturantes da epistemologia ilustrada remetem aos movimentos de criação, projeção e experiência cognoscitiva de uma inteligência ibérica que se mobilizava diante do diagnóstico de uma crise estrutural⁵⁶ e que, por isso, concebia o empreendimento das reformas como uma promissora reação de resgate dos impérios português e espanhol diante de seu outono iminente.

Para Reinhart Koselleck – o mais notório expoente da chamada História dos Conceitos ou *Begriffsgeschichte*⁵⁷ –, em considerações

⁵⁵ PAGDEN, Anthony. *La Ilustración y porque sigue siendo tan importante para nosotros*. Madrid: Alianza Editorial, 2015.

⁵⁶ Ver BERBEL, Márcia Regina, MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.

⁵⁷ Para além da *Begriffsgeschichte*, desenvolvida inicialmente pelo historiador austríaco Otto Brunner, os estudos acerca das *linguagens políticas* e da chamada *semântica histórica* têm incorporado importantes contribuições de um vasto legado epistemológico oriundo de uma proposta de “historicização” da própria história a partir de sortidos prismas de abordagem tais como o da hermenêutica (Hans-Georg Gadamer), o do contextualismo linguístico (Quentin Skinner e John Pocock), o das variedades de consciência histórica (Hayden White), o da memória e o do esquecimento (Paul Ricoeur), o dos regimes de historicidade (François Hartog), o da

apresentadas inicialmente em sua tese de doutorado⁵⁸ e expandidas em obras posteriores do autor, as transformações que ocorreram sobretudo em âmbito europeu entre 1750 e 1850 – considerando, como já dito anteriormente, as insólitas tipificações *quantitativas* oriundas da Revolução Industrial e *qualitativas* provenientes da Revolução Francesa – foram tão importantes e significativas que teriam constituído aquilo a que o autor denominou *Sattelzeit*, isto é, um “tempo de sela”. De acordo com o autor, o *Sattelzeit* diria respeito à aceleração progressiva do tempo histórico como indicativo da transição para uma história “especificamente moderna”, dado que a “desnaturalização da experiência temporal que se conhecia até então”⁵⁹ teria promulgado um “adensamento da experiência histórica”⁶⁰ e pautado transformações semânticas atreladas aos processos de temporalização, democratização, ideologização e politização que ocorreram contundentemente no vocabulário político moderno.

Mas o *Sattelzeit* não teria sido apenas um período de metamorfoses, como também uma época de *crise*: para Koselleck, a cadência

chamada “metaforologia” – relacionada à ideia de “inconceitualidade” (Hans Blumemberg), dentre tantos outros. Ver FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo. *Conceptos políticos, tiempo y modernidad. Actualidad de la historia conceptual*. In: _____. (Orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Santander: Editorial de la Universidad de Cantabria, 2013 e PALTÍ, Elías José. De la historia de ‘Ideas’ a la historia de los ‘lenguajes políticos’: las escuelas recientes de análisis conceptual – el panorama latinoamericano. *Anales Nueva Época*, nº 7-8, 2006, pp.63-81.

⁵⁸A tese de doutorado de Koselleck foi apresentada à Universidade de Heidelberg no ano de 1954, tendo sido publicada na Alemanha quatro anos depois. Para este artigo, consideramos a edição traduzida para o português por Luciana Villas-Boas Castelo-Branco, a saber: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto/EDUERJ, 1999.

⁵⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2014, p.142.

⁶⁰ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Cabalgando el corcel del diablo: conceptos políticos y aceleración histórica en las revoluciones hispánicas. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & CAPELLÁN DE MIGUEL, Guillermo. (Orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Santander, 2013, p.450.

propiciada pela *dupla revolução* revelava a necessidade de ressaltar a historicidade das palavras e a noção de que o significado delas deveria depender essencialmente da consciência histórica coletiva e das experiências cognoscitivas individuais de cada período. Para viabilizar sua proposta, apresentou uma distinção entre *categorias* e *conceitos*, na qual *categorias* são ferramentas de consumação de um acervo linguístico-intelectual responsável por, numa determinada sociedade, atribuir um conjunto de significados a certos vocábulos – que passam, então, a ser tidos como *conceitos* por adquirirem caráter polissêmico. De acordo com Koselleck, “o sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso; um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico”, pois que “embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”⁶¹.

Com base no panorama em que se inserem as reformas ilustradas portuguesa e espanhola e considerando a História dos Conceitos como proposta interpretativa, serão apresentadas a seguir algumas análises de excertos de escritos reformistas que tratam especificamente das colônias americanas entre c.1750 e c.1807. Objetivando contemplar os reformismos como fenômenos atravessados por dimensões globais coincidentes – na medida em que se considera sua articulação com espaços e interfaces mais amplas, durações mais longas e trânsitos de pessoas, saberes e mercadorias a níveis dilatados –, intenciona-se

⁶¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2006, p.109. Ver também PALTÍ, Elías José. Reinhart Koselleck: his Concept of the Concept and Neo-Kantianism. *Contributions to the History of Concepts*, volume 6, edição 2, inverno de 2011.

assinalar que o estudo do *tempo* a partir de discursos de cunho político e econômico produzidos por funcionários das coroas ibéricas permite fornecer profícuos elementos de análise que viabilizam o estabelecimento da compreensão articulada das duas políticas imperiais que vem sendo reivindicada ao longo do presente artigo, em que se considera as linguagens políticas empreendidas por funcionários das coroas portuguesa e espanhola – esteve dotada de aspectos linguísticos congruentes e de diversas apreensões análogas sob o prisma discursivo do *tempo* – como um dos principais vetores de manifestação da experiência cognoscitiva da crise estrutural que caracterizou a *modernidade* ocidental enquanto tal, bem como do eflúvio da aceleração do tempo histórico que a tipificou.

DIÁLOGOS CONCEITUAIS SOB O PRISMA DO “TEMPO”

Dentre as noções, concepções, representações e conceitos de *tempo* expressos no discurso de reformistas ilustrados portugueses e espanhóis da segunda metade do século XVIII aos primeiros anos do século XIX que foram levantadas até o presente momento, destacam-se: 1) termos tais como *reforma*, *atraso*, *adiantamento/adelantamiento*, *passado/pasado*, *futuro*, *experiência/experiencia* e *história*; 2) a menção a eventos, personagens e civilizações pretéritas – de fenícios, egípcios, gregos, romanos e incas até antigos monarcas portugueses e espanhóis, passando pelas figuras de Licurgo, Pércles, Cícero, Alexandre o Grande, Hernán Cortés, entre outros –; 3) projeções relacionadas à futuros prenhes de *progreso/progreso*, *prosperidade/prosperidade* *esperança/esperanza* e *expectativa*.

As análises a serem apresentadas, ainda que preliminares, pretendem abrir caminhos para o estabelecimento de uma futura articulação dos contextos específicos de produção de alguns escritos de

reformistas ilustrados portugueses e espanhóis aos quais se refere, bem como de sua circulação a níveis imperiais e de eventuais singularidades de ordem autoral decorrentes de suas atuações políticas específicas.

No *Ensaio de descrição física e económica da comarca dos Ilhéus na América*⁶², Manuel Ferreira da Câmara (Minas Gerais, 1762 – Bahia, 1835) propõe algumas observações para o empreendimento de melhorias à comarca nomeada no título de seu texto. Para tanto, recorre ao vocábulo *adiantamento* – termo bastante reivindicado por funcionários reformistas de ambos os impérios – para tratar dos projetos de melhorias e transformações pretendidos para a mencionada região, que teriam sido frustrados dada a má administração da comarca:

O ministro encarregado do adiantamento e cultura desta comarca pretendeu fazê-la comunicável com o sertão da Ressaca, abriu-se uma estrada, que apesar de ser tortuosa, tinha trinta léguas, por onde chegou a descer algum gado, mas a falta de habitantes, e a vegetação rápida, impediu estes bons começos; e a comarca se reduziu ao seu antigo estado de penúria⁶³.

No *Vocabulário Portuguez & Latino* elaborado pelo padre Rafael Bluteau⁶⁴, cujos tomos foram publicados entre 1712 e 1728, o verbete

⁶² CÂMARA, Manuel Ferreira da. Ensaio de descrição física, e econômica da Comarca dos Ilhéus na América. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa* – 1789-1815. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

⁶³ CÂMARA, Manuel Ferreira da. Ensaio de descrição física, e econômica da Comarca dos Ilhéus na América. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa* – 1789-1815. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p.235.

⁶⁴ Apesar de permitirem identificar evidências importantes, as cristalizações de sentido apresentadas tanto em Bluteau quanto em Moraes Silva, bem como nos dicionários de língua espanhola a serem evocados, pouco assentem concluir a respeito das transformações e ressignificações linguísticas que atravessaram os verbetes que as compõem; sendo necessário, então, um constante e imprescindível exercício de contextualização das palavras que encabeçam os verbetes em seus âmbitos próprios de aplicação e uso. É necessário justificar que, pelo caráter propositivo deste artigo, pouco será explorado no sentido de ponderar o caráter as informações que compõem os verbetes referidos aos vocábulos e conceitos a serem aqui analisados, mesmo que

adiantar – que expressa a definição do verbo que conduz à construção lexical do substantivo *adiantamento* – significa “fazer com que alguma coisa vá a diante; tenha progresso – nas letras, dignidades, fazendas; dar pressa em algum negócio; fazer progressos em alguma coisa”⁶⁵. Na revisão da obra de Bluteau, feita por Antonio de Moraes Silva e publicada em 1789, *adiantar* também diz respeito à promoção ou conclusão de um negócio, e o progresso passa a estender-se, para além das “letras, dignidades e fazendas” de Bluteau, às virtudes, honras e prosperidades⁶⁶.

No excerto de Ferreira da Câmara, o *adiantamento* está atrelado aos progressos abordados por Bluteau e Moraes Silva em seus verbetes na medida em que a realização do *adiantamento* na comarca de Ilhéus seria, para o ilustrado, a solução para evitar que a mesma retornasse ao seu “antigo estado de penúria”, o que havia ocorrido por conta do rápido crescimento da vegetação onde se havia aberto uma estrada e da ausência de pessoas que pudessem habitar aquele espaço. Dado o fracasso da intentona reformista por conta de intempéries naturais, tem-se que a comarca esteve fadada justamente ao antônimo da sorte vislumbrada pelo redator da memória, pois que ao padecer do “defeito de adiantar-se” – definição de Moraes Silva para o termo “atrasar”⁶⁷ –, Ilhéus retornou sumariamente ao seu “antigo estado de penúria”.

sua abordagem ocupe uma importante dimensão na pesquisa de que este texto é tributário, sendo esta uma pauta relevante para a referida investigação.

⁶⁵ BLUTEAU, Rafael. *Adiantar. Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico... 1712 – 1728*. Disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin [<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>].

⁶⁶ SILVA, Antonio de Moraes. *Adiantar. Dicionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>.

⁶⁷ SILVA, Antonio de Moraes. *Atrasar. Dicionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>.

O ilustrado hispano-peruano José Eusébio de Llano Zapata (Lima, 1721 – Cádiz, 1780) também incorporou a retórica do *adiantamento*, típica de ambos os reformismos ilustrados ibéricos, numa epístola enviada no ano de 1774 ao “ilustríssimo e reverendíssimo” senhor Don Francisco de los Ríos. Em tal carta, o autor empreendeu um elogioso discurso acerca de Don José Joaquín de Avalos Chauca, a quem recentemente havia sido concedido o título de Consultor Teólogo Canonista e Examinador Sinodal do Bispado panameño⁶⁸.

O título do escrito de Llano Zapata, que se refere a “la adelantada madurez” e aos “rápidos progresos literarios de un insigne teólogo y canonista de la Real Universidad de Lima”, contém marcas discursivas sobre o *tempo* que devem ser consideradas. De modo muito semelhante ao conteúdo dos verbetes de Bluteau e Moraes Silva, o *Diccionario de Autoridades* (1726 - 1739) define o substantivo “adelantamiento” como “el acto de adelantar a alguno en honores o dignidad”, enquanto o verbo “adelantar” está definido como “tomar o ganar la delantera, ahora sea por razón del lugar, del tiempo, de las personas, o de las cosas [...] y así se dice adelantar el império, el negocio, la fama, la reputación”⁶⁹. No *Diccionario de la lengua castellana* publicado pela Real Academia Española em 1791, por sua vez, ambos os verbetes apresentam ainda, dentre suas definições, a palavra “medra” que significa “el aumento, mejora, adelantamiento o progreso de alguna cosa”⁷⁰.

⁶⁸ LLANO ZAPATA, José Eusébio de. *Copia de la carta que, con fecha de 29 de abril de 1774, escribe al Illmo. y Revmo. señor D. Fr. Francisco de los Rios, obispo de Panamá, D. Joseph Eusebio de Llano Zapata, sobre la adelantada madurez y rápidos progresos literarios de un insigne theólogo y canonista de la Real Universidad de Lima*. Disponível na Biblioteca Nacional del Perú [digital].

⁶⁹ Real Academia Española (1726 - 39). Adelantamiento. *Diccionario de Autoridades*. Disponível no acervo digital da RAE [http://web.frl.es/DA.html].

⁷⁰ Real Academia Española (1791). Adelantamiento. *Diccionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española, reducido a un tomo para su uso más fácil*

O verbete que consta no *Diccionario de Autoridades* apresenta, entretanto, um relevante alargamento lexical em relação aos mencionados presentes no *Vocabulário* de Bluteau e no *Dicionário* de Moraes Silva, uma vez que, no castelhano, o vocábulo “adelantar” também diz respeito à ideia de “preferir a alguno, o aventajarle en honores o premios”. Sendo então simultaneamente precoce e honorável, porque “adiantada” e porque dotada de “predileções” e “vantagens”, a *madurez* – definida pelo *Diccionario de Autoridades* como “el estado de perfección, sazón y bondad que tiene el fruto”⁷¹ – de Avalos Chauca é louvada pelo ilustrado hispano-peruano para cumprimentar o bispo hispano-panameño por ter concedido o título de Consultor Teólogo Canonista e Examinador Sinodal do Bispado a tal *insigne teólogo y canonista de la Real Universidad de Lima*, confirmando que esse feito irá corroborar positivamente com sua nação, com sua pátria, com seu estado e com sua escola.

Também é possível observar diversos indícios de temporalidade no entramado semântico empregado pelo estrangeirado ⁷² italiano Domingos Vandelli (Pádua, 1735 – Lisboa, 1816) em sua *Memória sobre a Agricultura deste reino e das suas conquistas*⁷³, na qual o reformista reivindica a retórica da *decadência*, também bastante típica dos

uso. *Tercera Edición*. 1 tomo. Disponível no acervo da Hathi Trust Digital Library [goo.gl/mSz6hG]. Ver, também: Real Academia Española (1791). *Medra. Diccionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española, reducido a un tomo para su uso más fácil uso. Tercera Edición*. 1 tomo. Disponível no acervo da Hathi Trust Digital Library [goo.gl/mSz6hG].

⁷¹ Real Academia Española (1726 - 39). *Madurez. Diccionario de Autoridades*. Disponível no acervo digital da RAE [http://web.frl.es/DA.html].

⁷² Sobre o termo, ver MARTINS, António Coimbra. “Estrangeirados”. In: SERRÃO, Joel. (dir.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965, pp.123-5 e MACEDO, Jorge Borges de. *Estrangeirados: um conceito a rever. Revista Bracara Augusta*, vol. 28, 179-202, 1974.

⁷³ VANDELLI, Domingos. *Memória sobre a agricultura desse reino e das suas conquistas. Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

reformismos ilustrados português e espanhol pela herança discursiva arbitrista a eles transmitida:

Eu, nesta memória, indicarei geralmente:

1. O estado da agricultura no reino, e suas conquistas.
2. As causas físicas e morais da sua decadência.
3. Os meios para fazer florescer a agricultura⁷⁴.

É importante considerar que o vocábulo *decadência* não possui um verbete próprio no *Vocabulário* de Bluteau, mas aparece dentre uma das definições do verbete *declinação*, como “princípio de ruína de estado, do império, da saúde, fortuna, bens”⁷⁵. Já em 1789, quando da publicação do *Dicionário* de Antonio de Moraes Silva, *decadência* é contemplada com um verbete próprio, cuja definição apresentada é a de “descaimento da força, vigor, poder, do império, do valimento, dos validos, da agricultura, das artes, das ciências, do comércio, decadência do pulso; do que vai enfraquecendo”⁷⁶. Segue sendo, também, um dos sinônimos de *declinação*.

Ao mencionar as “causas físicas e morais” da *decadência* do estado da agricultura no reino e em suas conquistas, o redator da *Memória* denuncia implicitamente o atraso, já rechaçado por Manuel Ferreira da Câmara, além de revelar o enfraquecimento e a perda de vigor no cultivo agrícola coordenado pelo império português. O vocábulo *florescer*, empregado logo a diante, é uma metáfora de cunho

⁷⁴ VANDELLI, Domingos. Memória sobre a agricultura desse reino e das suas conquistas. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa* – 1789-1815. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p.127.

⁷⁵ BLUTEAU, Rafael. Declinação. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico...* 1712 – 1728. Disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin [<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>].

⁷⁶ SILVA, Antonio de Moraes. Decadência. *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>.

agrarista e aparece em Antonio de Moraes Silva – mas não no *Vocabulário* de Rafael Bluteau – como “estar em vigor, atividade, força e poder”⁷⁷. Como exemplos de entidades passíveis de florescimento, Moraes Silva cita em seu verbete o comércio, as boas artes, a república, o reino, as cidades bem governadas, os bons engenhos e os homens doutos.

Depois, ao tratar da geografia do império, Domingos Vandelli expõe que “a porção que está cultivada em vinhas, oliveiras, bosques, grãos e legumes, não tem em geral o grau de perfeição ou de aumento na agricultura, que pode admitir, nem o que tinha no tempo do senhor rei D. Dinis”. Em tal assertiva, o ilustrado evoca o tempo do senhor rei D. Dinis objetivando enaltecer uma época pretérita em que, graças ao chamado “Rei Lavrador”⁷⁸, não teria havido em Portugal nem pessoas e nem terras ociosas: com isso, Vandelli reitera a concepção de que o passado seja detentor de magnos fatos e repositório de lições para o futuro, admitindo o presente como uma instância a ser adensada pelas transformações e *adiantamentos* inerentes ao grandioso projeto das reformas ilustradas. Para as personagens engajadas na política reformista, fossem portuguesas, espanholas, luso ou hispano-americanas, a História estaria a favor da prosperidade do projeto ilustrado, sendo concebida

⁷⁷ SILVA, Antonio de Moraes. *Florescer. Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>.

⁷⁸ “El-Rei aos lavradores chamava os *Membros da República*; como já lhes havia chamado a antiguidade companheiros da natureza. Concedeu-lhes como a tais graves isenções, e privilégios, fez roçar e abrir dilatadíssimas brenhas em muitas partes do reino, que não serviam mais, que para covas de feras, e mandou plantar árvores, semear frutos, utilizando o inútil em benefício dos povos. Ao desvelo da cultura se seguia a continuação da fertilidade que foi perene no seu tempo: pelo que se falta trigo em Portugal, não é porque falem terras aos lavradores, senão lavradores para as terras, e a estes o favor dos reis. Mandou plantar o pinhal de Leiria”; apud: *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p.128.

como uma espécie de manual que forneceria diversos *exempla* àqueles que, com genuína disposição, se propusessem a aprender com o passado para transformar o presente⁷⁹.

O enaltecimento da educação e do processo de formação intelectual dos homens também esteve dentre os temas privilegiados pelos letrados reformistas em seus escritos. Ora, para que os reformistas pudessem reivindicar as contribuições da História para com os programas que intencionavam empreender em prol do “bem comum” de suas pátrias, fazia-se necessário conhecê-la, estudá-la e instruir-se o quanto fosse possível sobre ela. Para demonstrar uma das tantas aparições do tema da educação em escritos ilustrados – no que diz respeito especialmente às reflexões acerca da agricultura, tema tão caro a esses homens –, analisarei alguns trechos dos *Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio*, texto de 1796 escrito por Manuel Belgrano (Buenos Aires, 1770 – Buenos Aires, 1820), secretário do consulado real em Buenos Aires⁸⁰.

Em seus *Medios generales*, Belgrano propõe meios para incentivar o *adelantamiento de la agricultura*, por ser ela “la madre fecunda que proporciona todas las materias que dan movimiento a las artes y al comercio⁸¹”. Ao sugerir que a agricultura seja “el destino del hombre”,

⁷⁹ Ver ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. Historia, experiencia y modernidad en Iberoamérica, 1750 – 1850. In: FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, Javier (org.). Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750 – 1850. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales / Fundación Carolina / Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009.

⁸⁰ BELGRANO, Manuel. Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.

⁸¹ BELGRANO, Manuel. Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979, p.305.

Belgrano reivindica seu lugar de força motriz das reformas ilustradas a partir de uma justificativa que evoca a importância das práticas agrícolas para o triunfo de diversas sociedades ao longo da história:

en el principio de todos los pueblos del mundo cada individuo cultivaba una porción de tierra, y aquellos han sido poderosos, sanos, ricos, sabios y felices, mientras se conservaron la noble simplicidad de costumbres que procede de una vida siempre ocupada [...]. La república romana jamás fue más feliz y más respetada, como en el tiempo de Cincinato; lo mismo ha sucedido a todos los demás pueblos, y así que en todos ha tenido la mayor estimación, como es sin contradicción el primer arte, el más útil, más extensivo y más esencial de todas las artes. Tenemos a los egipcios que honraban a Osiris como inventor de la agricultura; los griegos a Ceres y Triptolomeo, su hijo; los habitantes del Lacio a Saturno o Jano [...]. La agricultura fue casi el único empleo de los patriarcas más respetables de los hombres por la simplicidad de sus costumbres, la bondad de su alma y la elevación de sus pensamientos⁸².

Nesse excerto, Manuel Belgrano relata a importância do pensamento agrarista na formação do homem moderno. Tal como fizera Domingos Vandelli ao evocar o “tempo do senhor rei D. Dinis”, Belgrano trata do êxito das práticas agrícolas empreendidas por civilizações antigas, utilizando-se dos *exempla* fornecidos pela república romana, pelos egípcios e pelos gregos para confirmar o potencial da agricultura como um dos principais temas nos quais os ilustrados deveriam pautar-se a fim garantir o sucesso da agenda reformista imperial. Para tanto, o secretário do consulado real em Buenos Aires não trata apenas da necessidade de sofisticar procedimentos, práticas e métodos agrícolas, mas também da importância de aprimorar os conhecimentos dos homens, tanto letrados quanto lavradores em relação ao tema:

⁸² BELGRANO, Manuel. Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979, p.305.

Una de las causas a que atribuyo el poco producto de las tierras y, por consiguiente, el ningún adelantamiento del labrador, es porque no se mira la agricultura como un arte que tenga necesidad de estudio, de reflexiones, o de regla. Cada uno obra según su gusto y práctica, sin que ninguno piense en examinar seriamente lo que conviene, ni hacer experiencia y unir los preceptos a ellas [...]. ¿Y de qué modo manifestar estos misterios y corregir la ignorancia? Estableciendo una escuela de agricultura, dónde a los jóvenes labradores se les hiciese conocer a los principios generales de la vegetación y desenvoltura de las siembras, donde se les enseñase a distinguir cada especie de tierra por sus producciones naturales, y el cultivo conveniente a cada una, los diferentes arados que hay y las razones de preferencia de algunos según la naturaleza del terreno; los abonos y el tiempo y razón para aplicarlos; el modo de formar sangrías en los terrenos pantanosos [...]; el verdadero tiempo de sembrar [...]; el modo de hacer y recoger una cosecha [...]; y por último donde pudieran recibir lecciones prácticas de este arte tan excelente⁸³.

Assegurando-se “amante de que todas las ciencias se sepan por principios”, Manuel Belgrano também sugere, além da criação de uma *escuela de agricultura*, a elaboração de uma *escuela de comercio*, pois que segundo o ilustrado, tal ciência não se reduz “a comprar por dez e vender por vinte”. Segundo ele,

sea el primero una escuela titulada de comercio, donde los jóvenes vayan a instruirse en la aritmética, en el modo de llevar las cuentas y razón, y tener los libros; en el cálculo y regla de cambio; en las reglas de la navegación mercantil, de los seguros, etc.; en el modo de establecer la correspondencia mercantil, y mantenerla, en las leyes y costumbres usadas entre negociantes, etc., donde al menos se les enseñen los principios generales de la geografía y las producciones de que abundan o escasean los países, a fin de que con estos principios puedan hacer sus especulaciones con el mayor acierto posible y que si se dedican

⁸³ BELGRANO, Manuel. Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979, p.306 e 307.

al comercio les proporcionen ventajas y adelantamiento que los empeñen al trabajo⁸⁴.

O verbete “comercio” apresenta no *Diccionario de Autoridades* cinco resultados de definição que dizem respeito tanto aos tratos mercantis (“negociación, trato y tráfico de mercancías, géneros, o de dinero con mercantes o mercaderes”) quanto ao tratos de sociabilidade entre os homens (“comunicación, trato, conocimiento y amistad de unos con otros, y de unos pueblos con otros, para todo lo conducente a la sociedad y vida humana, sus menesteres y mantenimiento”)⁸⁵. A dilatada dimensão semântica do termo justifica, então, que Belgrano reivindique melhoramentos na formação comercial dos homens prezando pela múltipla instrução científica dos mesmos: ao reclamar para a *escuela de comercio* o estudo de temas como aritmética, cálculo, navegação e correspondência mercantil e ao exigir que aqueles que ali se formarem conheçam as leis e os costumes dos negociantes, além das leis gerais da geografia, o ilustrado atribui à formação sobre a ciência comercial a necessidade de que seja composta por temas tão vastos quanto os que constam no verbete.

Ao se referir ao aprimoramento do conhecimento geográfico, um dos objetivos a serem contemplados pela proposta da *escuela de comercio* de Manuel Belgrano, o ilustrado evoca um tópico bastante postulado pelos reformistas ilustrados portugueses e espanhóis ao afirmar que os saberes geográficos podem proporcionar vantagens e adiantamentos: de acordo com os preceitos gerais dos pensadores das reformas ilustradas, tanto no âmbito espanhol quanto no âmbito

⁸⁴ BELGRANO, Manuel. Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979, p.316.

⁸⁵ Real Academia Española (1726 - 39). Comercio. *Diccionario de Autoridades*. Disponível no acervo digital da RAE [<http://web.frl.es/DA.html>].

português, era imprescindível “conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o que de si são capazes”, de acordo com o abade José Corrêa da Serra (Serpa, 1750 – Caldas da Rainha, 1823) no Discurso Preliminar das *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*⁸⁶.

Para a grande maioria dos ilustrados, os conhecimentos geográficos eram concebidos como “el termómetro con que se miden la ilustración, el comercio, la agricultura y la prosperidad del pueblo”. O autor desta afirmação foi Francisco José de Caldas (Popayán, 1768 – Santafé de Bogotá, 1816), que em 1808 redigiu seu *Estado de la geografía del virreinato de Santa Fe de Bogotá, con relación a la economía y al comercio*⁸⁷, no qual discorreu sobre a necessária relação entre conhecimentos geográficos e o logro de um desempenho comercial satisfatório.

Caldas inicia seu discurso afirmando que a geografia é “la base fundamental de toda especulación política”, sendo “tan antigua como nuestras necesidades”⁸⁸. O termo “especular”, oriundo dos saberes ópticos, é definido pelo *Diccionario de Autoridades* como “considerar despacio y con reflexión alguna cosa, meditándola y contemplándola para entenderla”⁸⁹: para tal ilustrado as boas reflexões – que deveriam ser efetuadas calma e vagarosamente, de modo *despacio*, ou seja,

⁸⁶ SERRA, José Corrêa da. Discurso Preliminar. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p.10.

⁸⁷ CALDAS, Francisco José de. Estado de la Geografía del virreinato de Santa Fe de Bogotá, con relación a la economía y al comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII. Caracas: Ayacucho, 1979.

⁸⁸ CALDAS, Francisco José de. Estado de la Geografía del virreinato de Santa Fe de Bogotá, con relación a la economía y al comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII. Caracas: Ayacucho, 1979, p.320.

⁸⁹ Real Academia Española (1726 - 39). Especular. *Diccionario de Autoridades*. Disponível no acervo digital da RAE [<http://web.frl.es/DA.html>].

devagar – sobre a política não deveriam prescindir do estudo geográfico, uma vez que este permitiria conhecer:

[...] la extensión del país sobre el que se quiere obrar, enseña las relaciones que tiene con los demás pueblos de la tierra, la bondad de sus costas, los ríos navegables, las montañas que lo atraviesan, los valles que éstas forman, las distancias recíprocas de las poblaciones, los caminos establecidos, los que se pueden establecer, el clima, la temperatura, la elevación sobre el mar de todos los puntos, el genio y las costumbres de sus habitantes, las producciones espontáneas y las que pueden domiciliarse con el arte [...] ⁹⁰.

Ao tratar da geografia da Cordilheira dos Andes, Francisco José de Caldas enaltece a paisagem andina através do que conserva em sua “imutabilidade”, reivindicando uma espécie de *honra andina imaculada* pelo fato de a Cordilheira não ter sido, até a altura em que escrevera o naturalista ilustrado, avariada pela colonização espanhola:

[...] En nuestros Andes todo es permanente. Nieves tan antiguas como el mundo siempre han cubierto la frente majestuosa de nuestras montañas; las selvas nunca han depuesto su follaje; las flores y los frutos jamás han faltado en nuestros campos, y los calores del estío siempre han abrasado nuestras costas y nuestros valles [...]. Aquí, un equinoccio eterno, una igualdad inalterable ha existido desde la creación ⁹¹.

Afirmando que “en nuestros Andes todo es *permanente*”, Caldas glorifica a integridade da natureza andina, que desde tempos imemoriais ⁹² tivera seu estado preservado, sem ter sido prejudicada pelas

⁹⁰ CALDAS, Francisco José de. Estado de la Geografía del virreinato de Santa Fe de Bogotá, con relación a la economía y al comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII. Caracas: Ayacucho, 1979, p.320.

⁹¹ CALDAS, Francisco José de. Estado de la Geografía del virreinato de Santa Fe de Bogotá, con relación a la economía y al comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII. Caracas: Ayacucho, 1979, p.323.

⁹² O'PHELAN GODOY, Scarlett. Tiempo inmemorial, tiempo colonial: un estudio de caso (Estudios). *Procesos: Revista Ecuatoriana de historia*. n. 4 (1º Semestre, 1993), pp. 3-20.

distintas – e em alguns casos irrevogáveis – falhas presentes nos projetos até então empreendidos pelos colonizadores espanhóis.

Utilizando-se de termos que não precisam exatamente o pretérito a que se refere ao mencionar as “nieves *tan antiguas como el mundo*”, as “selvas que *nunca* han depuesto su follaje”, as flores e frutos que “*jamás* han faltado em nuestros campos” e os calores da estiagem que “*siempre* han abrasado nuestras costas y nuestros valles”, Francisco José de Caldas exime a região andina das graves chagas que acometem aos demais territórios do império espanhol no contexto de sugerida crise estrutural em que escreve: se os Andes permaneciam numa “igualdad inalterable [...] desde la creación”, significava que estavam alheios aos assombros de decadência e atraso que tanto atravessavam os escritos característicos do reformismo ilustrado em geral.

Isso justifica, então, que a região andina seja enaltecida por Caldas mesmo diante de uma conjuntura de suposta falência do Império espanhol: ao conservar as características que lhe foram atribuídas geograficamente desde a gênese divina de sua história, a Cordilheira dos Andes, “siempre soberbia, siempre majestuosa, coronada de trecho en trecho de nieves eternas”⁹³ conservar-se-ia, para Caldas, como reduto utópico de uma América todavía não lesada pela intervenção espanhola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de uma análise crítica a respeito da convencional dissociação quanto aos reformismos ilustrados português e espanhol, tratados por grande parte da historiografia como fenômenos apartados

⁹³ CALDAS, Francisco José de. Memoria sobre la importancia de connaturalizar en el Reino la vicuña del Perú y Chile. *Obras Completas de Francisco José de Caldas*: Publicadas por la UNAL como homenaje con motivo del sesquicentenario de su muerte. Bogotá: Imprenta Nacional, 1966, p.326.

e com raras conexões recíprocas e diretas, o objetivo deste artigo foi assinalar propostas para a compreensão de transformações comuns a ambas as políticas reformistas, tendo em vista que há aspectos pertinentes aos dois reformismos ilustrados que só podem ser compreendidos se tratados articuladamente. Considerando a existência de potenciais vestígios para a apreensão destas convergências e similitudes no vocabulário político de diversos reformistas ilustrados, apontou-se para a chamada História dos Conceitos como uma orientação interpretativa que suscita eficientes pressupostos teórico-metodológicos para o estudo de noções, concepções, representações e conceitos de *tempo* em escritos empreendidos por funcionários letrados à serviço de ambas as coroas – sobretudo no que se refere aos escritos sobre o Brasil e a América espanhola –, concebendo tal agenda investigativa como uma das tantas possibilidades de desvendamento dos reformismos ilustrados ibéricos como processos correlatos.

A partir de demonstrações empíricas pautadas em excertos de escritos típicos do reformismo ilustrado ibérico, foi possível constatar a existência de uma forte mobilização de vocábulos e conceitos de *tempo* por parte dos autores, que constituíram seus discursos a partir de uma dialética entre passado, presente e futuro – típica do mundo ocidental não apenas da segunda metade do século XVIII como de períodos anteriores –, reconfigurada quando da assimilação da contração do poderio ibérico diante do protagonismo ascendente de ingleses, franceses e holandeses, e essencialmente transformada a partir da ocorrência de eventos tais como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, que teriam condicionado a incorporação de sintomas relacionados à aceleração do tempo histórico – mas não apenas – à linguagem desses funcionários.

Mesmo que a intentona reformista tenha ensejado contundentes medidas de resgate dos impérios ibéricos diante da crítica conjuntura percebida em meados da centúria, e mesmo que o linguajar político de reformistas ilustrados portugueses e espanhóis tenha incorporado dimensões substancialmente novas a partir da ocorrência da *dupla revolução* acima mencionada, que em muito contribuíram para a obduração das propostas empreendidas especialmente a partir da ascensão dos monarcas D. José I e Carlos III, o ano de 1807 representou o marco de irrevogabilidade definitiva dos impérios de acordo com os moldes pretendidos pelos funcionários reformistas, dado o vazio de soberania que se estabeleceu tanto na Espanha quanto em Portugal – por conta da captura de Fernando VII por forças napoleônicas e da transferência da corte portuguesa ao Brasil em 1808 –, que em grande parte instigou a gênese das lutas revolucionárias emancipacionistas da América espanhola a partir de 1810 e que, em diferentes instâncias, condicionou a proclamação da Independência do Brasil em 1822⁹⁴.

Apesar da frustração do projeto no que se refere ao resgate da pujança dos impérios ibéricos e à objeção de seus fenecimentos, as transformações e ressignificações semânticas empreendidas por reformistas ilustrados portugueses e espanhóis subsidiou, em grande parte, tanto as temporalidades quanto o próprio vocabulário emancipacionista americano, que se pautou na apropriação e na reformulação de muitas das noções, concepções, representações e conceitos que já constavam no linguajar reformista ilustrado, bem como na “ressemantização” de conceitos sociais e políticos transversais que se tornaram fundamentais

⁹⁴ Ver PAULINO, Mariana Ferraz & PIMENTA, João Paulo. Uma revolução interdita: esboço de uma genealogia da ideia de “não-independência” do Brasil. In: ALTEZ, Rogelio & CHUST, Manuel (eds.). *Las revoluciones en el largo siglo XIX latinoamericano*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2015.

para o sucesso revolucionário – dentre os quais é possível citar, apenas para fins de exemplificação, *Colônia*, *História*, *Liberalismo*, *Nação*, *Opinião Pública*, *Pátria* e, evidentemente, *Revolução*⁹⁵. Assim sendo, ainda que as políticas reformistas ilustradas empreendidas pelas coroas portuguesa e espanhola entre c.1750 e c.1807 não tenham de fato evitado o perecimento de seus impérios, os discursos por elas formulados foram responsáveis por mudanças essenciais que subsidiaram em grande parte o vocabulário das independências das América portuguesa e espanhola nas primeiras décadas do século XIX.

Mas concluir este artigo tratando justamente da Independência das Américas ibéricas não seria reiterar uma das pautas historiográficas anteriormente criticadas, que examinava o fato de que mesmo os trabalhos que se dispunham a tratar dos reformismos ilustrados português e espanhol como processos articulados o faziam apenas na medida em que tais aproximações viabilizassem a compreensão do processo emancipacionista? A diferença que aqui se estabelece diz respeito à uma inversão na lógica explicativa dos fenômenos, uma vez que não me refiro preliminarmente aos reformismos ilustrados para contextualizar a ocorrência das Independências, mas preliminarmente às Independências para desembocar num estudo que permita vislumbrar, dentre outras questões, que apesar do insucesso do objetivo magno das reformas implementadas pelas coroas ibéricas de meados do século XVIII aos primeiros anos do XIX, as transformações e ressignificações linguísticas por elas gestadas não evanesceram quando da dissolução dos impérios, mas foram apropriadas – e novamente transformadas e ressignificadas –

⁹⁵Alguns desses conceitos foram contemplados por uma vasta gama de historiadores, de acordo com as particularidades regionais de cada termo, em FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (Org.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750 – 1850*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales / Fundación Carolina / Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009.

pelos protagonistas das lutas emancipacionistas, que mobilizaram muitos dos vocábulos e conceitos suscitados pela linguagem das reformas.

É mister, portanto, conceber os reformismos ilustrados português e espanhol como fenômenos absolutamente imanentes, não apenas na medida em que tal articulação explicativa permita contextualizar as independências ibero-americanas, mas porque a abordagem comum das medidas empreendidas por ambos os impérios constitui uma potencial chave interpretativa de reconfigurações estruturais condicionadas pelo advento da Modernidade ocidental, que atravessou os contextos sistêmicos português e espanhol de modo similar e simultâneo e, posto que ensejou indícios que instigassem seus funcionários letrados à suposição de uma bancarrota imperial, engendrou a implementação de reformas cujo vocabulário político foi portador de noções, concepções, representações e conceitos que não se exauriram quando do desaparecimento dos Impérios, mas que foram mobilizados até o final deste período umbral que se encerra em 1850, com a conclusão do primeiro surto de revoluções liberais e com a cristalização dos novos Estados americanos vertebrados dos escombros do sistema atlântico ibérico e do Antigo Regime monárquico⁹⁶.

BIBLIOGRAFIA

DICIONÁRIOS DA ÉPOCA (CONSULTA):

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos... 1712 – 1728.

⁹⁶ FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier. Introducción: hacia una historia atlántica de los conceptos políticos. In: ____ (org.). Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750 – 1850. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales / Fundación Carolina / Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009, p.30

Disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin [<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>].

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin [<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>].

Real Academia Española (1726 – 1739). Dicionário de Autoridades. 6 tomos. Disponível no acervo digital da RAE [<http://web.frl.es/DA.html>].

Real Academia Española (1791). Dicionário de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española, reducido a un tomo para su uso más fácil uso. Tercera Edición. 1 tomo. Disponível no acervo da Hathi Trust Digital Library [goo.gl/mSz6hG].

FONTES:

BELGRANO, Manuel. Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.

CÂMARA, Manuel Ferreira da. Ensaio de descrição física, e econômica da Comarca dos Ilhéus na América. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

CALDAS, Francisco José de. Estado de la Geografía del virreinato de Santa Fe de Bogotá, con relación a la economía y al comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.

_____. Memoria sobre la importancia de connaturalizar en el Reino la vicuña del Perú y Chile. *Obras Completas de Francisco José de Caldas*: Publicadas por la Universidad Nacional de Colombia como homenaje con motivo del sesquicentenario de su muerte. Bogotá: Imprenta Nacional, 1966.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Memória sobre o preço do Açúcar. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo III. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

LLANO ZAPATA, José Eusebio de. *Copia de la carta que con fecha de 29 de abril de 1774, escribe al Illmo. y Revmo. señor D. Fr. Francisco de los Rios, obispo de Panamá, D. Joseph Eusebio de Llano Zapata, sobre la adelantada madurez y rápidos progresos literarios de un insigne theólogo y canonista de la Real Universidad de Lima*. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional del Perú.

SERRA, José Corrêa da. Discurso Preliminar. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

VANDELLI, D. Memória sobre a agricultura desse reino e das suas conquistas. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

WARD, Bernardo. Proyecto económico en que se proponen varias providencias dirigidas a promover los intereses de España. In: GARCÍA DELGADO, José Luís; GÓMEZ URDÁÑEZ, José Luís; MAINER, José Carlos & TUÑÓN DE LARA, Manuel. *Textos y Documentos de Historia Moderna y Contemporánea* (siglos XVIII – XX). Barcelona: Editorial Labor, 1985, p.55.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- AGESTA, Luís Sanchez. *El pensamiento político del despotismo ilustrado*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1953.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.
- ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil, with special reference to the Administration of Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968.
- ALGRANTI, Leila M. & MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX*. São Paulo, Alameda, 2009.
- ANNINO, Antonio. *Silencios y Disputas en la História de Hispanoamérica*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia / Taurus, 2014.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- _____. Dirigismo Cultural e formação das elites no pombalismo. In: ARAÚJO, Ana Cristina (coord.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.
- _____. O filósofo solitário e a esfera pública das Luzes. In: SILVA, Francisco Ribeiro da; CRUZ, Maria Antonieta; RIBEIRO, Jorge Martins; OSWALD, Helena (org.). *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: FLUP, 2004, pp.197-210.
- ARAÚJO, Valdeci Lopes de. História dos Conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. *Almanack Braziliense*, nº07, 2008.
- ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo: Ed Ática, 1963.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Edunesp, 1996.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.
- BAYLY, C. A.; BECKERT, Sven; CONNELLY, Matthew; HOFMEYER, Isabel; KOZOL, Wendy & SEED, Patricia. On Transnational History. *The American Historical Review*, volume 111, edição 5, dezembro de 2006.
- BERBEL, Márcia Regina, MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América Portuguesa. *Revista Urbana*, vol. I, n.1, 2006.
- _____. & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). *Modos de Governar: Ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. Ed Revista, Lisboa: Edições 70, 2001.
- BRANDING, David. La España de los Borbones y su imperio americano. In: BETHELL, Leslie (ed.), *Historia de América Latina*. tomo II. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 85-126.
- _____. *Orbe Indiano: de la Monarquía Católica a la República Criolla, 1492 – 1867*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. Lisboa: Teorema, s/d (tomo III: “O tempo do mundo”).
- BURKHOLDER Mark A. e CHANDLER, Dewitt Samuel. *De la impotencia a la autoridad. La corona española y las Audiencias en América, 1687-1808*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Como escrever a História do Novo Mundo*. Histórias, Epistemologias e Identidades no Mundo Atlântico do século XVIII. São Paulo: EDUSP, 2011.
- CARDOSO, José Luís & CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Tempo*, 2011, vol.17, nº31, pp.65-88.
- CARVALHO, Flávio Rey. *Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Editora Annablume, 2008.
- CASTRO, Concepción de. *Campomanes: Estado y reformismo ilustrado*. Madri: Alianza Universidad, 1996.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CHAUNU, Pierre. *A Civilização da Europa das Luzes*. Lisboa: Ed. Estampa, 1985.
- CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- CROSBY, Alfred. W. *A Mensuração da Realidade: a quantificação e a sociedade Ocidental*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.
- DIAS, José Sebastião da Silva. Verney e o Iluminismo europeu. *Portugal e a Cultura Europeia: séculos XVI a XVIII*. Porto: Ed. Campo das Letras, 2006.
- _____. O Ecletismo em Portugal no Século XVIII: gênese e destino de uma atitude filosófica. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano VI, 1972.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009.
- DÍAZ, Laura Rodríguez. *Reforma e Ilustración en la España del siglo XVIII*. Pedro Rodríguez de Campomanes. Madrid, 1975.
- ELLIOTT, John. *España, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800)*. Madrid: Taurus, 2010.
- _____. *España y su mundo (1500-1700)*. Madrid: Taurus, 2007.
- _____. *Imperios del mundo atlántico. España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*. Madrid: Taurus, 2006.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. & RODRIGUES, Cláudia (Orgs.). *A Época Pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- _____. & JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola/Iuperj, 2007.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Cabalgando el corcel del diablo: conceptos políticos y aceleración histórica en las revoluciones hispánicas. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. e CAPELLÁN DE MIGUEL, Guillermo. (Orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Santander, 2013
- _____. Introducción: hacia una historia atlántica de los conceptos políticos. In: _____. (Org.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750 – 1850*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales / Fundación Carolina / Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009.
- FRAGOSO, João Ribeiro, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRADERA, J. M. *Colonias para después de un Imperio*. Barcelona: Bellaterra, 2005.
- GADAMER, Hans-Georg. Teoria da História e Linguagem. In: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2014.

- GARRIGA, Carlos. Os limites do reformismo borbônico: a propósito da administração da justiça na América espanhola. *Revista Almanack*. Guarulhos, nº6, pp. 38-60, 2013.
- _____. & SLEMIAN, Andréa. "Em trajes brasileiros": justiça e constituição na América ibérica (c. 1750-1850). *Revista de História*. São Paulo, n.169, p.181-221, 2013.
- GELMAN, Jorge.; LLOPIS, E.; MARICHAL, Carlos. (coord.). *Iberoamérica y España antes de las independencias (1700-1820): crecimiento, reformas y crisis*. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luís Mora/Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología/El Colegio de México, 2014.
- GOLDMAN, Noemí. (ed.). *Lenguaje y revolución. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850*, Buenos Aires, Prometeo, 2008.
- GOLDMANN, Lucien. *La Ilustración y la Sociedad Actual*. Tradução de Julieta Fombona. Caracas: Monte Ávila, 1968.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- _____. & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.all.). *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas. Siglo XVIII-XIX*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998;
- GUIMERÁ, Agustín (Org). *El reformismo borbónico*. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1996.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HALPERÍN-DONGHI, Túlio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- HANSON, Carl A. *Economia e Sociedade no Portugal Barroco. 1668 – 1703*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.
- HAZARD, Paul. *O Pensamento Europeu no século XVIII* (de Montesquieu a Lessing). Lisboa: Ed. Presença, s/d.
- _____. *Crise da consciência europeia*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1948.
- HERR, Richard. *The Eighteenth-Century Revolution in Spain*. Nova Jersey: Princeton, 1958.
- HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789 – 1848*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ISRAEL, Jonathan. *Iluminismo Radical: a filosofia e a construção da modernidade, 1650-1750*. São Paulo: Ed. Madras, 2009.
- JANCÓS, István & PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000.
- JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política Social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n.57, fevereiro de 2005.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. Ser erudito em colônias: as práticas de investigação histórica nas academias brasílicas, 1724-1759". In: ALGRANTI, Leila & MEGIANI, Ana Paula (Orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX*, São Paulo: Alameda, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto/EDUERJ, 1999.
- _____. *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2014.
- _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2006.
- _____. *Historia de Conceptos: Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

- LANGLEY, Lester. *The Americas in the Age of Revolution, 1750-1850*. Connecticut: Yale University Press, 1997.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LYNCH, John. *La España del siglo XVIII*. 2ª edição em espanhol. Barcelona: Editorial Crítica, 1999.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do poderoso império*. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822). Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.
- MACEDO, Jorge Borges de. Estrangeirados: um conceito a rever. *Revista Bracara Augusta*, vol. 28, 179-202, 1974.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. Sebastião José de Carvalho e Melo e a Economia do Brasil. In: _____. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2001.
- MARICHAL, Carlos. *La bancarrota del virreinato*. Nueva España y las finanzas del Imperio español, 1780-1810. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- MARTINS, António Coimbra. "Estrangeirados". In: SERRÃO, Joel. (dir.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965.
- MARQUESE, Rafael. *Administração e escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.
- _____. Comparando impérios: a experiência do tempo e o lugar do Brasil no projeto escravista de Francisco de Arango y Parreño (1789-1832). In: ÁLVAREZ CUARTERO, I. & GONZÁLEZ-RIPOLL, M. D. (Orgs). *Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2009, pp. 67-84.
- _____. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. & PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia*, n.17, abril de 2015.
- MARTINS, João Paulo. Política e história sob o Reformismo Ilustrado pombalino. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2008 (Dissertação de Mestrado).
- MAXWELL, Kenneth. *Conflicts and Conspiracies: Brasil & Portugal 1750 – 1808*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- _____. The Generation of the 1790's and the Idea of Luso-Brazilian Empire. In: ALDEN, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Los Angeles: University of California Press, 1973, p. 107-144.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Temas & Debates, 2008.
- _____. *O crepúsculo dos grandes (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.
- _____.; CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.
- MORELLI, Federica e GÓMEZ, Alejandro E. La 'nueva historia atlántica': un asunto de escalas. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, abril de 2006 [online].
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- ORTEGA MARTÍNEZ, Francisco. Ni nación ni parte integral: "Colonia", de vocablo a concepto en el siglo XVIII iberoamericano. *Prismas*, nº 15, 2011.
- O'PHELAN GODOY, Scarlett. Tiempo inmemorial, tiempo colonial: un estudio de caso (Estudios). *Procesos: Revista Ecuatoriana de historia*. n. 4 (1º Semestre, 1993), pp. 3-20.
- PAGDEN, A. La Ilustración y porque sigue siendo tan importante para nosotros. Madrid: Alianza Editorial, 2015.
- _____. *The languages of political theory in the Early Modern Europe*. Cambridge University Press, 1987.

PALTI, Elías José. De la historia de 'Ideas' a la historia de los 'lenguajes políticos': las escuelas recientes de análisis conceptual – el panorama latinoamericano. *Anales Nueva Época*, nº 7-8, 2006, pp.63-81.

_____. *El Tiempo de la Política: el siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.

PALMER, Robert Roswell. *The Age of the Democratic Revolution*. New Jersey: Princeton University Press, 2014.

PAQUETTE, Gabriel. *Enlightened Reform in Southern Europe and Its Atlantic Colonies, C. 1750-1830*. Londres: Routledge, 2009.

PAULINO, Mariana Ferraz & PIMENTA, João Paulo. Uma revolução interditada: esboço de uma genealogia da ideia de "não-independência" do Brasil. In: ALTEZ, Rogelio & CHUST, Manuel (eds.). *Las revoluciones en el largo siglo XIX latinoamericano*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2015.

PEDREIRA, Jorge. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

PIETSCHMANN, Horst. *Las reformas borbónicas y el sistema de intendencias en Nueva España*. Un estudio político administrativo. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2015.

_____. "Notions and concepts of time in late eighteenth-century Brazil" (paper apresentado no 13º Internationaler Kongress zur Erforschung des 18. Jahrhunderts, Graz, 2011).

_____. *Tempos e Espaços das Independências*. A inserção do Brasil no mundo ocidental (1780 – 1830). São Paulo: Intermeios, 2017.

PORTILLO-VALDÉS, José María. *Crisis atlántica. Autonomía e independencia en la monarquía hispana*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006.

RAMOS-GOROSTIZA, José L. El medio físico en el pensamiento agrario español: del arbitrista al regeneracionismo. *Revista de Historia Agraria*, n.49, dezembro de 2009, pp. 13-40.

RICHTER, Melvin. *The History of Political and Social Concepts: a critical introduction*. Nova York: Oxford University Press, 1995.

RODRIGUES, José Damião. Continuidades e Projectos Reformistas (1777-1807). In: _____.; COSTA, João Paulo Oliveira e; OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da Expansão e do império português*. Lisboa : Bertrand, 2014.

SARRAILH, Jean. *L'Espagne éclairée de la seconde moitié du XVIIIe siècle*. Paris: Klincksieck, 1954.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Ilustração, história e ecletismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII. *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, n.4, março de 2010.

_____. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. O marques de Pombal e a formação do homem público no Portugal setecentista. In: FALCON, Francisco José Calazans & RODRIGUES, Cláudia (orgs.). *A Época Pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, pp. 413-452.

SLEMIAN, Andréa. A primeira das virtudes: justiça e reformismo ilustrado na América portuguesa face à espanhola. *Revista Complutense de Historia de América*, 2014, vol. 40, 69-92.

TODOROV, Tzvetan. *O Espírito das Luzes*. São Paulo: Editora Bacarolla, 2008.

VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. EDUSC: 2003.

VOVELLE, Michel. (dir.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System*. New York: Academic Press, 1977-1989.

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. Historia, experiencia y modernidad en Iberoamérica, 1750 – 1850. In: FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, Javier (Org.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750 – 1850*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales / Fundación Carolina / Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009.

_____. De la historia como un arte a la historia como una 'ciencia'. *Historias Conceptuales*. Ciudad de México: El Colegio de México/Centro de Estudios Históricos, 2017.

_____. La cultura moderna de la Historia: una aproximación teórica e historiográfica. Cidade do México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2010.

ÉPICO IMPÉRIO: A QUESTÃO DOS TEMPOS HISTÓRICOS EM CARAMURU⁹⁷

Resumo: O objetivo deste texto é analisar o poema épico *Caramuru*, publicado em 1781 por Santa Rita Durão, tendo como problema central a relação estabelecida no poema com os tempos históricos. Aqui, propomos a análise do contexto em que foi escrito; o uso feito da história e dos exemplos do mundo antigo; e por fim a relação entre passado e futuro, bem como a simultaneidade de tempos a que se refere.

Palavras-chave: História literária; Santa Rita Durão; História Social do Tempo.

ÉPIQUE EMPIRE : LA QUESTION DES TEMPS HISTORIQUES EN CARAMURU

Résumé : L'objectif de ce texte est d'analyser le poème épique *Caramuru*, publié en 1781, par Santa Rita Durão, en ayant comme problème central la relation établie dans le poème avec les temps historiques. Ici, nous proposons l'analyse du contexte qu'il a été écrit ; l'usage de l'histoire et des exemples du monde ancien ; et la relation entre le passé et le futur, ainsi que la simultanéité de temps qu'il fait référence.

Mots-clés : Histoire littéraire ; Santa Rita Durão; Histoire Sociale du Temps.

⁹⁷ João Gabriel Covolan Silva (<http://lattes.cnpq.br/9361340844170387>) é graduando pela USP

Artigo recebido em 19/03/2018 e aprovado em 23/07/2018

O Brasil, Sire, infunde-me a confiança
Que ali renasça o português império,
Que estendendo-se ao Cabo da Esperança,
Tem descoberto ao mundo outro
[hemisfério:
Tempo virá, se o vaticínio o alcança,
Que o cadente esplendor do nome
[hespério
O século, em que está, recobre de ouro,
E lhe cinja o Brasil mais nobre louro⁹⁸.

A obra *Caramuru: Poema Épico do Descobrimento da Bahia*, foi passível durante longo tempo de interpretações que a tomaram como poema verdadeiramente nacional – isto é, *brasileiro*. Dentro dessa perspectiva, o escrito de Santa Rita Durão era precursor e até mesmo, de acordo com alguns, fundador de tendências literárias que então se preconizavam no Romantismo brasileiro do século XIX: a exaltação dos nativos, das cores locais, e a valorização da pátria⁹⁹. O problema que apresentamos, por meio de uma análise temporal do poema, é mostrar como *Caramuru*, insere-se em uma outra lógica contrária à do Brasil independente, (com suas instituições de caráter nacional em um período marcado pela formação do Estado) e da Nação, no entanto, é caracterizado dentro da amplitude do Império português no fim do século XVIII.

O poema épico busca aludir ao Brasil enquanto parte essencial do Império, em um período marcado pelo pensamento de unidade acerca da colônia, com sua diferenciação em relação às outras partes do mundo lusitano: nele, o que se pretende exaltar são os valores

⁹⁸ *Caramuru*, verso XI, canto VII. DURÃO, Santa Rita. *Caramuru: Poema épico do descobrimento da Bahia*. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.210.

⁹⁹ SOUZA, Antonio Candido de Mello e. *Literatura e Sociedade*. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000, p.153.

americanos e salientar a importância do Brasil para o destino imperial. Para atingirmos nosso propósito, abordaremos os seguintes aspectos temporais presentes no poema: 1) a conjuntura na qual se insere; 2) o uso que é feito da História e a recorrência aos exemplos advindos do mundo antigo; 3) as relações entre *passado* e *futuro* ao longo da narrativa, bem como a simultaneidade de tempos históricos a que se refere.

Publicado em Lisboa em 1781, *Caramuru* é uma obra essencial da *literatura brasileira*, de acordo com as gerações posteriores – principalmente a do Romantismo –, como afirmamos acima. Se publicado em 1781, não podemos tomá-la como obra inaugural da literatura brasileira de fato¹⁰⁰. Antonio Candido frisa a importância de termos o cuidado de analisar o destino que determinada (s) obra (s) tem no tempo. A função social de uma obra é dependente da estrutura literária em que se coloca e os valores normativos das letras em sua época. Lida em um contexto distinto daquele que a originou, a obra se torna passível de interpretações próprias da posteridade¹⁰¹. Para fazermos um estudo de *Caramuru* dentro de suas próprias temporalidades, devemos analisar seu contexto de produção e redação, considerando as determinações e condicionamentos materiais e institucionais de sua época, as categorias retóricas, éticas, jurídicas, teológicas e políticas que definem e articulam o campo geral da cultura

¹⁰⁰ Posto compartilhado, em muitos casos, com *O Uruguai*, de Basílio da Gama. Em sua *História Literária*, de 1826, Ferdinand Denis afirma que o grande exemplo de “literatura nacional” brasileira era *Caramuru*. O também francês François Eugène Garay de Monglave aponta na mesma direção. Já em relação aos brasileiros, Araújo Porto-Alegre, Joaquim Norberto, Pereira de Silva, Santiago Nunes, Fernandes Pinheiro, José de Alencar e Álvares de Azevedo definiram *Caramuru* como a “encarnação do espírito particularista e nacional”, como afirma Antonio Cândido. SOUZA, Antonio Candido de Mello e. *Literatura e Sociedade*. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000, pp.170-171.

¹⁰¹ SOUZA, Antonio Candido de Mello e. *Literatura e Sociedade*. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000, pp.153-157.

de sua época, bem como a correlação entre o presente e o passado na obra¹⁰². Contudo, neste artigo, nos centraremos na análise dos aspectos temporais do poema, como ressaltamos acima.

*

No círculo letrado luso-americano da segunda metade do século XVIII, a *literatura* carregava a função de transmissora de aspectos e tradições da nação portuguesa, num caráter geral. Em relação ao mundo americano especificamente, os autores buscavam representar, por meio de suas obras, o conjunto de valores, formas de pensar e as paisagens típicas do mundo colonial. Tendiam estes autores a representar coletivamente seu universo particular aludindo a uma matriz que, de acordo com João Paulo Pimenta, não se encerra nela, pois seus agentes são portadores da nacionalidade portuguesa. É dentro dessa ampla identidade que se articulam outras, de caráter regional, local e eventualmente étnicas¹⁰³. Não é de se estranhar, portanto, que a produção literária encontra forte vinculação à estrutura social da colônia. Levar a literatura em consideração abandonando os aspectos sociais que geraram sua confecção seria erro crasso: daí notarmos que os escritores são originários das classes mais abastadas da colônia e, nos quadros mais amplos, do império. Nosso autor, por exemplo, é natural de Cata Preta, arraial da antiga freguesia do Inficionado, nas Minas Gerais. Quando criança, estuda com os jesuítas no Rio de Janeiro, mas ainda jovem embarca para a metrópole, onde completa os estudos de Direito e Teologia. Torna-se agostiniano, mas diante de conflitos no meio

¹⁰² HANSEN, João Adolfo. “Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII”. In: JÚNIOR, João Feres; JASMIN, Marcelo. *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007, p.253.

¹⁰³ PIMENTA, João Paulo. “Literatura e condição colonial na América portuguesa (século XVIII)”. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial – 1720-1821 (vol.3)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014, p.600.

eclesiástico acaba fugindo para a Itália, retornando para Portugal após a queda de Pombal¹⁰⁴. Igual a ele, outros autores da época também frequentavam círculos privilegiados de leitura e, eventualmente, produção literária, sendo possuidores do domínio erudito da sabedoria e da retórica, cujas formas de pensar e representar o mundo se vinculam ao período Renascentista, onde a fonte primordial do saber estava na Antiguidade Clássica¹⁰⁵.

A sociedade luso-americana passa no século XVIII por um processo de complexificação social: a descoberta de grandes quantidades de ouro no fim do XVII, fruto do expansionismo dos colonos pelo espaço americano, leva a uma integração entre as partes que compõe a América portuguesa. Não que se forme um conjunto plenamente integrado, com suas fronteiras delineadas da maneira como conhecemos e concebemos o território brasileiro na atualidade – e como

¹⁰⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*. São Paulo: Editora Nova Perspectiva, 1959, p.159; e também BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 50ª. ed. São Paulo: Cultrix, 2015, p.71. Bosi afirma ainda que, após seu retorno, Durão assumiu uma cátedra em Teologia mas teve como sua principal atividade a redação de *Caramuru* e, além de ressaltar a “sua extrema fidelidade aos módulos clássicos”, classifica Santa Durão como um *passadista renitente*.

¹⁰⁵ PIMENTA, João Paulo. “Literatura e condição colonial na América portuguesa (século XVIII)”. In. FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial – 1720-1821 (vol.3)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014, p.595. O conceito de Literatura para os contemporâneos era, de maneira sintética, o domínio desse conhecimento erudito e da retórica, englobando em si manifestações que hoje vão além da narrativa de ficção e da poesia: abarcava também textos filosóficos, históricos e científicos, de acordo com João Paulo Pimenta. “Literatura e condição colonial na América portuguesa (século XVIII)”. In. FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial – 1720-1821 (vol.3)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014, p.595-96. Ainda em 1836, os intelectuais brasileiros, dentre os quais Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre e Francisco de Sales Torres Homem, que se encontravam na França e organizaram a Revista *Nitheroy* definem literatura da seguinte maneira: “a literatura é hoje a reunião de tudo o que a imaginação exprime pela linguagem, abraçando todo o império, em que exerce a inteligência humana seu poderio; é o resumo dos hábitos e grandezas dos povos, e a história progressiva e circunstanciada do espírito humano com as suas superstições, crenças, e caráter próprio; é a apreciação da influência dos elementos uns sobre os outros no espírito das diferentes épocas, é a *Filosophia*, a *Historia*, a *eloquência*, a *Poesia*”. In. *Nitheroy: Revista Brasiliense de Sciencias, Letras e Artes*. Tomo Primeiro. Paris: Dauvin et Fontaine Libraires, 1836, p.408.

se conheceria ao longo do século XIX, após a Independência e formação do Estado e da Nação – mas como unidade histórica pertencente à metrópole portuguesa. Essa vinculação entre diferentes partes e o crescimento demográfico, comercial, e de “atlantização” de regiões que outrora se encontravam circunscritas à sua órbita, como é o caso de São Paulo e das Minas, leva a uma incipiente mobilização social dos colonos. Começa a se estruturar uma sociedade *americana*, regida por padrões de sociabilidade, contudo, dentro do universo mais amplo do Império português e, como aludido anteriormente, onde as identidades que surgem são de caráter regional, local, mas sempre portuguesa¹⁰⁶.

Não sendo conveniente separar a obra e o público a que se dirige em seu momento de produção, em nossa análise ressalta-se que *Caramuru* manifesta uma parcela do arsenal comum da civilização de seu autor pelos temas e formas que a obra adquire, na medida em que ambos se moldam de acordo com o público que se visa atingir¹⁰⁷: Santa Rita Durão é um português nascido na América, residente na metrópole,

¹⁰⁶ Para tanto, Fernando Novais, de modo geral, nos oferece a síntese da *raison d'être* do Brasil, enquanto colônia de Portugal, entre os séculos XVI-XIX: “Parte integrante do império ultramarino português, o Brasil-colônia refletiu, em todo o largo período da sua formação colonial, os problemas e os mecanismos de conjunto que agitaram a política imperial lusitana”. Dentro da ampla competição entre os Estados modernos europeus em busca de colônias no Atlântico e no Índico, os processos políticos ocorridos no Brasil devem ser entendidos e inseridos neste quadro amplo, o da colonização portuguesa e, ainda, no lugar que este império ocupa no “sistema geral de colonização europeia moderna”. A organização da vida econômica e social do Brasil, nestes séculos, se dá nestes parâmetros. NOVAIS, Fernando A. “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”. In: *Aproximações: estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p.45.

¹⁰⁷ “Público” que de acordo com João Adolfo Hansen era, na época, heterogêneo e hierarquizado, conforme a estrutura social da América portuguesa. HANSEN, João Adolfo. “Autoria, obra e público na poesia colonial luso-brasileira atribuída a Gregório de Matos e Guerra”. In: *Ellipsis. Journal of the American Portuguese Association*. Vol. 12, 2014, p.100.

mas cuja pena volta-se à sua pátria¹⁰⁸, em um período em que se intentava reforçar as bases de sustentação do Antigo Regime em Portugal, e onde a América era valorizada como parte fundamental para sua eficácia e tida em sua diversidade, dentro do âmbito da monarquia portuguesa¹⁰⁹.

Isso nos dá elementos para situar *Caramuru* dentro de seu contexto de produção, bem como apontar aspectos próprios da obra e de Santa Rita Durão entre os poetas luso americanos do período. A exaltação de valores prioritariamente americanos, compartilhada com Basílio da Gama, Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga e outros, diferencia-se quando vemos que o primeiro adota uma posição anti-jesuítica, diferentemente de Durão,¹¹⁰ e o segundo apresenta elementos de contestação, contendo uma forte identidade com o “país das minas” e uma crítica à administração colonial na região mineira, assim como Tomás Antonio Gonzaga¹¹¹. Em Santa Rita Durão, não são visíveis críticas

¹⁰⁸ “Pátria”, de acordo com o significado da época, se associava com o lugar e/ou comunidade de origem, referente ao solo em que se nasce. PAMPLONA, Marco A. “Pátria-Brasil”. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; LOMNÉ, Georges (org.). *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano - Iberconceptos II*. 1ª edição. Madrid: Universidad del País Vasco; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014, pp.51-52.

¹⁰⁹ SLEMIAN, Andrea. “Portugal, o Brasil e os Brasis: a diversidade dos territórios e as disputas pela soberania na construção de um novo Império monárquico na América”. In: *Claves, Revista de Historia*. Nº1, pp.91-120. Montevideo, diciembre 2015, p.100.

¹¹⁰ Embora não faça parte de nossos intentos analisar a defesa feita por Santa Rita Durão em *Caramuru* das missões jesuíticas e a contestação à sua expulsão, deixamos um trecho em que fica clara a posição do nosso poeta: Pudera com as forças, que aqui manda,/ Com pouca utilidade, ou mais que fora,/ Domar o roxo mar por toda a banda,/ E o reino todo possuir da aurora./ Mas a piedade faz, com que comanda,/ Que antepondo o Brasil a tudo agora,/ Mostre aos homens que o impulso que / [o domina/ É propagar no mundo a fé divina. Verso LXIII, canto X. DURÃO, Santa Rita. *Caramuru*: Poema épico do descobrimento da Bahia. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp.315-316.

¹¹¹ Em alusão ao que nos referimos, podemos usar as próprias palavras dos poetas: para Tomás Antonio Gonzaga, em suas *Cartas Chilenas*, “Os zelosos juízes punir querem/ A injúria da justiça: formam autos/ Procedem às devassas, pronunciam,/ E mandam que estes nomes se descrevam nos róis dos mais culpados”; este trecho, pertencente à 9ª

a aspectos da colonização portuguesa: ao contrário, há um coeficiente temporal de suma importância, onde a projeção do império volta-se ao uso do *passado* para que Portugal volte a ter sua eminência como potência ultramarina, sem contestar o padrão de colonização português. Contudo, como caráter geral da produção literária da época, vemos também que em muitos quesitos *Caramuru* pode ser aproximado de outros poemas em que aparece na pena do autor uma contestação à administração colonial, principalmente no plano temporal e em relação à uma ênfase maior que se dá ao espaço americano. Vejamos o caso da lira XXXVIII, de *Marília de Dirceu*, de Tomás Antonio Gonzaga:

Qual é o povo, dize,
Que comigo concorre no atentado?
Americano Povo?
O povo mais fiel e mais honrado:
Tira as praças das mãos do injusto dono,
Ele mesmo as submete
De novo à sujeição do Luso Trono!
Eu vejo nas histórias
Rendido Pernambuco aos Holandeses;
Eu vejo saqueada
Esta ilustre Cidade dos Franceses;
Lá se derrama o sangue Brasileiro;
Aqui não basta, supre Das roubadas famílias o dinheiro.

E mais a frente:

Acabou-se, tirana,
A honra, o zelo deste Luso Povo?
Não é aquele mesmo,

carta, contesta a administração de Luís da Cunha Meneses. GONZAGA, Tomás Antonio. *Cartas Chilenas*. [1ª edição de 1863]. Belém: Unama, s/d, p.60. No tocante à Cláudio Manoel da Costa, atentemo-nos aos seguintes versos: Destes penhascos fez a natureza/ O berço, em que nasci: Oh! Quem cuidara/ Que entre penhas tão duras se criara/ Uma alma terna, um peito sem dureza! E mais adiante: Vós, que ostentais a condição mais dura,/ Temei, penhas, temei; que Amor tirano,/ Onde há mais resistência, mais se apura. COSTA, Cláudio Manoel da. *Apud* Pimenta, João Paulo. "Literatura e condição colonial na América portuguesa (século XVIII)". In. FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial – 1720-1821 (vol.3)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014, p.624.

Que estas ações obrou? É outro novo?
E pode haver direito, que te mova
A supor-nos culpados,
Quando em nosso favor conspira a prova¹¹²?

Relacionando este trecho diretamente com a obra de Santa Rita Durão, constatamos a presença de um coeficiente temporal transitório: o fato de que o verso acima termina com um ponto de interrogação é curioso, já que Tomás Antonio Gonzaga nos mostra que não se sabe o que acontecerá no futuro. Ao questionar sua amada Marília sobre o fim da honra do povo lusitano, notamos o nítido caráter de dúvida acerca do que de fato está reservado aos tempos vindouros. Em Durão, muitos são os versos em que este mesmo tipo de dúvida acerca do futuro do império português aparece, justamente pelo caráter transitório de seu tempo apresentar o futuro como aberto. Além do verso introdutório desta análise, atentemo-nos ao trecho seguinte:

Nem podereis temer que ao santo intento
Não se nutram heróis no luso povo,
Que o antigo Portugal vos apresento
No Brasil renascido, como em novo.
Vereis do domador do índico assento
Nas guerras do Brasil alto renovo,
E que os seguem nas bélicas ideias
Os Vieiras, Barretos e Correias¹¹³.

Conjugado à presença desse futuro em aberto e a referência ao passado, percebe-se que o *Brasil* usufrui caráter central na narrativa. Notemos que o contexto em que se insere se torna intrínseco à compreensão da escrita deste autor (poderíamos, é claro, falar destes autores) do final do século XVIII. No caso de Cláudio Manoel da Costa,

¹¹² Grifos nossos. GONZAGA, Tomás Antonio. *Marília de Dirceu*. [1ª edição de 1792]. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008, p.123-124.

¹¹³ Este é o verso VII, do primeiro canto de *Caramuru*. DURÃO, Santa Rita. *Caramuru*: Poema épico do descobrimento da Bahia. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.13. Os grifos são nossos.

Sérgio Alcides afirma que a inserção de sua produção poética, que destoa dos poemas pastoris de origem europeia, pautados na amenidade local e a inquietação presente no espírito do autor e de sua escrita, *Que entre penhas tão duras se criara/ Uma alma terna, um peito sem dureza!*, fazem parte de suas próprias condições históricas; deve-se atentar à “sensibilidade [do poeta] capaz de captá-las e ordená-las [suas próprias condições históricas]”¹¹⁴ para se compreender o contexto em que a obra foi confeccionada pelo autor. Este mesmo cuidado na análise de Alcides sobre Cláudio Manoel deve ser tomado por nós para analisar Santa Rita Durão.

Assim, podemos situar *Caramuru* a partir de suas especificidades. Diferentemente dos outros poetas que se encontram no panteão dos literatos luso americanos do final do XVIII, Santa Rita Durão faz uma ampla defesa do “exército inaciano”, que empreende a “bárbara conquista”¹¹⁵; também apresenta um culto passadista que destoa de seus contemporâneos, preocupando-se muito mais com uma defesa do passado jesuítico e colonial¹¹⁶ e em polêmica com a Ilustração. Porém, aqui, a preocupação central não é na análise da obra e de seu autor de modo estrito, mas em sua relação com o tempo. Exposições como esta tem apenas o caráter de explicitar nosso propósito sem deixar de aludir

¹¹⁴ ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos: Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003, pp. 14-16.

¹¹⁵ *Caramuru*, verso LIII, canto X. DURÃO, Santa Rita. *Caramuru: Poema épico do descobrimento da Bahia*. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.312.

¹¹⁶ BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 50ª. ed. São Paulo: Cultrix, 2015, p.71. Um outro aspecto de grande importância é o lugar ocupado na sociedade pelo poeta. Os padrões de interação da sociedade que é parte integrante e seus núcleos constituintes – os quais exercem influência, como se nosso poeta é membro do clero, burguês, parte do aparato político-administrativo ou cortesão – refletem o modo de ver e interpretar a realidade social e o tempo em que se insere. Parte dessa reflexão tem como ponto de partida o livro de Sérgio Alcides. ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos: Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003, cap.1, “O jogo do gosto”.

a sua inserção no universo letrado de seu momento: valorização dos aspectos e paisagens *americanos*, com uma preocupação em situar o papel do Brasil para o futuro do império português; o uso de exemplos oriundos do mundo antigo e um futuro que é aberto, ou seja, apresenta uma *perspectiva* aberta, podendo ser vislumbrado¹¹⁷.

Após termos esboçado a conjuntura na qual se insere *Caramuru*, bem como seu lugar no panorama da *literatura* de fins do século XVIII, abordaremos a relação entre *passado e futuro* na obra, em conjunto com o uso de exemplos oriundos do mundo antigo, para explicarmos a perspectiva temporal presente no poema.

*

Sérgio Alcides afirma que até a eclosão do Romantismo “o acervo clássico de *topoi* da Antiguidade constituiu para os letrados fonte inesgotável de instrumentos para a representação e, também, a compreensão da existência no fluxo universal da vida”¹¹⁸. Essa herança de lugares-comuns era um demorado presente que assolava o espírito e a memória de sucessivas gerações; podemos afirmar que até o surgimento da modernidade¹¹⁹, rompendo com essa temporalidade, o uso de exemplos oriundos da Antiguidade fora, para a literatura ocidental, fundamental para sua produção, já que condizia não só com

¹¹⁷ PIMENTA, João Paulo. “Pasado y futuro en la construcción de una 'Historia de Brasil' en el siglo XVIII”. *Processos: Revista Ecuatoriana de Historia*. Quito: 1º semestre de 2013, p.92.

¹¹⁸ ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos*: Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773. São Paulo: Hucitec, 2003, p.127.

¹¹⁹ Para o historiador alemão Reinhart Koselleck, o surgimento da *Modernidade* se inicia na segunda metade do século XVIII. Dentro da vasta gama de exemplos que o autor nos dá – em sua maioria oriundos do universo letrado de língua alemã – configura-se uma mudança na maneira como se concebe não apenas o tempo, mas também a História. Surge então o moderno conceito de História – no alemão, *Geschichte* – responsável por traduzir uma realidade social desta época e por condensar, em si, “as histórias”, isto é, as narrativas e eventos históricos dentro de um “coletivo singular”.

a experiência individual do escritor, mas também com a experiência coletiva dos literatos de então.

Essa perspectiva temporal responsável pela presença de um *demorado presente* na experiência coletiva das sociedades ocidentais até o final do XVIII fora herdada, de acordo com Reinhart Koselleck, pela maneira como os indivíduos concebiam o tempo. Passado, presente e futuro formavam uma espécie de *Continuum*, tendo o passado – e seu estudo, isto é, o estudo da história – a função de remeter a uma possibilidade de compreensões prévias dos feitos humanos com caráter geral, como se houvesse uma constância na natureza humana, cujas histórias eram instrumentos recorrentes e apropriados para comprovar não apenas o que havia acontecido, mas o que ia acontecer¹²⁰. Essa maneira de lidar e representar o tempo era intrínseca ao *topos* de Cícero – a *Historia magistra vitae* – que colecionava exemplos da história para que se instruisse e aprendesse por meio dela. Tinha função não apenas erudita, posto que escritos históricos circulavam apenas na camada letrada dessas sociedades, mas também pedagógica¹²¹.

Mais especificamente no universo letrado da língua portuguesa, a situação não era diferente. No seu Dicionário de 1728, Raphael Bluteau afirma: “A história é a testemunha do tempo, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, & mensageira da Antiguidade”¹²². Essa

¹²⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p.46.

¹²¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p.41. Em relação à sua recorrência, François Hartog nos diz que “Les humanistes les ont élus [os clássicos] pour vis-à-vis et, plus largement, ils ont été investis d'un rôle d'opérateurs de premier plan, intellectuels, culturels, mais aussi politiques dans la longue durée de l'histoire européenne”. HARTOG, François. “Les classiques, les modernes et nous”. In. *Revista de História (USP)*. Edição especial, 2010, p.22.

¹²² “História”. Raphael Bluteau. <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/hist%C3%B3ria>. Acessado em 16/10/2017. No caso das letras coloniais, João Adolfo Hansen afirma que a “História” é representada como finita, determinada

concepção temporal acerca da história é refletida na produção intelectual da historiografia acadêmica portuguesa e brasileira, mas também em outras produções literárias, como a poesia. Em *Caramuru*, Durão usa como exemplo de estudos históricos, mais especificamente, a *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita, membro da Academia Brasileira dos Esquecidos. De acordo com Íris Kantor, as academias (coloniais e metropolitanas) possuíam diferenças ao criticarem fontes documentais e escreverem as histórias que tinham por objetivo em seus textos. Com o propósito mais amplo de contribuir para o conhecimento do Império português e suas partes constituintes, as produções coloniais e metropolitanas se diferenciavam em certos aspectos que incidem no uso que Santa Rita Durão faz delas e o papel que exercem em relação ao lugar que a história ocupa em seu poema épico. A autora nos diz que, entre as diferenças, estava não apenas o fato de que os historiadores brasileiros faziam “reverência aos textos antigos e à tradição bíblica como fundamento de suas concepções sobre a geografia e a história do continente americano”, mas também preferiam recuperar o “passado imemorial do continente americano até os tempos bíblicos, no intento de dignificar a experiência civilizacional americana”¹²³. Há uma sincronia de temporalidades entre o Novo Mundo e a Antiguidade que faz com que surja uma estratégia discursiva eclética em relação ao conhecimento produzido neste âmbito, englobando as partes americanas que compunham o Império português.

teologicamente como “tempo criado ou qualidade emanada, análoga e participada da infinitude divina”. HANSEN, João Adolfo. “Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII”. In. JÚNIOR, João Feres; JASMIN, Marcelo. *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007, p.265.

¹²³ KANTOR, Íris. “Antigos e Modernos na historiografia acadêmica portuguesa e brasileira”. In. PIRES, Francisco Murari. *Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009, pp.454 e 466.

O verso XVIII do 1º canto de *Caramuru* é bastante elucidativo se o relacionarmos com o que fora dito acima. Nos diz Santa Rita Durão:

Que horror da humanidade! Ver tragada
Da própria espécie a carne já corrupta!
Quanto não deve a Europa abençoada
À Fé do Redentor, que humilde escuta?
Não era aquela infâmia praticada
Só dessa gente miseranda e bruta;
Roma e Cartago o sabe no noturno,
Horível sacrifício de Saturno¹²⁴.

Esse trecho nos mostra a relação feita por Durão entre os exemplos advindos da Antiguidade com a realidade encontrada na América pelos portugueses. Tendo como ideia central de seu poema mostrar a importância do Brasil para a manutenção do Império, a exaltação dos valores – e dos povos – americanos é, em *Caramuru*, digna de atenção: se o *antigo* Portugal renasce no Brasil *novo*, é fundamental que seus “povos” sejam valorizados para que o objetivo principal seja cumprido e o Brasil exerça o papel que lhe é destinado. O uso do referencial greco-romano, aliado à defesa da evangelização dos nativos, são armas que o autor usa para justificar a importância que esses povos tiveram, têm e

¹²⁴ *Caramuru*, verso XVIII, canto primeiro. DURÃO, Santa Rita. *Caramuru*: Poema épico do descobrimento da Bahia. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.17. Nesse trecho, Durão puxa nota de rodapé de caráter explicativo e ao mesmo tempo demonstrativo: explica que os *antigos italianos* – isto é, os Romanos – também tiveram antropófagos, como as nações indígenas que se encontravam na América. Essas são, de acordo com o autor, “espécies vulgares” na história. Saturno era o deus romano do tempo, equivalente do grego Chronos. Ao afirmar ser um “Horível sacrifício de Saturno”, ao mesmo passo afirma ser um sacrifício do *tempo*. Também há em relação à Saturno o fato de ter presidido a saudosa Idade do Ouro. Naqueles tempos, seu filho, Júpiter, apossara-se do mundo e em seguida atirou Saturno às trevas, estabelecendo a Idade de Prata, que logo depois decairia para a de Bronze. Saturno constituía-se como deus dos extremos: “por um lado, era senhor da utopia, inventor da agricultura e da arte de construir cidades; por outro, era o mestre das sombras, destronado e solitário, exilado no ponto mais extremo da terra e do mar”, de acordo com Raymond Klibansky. *Apud* ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos*: Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773. São Paulo: Hucitec, 2003, p.155.

terão na manutenção do Império¹²⁵. A utilização dessa imagem do mundo Antigo destina-se, neste caso específico, a mostrar como pode a empresa colonial utilizar desse arsenal ameríndio para efetuar seus propósitos, já que essa *infâmia* não fora praticada apenas por essa gente *mísera e bruta*, mas também pelos antigos, fonte do “saber” e referência para a “arte do bem-dizer” para os letrados ocidentais desde o Renascimento.

Outro trecho que mostra um uso de referenciais do mundo Antigo são os versos XLVI e XLVII, do 6º canto. Neles, podemos constatar a importância do Brasil para Portugal de maneira nítida, ao acentuar, aqui, a dimensão global do Império português em face aos impérios do mundo antigo e suas rivalidades com outros Estados europeus coloniais:

Dous monarcas (responde o lusitano)
Já sabes que no ocaso e no oriente
Novos mundos buscaram pelo oceano,
Depois de haver domado a Líbia ardente:
E que onde não chegou grego, ou romano,
Passeia o forte hispano e a lusa gente,
Que instruídos na náutica com arte,
Descobriram do mundo outra grã parte.

E na sequência:

Do Tejo ao China o português impera,
De um pólo ao outro o castelhano voa,
E os dous extremos da redonda esfera
Dependem de Sevilha e de Lisboa:
Mas depois que Colon sinais trouxera
(Colon, de quem o mundo a fama voa)
Deste novo admirável continente,

¹²⁵ Outros exemplos de trechos da obra em que Santa Rita Durão une a referência ao mundo Antigo com os nativos podemos encontrar nas páginas 35, 54 e 63. DURÃO, Santa Rita. *Caramuru: Poema épico do descobrimento da Bahia*. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Discorda com Castela o luso ardente.¹²⁶

Notamos aqui, além dos referenciais elencados acima, um entrelaçamento temporal que sintetiza o que estamos abordando: a localização do poema de Durão dentro de seu contexto histórico; a dimensão do Império português em fins do século XVIII; e a competição entre os Estados modernos europeus que fizeram com que, para Portugal, fosse tão importante para sua manutenção como império a defesa do Brasil. O uso do referencial do mundo Antigo serve para elucidar as dimensões que atingiram Portugal e Espanha – os pioneiros na Expansão Ultramarina de fins do século XV – e que nem mesmo os poderosos gregos e romanos conseguiram alcançar. Contudo, como fazer com que se mantenha essa porção tão grande de terra, territorialmente disforme, mal articulada entre si, em um contexto histórico de mudanças cada vez mais aceleradas¹²⁷?

É esta uma resposta que perpassou as mais brilhantes mentes portuguesas, com graus de diferenças e similitudes. Para Durão, contudo, a resposta se encontra no passado. Na história da colônia portuguesa na América, investidas de potências estrangeiras ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII não eram fenômenos raros. Invasões inglesas, francesas, holandesas e, é claro, castelhanas, eram sabidas por Santa Rita Durão,

¹²⁶ *Caramuru*, 6º canto, versos XLVI e XLVII. DURÃO, Santa Rita. *Caramuru*: Poema épico do descobrimento da Bahia. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.194.

¹²⁷ Ao longo da colonização portuguesa na América, as ameaças à manutenção de seu império foram constantes. Contudo, na segunda metade do século XVIII, até 1781, ano de publicação de *Caramuru*, os limites do império português na América foram redefinidos ao menos três vezes, nos Tratados de Limites (de Madrid, El Pardo e Santo Ildefonso, respectivamente nos anos de 1750, 1761 e 1777), com os espanhóis, e, no ano de 1776, o sistema colonial sofrera seu primeiro golpe, com a Independência das Treze Colônias britânicas na América do Norte.

que também leu obras de história produzidas nas Academias coloniais¹²⁸, e viveu em período de intensas disputas com a Espanha em relação aos limites de seus impérios na América. A maneira de enfrentar as diferenças de sua época, de acordo com nossa interpretação, é aprender com os feitos supostamente heróicos dos portugueses no passado: não apenas em relação às potências estrangeiras, mas também em relação ao próprio processo colonizador na América.

É claro que isso só seria possível devido ao caráter pioneiro do expansionismo português no ultramar, recorrente para, inicialmente, colocar a primazia do Brasil no conjunto imperial. A “descoberta” da América pelos europeus, portanto, não é deixada de lado no poema. Exemplo disso encontramos no canto III: “Vós sabereis, se a História tenha dito,/ Que houve tempo em que o mundo quase inteiro,/ Sem sabermos uns dos outros se habitasse,/ E como nós erramos, tudo errasse”¹²⁹. A necessidade de reconstruir o passado – não apenas das lutas com outras potências, mas também o início do processo colonizador – é elencado para trazer a dimensão do Império e o caráter heróico de seu feito, que como vimos acima, fora compartilhado com Castela.

Com o desenvolvimento da colonização e a complexificação da sociedade na América portuguesa, crescendo sua importância para o comércio português – e europeu – devido às altas produções de açúcar de sua faixa litorânea, Portugal passa a ter de enfrentar a concorrência das potências atlânticas do Noroeste Europeu – notadamente França, Holanda e Inglaterra – não apenas no comércio mundial, mas também

¹²⁸ POLITO, Ronald. “Introdução”. DURÃO, Santa Rita. *Caramuru*: Poema épico do descobrimento da Bahia. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000, In. p.XXII.

¹²⁹ Canto III, Verso LIX. DURÃO, Santa Rita. *Caramuru*: Poema épico do descobrimento da Bahia. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.105.

nas disputas por territórios coloniais na América e na Ásia. Com o período de União das Coroas Ibéricas (1580-1640), as possessões portuguesas no ultramar passam a ser visadas, principalmente por holandeses, e logo são alvos de investidas mais intensas: buscava-se não apenas controlar entrepostos comerciais e faixas relativamente pequenas, mas tomar de seu jugo largas faixas de terra visando incorporar a produção açucareira e, ao mesmo tempo, sua zona de obtenção de mão de obra escrava, Angola, e os entrepostos comerciais situados no continente asiático: a título de exemplo, o próprio Durão escreve que “Tem por nome Arrecife um forte posto,/ Que um istmo separou do continente,/ Donde o Castelo de S. Jorge oposto/ Defende o passo ao trânsito iminente”[...]¹³⁰. O Atlântico Sul passa a ser espaço de disputas que para Portugal, ainda unido à Espanha, é uma luta por sobrevivência. Garantir as duas margens da vertente sul deste oceano é garantir a continuidade de Portugal como importante nação no sistema geral de colonização europeia moderna.

A invasão holandesa é, portanto, contada por Santa Rita Durão para glorificar a grandiosidade dos portugueses que, mesmo submetidos à autoridade castelhana, conseguem combater o “bêlgico leão”. Desde as primeiras investidas na Bahia (1624), onde se passa a narrativa, até a expulsão holandesa definitiva (1654), o episódio aparece como primordial não apenas para a manutenção da região pernambucana e bahiana para os portugueses, mas por esse período de invasão ser contemporâneo da ascensão da Dinastia de Bragança, que governará Portugal daí em diante. Dentre as demais investidas às possessões

¹³⁰ Grifo nosso. O “Castelo” acima citado é o Forte de São Jorge da Mina, fundado pelos portugueses ainda no século XV, que tinha importância para o tráfico negreiro no Atlântico. DURÃO, Santa Rita. *Caramuru: Poema épico do descobrimento da Bahia*. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.269.

portuguesas na América, como é o caso dos ataques franceses na Baía de Guanabara, esse episódio da invasão holandesa em particular é muito significativo, devido aos fatores que elencamos acima: não apenas por investir contra as possessões americanas, mas também africanas e asiáticas do Império; ocorrer durante a União Ibérica (1580-1640), e onde a expulsão dos holandeses é primordial para a afirmação da presença portuguesa na vertente sul-atlântica, agora independente de Castela e buscando a afirmação de sua nova dinastia no sistema interestatal europeu; e, o que é digno de nota, por ser fruto de uma luta que uniu esforços americanos para recuperar as duas margens do Atlântico¹³¹. Analisemos o verso XXXVII, do canto VIII:

Vi neste tempo em confusão pasmosa
A monarquia em Lísia dominante,
E a casa de Bragança gloriosa
Nos quatro impérios triunfar reinante:
A Bahia com popa majestosa
Festejar o monarca triunfante,
E o Pernambuco, de desgraças farto,
Invocar pai da pátria D. João Quarto¹³².

Saído vitorioso do episódio, com a retomada da região que fora conquistada pelos “belgas injustos”, deve Portugal não apenas aos esforços de seus colonos, mas também ao “Padre Onipotente”, que “Tudo rege na Terra”¹³³. Recobradas para Portugal, estas terras são um triunfo que, de acordo com Santa Rita Durão, honra não apenas os “reis da terra”, mas também o rei Divino¹³⁴. Confiado o Brasil aos lusos, “Será,

¹³¹ BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a Luta por Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional Brasileira, 1973.

¹³² DURÃO, Santa Rita. *Caramuru: Poema épico do descobrimento da Bahia*. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.277.

¹³³ Verso LXXVI, canto IX. DURÃO, Santa Rita. *Caramuru: Poema épico do descobrimento da Bahia*. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.291.

¹³⁴ Uma característica presente em *Caramuru* e na literatura colonial de modo geral são as referências a elementos divinos. Hansen afirma que os conceitos representados nas

cumprindo os fins do alto destino,/ Instrumento talvez neste hemisfério/ De recobrar no mundo o antigo império”¹³⁵. Na sequência da narrativa do episódio da tomada e retomada pernambucana, Durão alude à sonhos que são indicativos de tempos prósperos para a Coroa portuguesa. Ressalta-se nessas visões de futuro a crescente prosperidade imanente ao destino do Brasil dentro do Império: “Vi no sonho mil casos diferentes,/ Que no curso virão de outras idades,/ Vi províncias notáveis e potentes,/ Vi nascer no Brasil áureas cidades”. Saído mais forte do impacto sofrido, reconquistadas suas possessões americanas e africanas, e diante da eminência reiterada do surgimento de “Famosos vice-reis e ilustres gentes”, o Brasil será “A colônia melhor que a Europa teve”¹³⁶.

Essas visões de futuro mostram um entrelaçamento temporal que é essencial para a compreensão não apenas do papel do Brasil dentro do conjunto imperial lusitano e da dimensão global do Império, mas, dentro de nossa interpretação, refletir o pensamento que se tinha acerca da importância do Brasil e de seu passado – isto é, sua História – no contexto de produção da obra, bem como a relação que o texto de Durão tem com a problemática dos tempos a que alude: passado, presente e futuro. Na época que Durão compõe *Caramuru*, como já afirmamos no início, não havia uma coesão e identidade por parte dos colonos acerca

produções literárias desse período são convergentes ou dedutíveis de um mesmo princípio de identidade, que é o conceito indeterminado de Deus. Nos seres e nos acontecimentos históricos, Deus é onipresente: ele é o termo comum que inclui toda a criação na semelhança e é Causa Primeira do tempo. A lei divina fundamenta o poder do Estado e também da linguagem, o que explica sua recorrência frequente. HANSEN, João Adolfo. “Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII”. In. JÚNIOR, João Feres; JASMIN, Marcelo. *História dos Conceitos: Diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007, p.256.

¹³⁵ Verso LXXVII, canto IX, DURÃO, Santa Rita. *Caramuru: Poema épico do descobrimento da Bahia*. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.291.

¹³⁶ Verso XXIII, canto X. DURÃO, Santa Rita. *Caramuru: Poema épico do descobrimento da Bahia*. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.302.

da unidade em torno de um território unificado. Contudo, dentro do universo dos letrados luso-brasileiros, começa já na segunda metade do século XVIII a haver uma diferenciação maior entre a metrópole e suas colônias: embora a existência do Brasil-colônia como unidade fosse uma abstração, dentro da representação erudita a construção de uma ideia de passado para o Brasil passa a ter caráter unificador: por meio da reconstrução de sua história, a partir da perspectiva de seus contemporâneos, legitimava as reformas e o papel essencial que teria para o destino do Império¹³⁷. Daí a alusão constante de Durão do processo colonizador luso-americano conjugado com a presença lusitana na Ásia e na África: além de refletir o tamanho e a grandeza de Portugal, reflete a diferenciação da colônia americana dentro do mundo lusitano que, como dito acima, é para o autor “A melhor que a Europa já teve”.

O futuro, a partir da reflexão que dentro da narrativa é feita no passado, evidencia a grandeza e as benfeitorias que essa colônia proverá – que no tempo de Durão, já havia provido – para Portugal. O verso LXV, do canto X, é prova disso:

Um rei, se não me engana oculto instinto,
Quando o Quarto remir as lusas quinas,
Depois do Sexto Afonso e Pedro extinto,
Abrirá no sertão famosas minas:
Fará de ouro Lisboa D. João Quinto,
Altas disposições do céu divinas!
Pois no tremos e incêndio, que ameaça,
Prepara este subsídio a grã desgraça.

E, logo na sequência, no verso LXVI:

Tempo virá que dama majestosa,
Por soberana a Lísia reconheça,
Época ilustre, insigne e venturosa,
Em que tenha uma santa por cabeça,

¹³⁷ PIMENTA, João Paulo. “Pasado y futuro en la construcción de una ‘Historia de Brasil’ en el siglo XVIII”. *Processos: Revista Ecuatoriana de Historia*. Quito: 1º semestre de 2013, p.86.

Descerá sobre o reino a paz formosa,
E com a paz fará que a glória desça,
Atlantes tendo de seu régio Estado,
Quatro sábios e um ínclito prelado¹³⁸.

Portanto, na narrativa que é desenvolvida no fim do século XVIII como se estivesse no início da colonização portuguesa, dentro de várias visões de futuro, como invasões francesas, holandesas e castelhanas, o processo de conquista de nações indígenas em outras partes americanas que serão incorporadas por Portugal, bem como descrições de episódios da colonização ao longo dos séculos, escolhemos o da invasão holandesa por mostrar não apenas as dimensões que o império atinge, mas também a importância do Brasil para a posição de Portugal no sistema colonial. O trecho acima relatado é uma visão do futuro feita em um passado, que no presente do poema já se passara também: o reflexo de um entrelaçamento temporal que traduz mudanças na forma como se passava a lidar com o tempo no fim do século XVIII no universo letrado português. O seguinte, reflete uma visão de futuro que é o próprio presente de Santa Rita Durão: após a ascensão de D. Maria I e a Viradeira, dar-se-á início a uma “época ilustre” onde haverá inclusive em seu régio Estado um “ínclito prelado”. Ora, é sabido que uma das medidas ocorridas após a Viradeira foi o retorno da influência eclesiástica na administração régia, que se encontrava ausente durante o reinado de D. José I (1750-1777).

O futuro para Santa Rita Durão apresenta um caráter aberto, como dissemos acima. Longe de significar o prenúncio de um Brasil com características nacionais, apresenta um Brasil que tem potenciais para se refazer constantemente e, de certa maneira, como evidencia pela

¹³⁸ DURÃO, Santa Rita. *Caramuru*: Poema épico do descobrimento da Bahia. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp.316-317.

atitude tomada no processo de colonização da América e de expulsão dos holandeses, ter um grau de autonomização sem que se separe de Portugal: essa perspectiva apresentada no poema está em relativa sintonia com o contexto reformista português¹³⁹. De acordo com João Paulo Pimenta, ao mesmo tempo em que era uma visão tradicional, era pautada por um paradigma positivo de uma condição que fora perdida no passado, e que neste futuro, em oposto, se encontra em aberto: podendo ser vislumbrado e cuja viabilidade de alcance não é mais impossível para seus elaboradores¹⁴⁰. O pensamento acerca do passado visava dar coesão ao corpo formado pelo Brasil, projetando no futuro um ideal que no presente está se formando. O entrelaçamento temporal visa recobrar o antigo império: seja com base no referencial do mundo antigo, ou no antigo Portugal que será apresentado no novo Brasil.

★

Em reflexão acerca do poema épico como gênero literário, Machado de Assis afirmou que a missão do poeta épico era “casar a lição antiga ao caráter do tempo”¹⁴¹. Santa Rita Durão, em sua época específica, compôs o épico que lhe era possível: apresentar a ação supostamente heróica de Caramuru, filho do trovão, e os feitos igualmente heróicos que realizou no processo de colonização da Bahia. Através das visões de futuro por meio da obra e da maneira como o Brasil

¹³⁹ Afirmamos que essa sintonia é “relativa” posto que, como nos afirma Alfredo Bosi, há aspectos em Durão que também se encontram em compasso com o conservadorismo que “resistiu à maré iluminista”. BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 50ª. ed. São Paulo: Cultrix, 2015, p.72.

¹⁴⁰ PIMENTA, João Paulo. “Pasado y futuro en la construcción de una 'Historia de Brasil' en el siglo XVIII”. *Processos: Revista Ecuatoriana de Historia*. Quito: 1º semestre de 2013, p.91-92.

¹⁴¹ ASSIS, Machado de. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 5 jun. 1866, seção Semana Literária. In. ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994, vol. III, p.862. *Apud* LIMA, Djalma Espedito. *A Épica de Cláudio Manoel da Costa: uma leitura do poema Vila Rica*. São Paulo: Dissertação de Mestrado (FFLCH-USP), 2007, p.7.

e seu lugar dentro do Império português tem centralidade, apresenta a visão de futuro que, como buscamos exemplificar, alude às mudanças ocorridas no universo letrado luso-brasileiro em fins do XVIII. O passado, por sua vez, tinha para o tempo presente grande importância. Inclusive, exercendo sua função de caráter pedagógico: ensinando como pensar o conjunto luso-americano como unidade¹⁴² em um tempo marcado por mudanças¹⁴³.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCIDES, Sérgio. "Expectativa e metamorfose: saudade da Idade do Ouro na América portuguesa". In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. *Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: EDUSP; Fapesp; Hucitec, 2001, pp.775-798.
- _____. *Estes Penhascos: Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- ARAÚJO, Valdeci Lopes de; PIMENTA, João Paulo G. "História – Brasil". In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano: La Era de las Revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp.593-604.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 50ª. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.
- BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a Luta por Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo : Editora Nacional Brasileira, 1973.
- HALBWACHS, Maurice. "La mémoire collective et le temps". *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris : Les Presses Universitaires de France, vol.101, 1996, pp. 45-65.
- HANSEN, João Adolfo. "Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII". In: JÚNIOR, João Feres; JASMIN, Marcelo. *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007, pp.253-266.
- _____. "A autoria, obra e público na poesia colonial luso-brasileira atribuída a Gregório de Matos e Guerra". In: *Ellipsis. Journal of the American Portuguese Association*. Vol. 12, 2014, pp.91-117.
- HARTOG, François. "Les classiques, les modernes et nous". In: *Revista de História (USP)*. Edição especial, 2010, pp. 21-38.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*. São Paulo: Editora Nova Perspectiva, 1959.

¹⁴² PIMENTA, João Paulo. "Pasado y futuro en la construcción de una 'Historia de Brasil' en el siglo XVIII". *Processos: Revista Ecuatoriana de Historia*. Quito: 1º semestre de 2013, p.93.

¹⁴³ Mudanças cuja análise não é central diante do que propomos no artigo. Contudo, ressaltamos a afirmação feita pelo historiador István Jancsó sobre a segunda metade do século XVIII, período marcado pelas reformas no império lusitano, onde se buscava, ao mesmo tempo, acelerar algumas mudanças e frear outras, de acordo com os anseios da monarquia portuguesa. JANCSÓ, István. *Na Bahia Contra o Império: História do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996, p.40.

- JANCSO, István. *Na Bahia Contra o Império: História do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.
- KANTOR, Íris. “Antigos e Modernos na historiografia acadêmica portuguesa e brasílica”. In. *Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009, pp.451-466.
- KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LIMA, Djalma Espedito. *A Épica de Cláudio Manoel da Costa: uma leitura do poema Vila Rica*. São Paulo: Dissertação de Mestrado (FFLCH-USP), 2007.
- Nitheroy*: Revista Brasiliense de Ciencias, Letras e Artes. Tomo Primeiro. Paris : Dauvin et Fontaine Libraires, 1836.
- NOVAIS, Fernando A. “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”. In: *Aproximações: estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, pp.45-60.
- PAMPLONA, Marco A. “Pátria-Brasil”. In. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; LOMNÉ, Georges (org.). *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano - Iberconceptos II*. 1ª edição. Madrid: Universidad del País Vasco; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014, pp.51-71.
- PIMENTA, João Paulo. “Pasado y futuro en la construcción de una 'Historia de Brasil' en el siglo XVIII”. *Processos: Revista Ecuatoriana de Historia*. Quito: 1º semestre de 2013, pp. 81-95.
- _____. “Literatura e condição colonial na América portuguesa (século XVIII)”. In. FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial – 1720-1821 (vol.3)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014, pp. 595-634.
- SLEMIAN, Andrea. “Portugal, o Brasil e os Brasis: a diversidade dos territórios e as disputas pela soberania na construção de um novo Império monárquico na América”. In: *Claves, Revista de Historia*. Montevideo, diciembre 2015, pp.91-120.
- SOUZA, Antonio Candido de Mello e. *Literatura e Sociedade*. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000.
- VARNHAGEN, Franciso Adolfo de. “Tratado de 1777 e governo de Maria Primeira”. In. *História Geral do Brasil*. Tomo 4º. São Paulo: Melhoramentos, 1956, pp.267-290.

FONTES

- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architetonico* [...]. 1ª edição: Coimbra, 1728. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>.
- DURÃO, Santa Rita. *Caramuru: Poema épico do descobrimento da Bahia*. [1ª edição de 1781]. Introdução, organização e fixação de texto de Ronald Polito. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GONZAGA, Tomás Antonio. *Cartas Chilenas*. [1ª edição de 1863]. Belém: Unama, s/d.
- _____. *Marília de Dirceu*. [1ª edição de 1792]. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

UMA ANÁLISE DO TEMPO NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA: O ÁLBUM *ALUCINAÇÃO* (1976), DE BELCHIOR^{144, 145}

Resumo: *Alucinação*, álbum que marcou a carreira de Belchior, é um documento importante para a compreensão de elementos de uma História do Tempo no Brasil. O artista, ao criar uma memória, possibilitou a ressignificação das experiências adquiridas por uma geração que viveu, não só no Brasil, mas em muitas partes da América Latina, aquilo que Florestan Fernandes chamou de luta pelo *curto-circuito final* de um *circuito fechado*. Através da construção de uma narrativa que contempla uma trajetória de vida, Belchior explicita as concepções de tempo dessa geração por meio de sua relação com o passado no direcionamento de ações presentes, para sugerir novas possibilidades de futuro. Ao criar uma relação de empatia e proximidade com quem o ouve, universalizando sua obra, transfere os anseios e angústias de alguém que viveu o contexto dos Regimes Militares na América Latina da década de 1970, inclusive, para uma melhor interpretação do presente (2018).

Palavras-chave: História do Tempo; Ditaduras na América Latina; MPB.

Abstract: *Alucinação*, Belchior's signature album, is an important document for the comprehension of a Brazilian Time History. The artist, by manufacturing a memory, enables the creation of new meanings for the experiences lived by the generation contemporary to an unusual moment not only in Brazil, but throughout Latin America, one that Florestan Fernandes called a struggle for the *final short-circuit* of a *closed loop*. Through the construction of a narrative that contemplates a lifetime, Belchior brings this generation's time conceptions to light by revealing its connections to its past and how it permeates present actions, allowing the artist to suggest new future possibilities. By connecting himself with his public, universalizing his work, he transfers both the desires and the angst of someone who lived during the Military Dictatorship context in Latin America during the 1970s. By doing so, he allows a better interpretation of the present time (2018).

Keywords: Time History; Dictatorships in Latin America; MPB

¹⁴⁴ Este artigo é fruto das discussões realizadas no curso História Social do Tempo (2017), ministrado pelo professor João Paulo Garrido Pimenta.

¹⁴⁵ Larissa Albuquerque (<http://lattes.cnpq.br/9114607482602774>) é graduanda pela USP. Artigo recebido em 01/05/2018 e aprovado em 22/07/2018

INTRODUÇÃO.

O Regime Militar brasileiro teve na produção de cultura seu calcanhar de Aquiles, expressão de suas contradições e impasses¹⁴⁶. Ao mesmo tempo em que a “questão cultural” representava um dos setores mais dinâmicos da modernização capitalista estimulada pelos militares, ela também fazia parte, do ponto de vista do regime, da “guerra psicológica da subversão” a ser combatida¹⁴⁷. O lugar da classe média também contribui para essa posição ambígua dos militares com relação a produção cultural: principal base do regime - instalado para defender o capitalismo e uma suposta democracia liberal - e, simultaneamente, principal consumidora e produtora da cultura de protesto¹⁴⁸.

Dessa forma, as políticas de repressão não foram homogêneas de 1964 a 1985. Se em um primeiro momento houve o ímpeto de impedir que a “cultura de esquerda” atingisse as classes populares, posteriormente (1969 - 1978) o objetivo foi coibir o movimento da cultura como mobilizadora do radicalismo da classe média ¹⁴⁹. Foi nesse período, inclusive, que o segmento liberal, que antes aplaudiu a queda de Goulart, passou a questionar o regime e a aumentar o coro da oposição, sobretudo após a instauração do AI-5. A cultura dos anos 1970, portanto, foi um espaço de convergência entre a esquerda e os liberais¹⁵⁰, que

¹⁴⁶ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 97

¹⁴⁷ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p.97

¹⁴⁸ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 97

¹⁴⁹ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. p. 100-101

¹⁵⁰ NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964 - 1985) - ensaio histórico -*. São Paulo: Intermeios: USP - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017. p. 354

tentou se colocar como um território de liberdade idealizado, antítese da violência do Estado¹⁵¹.

É nesse segundo momento repressivo que a MPB consolida sua vocação oposicionista de resistência ao Regime Militar¹⁵². O ano de 1976 foi um importante ponto de inflexão na constituição desse gênero musical, ao se tornar o carro chefe da indústria fonográfica com o relativo abrandamento da censura e a volta do exílio de artistas renomados como Chico Buarque e Caetano Veloso.

Dentro desse cenário de auge da Música Popular Brasileira desponta Antônio Carlos Gomes Belchior Fontenelle Fernandes (1946-2017). Nascido no interior do Ceará e, tendo abandonado o curso de medicina para se dedicar profissionalmente à música, chegou ao sudeste brasileiro na década de 1970 para participar dos festivais universitários de MPB¹⁵³. Mas foi também no ano de 1976 que Belchior se consagra nesse contexto de agitação política, social e cultural através do álbum *Alucinação*, que se tornaria uma referência ao traduzir sentimentos, perplexidades e contradições de toda uma geração. As músicas, utilizadas como um instrumento de transformação, se dão como narrativas sobre o passado, a partir de um presente, constituindo assim um tempo histórico onde suas concepções apresentam necessidade de projeção para o futuro.

Esse artigo se propõe, portanto, a analisar o álbum que trouxe Belchior à sua consagração no cenário de consolidação da MPB, à luz

¹⁵¹ NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964 - 1985) - ensaio histórico* -. São Paulo: Intermeios: USP - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017. p. 355

¹⁵² NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 183

¹⁵³ CARLOS, Josely Teixeira. *Muito além de um rapaz latino-americano vindo do interior: investimentos interdiscursivos das canções de Belchior*. Dissertação em linguística. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017

de categorias próprias de uma História Social do Tempo que permitam um exame satisfatório de concepções temporais criadas por uma sociedade que, a todo momento, se utiliza de permanências e experiências para aventar possibilidades de ruptura, criticando circunstâncias atuais da vida e projetando alternativas desejáveis de futuro. O texto pretende, ainda, entender o lugar do álbum *Alucinação* como fonte histórica e, portanto, elemento que compõe a memória que foi construída e se constrói até hoje da Ditadura Militar.

Lançado pela PolyGram, o LP contém dez faixas que, em 37'25'', esboçam uma forte narrativa. A análise que se segue propõe uma divisão do álbum *Alucinação* em quatro partes que, inclusive, se mostram como uma projeção do autor daquilo que ele imagina como sua própria trajetória de vida. Em um primeiro momento, que consiste nas três primeiras músicas (*Apenas um Rapaz Latino Americano*, *Velha Roupa Colorida* e *Como Nossos Pais*), Belchior se apresenta como um artista que, mesmo com pouca experiência, traz consigo uma raiz nordestina muito marcante, um diálogo constante com uma geração anterior, junto de uma esperança na mudança do presente em nome de uma juventude na qual ele se inclui. Já nas quatro músicas seguintes (*Sujeito de Sorte*, *Como o Diabo Gosta*, *Alucinação* e *Não Leve Flores*), o artista expressa uma etapa claramente otimista de sua vida, na qual a luta pela mudança se torna ainda mais intensa e basilar da sua situação como agente histórico. Ao abandonar a melodia mais agitada das músicas anteriores, o álbum entra em um terceiro momento no qual o pessimismo e a incerteza de futuro, causados pelas experiências frustradas de um passado de luta, o levam a um estágio de perda no prazer da existência, representado pelas músicas *A Palo Seco* e *Fotografia 3x4*. Por fim, com a última faixa, denominada *Antes do Fim*, e que retoma a melodia mais leve e descontraída do início do álbum, Belchior deixa sua conclusão sobre

sua jornada em busca de um futuro novo ao apresentar uma música com dupla natureza discursiva: um testamento seu para aqueles que ficam e, logo em seguida, uma perspectiva sobre a vida tendo a morte como enunciadora.

APENAS UM RAPAZ LATINO-AMERICANO VINDO DO INTERIOR.

Eu sou apenas um rapaz
Latino-Americano
Sem dinheiro no banco
Sem parentes importantes
E vindo do interior.¹⁵⁴

É com esses versos que Belchior abre o álbum *Alucinação*. Ao se apresentar, destaca algumas características que já fornecem elementos passíveis de análise. O autor, ao explicitar o lugar de onde vem – “latino-americano” e “vindo do interior” –, demonstra a importância das raízes na sua constituição como indivíduo. Não só isso, mas também ao se colocar como “apenas um rapaz”, logo na frase que inicia o álbum, demonstra um movimento que Belchior mantém durante toda obra e será melhor trabalhado na análise da penúltima parte do álbum: criar um laço de igualdade e empatia com aquele que o ouve, de forma a universalizar a sua obra.

Em um contexto de crise política e econômica, em que grande parte dos países da América viviam sob regimes ditatoriais, Belchior faz questão de se apresentar como um latino-americano¹⁵⁵. Dessa forma, é possível elaborar a hipótese da autoafirmação de Belchior como

¹⁵⁴ BELCHIOR, Antônio Carlos. Apenas um rapaz latino americano. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado A, faixa 1

¹⁵⁵ Aqui, é importante observar que a latino americanidade é uma questão que não diz respeito a Belchior como indivíduo, mas sim à geração na qual ele se inclui. O tema é recorrente não só em obras de artistas da época (como Caetano Veloso e Chico Buarque, por exemplo), mas também no âmbito intelectual-acadêmico (com Florestan Fernandes e Paulo Freire, dentre muitos outros).

integrante de uma *geração*. O sociólogo húngaro Karl Mannheim divide o conceito em três definições. A primeira e mais abrangente delas, *posição geracional*, contém indivíduos nascidos em um mesmo âmbito histórico-social, com as mesmas possibilidades de adquirir experiências. Já *conexão geracional* pressupõe um vínculo concreto entre os indivíduos, de participação em uma prática coletiva. Por fim, a *unidade geracional* consiste na forma como grupos de uma mesma *conexão geracional* lidam com os fatos históricos vividos por sua geração¹⁵⁶. Dessa forma, essas categorias se configuram como três círculos concêntricos, sendo o mais externo *posição geracional* e o mais interno *unidade geracional*.

A partir dessas definições preliminares, é possível considerar a hipótese de que Belchior e aqueles artistas da juventude de 68 fazem parte de uma mesma conexão geracional. No âmbito político, dentro do contexto de ditaduras na América Latina, ambos agem no destino coletivo de modo a tentar desestruturar o regime militar brasileiro. Já no que tange o aspecto musical, há rupturas importantes que também permitem incluí-los em tal categoria: é possível perceber, logo na primeira faixa do álbum *Alucinação*, a forte presença de instrumentos como guitarra e bateria, símbolos de subversão e largamente utilizados por movimentos da década de 60, como o Tropicalismo¹⁵⁷. Entretanto, divergem quanto as estratégias discursivas utilizadas como ferramentas de luta, o que pode ser exemplificado através da música *Velha Roupas Coloridas*:

Você não sente nem vê
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo

¹⁵⁶ MANNHEIM, Karl. "El problem de las generaciones". *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, n. 62, p. 221-222.

¹⁵⁷ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 108-109.

Que uma nova mudança em breve vai acontecer
 E o que há algum tempo era novo jovem
 Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer
 Nunca mais meu pai falou: She's leaving home
 E meteu o pé na estrada, Like a Rolling Stone
 Nunca mais eu convidei minha menina
 Para correr no meu carro (loucura, chiclete e som)
 Nunca mais você saiu a rua em grupo reunido
 O dedo em V, cabelo ao vento, amor e flor, quê de um cartaz
 No presente a mente, o corpo é diferente
 E o passado é uma roupa que não nos serve mais¹⁵⁸

Dessa forma, Belchior enuncia uma recusa desse passado materializado na unidade geracional atuante na década de 60, representada pelo movimento hippie – portanto, agora para além da América Latina - em “O dedo em V, cabelo ao vento, amor e flor, quê de um cartaz”; por Bob Dylan e Rolling Stones em “Like a Rolling Stone”; e pelos Beatles, em “She’s Leaving Home”. Tal unidade geracional à qual ele se afasta aqui tem como característica uma enunciação de recusa radical a qualquer tipo de tradição e permanência, sobretudo, em relação à geração de seus “pais”. Embora avenge tal recusa, ainda assim sente a necessidade de inseri-los nesse presente. Mannheim também nos serve de contribuição para uma análise desse movimento do artista ao usar uma formulação semelhante à de Koselleck¹⁵⁹ acerca da “não contemporaneidade dos contemporâneos”. A partir disso, aponta que diferentes grupos etários vivenciam tempos interiores diferentes em um mesmo período cronológico¹⁶⁰. Unidades geracionais contemporâneas, portanto, são passíveis de comunicação e troca de experiências. Assim,

¹⁵⁸ BELCHIOR, Antônio Carlos. *Velha roupa colorida*. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado A, faixa 2

¹⁵⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: Puc-Rio, 2014, p.9

¹⁶⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: Puc-Rio, 2014, p. 23-24

quando canta “E o que há algum tempo era novo jovem/Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer” e em seguida mantém uma relação interdiscursiva com a juventude da década de 60, aponta a possibilidade de superação dessas diferenças através da troca de experiência entre e eles no sentido do caminhar para o inteiramente novo e para o abandono de práticas já ultrapassadas. Além disso, o trecho também pode exemplificar uma característica importante daquela unidade geracional à qual o artista pertence, que é a constante angústia de não conseguir concluir qual sua posição diante de seu passado, e a impossibilidade de afirmar categoricamente que a geração dos anos 1960 é um passado que não serve mais na segunda metade da década de 1970. Em *Como Nossos Pais*, essa posição é ainda melhor elaborada:

Você pode até dizer
Que eu estou por fora
Ou então
Que eu estou inventando
Mas é você
Que ama o passado
E que não vê
Que o novo sempre vem
E hoje eu sei que quem me deu a ideia
De uma nova consciência
E juventude
Está em casa (...)

Minha dor é perceber
Que apesar de termos
Feito tudo que fizemos
Ainda somos
Os mesmos e vivemos
Como os nossos pais¹⁶¹

¹⁶¹ BELCHIOR, Antônio Carlos. *Como nossos pais*. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado A, faixa 3

De maneira complementar a Karl Mannheim, é importante salientar a contribuição dos estudos do historiador alemão Reinhart Koselleck¹⁶² no que tange o problema das gerações. Para ele, indivíduos pertencentes a uma mesma geração compartilham também do mesmo limite biológico de processamento de eventos singulares, devido a um conhecimento comum da possibilidade de essas surpresas singulares ocorrerem. Em *Como Nossos Pais*, ainda é possível perceber o afastamento que Belchior enuncia em relação à unidade geracional de 1960, por conta também da diferença de limite da capacidade de surpresa diante de experiências singulares. A unidade geracional de 1970 apresentaria, assim, uma diminuição na capacidade de se surpreender em relação a geração de 1960, o que é representado nas passagens: “Você pode até dizer/Que eu estou por fora” e “Que apesar de termos/Feito tudo que vivemos/Ainda somos os mesmos. ” Ou seja, Belchior reforça as permanências, em detrimento das rupturas propostas pela geração de 1960 por conta de seu conhecimento implícito acumulado a partir das experiências adquiridas.

Embora avenge esse distanciamento, o compositor demonstra certa melancolia em suas afirmações: a dor da posição momentaneamente assumida por ele, ao perceber que as experiências vivenciadas não são totalmente singulares, devido às estruturas de repetição já vividas por gerações anteriores (como a de seus pais), e, portanto, percebe a necessidade de diálogo e de busca do tradicional para a conquista do novo. É possível, portanto, desenvolver a hipótese de que a unidade geracional de 1970 também pode ser caracterizada pela angústia gerada pela dificuldade de

¹⁶² KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: Puc-Rio, 2014, p.23-24

resolver a questão do não rompimento, de fato, com aquilo que gostaria. É importante notar também, nesse trecho, a manifestação de uma consciência histórica - categoria desenvolvida por Jörn Rüsen – em Belchior. De acordo com aquele historiador, a consciência histórica pode ser definida como: “(...) a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”¹⁶³. Belchior encontra no passado uma forma de orientar as ações presentes para, provavelmente, elaborar uma existência futura. Esse passado é materializado na geração de seus pais, uma vez que teria sido ela a responsável por fornecer-lhe a ideia de “uma nova consciência e juventude”.

É possível concluir das três primeiras músicas de *Alucinação* que Belchior é fruto sensível de seu tempo, ao mesmo tempo que dele intérprete. Se mostra em um primeiro momento como apenas um rapaz latino-americano vindo do interior, jovem, com pouca experiência e com muito futuro pela frente; demonstra em suas letras sua posição política e social em relação ao mundo que o cerca; e explicita sua vontade de mudar o presente através de uma ruptura com o passado, o que só se faz possível com um diálogo com o tradicional.

AMAR E MUDAR AS COISAS.

A segunda parte de *Alucinação* parece representar o sentimento genuíno de significado da vida e do mundo para Belchior e para a conexão geracional em que está inserido: a luta pela mudança do presente e construção de um futuro novo. Embora o artista esteja inserido em uma sociedade em muitos quadrantes silenciada e torturada pela

¹⁶³ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história*: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001, p. 57.

ditadura, ainda assim parece existir uma esperança latente de construção de algo inteiramente novo, de uma *utopia*. De acordo com Jörn Rüsen, a utopia consiste em um “ainda não”, em uma interpretação das circunstâncias dadas da vida que motivam a ação a partir da negação daquilo que está posto¹⁶⁴. O vislumbamento de um futuro e o superávit de expectativa dele decorrente¹⁶⁵, dão uma orientação para a existência humana e um consequente otimismo. Assim, Belchior abre esse segundo momento do álbum com um crescente de instrumentos em *Sujeito de Sorte* que representam o auge de seu otimismo com o futuro e de seu superávit de expectativa. A cada dois versos, um novo instrumento entra - sintetizador, bateria e guitarra elétrica, respectivamente -, até que todos juntos componham a melodia agitada da música:

Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte
 Porque apesar de muito moço me sinto são e salvo e forte
 E tenho comigo pensado deus é brasileiro e anda do meu lado
 E assim já não posso sofrer no ano passado
 Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
 Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro¹⁶⁶

Koselleck elaborou categorias que são aqui basilares: *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Isso porque, a todo momento, Belchior trabalha com as questões de passado e futuro, que para Koselleck, são conceitos intrínsecos que se imbricam através do presente. Espaço de experiência consiste em um passado atual no qual se fundem tanto elaborações racionais como formas inconscientes de

¹⁶⁴ RÜSEN, Jörn. “Utopia, alteridade, kairos – o futuro do passado”. *História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 135-137.

¹⁶⁵ RÜSEN, Jörn. “Utopia, alteridade, kairos – o futuro do passado”. *História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 135-137.

¹⁶⁶ BELCHIOR, Antônio Carlos. *Sujeito de sorte*. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado A, faixa 4

comportamento transmitidas por gerações e instituições¹⁶⁷, e uma representação dele pode ser identificada em *Sujeito de Sorte*: “Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte”; “Ano passado em morri, mas esse ano eu não morro”. Ou seja, o seu passado se torna atual na medida em que as experiências adquiridas direcionam a forma como o presente é encarado. O mesmo pode ser visto em *Como O Diabo Gosta*:

Já tenho este peso, que me fere as coisas
e não vou eu mesmo, atar minha mão
O que transforma o velho novo
bendito fruto do povo será¹⁶⁸

As experiências passadas por Belchior estão expressas através do peso que carrega em suas costas. Essa experiência acumulada permite que ele faça elaborações sobre o futuro, ou melhor, permite um momentâneo alargamento de seu horizonte de expectativa. Koselleck define a categoria como o não experimentado, o futuro tornado palpável¹⁶⁹. O que também pode ser identificado no trecho, uma vez que o espaço de experiência nele representado teria promovido um determinado horizonte de expectativa, uma presentificação do futuro ao estabelecer ações práticas: não atar às mãos a despeito do peso que carrega nas costas e a transformação do velho no novo como estratégia de superação dos impasses enfrentados pela sociedade latino-americana sob regimes autoritários e opressores.

Aqui, é importante salientar como esse horizonte de expectativa é mutável dentro da obra. A dor e a angústia expressadas

¹⁶⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 309-310.

¹⁶⁸ BELCHIOR, Antônio Carlos. *Como o diabo gosta*. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado A, faixa 5

¹⁶⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 309-310.

em *Como Nossos Pais*, configuram um determinado horizonte de expectativas repleto de inseguranças, próprio de um nordestino que acaba de abandonar uma futura carreira em medicina para se aventurar na indústria fonográfica do Sudeste pouco mais de um ano após a instauração do AI - 5. Já nesta subdivisão do álbum, por conta dos eventos que passaram a compor seu espaço de experiência, Belchior esboça esse momentâneo alargamento de seu horizonte de expectativas. Ao fazê-lo, além de reforçar passado e futuro como conceitos intrínsecos que se imbricam através do presente, também corrobora com a hipótese de existir, neste segundo momento do álbum, um superávit de expectativas que leva à busca por um futuro utópico convidado a vir a existir.

As ações práticas que vão orientar a agência do artista na busca pela concretização dessa utopia são explicitadas não só em *Como O Diabo Gosta*, ao afirmar que as mudanças seriam fruto da ação do povo, mas também na música que nomeia o álbum: *Alucinação*¹⁷⁰. Em ambas, Belchior não se limita a afirmar que seu presente precisa ser modificado: ele propõe de que forma a mudança deve ser feita. Ao fornecer formas de ação a partir de suas experiências, Belchior traz sua utopia de um futuro ainda não experimentado para mais perto das possibilidades de realização, visualizando-a em um horizonte de expectativa:

Eu não estou interessado
Em nenhuma teoria
Nem nessas coisas do oriente
Romances astrais
A minha alucinação
É suportar o dia-a-dia

¹⁷⁰ Embora não tenha tido espaço no escopo do trabalho para uma análise mais detalhada acerca dos nomes das músicas, é importante tomar nota de alguns títulos mais significativos. *Alucinação* é uma palavra passível de ambiguidade: tanto pode representar um sonho, quanto um pesadelo. Isso reforça as angústias e contradições presentes na geração de Belchior.

E meu delírio
É a experiência
Com coisas reais [...]

Mas eu não estou interessado
Em nenhuma teoria
Em nenhuma fantasia
Nem no algo mais
Longe o profeta do terror
Que a laranja mecânica anuncia
Amar e mudar as coisas
Me interessa mais¹⁷¹

O trecho acima representa bem a materialidade de sua proposta de mudança, na medida em que afirma o não interesse em elaborações teóricas e, por outro lado, busca seu “delírio” e sua realização nas coisas reais e na mudança delas. Inserido em uma unidade geracional que se encontra em um movimento de ressaca em relação àquela de negação radical às tradições e de poucas propostas de mudança concretas e de realização possível, ele coloca categoricamente que a saída para essa condição indesejável seria a ação pragmática e realista, o que também fica explícito nos versos: “A minha alucinação/é suportar o dia-a-dia”.

Embora existisse uma maior parcimônia e paciência em relação às propostas de mudança dos movimentos culturais e de resistência de um momento imediatamente anterior a Belchior, esse fato não torna menos apaixonadas e esperançosas as propostas do movimento da segunda metade da década de 1970. O que fica claro com uma das frases que mais marcaram a trajetória do artista, também da música *Alucinação*: “Amar e mudar as coisas me interessa mais”.

Por fim, esse segundo bloco do álbum é finalizado com a faixa *Não Leve Flores*¹⁷²:

¹⁷¹ BELCHIOR, Antônio Carlos. *Alucinação*. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado B, faixa 1

¹⁷² O título dessa faixa também merece mais atenção na medida em que pode representar uma ironia. É possível que Belchior esteja ironizando uma das expressões que representam a cultura hippie: “Flower Power”. Inclusive, é possível aventar a

Tudo poderia ter mudado, sim
Pelo trabalho que fizemos - tu e eu
Mas o dinheiro é cruel
E um vento forte levou os amigos
Para longe das conversas, dos cafés e dos abrigos
E nossa esperança de jovens não aconteceu, não, não (...)

Tenho falado à minha garota
Meu bem, difícil é saber o que acontecerá
Mas eu agradeço ao tempo
O inimigo eu já conheço
Sei seu nome, sei seu rosto, residência e endereço
A voz resiste. A fala insiste: Você me ouvirá
A voz resiste. A fala insiste: Quem viver verá.¹⁷³

A partir do trecho é possível chegar a algumas conclusões. A primeira delas é sobre a passagem do tempo aqui representada. Se na primeira parte do álbum o artista se mostra como “apenas um rapaz”, com pouca experiência, mas muita perspectiva de futuro, é possível enxergar um novo Belchior no trecho acima. Um homem que já *trabalhou* muito pela mudança da situação que lhe é dada e, entretanto, não obteve sucesso: “E nossa esperança de jovens não aconteceu, não, não”. Alguém que já não está mais tão certo do futuro bastante diferente daquele que cantava em *Sujeito de Sorte*. Belchior, sendo o eu lírico das músicas de *Alucinação*, ao mostrar essa mudança da própria perspectiva no decorrer do tempo, historiciza a si mesmo.

A segunda conclusão pode ser extraída dos seguintes versos: “Meu bem, difícil é saber o que acontecerá/Mas eu agradeço ao tempo/O inimigo eu já conheço”. O tempo evocado por Belchior nesses versos é, em certo sentido, o tempo da modernidade, de um futuro em

possibilidade de uma relação interdiscursiva crítica com a música *San Francisco* de Scott McKenzie, da geração de 1960, no trecho: “If you’re going to San Francisco/Be sure to wear some flowers in your hair”.

¹⁷³ BELCHIOR, Antônio Carlos. Não leve flores. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado B, faixa 2

aberto. Koselleck argumenta que, a partir do século XVIII, houve uma substancial alteração no espaço de experiência ocidental provocada pelas constantes transformações do período. Tal mudança promoveu, por sua vez, um horizonte de expectativa novo e, dessa forma, o futuro se tornou algo a ser construído pelas mentes e ações humanas. É possível apreender essa interpretação de Belchior na medida em que o artista explicita sua incerteza e insegurança em relação ao tempo futuro. Mas, diferente da imagem de um tempo que destrói, a música fala de um tempo que permite a aquisição de experiência, aquele que precisa ser agradecido.

Essa concepção de tempo permite entender a fagulha de esperança que ainda resta no artista: *Não Leve Flores*, a despeito de certa melancolia e insegurança presente na letra, é a única música do álbum que tem em seu arranjo o acordeão. Instrumento que remete às camadas populares¹⁷⁴, sua presença reforça a crença de Belchior no trabalho do povo como vetor da transformação do velho no novo. Além da simbologia do instrumento, a melodia leve e descontraída reitera essa fagulha de esperança: mesmo que sua luta tenha falhado; mesmo que muito de seu trabalho não tenha rendido frutos: a aquisição de experiência ainda pode fazer alguma diferença e, por isso, sua voz resiste e sua fala insiste.

VINTE E CINCO ANOS DE SONHO, DE SANGUE E DE AMÉRICA DO SUL.

Sei que assim falando pensas
Que esse desespero é moda em 76
Mas ando mesmo descontente
Desesperadamente, eu grito em português.

(...) Tenho vinte e cinco anos

¹⁷⁴ ZANATTA, Maria Aparecida Fabri. O acordeão no cenário político, econômico e sociocultural brasileiro. *Revista Emancipação*, v. 4, n. 1, 2004, p. 201.

De sonho e de sangue
E de América do Sul
Por força deste destino
Um tango argentino
Me vai bem melhor que um blues¹⁷⁵

Ao abandonar a melodia alegre e agitada das músicas anteriores e adotar um ritmo mais lento e pesado para essa terceira parte do álbum, Belchior mantém explícita sua mudança de perspectiva com o decorrer do tempo. A partir do trecho acima, de *A Palo Seco*, é possível ver como seu espaço de experiência, composto de frustrações, gerou um pessimismo muito forte em seu presente, o que, por sua vez, levou a um horizonte de expectativa retraído, incerto e inseguro. Tal movimento é evidenciado, além da mudança de ritmo na música, na representação insistente de sentimentos como desespero e descontentamento.

A penúltima música, *Fotografia 3x4*, reforça ainda mais esse ambiente pessimista, fato especialmente evidente no trecho que mantém uma relação interdiscursiva com Caetano Veloso. Representante, junto de Gilberto Gil, do movimento Tropicália, trata, na marchinha *pop Alegria, Alegria*, de uma vida aberta, leve e aparentemente não empenhada¹⁷⁶. Se existem traços, como certos instrumentos, que possibilitam a inserção tanto daqueles artistas que compõe o Tropicalismo quanto de Belchior em uma mesma conexão geracional, existem diferenças importantes que reforçam a hipótese de que eles fazem parte de diferentes unidades geracionais. O choque que a estética dos tropicalistas procurava causar foi foco de forte oposição ao longo da década de 1970; para os críticos, o movimento confundia choque de valores com consciência crítica e traçava uma estratégia

¹⁷⁵ BELCHIOR, Antônio Carlos. *A palo seco*. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado B, faixa 3

¹⁷⁶ FAVARETTO, Celso. *Tropicália: alegoria alegria*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2º ed., 1995, p. 20

pouco inteligente para a desestruturação do regime: a cultura e as artes deveriam servir como cimento à construção de uma aliança contra os militares, e não como artilharia¹⁷⁷.

Aqui, é importante salientar o fato da resistência entre 1964 e 1985 não ser homogênea. De fato, a cultura de protesto construiu uma “rede de recados” no qual o principal conteúdo era o próprio exercício da liberdade, da expressão e da opinião, de modo a alimentar a utopia democrática dos anos 1970¹⁷⁸. Entretanto, a despeito da memória hegemônica construída pós ditadura de uma cultura de resistência lembrada de forma maniqueísta - de um ângulo ora heroico, ora cético¹⁷⁹ -, ao analisar do ponto de vista histórico as lutas culturais é possível identificar que as oposições eram perpassadas por inúmeras tensões internas por vezes exploradas pelos militares, norteados pela máxima “dividir e explorar”¹⁸⁰.

As constantes relações interdiscursivas que Belchior mantém com as demais correntes artísticas, além da análise geracional, também podem ser entendidas dentro desse contexto de pluralidade de discursos dentro de uma cultura de resistência profundamente heterogênea. Em *Fotografia 3 x 4*, o artista rebate a interpretação de Caetano ao recusar a possibilidade de um nordestino, que se opõe ao regime político vigente,

¹⁷⁷ NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 176

¹⁷⁸ NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964 - 1985) - ensaio histórico* -. São Paulo: Intermeios: USP - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017. p. 353

¹⁷⁹ NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964 - 1985) - ensaio histórico* -. São Paulo: Intermeios: USP - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017. p. 359

¹⁸⁰ NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964 - 1985) - ensaio histórico* -. São Paulo: Intermeios: USP - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017. p. 354

caminhar sem preocupações, sem lenço, sem documento. Para isso, mantém uma melodia pesada e uma letra fortemente pessimista:

Veloso, o Sol não é tão bonito pra quem vem do Norte e vai viver
na rua
A noite fria me ensinou
A amar mais o meu dia
E pela dor eu descobri o poder da alegria
E a certeza de que tenho coisas novas
Coisas novas pra dizer.¹⁸¹

Suas experiências lhe transformaram: “A noite fria me ensinou/A amar mais o meu dia/E pela dor eu descobri o poder da alegria”. Dessa forma, reforça o tempo como aquele que produz fenômenos irreversíveis e agrega experiências individuais transformadoras.

Até esse ponto, as músicas expressam uma trajetória de vida, os anseios e angústias de um “latino-americano” da década de 1970. Ao reforçar sua identidade no trecho “Tenho vinte e cinco anos/De sonho e de sangue/E de América do Sul”, Belchior reafirma o que pretendia com se auto afirmar *apenas um rapaz latino-americano*. Assim como todo mundo, ele é feito de sangue, de sonhos: se coloca não como alguém especial, mas sim como qualquer ser humano, que tem suas lutas e crises existenciais, todavia, específico de um contexto de regimes ditatoriais na América do Sul. Assim, cria uma relação de empatia e proximidade tal com aqueles que o estão ouvindo, que os fazem crer que também são passíveis daqueles sentimentos, e consegue imputar em ouvintes – não só de sua época - as dores da frustração de se viver sob um governo que priva a vida de seus cidadãos do necessário exagero da esperança, e que seca uma fonte vital das motivações do agir:

A minha história é talvez

¹⁸¹ BELCHIOR, Antônio Carlos. Fotografia 3x4. In: BELCHIOR. Alucinação. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado B, faixa 4

É talvez igual a tua, jovem que desceu do Norte
Que no sul viveu na rua
E que ficou desorientado, como é comum no seu tempo
E que ficou desapontado, como é comum no seu tempo
E que ficou apaixonado e violento como eu, como você
Eu sou como você
Eu sou como você
Eu sou como você que me ouve agora (...) ¹⁸²

No trecho, a palavra tempo é usada como sinônimo de época justamente para aproximar o artista daqueles que também se sentiram desapontados e desorientados na América Latina da década de 1970. A repetição da frase “Eu sou como você”, por outro lado, universaliza essa aproximação para ouvintes que não somente aqueles inseridos na mesma época de Belchior. Essa experiência acumulada poderá ser transferida para qualquer um, de qualquer época, através desse álbum. Tempos históricos sempre transcendem experiências de indivíduos, eventualmente até mesmo de gerações.²¹ Aqui, Belchior contribui para que sua experiência individual, como experiência geracional, seja universalizada, no espaço e no tempo.

ANTES DO FIM

Quero desejar, antes do fim,
pra mim e os meus amigos,
muito amor e tudo mais;
que fiquem sempre jovens
e tenham as mãos limpas
e aprendam o delírio com coisas reais¹⁸³

A última música do álbum – de apenas 59 segundos - começa já com uma melodia muito diferente das duas anteriores; isso porque pretende refletir a visão que o artista tem de morte: algo leve, descontraído e rápido.

¹⁸² BELCHIOR, Antônio Carlos. Fotografia 3x4. In: BELCHIOR. Alucinação. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado B, faixa 4

¹⁸³ BELCHIOR, Antônio Carlos. Antes do fim. In: BELCHIOR. Alucinação. São Paulo: PolyGram, 1976 Lado B, faixa 5

Esse ponto é muito importante para a compreensão do tempo em *Alucinação*, pois os modos como uma sociedade pensa e vive a morte nos revelam muito sobre essa sociedade. Nesse trecho, o artista parece se aproximar do conceito de “morte domada”¹⁸⁴, desenvolvido por Philippe Ariès; uma morte sem caráter dramático, uma morte, mais do que isso, anunciada, domesticada. Belchior, ao visualizar sua própria morte, a apresenta como quem já sabe que está prestes a partir e, por isso, quer deixar um último ensinamento para seus amigos: deseja a eles juventude, reforçando a necessidade de quebrar com as tradições, presente nas duas primeiras partes do álbum. Deseja, além disso, o delírio com as coisas reais, ou seja, a necessidade de manter as utopias mais próximas das possibilidades de realização. Deseja não só a seus amigos, mas também a si mesmo, desse modo, manifesta sua vontade de viver até os últimos minutos.

O fato de Belchior, nessa última música, incitar essa vontade de viver contradiz as letras pessimistas de *A Palo Seco* e *Fotografia 3x4*. Entretanto, com isso, o artista quer mostrar que embora a vida tenha seus altos e baixos, ele ainda acredita que viver até o fim vale a pena. Aqui, cabe mais uma reflexão acerca do fato de Belchior, a todo momento, historicizar a si mesmo. Se em *A Palo Seco* e *Fotografia 3x4* ele mostra uma visão pessimista, envelhecido e desgostoso da vida, em seu leito de morte ele mostra mais uma reviravolta e termina concluindo que a vida vale a pena.

O fato de Belchior se aproximar de uma “morte domada” pode também reforçar o caráter subversivo de sua geração. Isso porque o

¹⁸⁴ ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 31.

artista se insere em um contexto de “morte interdita”¹⁸⁵. Ariès aponta que entre 1930 e 1950 houve um fenômeno material importante que influenciou as atitudes perante a morte no Ocidente: o deslocamento do lugar da morte. Não se morre mais em casa em meio a família e amigos, mais sim no hospital, sozinho. Essa alienação, aliada a necessidade de felicidade e obrigação moral de contribuição com a felicidade coletiva próprias também dessa sociedade, contribuem para o esvaziamento da morte e para um recalque da dor, uma obrigação de sofrer só e às escondidas. Ou seja, se afirmar como alguém que encara com naturalidade e otimismo um momento que para o homem ocidental do século XX é, geralmente, dramático e, mais do que isso, vedado de discussão, é se reafirmar como alguém que anuncia recusar a ordem dominante do mundo que o rodeia.

Na música, ao final dos seis versos iniciais, há um breve momento em que se ouve o som de uma gaita, uma espécie de repente nordestino que ao mesmo tempo é mais uma alusão a Bob Dylan em “Like a Rolling Stone”, já mencionado aqui; momento esse que representa o ponto final da vida de Belchior. A partir desse momento, quem assume a voz é a própria morte:

“Não tome cuidado.
Não tome cuidado comigo:
O canto foi aprovado
E Deus é seu amigo.
Não tome cuidado.
Não tome cuidado comigo,
que eu não sou perigoso:
- Viver é que é o grande perigo”¹⁸⁶

¹⁸⁵ ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 84

¹⁸⁶ BELCHIOR, Antônio Carlos. Antes do fim. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976 Lado B, faixa 5

Do sexo masculino, a morte assume a voz para reforçar o argumento de que a morte não é algo assustador. A partir de uma perspectiva religiosa, na qual as preces são atendidas, a morte se coloca como algo familiar e que não deve ser temida. Isso tudo em contraponto a ideia da vida: só quando se está vivo essas frustrações, descontentamentos, e anseios tratados durante todo álbum fazem sentido e conseqüentemente, depois da morte, tudo isso deixa de ter importância e é possível ter paz.

CONCLUSÃO

Belchior pretende, com o álbum *Alucinação*, elaborar um retrato de uma existência. Para isso, traça a trajetória de sua própria vida, e faz projeções para o futuro que alcançam, inclusive, o momento da sua futura morte (artista morreria, afinal, em 30 de abril de 2017).

Ao esboçar um contexto e se abrir com aqueles que ouvem seus anseios e descontentamentos, Belchior almeja empatia de seus ouvintes, tornando sua música um instrumento de transformação. O legado de sua obra, nos faz assim com ele aprender com o passado para conseguirmos agir no presente.

Se Belchior, inserido na construção da MPB como instituição, pretende aventar a possibilidade de um Brasil como projeto de nação idealizado por determinada cultura política, é possível formular a hipótese de que o álbum em questão pretendeu colaborar, à sua maneira, com a construção da memória desse projeto de nação. Mas, como a memória é necessariamente elaborada no presente e para responder a solicitações desse presente¹⁸⁷, o álbum *Alucinação*, como

¹⁸⁷ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 34, 1992, p.11

objeto pertencente a um passado, que em determinado presente tratou de seus próprios passado, presente e futuro, agora imerso em nossa contemporaneidade se recicla como objeto portador de sentido¹⁸⁸. Portanto, sua atualidade reside não em uma proposta de ação no presente, como era para a sociedade brasileira (latino-americana) da segunda metade da década de 1970; mas sim em uma representação sensível e significativa de uma pluralidade histórica de tempos que nos leva, em uma perspectiva de uma História Social do Tempo e logo à compreensão de toda e qualquer sociedade.

A construção de uma memória hegemônica acerca do regime que emergiu do golpe de 1964 no Brasil se dá, muitas vezes, de forma fragmentada e errática, fruto de uma cacofonia de vozes acerca dos acontecimentos¹⁸⁹. Em primeiro lugar, é importante destacar a heterogeneidade ideológica dos golpistas: ao mesmo tempo em que se colocavam como conservadores de direita, antirreformistas e nacionalistas, por outro lado, falavam em reformas e se afastavam o nacionalismo econômico proposto pela esquerda¹⁹⁰. Em segundo, é preciso retomar o caráter multifacetado da oposição, sobretudo na década de 1970. Para além dos comunistas críticos inseridos na cultura de resistência, é importante salientar os liberais dissidentes que, a partir de 1985, reocuparam o Poder Executivo federal. Assim, a construção de uma memória hegemônica passou a servir de álibi para eximir os civis

¹⁸⁸ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 34, 1992, p.11

¹⁸⁹ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 315-16.

¹⁹⁰ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 315-16.

liberais e moderados da responsabilidade histórica da queda de Goulart, em um contexto de transição democrática tutelada pelos militares¹⁹¹.

A memória hegemônica consolidada nesse cenário é, portanto, liberal e tendia privilegiar a estabilidade institucional ¹⁹² . Uma consequência desse movimento foi a atribuição de responsabilidades iguais a agentes históricos assimétricos, ou seja, imputar a culpa pelos massacres do regime igualmente aos radicalismos de esquerda e de direita: a Lei da Anistia é fruto direto do estabelecimento dessa memória hegemônica. Entretanto, a memória é plástica e sujeita a revisões, e é nesse processo em que o Brasil se encontra desde o início do século¹⁹³. Marcos Napolitano propõe, em sua última obra *Coração Civil*, revisar a história da Ditadura Militar no Brasil para além da memória heroica da cultura de resistência de esquerda, já exposta nesse artigo, ou da memória desculpada dos liberais¹⁹⁴, de modo a reconstruí-la no sentido de recuperar a riqueza das experiências dessa conjuntura. A obra de Belchior pode, nessa chave, ser de forte contribuição no processo de construção de uma memória sobre o regime militar brasileiro: ao explicitar as nuances da cultura de resistência através de suas relações interdiscursivas, bem como esboçar o papel da cultura de construção da identidade do “sujeito de resistência”¹⁹⁵. Assim, *Alucinação* se mostra uma fonte documental de bastante relevância por oferecer um panorama bastante sensível e significativo acerca de como aquelas

¹⁹¹ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 315-16.

¹⁹² NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 318.

¹⁹³ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 319

¹⁹⁴ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 355

¹⁹⁵ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 355

gerações construíam estratégias de resistência de modo a vislumbrar um horizonte de expectativa dentro da utopia democrática a partir de sua relação com o passado.

Além disso, e nessa perspectiva, *Alucinação*, de modo específico, nos permite a compreensão do momento da nossa história em que os brasileiros lutavam, nas palavras de Florestan Fernandes escritas em 1976 – mesmo ano do lançamento álbum de Belchior -, para abrir o *circuito fechado*¹⁹⁶ promovido pela manutenção da repressão e opressão, por um Estado que pretendia dar a impressão de que o “passado é perene” e impedia um futuro diferente¹⁹⁷.

Ainda de acordo com Florestan Fernandes, a América Latina pouco conheceu momentos de *circuito aberto*, e os Estados elitistas dessas nações sempre tiveram o ímpeto de “fechar a história” para os que não estão no poder. Belchior nos reconduz a um período da História do Brasil de luta pela possibilidade de *curto-circuito final* desse *circuito fechado* que, aliás, parece corresponder bem ao “sinal fechado” referido em *Como nossos pais*. O álbum *Alucinação*, sua compreensão e seu desfrute, assim como o de muitas outras obras de outros artistas do mesmo período, podem contribuir, em 2018, para a alimentação de nosso superávit de expectativas e, conseqüentemente, de nossas motivações para agir na construção de um futuro diferente do presente no qual estamos inseridos, também permeado por uma grave crise de nossas instituições democráticas. Quem sabe, em uma nova luta pelo fim de um novo *circuito-fechado*: o nosso momento atual.

BIBLIOGRAFIA.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

¹⁹⁶ FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. São Paulo, Hucitec, 1970, p.5

¹⁹⁷ FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. São Paulo, Hucitec, 1970, p.5

- CARLOS, Josely Teixeira. *Muito além de um rapaz latino-americano vindo do interior: investimentos interdiscursivos das canções de Belchior*. 2017. Dissertação em linguística. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- FAVARETTO, Celso. *Tropicália: alegoria alegria*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2º ed., 1995.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: Puc-Rio, 2014
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MANNHEIM, Karl. "El problem de las geraciones". *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, n. 62.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. "A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais". In: *Revista do instituto de Estudos Brasileiros*, n.34, 1992, p. 9-23.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964 - 1985) - ensaio histórico-*. São Paulo: Intermeios: USP - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.
- RÜSEN, Jörn. "Utopia, alteridade, kairos – o futuro do passado". *História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- ZANATTA, Maria Aparecida Fabri. O acordeão no cenário político, econômico e sócio-cultural brasileiro. *Revista Emancipação*, v. 4, n. 1, 2004.

DISCOGRAFIA.

- BELCHIOR, Antônio Carlos. Apenas um rapaz latino americano. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado A, faixa 1.
- BELCHIOR, Antônio Carlos. Velha roupa colorida. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado A, faixa 2
- BELCHIOR, Antônio Carlos. Como nossos pais. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado A, faixa 3
- BELCHIOR, Antônio Carlos. Sujeito de sorte. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado A, faixa 4
- BELCHIOR, Antônio Carlos. Como o diabo gosta. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado A, faixa 5
- BELCHIOR, Antônio Carlos. *Alucinação*. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado B, faixa 1
- BELCHIOR, Antônio Carlos. Não leve flores In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado B, faixa 2
- BELCHIOR, Antônio Carlos. A palo seco. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado B, faixa 3
- BELCHIOR, Antônio Carlos. Fotografia 3x4. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado B, faixa 4
- BELCHIOR, Antônio Carlos. Antes do fim. In: BELCHIOR. *Alucinação*. São Paulo: PolyGram, 1976. Lado B, faixa 5

AS FORMAS DO TEMPO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: A HISTÓRIA COMO POSSIBILIDADE EM POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO¹⁹⁸

Resumo: Publicado no ano 2000, o livro *Por uma outra globalização*, de Milton Santos, veicula uma forma singular de se conceber a história, que ora chamo de história-possibilidade. O presente artigo analisa esta noção de história que subjaz à obra de Santos por meio de sua comparação com algumas das concepções de tempo e de história que permearam diversas vertentes do pensamento geográfico ao longo de sua evolução. A análise concentra-se em contrapor o entendimento de Santos acerca da história neste livro com aquele professado por uma Geografia de viés mais declaradamente marxista. Busca-se demonstrar que a forma como Santos apreende a história no livro em questão denota um movimento de apropriação crítica com relação a sua formação marxista, em meio ao qual o autor se distancia de alguns dos fundamentos desta tradição de pensamento.

Palavras Chave: História Social do Tempo; Milton Santos; História do Pensamento Geográfico.

THE FORMS OF TIME IN GEOGRAPHIC THOUGHT: MILTON SANTOS AND THE HISTORY AS POSSIBILITY.

Abstract: Published in 2000, the book “*Por uma outra Globalização*”, by Milton Santos, presents a particular way of conceiving history, which I opted to name “history as possibility”. This article analyses this conception of history that underlies Santos’ book, through its comparison with some of the conceptions of time and history that existed throughout the evolution of geographic thought. This paper is focused on the comparison between Santos’ understanding of history and the conception professed by a geography of Marxist bias. It aims to demonstrate that the way Santos understands history in this book denotes a movement of critical appropriation of his Marxist formation, in midst of which the author distances himself from some of the foundations of this tradition of thought.

Keywords: Social History of Time; Milton Santos; History of Geographic Thought.

¹⁹⁸ Lucas da Costa Mohallem (<http://lattes.cnpq.br/8351153569505671>) é graduando pela USP

Artigo recebido em 03/05/2018 e aprovado em 13/07/2018

INTRODUÇÃO

Conforme consta de seu prefácio, o livro *Por uma Outra Globalização*, de Milton Santos, busca “de um lado, tratar da realidade tal como ela é, ainda que se mostre pungente; e, de outro, sugerir a realidade tal como ela pode vir a ser”¹⁹⁹. Dotado de um caráter ao mesmo tempo analítico e de prognóstico, este livro, notadamente em seu último capítulo, veicula uma concepção singular de história e, por conseguinte, de tempo. Este trabalho de Santos, um dos últimos que escrevera, representa um escopo privilegiado para a abordagem da questão do tempo no seio do pensamento geográfico, por tratar-se de uma obra produzida num momento em que a relação da Geografia com a história passava por grandes transformações. Publicada no ano 2000, esta obra responde a muitas das exigências levantadas pelos debates que ocorreram ao longo dos anos 70, 80 e 90 – exigências estas que, em muitos aspectos, ressignificaram o lugar ocupado pelo tempo e pela história no bojo da produção geográfica.²⁰⁰

Em face desta questão, interessa-me analisar as noções de tempo e de história que respaldam a argumentação de Milton Santos neste livro, tomando por pano de fundo as disputas conceituais e epistemológicas travadas no interior da Geografia durante as décadas que precederam a sua publicação. Tendo em vista a amplitude da obra e da trajetória de Santos, o presente artigo não tenciona abordá-las de forma exaustiva, mas limita-se a tratar de *Por uma Outra Globalização*, remetendo a outras obras deste autor somente na medida em que estas se mostrarem

¹⁹⁹ SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª edição, Rio de Janeiro: Editora Record, 2012 (2000), 174 páginas. Todas as referências e citações feitas obedecem à paginação desta edição.

²⁰⁰ ZUSMAN, Perla. “Milton Santos e a metamorfose da geografia brasileira” in CARLOS, Ana Fani Alessandri, *Ensaio sobre geografia contemporânea. Milton Santos: Obra Revisada*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 29-36.

pertinentes para tratar das questões suscitadas por aquela. A fim de perseguir este objetivo, dedicar-me-ei, primeiro, a retomar a evolução do pensamento geográfico. Ciente de que este é um tema já bastante estudado, buscarei abordá-lo pelo crivo das diferentes concepções de tempo e de história que permearam esta disciplina em seu percurso, aspecto que raramente incorre no escopo das investigações sobre a História da Geografia.²⁰¹

O TEMPO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

No momento de sua consolidação como um campo de saber autônomo, a Geografia abarcava uma pluralidade de propostas disciplinares. Ainda que houvesse uma série de controvérsias em torno da definição do objeto desta disciplina, é certo que os recortes adotados por estas várias perspectivas apontavam, em sua maioria, para o estudo da natureza. Herdeiras do legado epistemológico das ciências naturais e tributárias do positivismo dos oitocentos, essas vertentes, que se convencionou chamar de Geografia Tradicional²⁰², norteavam-se pela

²⁰¹ Apoio-me, para a elaboração desta retomada do percurso da Geografia, nos seguintes textos: MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 21ª edição, São Paulo: Annablume, 2007, 150 páginas; SANTOS, César Ricardo Simoni. “A Metageografia e a Ordem do tempo”, in CARLOS, Ana Fani Alessandri, *A Crise Urbana*. São Paulo, Ed. Contexto, 2015, 192 páginas. p. 37-54.

²⁰² A categoria de Geografia Tradicional foi cunhada por aqueles que se ocuparam da história do pensamento geográfico. Na condição de um recurso heurístico, que jamais esteve disponível aos contemporâneos do movimento intelectual que designa, esta categoria traz consigo uma série de implicações, que podem mostrar-se problemáticas. Dentre elas, destaco que a aceitação acrítica desta categoria pode projetar uma falsa homogeneidade sobre um conjunto de vertentes bastante distintas entre si. Limito-me a apenas constatar estes problemas, pois, no tocante a concepções de tempo, as vertentes normalmente agrupadas sob o título de Geografia Tradicional parecem apresentar, de fato, uma série de semelhanças. Esta categoria aparece em uma multiplicidade de textos. Cito alguns deles: ABREU, Maurício de Almeida. “O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In FRIEDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs). *Escritos Sobre Espaço e História*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, 466 páginas; MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação*. São Paulo: Contexto, 2009, 172 páginas; VESENTINI, José William. “O Método e a Práxis (notas

ambição de compreender seus respectivos objetos por meio do emprego de expedientes empíricos de análise. Para os pensadores da Geografia dos oitocentos, a tarefa fundamental desta ciência era aquela de descrever as paisagens e regiões, entendidas como recortes visíveis da superfície terrestre. Nos marcos desta Geografia, a importância do conteúdo humano era obscurecida pelos aspectos naturais da paisagem, o que fazia dela uma disciplina não muito sensível a questões de ordem histórica.

Com o passar dos anos, opera-se uma aproximação consciente da Geografia de questões históricas e sociais, o que surte implicações sobre as concepções de tempo que a respaldavam. Por mais que a paisagem e a região continuassem a ser, para muitos, os objetos por excelência da disciplina, estas passam a ser analisadas pelo crivo da atividade humana. A adoção do homem como o prisma pelo qual se abordava os diversos objetos da Geografia significou a efetiva historicização desta ciência: autores como Ratzel (1844-1904) e Vidal de la Blache (1845-1918) conjugaram ao tempo cíclico dos fenômenos da natureza um tempo histórico e irrepetível, cujo ritmo era ditado pela atuação dos homens.²⁰³

Cabe aqui fazer o esclarecimento de que a história é uma das muitas formas socialmente concebíveis de se organizar o tempo e torná-lo inteligível. Deste modo, por mais que a Geografia tenha sido, desde seus primórdios, uma ciência sujeita a considerações de natureza temporal, foi com o crescimento da importância atribuída às questões sociais que ela se tornou uma disciplina efetivamente histórica, capaz de

polêmicas sobre Geografia Tradicional e Geografia Crítica)". *Revista Terra Livre*, n. 2, São Paulo, 1987.

²⁰³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, 366 páginas. cap. 2, p. 41-60.

apreender as transformações que o agir do homem provoca sobre o espaço e a natureza em uma perspectiva diacrônica.

Um outro ponto de inflexão na relação da Geografia com o tempo pode ser identificado nos anos 50 e 60 do século XX. Nestas décadas, algumas correntes do pensamento geográfico se aproximaram do Estado, passando a atuar como um instrumento do planejamento estatal. A geografia pragmática, como veio a ser chamado este movimento de renovação, empenhava-se em formular esquemas de análise que permitissem ao Estado intervir na economia e na sociedade. A aproximação do conhecimento geográfico aos interesses de Estado provocou transformações substanciais nesta ciência, tanto em termos epistemológicos e metodológicos, quanto no que diz respeito às suas formas de inserção na sociedade. As antigas noções de paisagem e região, basilares para as geografias precedentes, deram lugar a novos fundamentos, segundo os quais o espaço passava a ser concebido como algo abstrato, homogêneo e esvaziado de suas especificidades regionais. Nos termos da geografia pragmática, a região deixava de ser um elemento constitutivo da realidade, para tornar-se uma categoria de análise, mobilizada pelo pesquisador e por ele alterada em função de suas necessidades. Assim, abandonou-se a análise das especificidades das regiões, tão cara aos geógrafos tradicionais, em prol da tentativa de produzir levantamentos estatísticos operacionalizáveis, que contribuíssem para a formulação de políticas públicas.

A proposta da geografia pragmática de analisar o espaço como um plano universalmente homogêneo e, por isso, universalmente mensurável, resultou no despojamento de sua historicidade. Para os fins do planejamento de Estado, a história era uma variável de menor importância, prescindível quando comparada às vantagens operacionais decorrentes da adoção de uma perspectiva que permitisse

conceber o espaço como “pura forma, superfície ou extensão, inteiramente permutável em suas partes iguais e vazias”.²⁰⁴ Deste modo, esta guinada simultaneamente neokantista e neopositivista, consagrada por meio da conversão do espaço em um instrumento cognitivo, produziu um verdadeiro esvaziamento dos aportes históricos da disciplina, que passava a ser definida e orientada por seu potencial de intervenção. Desprovida de história, a geografia pragmática se ancorou em uma noção de tempo própria da esfera do planejamento: a saber, um tempo do prognóstico, orientado para o futuro e intimamente relacionado à ação do Estado.²⁰⁵

Em resposta à concepção de espaço professada pela geografia pragmática, eclode, desde o final da década de 60, um conjunto de novas propostas, críticas tanto ao método abstrato da Geografia de Estado quanto às geografias tradicionais. Este movimento de renovação compreende uma profusão de novas concepções e vetores de crítica, que incidem sobre variados aspectos das geografias precedentes: por vezes, os ataques se dirigiram a questões metodológicas; em outros

²⁰⁴ SANTOS, César Ricardo Simoni. “A Metageografia e a Ordem do tempo”, in CARLOS, Ana Fani Alessandri, *A Crise Urbana*. São Paulo: Ed. Contexto, 2015, 192 páginas. p. 37-54.

²⁰⁵ É interessante pontuar que simultaneamente a este movimento de desistoricização da Geografia, opera-se uma espacialização da história, que se expressa, de maneira patente, na obra de Fernand Braudel. Ao conceber, em sua célebre tese de doutorado, o Mar Mediterrâneo como uma unidade histórica e espacial, Braudel emplacava um movimento de aproximação entre História e Geografia. A dimensão geográfica do trabalho de Braudel transparece na própria delimitação que ele faz de seu objeto de estudo: não se trata de estudar, individualmente, cada uma das monarquias atuantes no teatro histórico representado pelo Mediterrâneo à época de Felipe II; trata-se, pelo contrário, de analisar o próprio Mediterrâneo como uma unidade de sentido, não mais entendido como *locus* da História, mas sim como parte integrante desta história. BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 2ª edição, Paris : Armand Colin, 1966, 1222 páginas. É significativo, ainda, que esta dimensão geográfica do pensamento de Braudel tenha sido reconhecida e comentada pelos próprios geógrafos, como atesta o livro organizado por Yves Lacoste “Ler Braudel”, dentre cujos capítulos consta um que se chama “Braudel-Geógrafo”. LACOSTE, Yves (org.). *Ler Braudel*. Campinas: Papyrus, 1989, 236 páginas.

momentos, criticou-se os fundamentos sociais das geografias pragmática e tradicional. Para os fins que interessam à presente análise, concentrar-me-ei no que toca as concepções de tempo que existem por trás dessas novas propostas, buscando discutir como elas respondem ao que vinha sendo construído na Geografia, para que seja possível identificar, em meio a este movimento de renovação, o lugar de Milton Santos e, mais especificamente, de *Por uma Outra Globalização*.

Um dos principais vetores de crítica que surge nestas circunstâncias é uma geografia de forte inspiração marxista. Na contramão do abstracionismo que caracterizava a proposta da geografia pragmática, os marxistas empenham-se em analisar o espaço pelo crivo das diferenças que lhe são constitutivas – diferenças essas que traduziriam, no âmbito do espaço, as dinâmicas da luta de classes. A geografia marxista retoma a diferenciação regional, não sem conflitos e dificuldades, como princípio ordenador da análise, rompendo, deste modo, com a homogeneidade que subjaz à noção de um espaço abstrato e mensurável. Mas esta retomada se dá em termos muito distintos daqueles segundos os quais operava a Geografia Tradicional. Tomemos como exemplo a produção de Ana Fani Alessandri Carlos, de forte inspiração marxista: em sua obra, o espaço passa a ser concebido como um fruto da atividade humana, que é, ao mesmo tempo, condição e produto da acumulação de capital; e a região, por sua vez, torna-se o resultado a ser observado na apreensão das desigualdades engendradas pelas dinâmicas de produção do espaço.²⁰⁶

O contato da Geografia com o marxismo resultou na incorporação de novos elementos para se pensar a história. Nos marcos da dialética marxista, as sociedades de classe são entendidas como formações

²⁰⁶ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Condição Espacial*. Contexto, 2011.

inexoravelmente contraditórias. Isso porque o exercício da dominação de classe, ao mesmo tempo em que é condição *sine qua non* para a reprodução destas sociedades, é também o fator que as conduz ao colapso, na medida em que concorre para a agudização da luta de classes e promove a sublevação das classes dominadas. Portanto, na ótica do marxismo, as contradições são concebidas como um elemento constitutivo da realidade, o que resulta no reconhecimento de que as crises não são produzidas por contingências, mas pelo próprio *modus operandi* destas sociedades. Ou seja, o pleno funcionamento das estruturas constitutivas das sociedades de classe é o que engendra suas respectivas crises. Esta é a lógica dialética que preside as sociedades de classe, dentre as quais se encontra a sociedade capitalista.²⁰⁷

Apoiada nestes fundamentos, a geografia declaradamente marxista adotou uma concepção de história em cujos termos o novo não surge por obra de fatores externos, mas irrompe do interior das sociedades em crise. Da mesma forma, as transformações históricas passaram a ser entendidas como o desdobramento das contradições internas de cada época. Em última análise, a constatação da natureza crítica das sociedades de classe levou à importação, para o interior da Geografia, de uma teleologia da história, segundo a qual a história caminha, inexoravelmente, para um fim previamente estabelecido, a saber: a superação da sociedade de classes, a ser empreendida pelo proletariado.²⁰⁸

²⁰⁷ O emprego que aqui se faz do termo lógica não designa um sistema de pensamento ou uma forma de conceber o mundo. Antes, uso o termo no intuito de remeter ao *modus operandi* das sociedades capitalistas, à racionalidade pela qual a própria realidade é presidida. A este respeito, ver LEFEVBRE, Henri. *Lógica Formal/ Lógica Dialética*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 301 páginas.

²⁰⁸ É importante constatar que a concepção da História enquanto *telos* não aparece na obra de Ana Fani Alessandri Carlos, que há pouco evoquei como exemplo de uma geografia de viés marxista, nem na corrente a que pertence. Isto porque, a despeito de

No que se refere ao contexto brasileiro, o movimento de renovação crítica da Geografia apresenta preocupações que dizem respeito às especificidades de um país na periferia do capitalismo. Tendo sido fundada com o apoio de professores-missionários franceses, a geografia universitária brasileira, que tem na Universidade de São Paulo o seu primeiro polo, é amplamente influenciada pela ciência regional que então se praticava na França. Sob a tutela de Pierre Deffointaines e Pierre Monbeig, foram produzidos, desde a década de 1930, estudos geográficos sobre objetos variados, mas que tinham por denominador comum o recorte regional. Contudo, com o passar dos anos, os geógrafos brasileiros começam a manifestar uma crescente insatisfação com os aportes teórico-metodológicos herdados da tradição francesa. A constatação da insuficiência do método regional para o desvendamento da realidade brasileira dá início a um movimento de aproximação, a partir do final dos anos 60, dos geógrafos brasileiros com o marxismo. Isto se explica pelo fato de que estes intelectuais estavam preocupados, antes de mais, em apreender as singularidades da realidade periférica e subdesenvolvida do Brasil, e encontraram no materialismo histórico um instrumental capaz de torná-las inteligíveis. Nestes termos, mais do que criticar a instrumentalização da geografia existente pelos poderosos – como fizera Yves Lacoste²⁰⁹ – a geografia crítica brasileira ocupa-se de produzir uma nova agenda para a disciplina, sensível à realidade histórico-espacial do Terceiro-Mundo, e, para fazê-lo, recorre ao método dialético do marxismo.²¹⁰

sua influência marxista, Carlos opera com uma concepção de História tributária de Lefevbre e Nietzsche.

²⁰⁹ LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 10ª edição, Campinas: Papirus, 2005, 263 páginas.

²¹⁰ Cf. VERDI, Elisa Favaro. *Produção geográfica e ruptura crítica: a Geografia uspiana entre 1964 e 1985*. 261 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2016. Dente os autores que

Tal como a geografia marxista, a obra de Milton Santos constitui uma contribuição crucial para este movimento de renovação crítica da ciência geográfica no Brasil e no mundo, que buscou, dentre outras coisas, restaurar os aspectos históricos desta disciplina, afim de torná-la capaz de apreender o conteúdo social do espaço e, deste modo, fazer dela uma ciência engajada nas disputas políticas. Assim como os geógrafos marxistas, Milton Santos promoveu críticas ao mesmo tempo epistemológicas e sociais, voltando-se tanto contra a inadequação metodológica da geografia pragmática e tradicional, quanto para a formulação de projetos de engajamento político.²¹¹ Ademais, Santos, na condição de um intelectual da periferia do capitalismo, ocupou-se da tarefa de elaborar uma geografia sintonizada com os problemas próprios do Terceiro-Mundo. Contudo, a despeito destas semelhanças, a proposta de Milton Santos em *Por uma Outra Globalização* apresenta uma série de divergências com relação ao marxismo, tanto em termos analíticos quanto em termos de prognóstico. Diante disso, buscarei analisar a concepção de tempo presente neste livro à luz do quadro até aqui esboçado, dando ênfase à sua relação com o marxismo.²¹²

constituem este movimento de renovação crítica, podemos citar, apenas para nomear alguns: Ana Fani Alessadri Carlos, Antônio Carlos Robert de Moraes; José William Vesentini e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

²¹¹ Em sua *Análise da geografia crítica no Brasil*, Elisa Verdi aponta para a dupla-crítica promovida por este movimento, ao mesmo tempo metodológica e social. VERDI, Elisa Favaro. *Produção geográfica e ruptura crítica: a Geografia uspiana entre 1964 e 1985*. 261 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2016.

²¹² O desenvolvimento do pensamento geográfico é muito mais complexo e multifacetado do que o percurso que pude aqui reproduzir. Contudo, a despeito das muitas nuances que o processo apresenta, me parece indubitável que a incorporação da história representa, de fato, um ponto de inflexão neste percurso. A este respeito, é significativo que Antonio Carlos Robert de Moraes, no prefácio da 14ª edição de *Geografia: Pequena História Crítica*, tenha admitido que, a despeito das muitas insuficiências que se poderiam apontar em seu texto, a importância por ele atribuída à incorporação da história no pensamento geográfico continua sendo uma questão

A HISTÓRIA COMO POSSIBILIDADE

Conforme apontam os estudiosos de sua carreira, Milton Santos foi um autor com uma trajetória particular: tendo sido exilado durante anos, lecionou e pesquisou numa pluralidade de países e universidades, o que lhe permitiu entrar em contato com diversas tradições intelectuais. Santos foi também um ávido defensor da necessidade de se renovar os métodos de pesquisa na medida em que surgiam novos objetos e fenômenos sociais, o que levou alguns a apontarem para o “ecletismo intelectual” que marcou sua trajetória.²¹³

Nos trabalhos escritos durante os anos 60, Milton Santos mostra-se tributário da geografia francesa, o que se expressa nas recorrentes citações que faz a geógrafos desta matriz. Neste primeiro momento de sua carreira, a maioria de seus escritos se fundamentava no conceito de região, caro à escola francesa de geografia da época.²¹⁴

O livro *O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*, de 1971, representa um ponto de inflexão na trajetória do autor.²¹⁵ Isto porque, por mais que não proponha uma ruptura completa com a geografia regional, neste livro, Santos aponta para a necessidade de se recorrer a outros aportes teóricos e campos disciplinares, a fim de melhor compreender as especificidades dos objetos da Geografia no Terceiro

digna de atenção. MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 21ª edição, São Paulo: Annablume, 2007, 150 páginas. p.24.

²¹³ VASCONCELOS, Pedro Almeida. “Milton Santos. Geógrafo e Cidadão do Mundo (1926-2001)”. *Afro-Ásia* (UFBA. Impresso), v.25-26, Salvador, 2001, p. 369-405; ZUSMAN, Perla. “Milton Santos e a metamorfose da geografia brasileira” in CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Ensaio sobre geografia contemporânea. Milton Santos: Obra Revisitada*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 29-36; MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território na Geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume, 2013, 130 páginas.

²¹⁴ Para um exemplo das copiosas citações que Santos faz à geografia francesa, ver SANTOS, Milton. *Geografia y economía urbanas en los países subdesarrollados*. Barcelona: Ed. Oikos-Tau, 1973, 288 páginas.

²¹⁵ SANTOS, Milton. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. 4ª edição, São Paulo: Hucitec, 1996 (1971), 113 páginas.

Mundo. Na esteira dos questionamentos estabelecidos por esta obra, e pelo movimento de renovação crítica ao qual ela pertence, o arcabouço teórico e metodológico do autor passa por transformações significativas nos anos subsequentes. Dentre as mudanças que então se iniciam, destaco uma inserção cada vez maior de Santos no debate político-teórico sobre os programas de desenvolvimento para a América Latina.²¹⁶

Durante a década de 1970, são publicados os livros *Espaço e Sociedade* e *Economia Espacial: crítica e alternativas*, nos quais o autor manifesta grande afinidade pelo marxismo, notadamente pelo pensamento estruturalista de Louis Althusser.²¹⁷ Os ensaios compilados em *Economia Espacial* apontam não só para uma aproximação do marxismo, como também trazem duras críticas a princípios que outrora embasavam a obra de Santos. Logo na introdução desta coletânea, Santos aponta para a necessidade de submeter suas formulações pregressas a uma autocrítica, pois estas estavam “intoxicadas” pelo pensamento oficial veiculado pelos agentes de difusão científica, que defendiam teorias “ao serviço exclusivo do capital”.²¹⁸ Motivado por esta constatação, Santos tece críticas contundentes às ideias de progresso e planejamento. Põe-se em xeque até mesmo a pertinência do conceito de região.

Também em consonância com o marxismo, Santos escreve, em 1978, *Pobreza Urbana*, em que discute os conceitos de pobreza e marginalidade, então em voga no cenário intelectual latino americano.

²¹⁶ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território na Geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume, 2013, 130 páginas. pp 25-27.

²¹⁷ Respectivamente: SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979, 156 páginas; SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucite, 1979, 167 páginas.

²¹⁸ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território na Geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume, 2013, 130 páginas. p. 36.

Neste texto, em que se busca por uma conceituação de pobreza que não se limitasse a uma “verborragia semântica”, mas que contribuísse para solucionar os problemas reais da América Latina, Santos dialoga com as várias vertentes da teoria do desenvolvimento. Argumenta que estas teses eram insuficientes para desvendar a realidade latino-americana na medida em que analisavam as sociedades como se “não tivessem classes”, o que torna evidente o viés marxista da produção do autor no período.²¹⁹

Ainda que vários aspectos do marxismo tenham continuado a respaldar a produção do autor até o final de sua carreira, nas décadas de 1980 e 90, suas afinidades por esta tradição intelectual se tornaram mais tímidas e reticentes. Notadamente a partir da década de 90, Santos se aproximou da fenomenologia e do pensamento de Jean Paul Sartre, filiações que se tornariam evidentes em uma de suas obras de maior impacto: *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. O livro de que se ocupa o presente artigo, *Por uma Outra Globalização*, foi escrito na esteira do arranjo teórico proposto por *A Natureza do Espaço*, de maneira que se caracteriza por uma prevalência de filiações intelectuais não marxistas.²²⁰

Em face desta trajetória, pode-se identificar que, a despeito da alegada influência que o marxismo teve sobre a obra de Santos, o autor foi também enfático quanto à necessidade de se relacionar criticamente com esta tradição intelectual. No seu entendimento, o uso fixo dos conceitos marxistas impossibilitaria a compreensão dos aspectos históricos do espaço.²²¹ Portanto, mais do que apenas analisar as

²¹⁹ SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978, 119 páginas. p. 66.

²²⁰ SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, 308 páginas.

²²¹ SANTOS, Milton. *Técnica Espaço e Tempo*. 5ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2013, 176 páginas. p.159-174.

especificidades da noção de história presente em *Por uma Outra Globalização*, interessa contrastá-la com o marxismo, por tratar-se de um livro escrito em um momento em que o autor já se mostrava mais distante desta corrente de pensamento. Espero, ao fazê-lo, demonstrar que a concepção de história subentendida neste livro responde tanto à geografia pragmática quanto àquela estritamente marxista.²²²

... devemos considerar que o mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda parte), mas pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda parte). O mundo datado de hoje deve ser enxergado como o que na verdade ele nos traz, isto é, um conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas factíveis sob determinadas condições.²²³

A passagem acima transcrita, retirada de *Por uma Outra Globalização*, demarca um bom ponto de partida para se discutir a concepção de história que norteia a argumentação de Santos neste texto. Nela, transparece a ideia que doravante denominarei de história-possibilidade. Esta forma de se conceber a história baseia-se no entendimento de que a realidade é, ao mesmo tempo, materialidade e potência. Nos termos de Santos, para além do que já existe, cada momento histórico também traz consigo um conjunto de possibilidades, que são igualmente constitutivas da realidade na medida em que as condições para sua realização já estão dadas. A ideia de que o presente é prenhe de uma multiplicidade de futuros possíveis resulta numa concepção que figura a história como um movimento em aberto, desprovido de um *telus* previamente determinado.

²²² Diante da multiplicidade de correntes que o marxismo do século XX compreende, faz-se necessário esclarecer que, no presente artigo, limito-me a discutir os fundamentos filosóficos do marxismo com os quais Santos dialoga. Quando muito, teço alguns comentários sobre o marxismo na América Latina.

²²³ SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª edição, Rio de Janeiro: Editora Record, 2012 (2000), 174 páginas. p. 160

Segundo Santos, qualquer tentativa de compreender a globalização deve passar pela técnica, pois um dos fundamentos sobre os quais repousa este fenômeno é o que Santos chama de unicidade da técnica. Pela primeira vez na História da humanidade, todos os países e regiões do planeta encontram-se sob a influência de um mesmo aparato técnico – os sistemas de informação. Contudo, ainda que se faça sentir em todo o globo, o uso dos sistemas de informação não surte os mesmos efeitos sobre as diversas camadas da sociedade humana, pois serve aos interesses particulares de um grupo restrito de empresas e Estados hegemônicos.

Eis o motivo pelo qual Santos fala em uma globalização perversa: toda a humanidade é articulada sob a égide de um único sistema técnico e econômico que atende aos interesses de alguns poucos agentes. Disso resulta uma sociabilidade perversa e violenta, tornada possível pela globalização. Por força da necessidade de inserção no mercado, os mais pobres vêm-se impelidos a tomar parte numa guerra diária de todos contra todos, o que explode toda forma de solidariedade previamente existente, e engendra um discurso único e pasteurizado sobre o mundo.

Contudo, ao mesmo tempo em que aponta para as mazelas ocasionadas pela mundialização de um aparato técnico hegemônico, Santos é também enfático ao constatar a relatividade da técnica. Para o autor, o fenômeno técnico só adquire sentido e finalidade em função das forças históricas e sociais que o mobilizam, o que o leva constatar que “a mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um

mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano.”²²⁴

Aqui jaz uma manifestação do possibilismo histórico que impera neste texto de Santos. O reconhecimento da relatividade da técnica abre espaço para a conclusão de que o mesmo suporte técnico gesta uma multiplicidade de futuros possíveis. Recusa-se a ideia de que a técnica carregue uma perversidade imanente, em prol do entendimento de que ela consiste em um substrato neutro, portador não de uma contradição, mas de possibilidades. Esta natureza possibilista que caracteriza a forma como Santos concebe a história transparece também nos momentos em que o autor formula prognósticos:

A nova paisagem social resultaria do abandono e da superação do modelo atual e sua substituição por um outro, capaz de garantir para o maior número a satisfação das necessidades essenciais a uma vida humana digna, relegando a uma posição secundária necessidades fabricadas, impostas por meio da publicidade e do consumo conspícuo. Assim o interesse social suplantaria a atual precedência do interesse econômico e tanto levaria a uma nova agenda de investimentos como a uma nova hierarquia nos gastos públicos, empresariais e privados. Tal esquema conduziria, paralelamente, ao estabelecimento de novas relações internas a cada país e a novas relações internacionais.²²⁵ (grifo meu)

Neste trecho, observa-se que Milton Santos faz uso abundante do futuro do pretérito. As sentenças construídas neste tempo verbal criam situações condicionais, que podem ou não acontecer, a depender das circunstâncias. Trata-se, portanto, do tempo verbal que exprime, por natureza, a noção de possibilidade, na medida em que trata de acontecimentos previsíveis e factíveis, mas incertos. Ainda que de forma sutil, o emprego deste tempo verbal sugere a prevalência de uma

²²⁴ SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª edição, Rio de Janeiro: Editora Record, 2012 (2000), 174 páginas. p. 174.

²²⁵ SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª edição, Rio de Janeiro: Editora Record, 2012 (2000), 174 páginas. p. 148.

representação da história enquanto campo da possibilidade. Esta forma de se conceber a história, por sua vez, denota um distanciamento com relação ao conceito de história próprio da dialética marxista, o que se pode constatar no trecho transcrito abaixo:

O comunismo não é para nós um estado de coisas (Zustand) que deve ser instaurado, um ideal para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento resultam dos pressupostos existentes.²²⁶

Conforme se verifica nesta passagem, retirada da *Ideologia alemã*, Marx afirma que o comunismo não pode ser compreendido como um estado futuro de coisas, na medida em que este já existe no presente, como o negativo do capital. Desta assertiva resulta o entendimento de que o curso da história não é produto apenas da ação voluntária dos indivíduos, desejosos de mudanças, mas obedece, antes de tudo, à lógica dialética da contradição de classe. O futuro é previsível não como possibilidade, mas como uma necessidade, que se desdobra a partir das condições presentes. A concepção de história que daí emana choca-se com aquela da história como possibilidade.

Cabe aqui fazer o esclarecimento de que a noção de possibilidade não é de todo alheia ao marxismo. Em alguns de seus escritos, Marx desenvolve o argumento de que os indivíduos não são irrelevantes para o curso da história por natureza, mas que se tornam impotentes por força das condições sociais em que vivem, as quais os despojam da capacidade de agir livremente. Não se trata, portanto, de uma negação ontológica do papel do agir humano e da possibilidade na determinação do curso da história. Trata-se do reconhecimento de que, nas sociedades de classe (sobretudo naquelas em que impera

²²⁶ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, 614 páginas. p. 38, nota a.

modo de produção capitalista) os indivíduos são tolhidos da capacidade de presidir a história, na medida em que se encontram submetidos a uma estrutura que se torna, ela própria, a força motriz da história. Nestes termos, por mais que sejam ofertadas aos homens oportunidades de agir, não lhes é facultada a possibilidade de voluntariamente alterar o curso da história por completo, na medida em que este obedece às necessidades decorrentes do devir da estrutura de classes. Portanto, o que distingue a noção de possibilidade veiculada pelo materialismo daquela reproduzida por Santos é o fato de que, no primeiro, a possibilidade é reservada à atuação dos indivíduos dentro dos limites impostos pela estrutura de classes, mas não ao movimento da história em geral, pois este é predicado pela racionalidade subjacente às sociedades. Já no segundo, o próprio curso da história se apresenta como aberto e mutável.²²⁷

As diferenças até aqui constatadas entre a história-possibilidade e a história dialética podem ser mais bem elucidadas quando se toma em conta as divergências de nível teórico que as sustentam, as quais decorrem da apropriação crítica que Santos fez de sua formação marxista:

Mas há também – e felizmente – a possibilidade, cada vez mais frequente, de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massas. Nesse caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos “de baixo”, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias ²²⁸ (grifo meu)

²²⁷ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013, 894 páginas. Capítulo 1.

²²⁸ SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª edição, Rio de Janeiro: Editora Record, 2012 (2000), 174 páginas. p. 144.

A opção de Santos por adotar a categoria de “os excluídos”, em detrimento daquela de proletariado, denota uma tentativa de reformular alguns conceitos caros ao marxismo, como também significa um afastamento, ainda que parcial, em relação à teoria das classes sociais. A presença reincidente do conceito de exclusão no texto de Santos torna-se tanto mais expressiva de seu afastamento do marxismo quando se leva em consideração o cenário político e intelectual da América Latina das décadas de 60 a 80.

Neste período, a tarefa primordial que se impunha à intelectualidade Latino-Americana era aquela de identificar as especificidades dos países deste continente, para que fosse possível elaborar um plano de desenvolvimento capaz de alçar estes mesmos países ao patamar de modernização do Primeiro Mundo. Na busca pela elaboração de um programa de desenvolvimento, estes intelectuais, dentre os quais destaco aqueles organizados em torno da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), formularam teses que se baseavam na premissa de que a teoria das classes sociais não era suficiente para apreender as especificidades do continente. Os cepalinos entendiam que a América Latina passara por um processo de industrialização *suis generis*, que produzira um contingente populacional excluído das relações formais de trabalho, que não se enquadrava nem na burguesia nem no proletariado. Nos marcos desta interpretação, os termos “marginalidade” e “exclusão” passam a ser empregados tanto para caracterizar este terceiro elemento social - estranho à divisão binária das sociedades em classes dominante e dominada - como para descrever a condição de atraso da América Latina. Em outros termos, entendia-se que a América Latina se encontrava às margens da modernidade (e, portanto, atrasada) por ter promovido um padrão de industrialização incapaz de absorver toda a população, o que resultara

na criação de grupos excluídos e marginalizados. Este padrão de industrialização consistia, no entendimento dos cepalinos, em um “desvio” do caminho rumo à modernização, a ser corrigido por meio de políticas públicas.²²⁹

A partir dos anos de 1970, as teses da CEPAL passaram a ser alvo de duras críticas por parte de certos grupos de intelectuais brasileiros de orientação marxista. Estes arguíam que os cepalinos haviam se baseado em um entendimento da modernidade como um patamar a ser atingido, e que, ao fazê-lo, haviam deixado de reconhecer a relação dialética que se estabelece entre modernidade e atraso, inclusão e exclusão. Ainda que por vias diferentes, os marxistas brasileiros convergiam na constatação da incapacidade das teses cepalinas de apreender o capitalismo como uma totalidade social contraditória, e a América Latina como uma parte desta. Com estas críticas, buscavam reabilitar a teoria das classes sociais como o instrumento adequado para a compreensão das especificidades latino-americanas em face do capitalismo global, por meio da demonstração de que os conceitos de marginalidade e exclusão, originários de uma leitura dualista, não eram pertinentes para apreendê-las.²³⁰

Portanto, o que podemos constatar do trecho transcrito, em que Milton Santos fala de uma revanche da cultura dos “excluídos”, é que ele revela uma tomada de posição do autor em face ao debate político e conceitual latino-americano. Ao contrário do que se observa em *Pobreza*

²²⁹ Cf. SANTOS, César Ricardo Simoni. “Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica.” *Economía, Sociedad y territorio*, v. XVII, México, 2017, p. 619-646.

²³⁰ Os trabalhos que melhor exprimem as críticas ao dualismo cepalino são OLIVEIRA, Francisco de. *Economia Brasileira: Crítica à razão dualista*. São Paulo: Cebrap, 1972, 150 páginas; CARDOSO, Fernando Henrique. “Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade” in CARDOSO, Fernando Henrique; GIANOTTI, José Arthur; WEFFORT, Francisco Correia (coord.). *Estudos 1: Teoria e Método em sociologia*. São Paulo: CEBRAP/ Editora Brasileira de Ciências, 1971.

Urbana, em que Santos critica com veemência o esquema explicativo do dualismo, em *Por uma Outra Globalização*, o autor parece mostrar-se mais simpático a um fraseado próprio do campo não marxista (ainda que atribua a estes termos uma acepção distinta).²³¹ Daí que se possa dizer que o emprego da categoria de “os excluídos” sinaliza para um distanciamento, por parte de Santos, da ortodoxia marxista, pois, como demonstrado, trata-se de uma categoria estranha à teoria das classes sociais. Na ótica da dialética marxista, as classes só se constituem enquanto o que são na relação que estabelecem umas com as outras, de maneira que a ideia de exclusão se apresenta como pouco compatível, pois pensar em exclusão significaria admitir um elemento externo à totalidade social representada pela estrutura de classes.²³²

Tal como aludido anteriormente, as concepções de história aqui analisadas voltam-se tanto para a análise do passado quanto para a elaboração de projeções futuras, por vezes até mesmo subordinando a primeira destas tarefas à segunda. Diante disso, resta discutir como o arranjo teórico levado a cabo por Milton Santos em *Por uma Outra Globalização* – um livro que é, ao mesmo tempo, análise e manifesto – se dá no tocante à concepção do tempo futuro, e em quais termos se distingue da tradição marxista.

²³¹ SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978, 119 páginas. p 66. Em *Pobreza Urbana*, Santos buscava delimitar um conceito único e preciso de pobreza, optando por uma definição estrutural em detrimento de uma leitura da pobreza enquanto marginalidade, ou como fenômeno incidental. Já em *Por uma Outra Globalização*, o autor admite que a cada período histórico corresponde uma modalidade específica de pobreza, de modo que se passa a aceitar a pertinência de conceitos que outrora eram rejeitados.

²³² Para uma discussão acerca dos conceitos de marginalidade, exclusão e pobreza no campo do marxismo, ver: MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 2008, 228 páginas; SANTOS, César Ricardo Simoni. “Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica.” *Economía, Sociedad y territorio*, v. XVII, México, 2017, p. 619-646.

A noção de história-possibilidade implica no reconhecimento do papel desempenhado pelos indivíduos na realização das transformações históricas, pois, se muitas são as possibilidades de futuro, cabe ao indivíduo optar por aquela que lhe pareça desejável, e agir para torná-la real, dentro dos limites impostos pelas condições da existência. Esta atuação voluntária, motivada pela intenção de construir um futuro que seja “um outro” em relação ao presente, configura, segundo Jörn Rüsen, uma forma de pensamento utópico. Rüsen define a utopia como “um superávit de intenções e expectativas”, que orienta o agir humano na busca pelo estabelecimento de novas condições de vida, capazes de satisfazer as carências que se observam no presente. Definido nestes termos, o pensamento utópico é entendido como sendo vazio de experiência, na medida em que se volta para a formulação de representações fictícias da vida, que embora desejáveis, não correspondem às circunstâncias reais do agir, tal como determinadas pela história.²³³

É interessante pontuar, contudo, que o pensamento de Milton Santos, apesar de seu evidente viés utópico, não se caracteriza pelo esvaziamento da experiência histórica - pelo contrário, consiste em uma utopia que se realiza por meio da história. A admissão de que as possibilidades para a construção do futuro já estão inscritas no presente resulta em uma concepção de história no interior da qual o momento analítico e o momento utópico encontram-se entrelaçados: nos marcos da história-possibilidade, a análise das realidades históricas implica na necessidade de se posicionar frente ao futuro, pois analisar a história

²³³ RUSEN, Jörn. “Utopia, alteridade, *kairos* – o futuro do passado”, in *História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010, p. 135-150.

significa balizar as condições de transformação potencialmente existentes à cada época. É nestes termos que se deve compreender o título do livro: trata-se de um manifesto em defesa de uma outra globalização – uma globalização utópica, protagonizada pelos pobres e excluídos, cujas condições de possibilidade se atestam a partir da observação do presente.

Do ponto de vista teórico, a utopia, tal como definida por Rûsen, não tem lugar no marxismo. Nos marcos da tradição dialética, a superação histórica consiste, antes de mais, no desenlace das contradições constitutivas de uma determinada realidade, irrompendo de dentro para fora, como uma consequência necessária de um determinado estado de coisas. Nestes termos, não há lugar para se pensar em um futuro que se constrói estritamente como produto da imaginação utópica dos indivíduos, pois, na tradição marxista, o futuro já se inscreve no presente como negação. A transformação histórica, ainda que levada a cabo por indivíduos impulsionados pelo desejo por mudanças, não pode ser explicada somente como resultado de ações voluntárias, mas sim como o movimento do devir social, que faz com que as contradições congênicas do capital se substanciem em Revolução. Portanto, para além do que já foi constatado, a história-possibilidade distingue-se do marxismo também por seu viés utópico, na medida em que habilita a imaginação e a ação voluntária dos indivíduos como forças propulsoras da transformação histórica.

A título de conclusão, pode-se dizer que a particularidade da forma como Santos concebe a história está menos em seu conteúdo (pois a noção de possibilidade é familiar a outras visões de História) e mais na maneira como se relaciona com seu contexto e trajetória intelectual. Em primeiro lugar, trata-se de uma obra que responde de maneira incisiva ao esvaziamento histórico que caracterizara a geografia

pragmática, propondo uma Geografia que é também, como busquei demonstrar, História e Utopia. Ademais, sua singularidade deriva-se, também, do lugar que ocupa no contexto intelectual latino-americano: mais do que apenas restaurar os aportes históricos da Geografia, a história-possibilidade constitui uma forma de se conceber o tempo que se distancia daquela contida no marxismo, e, notadamente, daquela presente no marxismo latino-americano. Em suma, pode-se dizer que em *Por uma Outra Globalização*, Milton Santos espousa uma compreensão da História que traduz a apropriação crítica que fizera do marxismo ao longo de sua trajetória – apropriação esta que preserva muitos dos instrumentos analíticos desta corrente intelectual, mas que se afasta de um certo entendimento da teoria das classes sociais e, por consequência, da concepção da história enquanto devir.

É somente à luz desta comparação com o marxismo e com as concepções de tempo que permearam a Geografia que podemos entrever a disputa em torno do conceito de História que subjaz à *Por uma Outra Globalização*, a qual transparece em uma de suas mais emblemáticas passagens: “Por isso, é lícito dizer que o futuro são muitos; e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade”

BIBLIOGRAFIA E FONTES:

ABREU, Maurício de Almeida. “O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In FRIEDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs). *Escritos Sobre Espaço e História*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, 466 páginas.

BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 2ª edição, Paris : Armand Colin, 1966, 1222 páginas.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade” in CARDOSO, Fernando Henrique; GIANOTTI, José Arthur; WEFFORT, Francisco Correia (coord.). *Estudos 1: Teoria e Método em sociologia*. São Paulo: CEBRAP/ Editora Brasileira de Ciências, 1971.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Condição Espacial*. Contexto, 2011.

- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, 366 páginas. Capítulo 2.
- LACOSTE, Yves (org.). *Ler Braudel*. Campinas: Papirus, 1989, 236 páginas.
- LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 10ª edição, Campinas: Papirus, 2005, 263 páginas.
- LEFEVBRE, Henri. *Lógica Formal/ Lógica Dialética*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 301 páginas.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 2008, 228 páginas.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, 614 páginas. p. 38, nota a.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. São Paulo, Boitempo, 2013, 894 páginas. Capítulo 1.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 21ª edição, São Paulo: Annablume, 2007, 150 páginas.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território na Geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume, 2013, 130 páginas.
- MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação*. São Paulo: Contexto, 2009, 172 páginas.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Economia Brasileira: Crítica à razão dualista*. São Paulo: Cebrap, 1972, 150 páginas.
- RUSEN, Jörn. "Utopia, alteridade, kairós – o futuro do passado", in *História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010, p. 135-150.
- SANTOS, César Ricardo Simoni. "A Metageografia e a Ordem do tempo", in CARLOS, Ana Fani Alessandri, *A Crise Urbana*. São Paulo, Contexto, 2015, 192 páginas. p. 37-54.
- SANTOS, César Ricardo Simoni. "Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica." *Economía, Sociedad y territorio*, v. XVII, México, 2017, p. 619-646.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, 308 páginas.
- SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1979, 167 páginas.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979, 156 páginas.
- SANTOS, Milton. *Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados*. Ed. Oikos-Tau: Barcelona, 1973.
- SANTOS, Milton. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1996 (1971), 113 páginas.
- SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978, 119 páginas.
- SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012 (2000), 174 páginas.
- SANTOS, Milton. *Técnica Espaço e Tempo*. 5ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2013, 176 páginas.
- VASCONCELOS, Pedro Almeida. "Milton Santos. Geógrafo e Cidadão do Mundo (1926-2001)". *Afro-Ásia* (UFBA. Impresso), v.25-26, Salvador, 2001, p. 369-405.
- VERDI, Elisa Favaro. *Produção geográfica e ruptura crítica: a Geografia uspiana entre 1964 e 1985*. 261 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2016.
- VESENTINI, José William. "O Método e a Práxis (notas polêmicas sobre Geografia Tradicional e Geografia Crítica)". São Paulo: *Revista Terra Livre*, n. 2, 1987.

ZUSMAN, Perla. "Milton Santos e a metamorfose da geografia brasileira" in CARLOS, Ana Fani Alessandri, *Ensaaios sobre geografia contemporânea. Milton Santos: Obra Revisitada*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 29-36.

“BOMBA EXPLODE NA CABEÇA ESTRAÇALHA LADRÃO / FRITOU LOGO O NEURÔNIO QUE APAZIGUA A RAZÃO”: ANÁLISE DAS TEMPORALIDADES E DE SUAS QUEBRAS EM *BRANCO SAI, PRETO FICA* (2015), DE ADIRLEY QUEIRÓS²³⁴,²³⁵

Resumo: Este texto tem como objeto de estudo o filme *Branco sai, preto fica*, produção brasileira dirigida por Adirley Queirós e lançada nos cinemas em 2015. Consiste em uma análise de temporalidades, de conceitos e da estética cinematográfica presentes na obra com o objetivo de observar de que forma esses elementos definem as relações espaço-temporais e socioespaciais que constroem a narrativa de ficção-científica contemporânea do filme e que também se constituem como os eixos centrais de *Branco sai, preto fica*.

Palavras-chave: temporalidades; marginalidade; cinema brasileiro.

Abstract: This article is *Branco sai, preto fica* review, Brazilian production directed by Adirley Queirós that opened in theaters in 2015. The text is a study about the temporalities, concepts and cinematography aesthetics; the text main goal relies in the space/times & social/spaces relationships that sets the movie as a contemporary sci-fi narrative and builds the *Branco sai, preto fica* central objects.

Key-words: temporalities; marginality; Brazilian cinema.

²³⁴ Antes de tudo, este texto é dedicado a Julia: por todas as conversas das madrugadas, que vieram a se tornar da vida.

E um obrigado: ao Gabriel, por ser a ajuda espontânea no momento de redigir um trabalho inteiro perdido no último dia de envio que, na verdade, era o primeiro de um prazo com mais de dois meses (a pizza e a cerveja obviamente não eram o suficiente como agradecimento); e a Anna, por ser um *software* de formatação de texto sempre capaz de suprir, nas madrugadas, as limitações de trabalho em dispositivo móvel impostas pela falta de um computador pessoal.

²³⁵ Lievin de Souza Britez Pontes Miguel (<http://lattes.cnpq.br/2832365085514251>) é graduanda pela USP

Artigo recebido em 06/05/2018 e aprovado em 23/07/2018



Figura 1: Recorte de tela dos créditos finais de Branco sai, preto fica.

“as vítimas não encontradas
somos todos nós
os que não demos adeus e nem rezamos
nos cemitérios clandestinos da justiça”
YUKA, Marcelo. “Não se preocupe comigo”. In:
Sangueaudiência (2005). Rio de Janeiro: Sony BGM, 2005. Faixa
14, CD.

Tela preta. Logo de patrocinadores e produtoras. “Antiga Ceilândia, Distrito Federal”. Som de motor. Um homem paraplégico desce em um elevador para deficiente. Câmera estática. Corte. O homem mexe em um dispositivo de metal. Corte. Uma vitrola e agulha no disco. Base de batida *black*. O homem narra uma ida e chegada em um baile. Encontro com os amigos. Fotografias de jovens dançando. Segue a narração. “Ó, tá acontecendo alguma coisa, véi”. Som de tiro. “Vixe,

é os cana!”. Descrição de tumulto, fotografias de baile na tela. “Ah não, vão parar o baile, véi!”. O som da batida é interrompido: “bora, bora, bora, bora! Puta prum lado, veado pro outro. Bora, porra! Anda, porra! Tá surdo, negão? Encosta ali! Tô falando que branco lá fora e preto aqui dentro. Branco sai, preto fica, porra!”. Breve abordagem do protagonista da narração pelo policial. Tela branca. Som de helicóptero. Som de tiro: BRANCO SAI, PRETO FICA.

É dessa forma que se inicia *Branco sai, preto fica*, filme de Adirley Queirós²³⁶, lançado nos cinemas em início de 2015, depois de um ano inteiro com exhibições em festivais de cinema ao longo do país. Em menos de sete minutos somos apresentados ao evento que se manterá como

236 Adirley Queirós, filho de pais camponeses do interior de Minas Gerais, nasceu em Goiás no ano de 1970. Em 1977, foi com sua família — que havia perdido sua moradia durante o período de especulação de terras recorrente nos anos de 1970 — para a Ceilândia, em Brasília (Distrito Federal). Dos 15 aos 26 anos, se sustentou jogando futebol profissionalmente em times da segunda e terceira divisão e se formou, aos 22/23 anos de idade, em um supletivo. Estudou Comunicação Social na Universidade de Brasília durante os anos 1990, onde se inscreveu na habilitação de Cinema porque, segundo o próprio, era a que tinha a nota de corte mais baixa; em relação à cinefilia, sua formação foi feita no circuito de salas de cinema de rua da Ceilândia, nas quais ele assistia o máximo da expressão de consumo cinéfilo-popular do período, com destaque para Bruce Lee e filmes pornô. É, também, servidor público e trabalha como técnico administrativo na Secretaria de Saúde de Brasília, de onde está há alguns anos afastado para produzir seus filmes em sua outra profissão, de cineasta. Branco sai, preto fica é seu segundo longa-metragem e, assim como o primeiro longa de sua filmografia — A cidade é uma só? (2011), que é uma investigação sobre a formação da Ceilândia, cidade de criação do autor e também cenário dos filmes e personagens criados por ele — tem como uma de suas características principais o hábito de extrapolar, estética e narrativamente, as fronteiras entre cinema documental e de ficção. Branco sai, preto fica também carrega outras das características principais do cinema de Adirley Queirós: a utilização das histórias pessoais, do diretor e dos atores, na construção narrativa dos personagens; o uso de um acontecimento real ficcionalizado como ponto de partida para criação do roteiro; e desenvolvimento do fazer cinematográfico entre amigos — também moradores da Ceilândia —, que se revezam na equipe de produção do filme, tomando conta de mais de uma atividade, cada um.

Para mais detalhes sobre a biografia do autor, consultar: QUEIRÓS, Adirley. Encontros de Cinema (2005) – parte 1/2 e parte 2/2. Disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hdr8C2MR8vo> e https://www.youtube.com/watch?v=iQB_zwLUXLQ, acessados em 24 de outubro de 2017.

central ao longo de toda a narrativa e que será fundamental para a análise, tanto do filme, quanto das ações dos personagens: em uma ação policial em um baile na favela da Ceilândia (Brasília), os personagens Marquim e Sartana são feridos de forma a permanecerem marcados para o resto de suas vidas; o primeiro leva um tiro e fica confinado a uma cadeira-de-rodas, enquanto o segundo, ao tentar fugir, em susto e desespero, da batida policial, é surpreendido pela cavalaria e tem sua perna esmagada e, posteriormente, amputada.

A partir disso, Branco sai, preto fica se desenvolve em três linhas-personagens narrativas (com a existência, também, de uma quarta linha paralela e adicional²³⁷), constituindo um quebra-cabeça de tempos e temporalidades propositalmente embaralhados com lacunas em seus espaços intermediários. De maneira introdutória, cabe aqui, esquematizá-las para analisá-las:

Linha-personagem narrativa 1: Marquim.

Linha-personagem narrativa 2: Sartana.

Linha-personagem narrativa 3: Dimas Cravalaças.

Linha narrativa-fantasma: o futuro (e as mensagens vindas dele).

Pois bem. O que se têm nestas quatro linhas narrativas são tempos de curta duração; o de três vidas individuais e suas decisões, o de um trabalho de investigação, o de um plano de vingança e sua execução e o de embates políticos dentro de um regime não especificado. Cada uma constituída de reviravoltas próprias aos seus imaginários e realidades, mas que se entrelaçam de maneira mútua, formando uma cadeia de vicissitudes que estabelece uma temporalidade de longa

²³⁷ Neste texto, chamarei essa linha narrativa de *linha narrativa-fantasma* porque, por motivos que ficarão explicitados adiante, os acontecimentos dela pairam como um espectro sobre os acontecimentos das outras três, formando um jogo temporal entre passado/presente/futuro.

duração de embate sociopolíticos centralizados na questão da responsabilização do Estado brasileiro pela prática de crimes cometidos contra populações pobres, marginais e periféricas, contexto maior que, por sua vez, interliga passado, presente e futuro.

O passado é apresentado na cena do filme que foi descrita no parágrafo de abertura desta análise; trata-se do evento que definiria o rumo das vidas de Marquim e Sartana e que também se estabelece como o propósito da viagem temporal de Dimas Cravalaças. A invasão policial ao baile apresentada no início do filme trabalha como uma síntese de um passado repressivo a um grupo social específico e, com isso, permite transformar os dois personagens agredidos em uma representação desse grupo periférico e marginalizado, dando à narrativa a possibilidade de recortar temporalmente o passado em um único evento.

O presente são os acontecimentos literalmente expostos de uma forma visualmente direta ao acompanhar as ações dos três personagens centrais à narrativa; se apresenta como uma distopia de ficção-científica sob a forma de um regime totalitário de controle dos espaços e corpos periféricos; mas, o mais interessante, é que há uma quebra no tempo presente trabalhada de forma não linear e marcada pela intercalação no uso de artifícios narrativos característicos de cinema documental e de ficção. A linha narrativa desse tempo, colocando linearmente, é formada na sequência: I) chegada de Dimas Cravalaças ao presente, II) início das investigações e coleta dos relatos de Marquim e Sartana, III) arquitetura e preparação do plano de Marquim e Sartana, IV) mensagem do futuro instruindo Cravalaças a impedir a execução do plano, V) execução do plano. Há no estágio intermediário (a arquitetura do plano) uma quebra nas ações dos personagens e na maneira como esse presente é narrado visualmente no filme: de alguma forma, Marquim

e Sartana, que até então desconheciam o paradeiro um do outro, se encontram e iniciam o plano que será executado no clímax narrativo; e essa quebra é transposta para a tela a partir da mudança nos enquadramentos e planos de filmagem utilizados em *Branco sai, preto fica*. O estágio primário (Sartana e Marquim desconhecem o paradeiro um do outro) corresponde narrativamente à apresentação dos personagens, feita a partir de cenas cotidianas e sem diálogo filmadas intercalando o uso câmera na mão/câmera estática, com o áudio de suas histórias pessoais em narrativas documentais em *off* correspondendo à investigação e coleta de informações feita por Cravalaças. Posteriormente, os usos de enquadramentos e de recursos sonoros mudam; não há mais narração em *off* ou outras características de cinema documental que quebrem as barreiras atores/personagens e realidade/ficção. O filme se volta para uma estética de cinema ficcional e a trajetória dos acontecimentos assume um caráter mais linear. Voltarei a essa quebra nas ações dos personagens mais para a frente.



Figura 2: recursos narrativos de cinema documental / ficcional.

O PRESENTE COMO UMA DISTOPIA

O presente em *Branco sai, preto fica* é apresentado sob a forma distópica²³⁸ de uma realidade onde um governo totalitário cerceia a

²³⁸ Sobre a classificação da forma distópica do tempo presente de *Branco sai, preto fica*, me coloco na necessidade de abrir uma breve reflexão pessoal como forma de complementar o aspecto geral referente à ausência de fronteira entre realidade/ficção, característica central ao filme analisado e recorrente neste texto; esta reflexão também estabelece relação direta com os acontecimentos contemporâneos da realidade brasileira e, conseqüentemente, com a escolha desse filme como objeto de análise.

Diante dos acontecimentos atuais de regressão de direitos civis, sociais, trabalhistas etc., destaco que a realidade do tempo presente do filme se dá como uma distopia por uma relação de assimilação direta à realidade não-ficcional que é ficcionalizada na

circulação, os espaços e vivências de populações periféricas — no caso do filme, na Ceilândia, periferia de Brasília — a partir da vigia da (chamado no filme) Polícia do bem estar social, de áreas de controle, do acesso interdistritais mediante passaporte, toques de recolher etc.; realidade distópica que funciona exatamente como uma cidade pestilenta, que é atravessada pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar e pela determinação da possibilidade de acesso aos espaços através da verificação de documentos, uma cidade controlada a partir do funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre todos os corpos individuais²³⁹ periféricos e marginalizados. É dentro dessa realidade, representação de uma formação histórica levada às últimas consequências, que está a chave para remontar o quebra-cabeça embaralhado e preencher as lacunas propositais à narrativa; é nela que se encontra a racionalidade da cultura histórica e os potenciais

narrativa, uma vez que a realidade é simplesmente retratada de forma simbólica e, por vezes, aumentada até sua última consequência. Em relação ao nosso ideal contemporâneo de sociedade democrática, é possível estabelecer seu marco inicial na Constituição de 1988, formulada dentro de um contexto de conquistas político-sociais imerso em um processo de redemocratização pós regime militar que abriu, para o final do século XX e início do XXI, o vislumbre de uma possível chegada a um ponto de realidade social democrática que até então permanecia ao espaço utópico. Pois bem; nos encontramos exatamente no tempo em que, à época, era esperada a concretização da utopia democrática formalizada na Constituição de 1988 e o cenário encontrado é o de, além dos aspectos já citados, refortalecimento de pensamentos e grupos políticos conservadores e autoritários, de um golpe de Estado etc. Por essa razão, o presente de Branco sai, preto fica como distopia se dá porque, olhando da perspectiva das esperanças do final dos anos 80, distópico, na realidade, é o nosso presente real, e não apenas o ficcional do filme e, por isso mesmo, um evento-chave à construção da narrativa será a ascensão de uma força conservadora ao poder como uma espécie de contramovimento ao processo de investigação para criminalização do Estado brasileiro por seus crimes contra populações marginais e periféricas.

²³⁹ Sobre a conceito e descrição de uma cidade pestilenta, assim como sobre os mecanismos de vigilância e controles impostos a ela: Cf. FOUCAULT, Michel, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 164.

de sentido conservados e renovados pelos personagens²⁴⁰, motivando suas ações a partir de uma relação passado-presente-futuro.

Aqui, se faz necessário estabelecer a relação indissociável entre tempo e espaço — unidades de categoria básicas da existência humana — para compreender a mudança ocorrida no presente que definirá o futuro que paira como um espectro na narrativa do filme. Essa relação se estabelece como indissociável porque a mudança no espaço-tempo é a dinâmica que define a forma de existência humana no plano terrestre, uma vez que as relações sociais só se realizam concretamente a partir de suas manifestações espaciais, imersas em um universo constituído de situações, necessidades, aspirações e desejos²⁴¹. Não é diferente com a realidade, distópica ou utópica, dos personagens. Ficcional ou não, o espaço se constitui pela relação entre uma dimensão abstrata e uma realidade real; a produção social liga-se ao plano concreto, é um processo dado pela concretização das relações sociais como produtoras de espaço²⁴². É possível analisar esse processo através de dois planos de dimensões espaciais presentes no filme: uma cenográfica, pelas residências de Marquim e Sartana; e outra, de construção do plano de filmagem, a partir da movimentação de câmera e dos personagens pelo espaço.

O horizonte temporal implicado em uma decisão afeta materialmente o tipo de decisão tomada, sendo possível afirmar que as

²⁴⁰ RÜSEN, Jörn. “Utopia, alteridade, kairos — o futuro do passado”, in, *História viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 135.

²⁴¹ HARVEY, David, *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 187.

CARLOS, Ana Fani Alessandri, *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2016.

²⁴² Cf. CARLOS, Ana Fani Alessandri, *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 11: “as relações sociais que constroem o mundo concretamente se realizam como modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões.”

concepções de tempo e do espaço são materializadas a partir de práticas e processos que se remetem à reprodução da vida social²⁴³. No caso da realidade distópica de Branco sai, preto fica, o que impera é o projeto espacial totalitário em bases modernistas, construído sob a tirania da linha reta²⁴⁴; linha reta que nesse caso opera em sentidos vertical e horizontal. Em sentido vertical, porque tenta operar uma imposição dada de cima para baixo; em sentido horizontal, porque precisa se estender a todo o corpo espacial periférico. Tudo isso garantido pela vigilância da Polícia do bem estar social. A vigilância, no entanto, assim como a visibilidade, é uma armadilha ²⁴⁵: na concepção do Panóptico de Bentham, o vigiado é preso em uma situação de poder onde ele próprio é seu portador; o poder deve ser visível e inverificável, ele só funciona se o vigiado visualizar a possibilidade de estar sendo vigiado mas não puder verificar se isso de fato ocorre. Caso a verificação ocorra e o vigiado confirme a inexistência real da vigilância, o poder desmorona.

²⁴³ Cf. HARVEY, David, *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyoa, 1992, p. 188-189.

²⁴⁴ HARVEY, David, *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyoa, 1992, p. 190.

²⁴⁵ FOUCAULT, Michel, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 166-167.

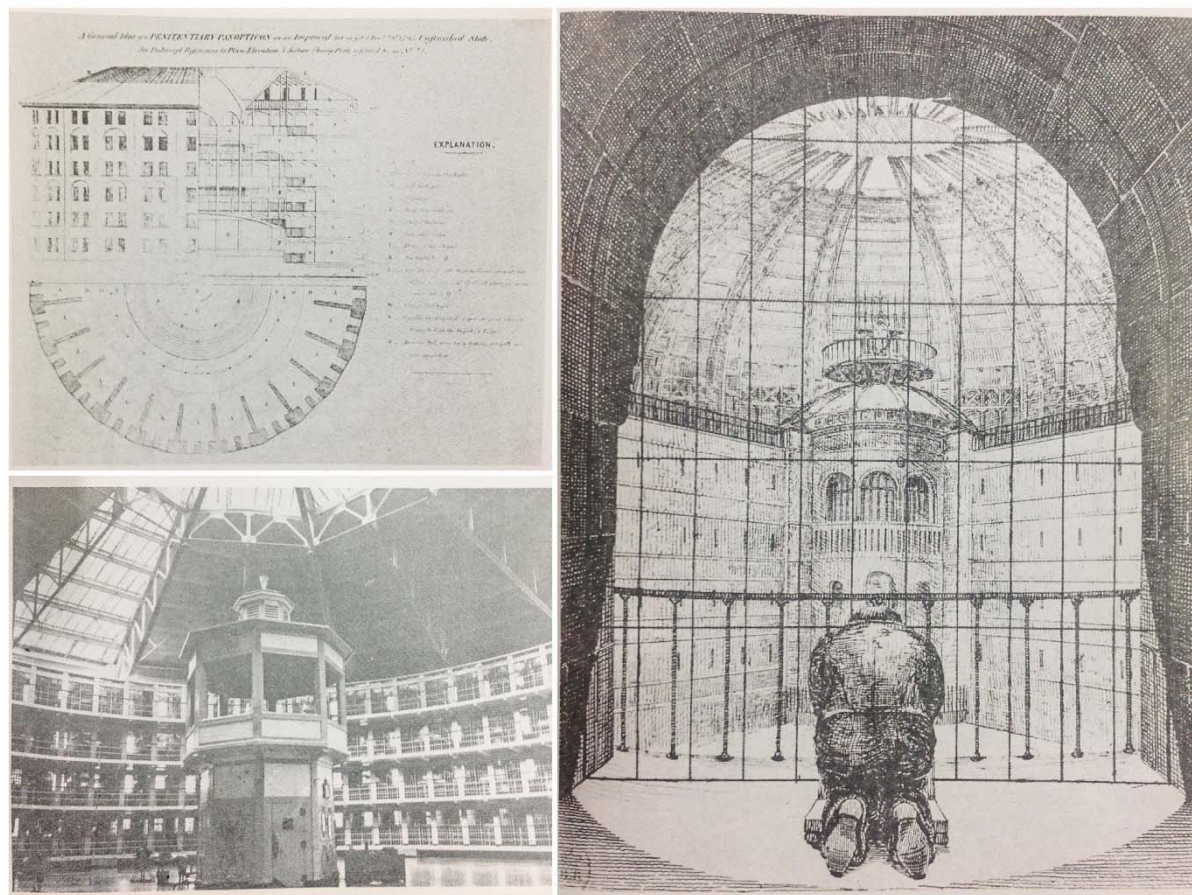


Figura 3: a planta do *panóptico* de Bentham, penitenciária em Stateville (Estados Unidos, século XX) e o projeto de penitenciária de Harou-Romains (1840).²⁴⁶

O panóptico é representado ao menos três vezes no filme: no primeiro caso, a partir de uma situação ocorrente na narrativa e, nos outros dois casos, através de sua representação visual e espacial na qual, cenograficamente, acontece a subversão do ideal de prisão e do próprio panóptico.

Sobre o primeiro caso, é necessário retomar a necessidade do poder, em sua eficácia, como visível e inverificável; dentro dessa concepção, quanto mais numerosos forem os observadores anônimos e as situações de vigilância, maior o risco do vigiado ser surpreendido, assim

²⁴⁶ FOUCAULT, Michel, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

como mais efetiva se torna a consciência de ser vigiado. Essa concepção é apresentada de forma literal em uma passagem do filme: ao transitar de carro na fronteira de um distrito para outro, Marquim ouve o anúncio sobre o limite que está para ser ultrapassado, orientando-o a ter o seu passaporte em mãos porque ele será abordado por um agente da Polícia do bem-estar social no próximo guichê. Se não tiver o passaporte e, a autorização de estar ali — e consequentemente, a confirmação de não estar infringindo regra alguma —, ele é orientado a voltar e evitar constrangimentos. A possibilidade de ser abordado é colocada como certeza, mas ela nunca é de fato verificada.

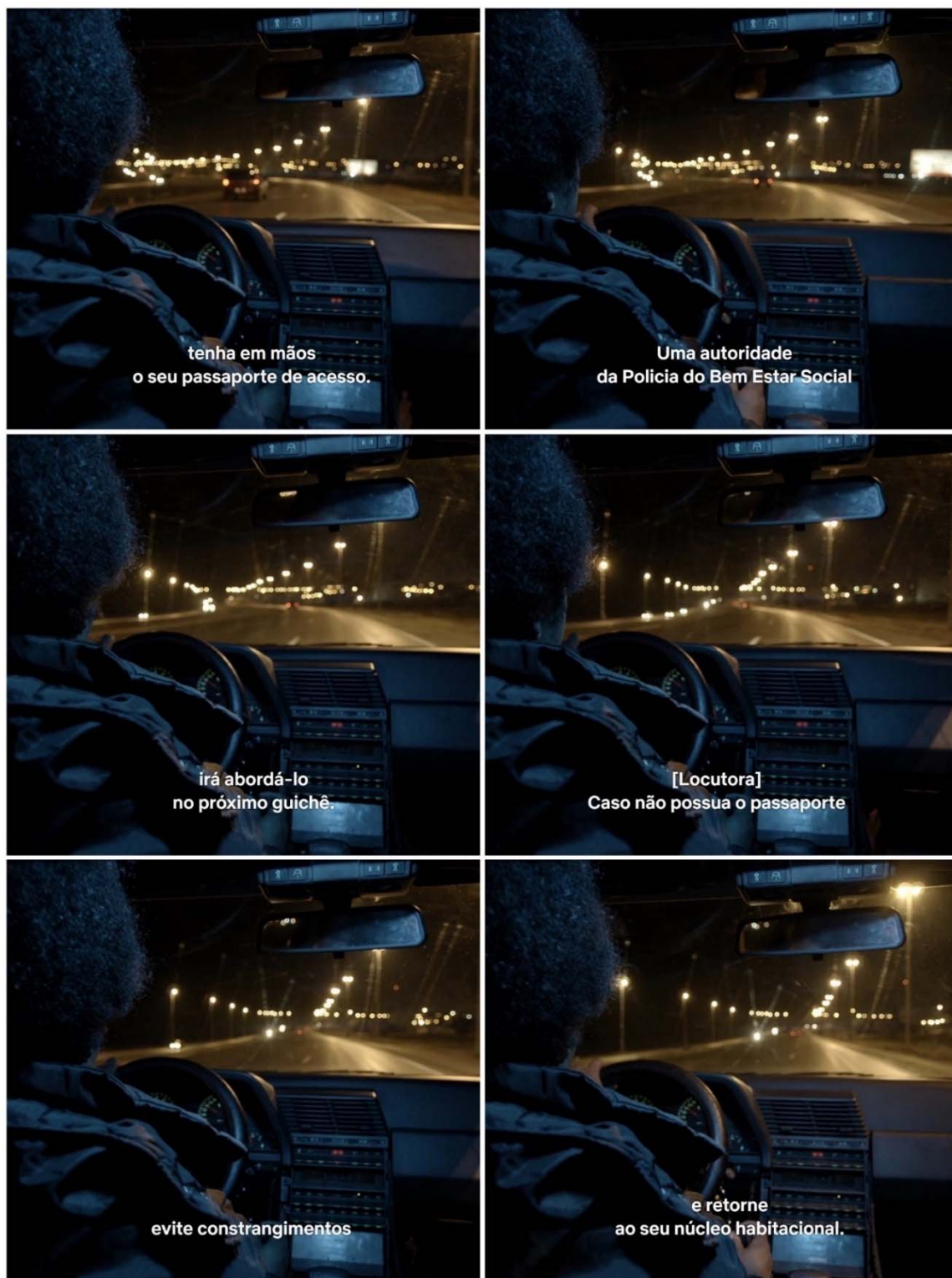


Figura 4: o poder da vigilância visível e inverificável.

Avançando para o segundo e terceiro caso, é possível afirmar que o regime autoritário e a vigia da Polícia do bem-estar social — ronda noturna, abordagem no guichê, toque de recolher, restrição à cidade — já se estabelecem, por si só, como um simulacro da prisão e do panóptico. O filme, entretanto, vai além. As duas instituições citadas também são literalmente representadas, tanto visual, quanto espacialmente, no filme:



Figura 5: morada de Marquim e Sartana — representação da prisão e do *panóptico*.

Observando as residências de Marquim e Sartana, há a visualização ideal de uma prisão e de um panóptico, respectivamente; ambas são, no entanto, desvirtuadas às avessas. A casa de Marquim é

totalmente envolta em grades e tem seus espaços de acesso vigiados por câmeras. A de Sartana, por sua vez, tem em sua periferia uma construção em anel (rodovias com carros passando) enquanto a casa se insinua no centro, alta como uma torre; a representação perfeita da arquitetura do Panóptico de Bentham²⁴⁷. Porém, há uma desvirtuação da lógica nos dois casos; na prisão representada na casa de Marquim, é o vigiado que controla os mecanismos de controle e vigilância enquanto, no panóptico do filme, Sartana não se encontra na periferia vigiada mas em seu centro vigilante.

²⁴⁷ FOUCAULT, Michel, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.



Figura 6: desvirtuação da prisão — o vigiado é o próprio vigilante.



Figura 7: desvirtuação do *panóptico* — o oprimido situado no centro vigilante.

Essa desvirtuação apresenta relação direta com as escolhas técnicas-artísticas na estética de filmagem e construção da narrativa. Em *Branco sai, preto fica*, a câmera se mantém predominantemente estática na maioria dos planos do filme; o movimento — e a noção dele — se faz presente dentro da dinâmica interna ao plano de filmagem. São os espaços e os personagens dentro deles que se movimentam, não a câmera. Com exceção da nave de Cravalaças (exatamente o único fator do filme que não é preso ao espaço-tempo), esses movimentos se dão sempre de forma vertical e horizontal. No início do filme, Marquim e Sartana, subjugados por suas situações, transitam verticalmente em escadas e elevadores, recordando-se de suas condições limitantes em

cadeira-de-rodas e prótese mecânica. Posteriormente, conforme desenvolvem o plano-chave da narrativa, Sartana passa a se locomover horizontalmente pelos espaços ao passo que o último plano de Marquim, ao finalmente chegar a seu objetivo, é ascender verticalmente em seu elevador. Tempo, espaço e movimento: todos se relacionam entre si e constroem os significados conjuntamente.



Figura 8: Marquim e Sartana antes e depois da arquitetura do plano — movimentos verticais e horizontais.

FUTURO: UTOPIA ALCANÇADA(?)

Utopia é um modo de manejo interpretativo de circunstâncias dadas da vida; é o estabelecimento de um não-lugar ideal, criado ao se

pressupor que as condições atuais de agir são irreais e que é possível transcendê-las. A utopia tem, portanto, o objetivo de neutralizar a experiência vivida²⁴⁸ e motiva o agir humano. Até que ponto, no entanto, é possível aplicar esse conceito para o futuro do qual Dimas Cravalanças é originário e do qual recebe mensagens?

A missão de Dimas Cravalança é achar Sartana e coletar provas e seu objetivo consiste em incriminar o Estado brasileiro por crimes praticados contra populações periféricas. Olhando de uma forma inocente, ignorando seus detalhes e partindo unicamente dos dados cedidos, seria possível estabelecer inicialmente o futuro apresentado no filme como uma utopia. Incriminar o Estado (brasileiro), de uma forma geral, por crimes praticados contra populações periféricas parece uma utopia alcançada uma vez que, comparativamente, o presente se encontra dominado por um regime totalitário distópico onde o plano de uma cidade totalmente planejada sob bases modernistas se transformou em um regime de cerceamento institucionalizado. Com isso, é preciso lembrar que o governo tirânico é aquele que não presta contas a respeito de si mesmo a ninguém, ao mesmo tempo que seus crimes de Estado se escondem por trás da burocracia que, por sua vez, se constitui como o domínio de ninguém; com isso, a localização da responsabilidade e do inimigo se torna impossível²⁴⁹. A percepção do alcance de uma utopia, parte unicamente de uma missão que vislumbra a possibilidade de responsabilização dos crimes do Estado brasileiro contra populações periféricas, no entanto, ela só se manifesta inicialmente.

²⁴⁸ RÜSEN, Jörn. “Utopia, alteridade, kairos — o futuro do passado”, in, *História viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 136.

²⁴⁹ Cf. ARENDT, Hannah, *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 55.

“Sem provas não há passado”. “Produza provas”. São as orientações que Dimas Cravalaças recebe de seus superiores nas mensagens que esses enviam do futuro. Junto delas, ele recebe um aviso: “a Vanguarda Cristã assumiu o poder”. Dessa forma, o que se encontra nesse contexto não é necessariamente uma utopia mas uma mudança na mentalidade coletiva; e essa mudança tem relação direta com todos os outros elementos da narrativa. Em uma única frase — “a Vanguarda Cristã assumiu o poder” —, está presente um contexto de dinâmica (de disputa de poder) movimento/Estado/contramovimento que impacta profundamente as ações de Dimas Cravalaças. A partir desse ponto, ao se perguntar ironicamente “e eu vou fazer o que aí, com essa nova mudança?”, é levantada, nesta análise, a hipótese de que, a partir do escárnio, Cravalaças não reconhece mais a autoridade das ordens vindas do futuro, duvidando de suas motivações e passando a agir por conta própria²⁵⁰. Com isso, é ele que se estabelece como a quebra de padrão que age sobre Marquim e Sartana — como mencionado anteriormente, em “estágio intermediário”, no início desta análise —, após receber as ordens de impedir o acontecimento do passado (por sua vez, o presente de Sartana e Marquim) que gerou todo o contexto de investigação para incriminação do Estado brasileiro. Dentro dessa hipótese, ao receber essas ordens e decidir desobedecê-las, Dimas retorna ao passado, promove o reencontro entre Marquim e Sartana, concretizando a arquitetura do plano e, posteriormente, impedindo outros agentes enviados para cumprir as ordens que ele havia se recusado a executar. E ele o faz enumerando todos os seus inimigos (apresentados a partir de uma simbolização abstrata); enquanto atira,

²⁵⁰ Importante não esquecer que no início do filme Cravalaças expõe a informação de que ele é um agente terceirizado do Estado brasileiro e de que a licitação ruim da nave, sem preocupação com seu bem-estar, causou as dores pós viagem que ele sentia.

Dimas pronuncia: “toma aí, paga-pau do progresso. Toma aí, 225 prestações. Toma aí, ferro retorcido do carai. Aí, aí, num vai vir aqui não, vai ficar aí no futuro, casa do carai. O progresso é o futuro mesmo, ninguém tem a moral de cair pra dentro do banguio não. Racista que não vai mudar a cara nunca. Vai ficar desse jeito mesmo [...]”.

Além da discussão de existência ou não de uma utopia, também está colocado o reconhecimento de uma quebra de mentalidade. O argumento aqui, portanto, é que Dimas se recusa a exterminar o acontecimento-chave para a alteração da mentalidade de negligência institucionalizada sobre a prática dos crimes de Estado contra populações negras, periféricas e marginalizadas. Ao fazê-lo, ele se insere como agente ativo nos acontecimentos de curta duração que constroem as vicissitudes que produzem a quebra em uma mentalidade de longa duração que se refere à ideia de que é impraticável classificar os crimes contra populações pobres e periféricas como crimes de Estado e, com isso, responsabilizar o Estado brasileiro por seus atos. Não é possível, então, falar na realização de uma utopia; mas é possível afirmar que há a recusa de um indivíduo em se satisfazer em continuar reproduzindo o sentido de memória histórica na qual está inserido. Posto isso, vamos ao plano de Marquim e Sartana e à conclusão desta análise.

O PLANO E A BOMBA: QUESTÃO DE PODER E VIOLÊNCIA

Qualquer instituição política é uma manifestação e materialização de poder²⁵¹. O plano de Marquim e Sartana, portanto, como será observado ao final do filme, é mais do que uma revolta contra uma instituição política; é uma bomba direcionada diretamente ao poder dessa instituição que, no caso da narrativa analisada, se manifesta como

²⁵¹ Cf. ARENDT, Hannah, *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 57.

o poder de controlar e matar populações marginalizadas e periféricas. É uma prática-solução de marginalizados em resposta à violência do poder que os mantém nessa condição. Indispensável, então, traçar a distinção entre *poder* e *violência* que Hannah Arendt formula para evitar a repetição do uso comum desses fenômenos (distintos e independentes, embora frequentemente associados) como sinônimos. Partindo dessa diferenciação, a autora elenca e classifica os seguintes fenômenos²⁵²:

- I. Poder: é a habilidade humana para agir, sobretudo em conjunto. Nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido.
- II. Vigor: pertence ao singular, é uma entidade individual; propriedade inerente a uma pessoa ou objeto, a uma personalidade de caráter específico.
- III. Força: usado comumente (e erroneamente) como sinônimo de violência; deveria ser remetido unicamente às forças da natureza e às forças das circunstâncias.
- IV. Autoridade: pode ser investida em pessoas ou em cargos; sua insígnia é o reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede obediência. Seu maior inimigo é, portanto, o desprezo.
- V. Violência: de caráter especificamente instrumental; é a ferramenta de planejamento e utilização para a multiplicação do vigor até que, em últimas consequências, possa substituí-lo.

Remetendo diretamente à narrativa analisada:

- I. Poder: é a ação em conjunto de todos os participantes na execução do plano de Marquim e Sartana. Embora todos aparentemente ganhem um passaporte como pagamento pelo trabalho desempenhado, nenhum deles contesta ou se volta contra a execução do plano; todos partilham de um sentimento de condição e de rebeldia em comum.
- II. Vigor: Marquim e Sartana, arquitetos do plano.

²⁵² Cf. ARENDT, Hannah, *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 60-63.

- III. Força: Dimas Cravalaças e a hipótese de sua intervenção nos acontecimentos do espaço-tempo.
- IV. Autoridade: a princípio, são as ordens vindas do futuro interessadas na incriminação do Estado brasileiro (essa é minada pelo escárnio de Cravalaças ao não reconhecer mais a autoridade de um poder comandado pela Vanguarda Cristã); posteriormente, é o reconhecimento de uma condição comum entre Marquim, Sartana, os participantes do plano e o rebelde Dimas Cravalaças.
- V. Violência: é a própria bomba. É o ponto mais forte e direto do filme; sendo, portanto, não apenas o elemento final da narrativa, mas também a conclusão desta análise.

De forma direta: o plano é a explosão do complexo da instituição política de Brasília, acontecimento que se constitui como o tempo *kairos*²⁵³ determinante para a ruptura da mentalidade de longa duração que institucionaliza uma negligência — que, por sua vez, naturaliza a impossibilidade de criminalização do Estado — em relação à prática de crimes cometidos contra populações periféricas e marginalizadas; o tempo de quebra é necessário para o estabelecimento da mentalidade que permite o raciocínio de criminalização do Estado brasileiro por esses atos. Porém, o mais interessante, aqui, é o instrumento da explosão (leia-se: a bomba em si).

²⁵³ RÜSEN, Jörn. “Utopia, alteridade, kairos — o futuro do passado”, in, *História viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.



Figura 9: a polifonia cacofônica contemporânea — a bomba e alguns de seus elementos.

A bomba consiste na expressão máxima da *polifonia* [cacofônica] *contemporânea*²⁵⁴. É uma junção dos ruídos de um mercadão popular, *technobrega*, *rap*, batida *black*, mixagem, quebra de patente industrial, gravações de transmissões da rádio pirata de Marquim, equipamentos e construções etc. É a fala da favela²⁵⁵, reunida para ser projetada e marcar história ao explodir o símbolo máximo da instituição política repressora. A bomba é a materialização da vitória da cultura popular sobre a indústria de massas de condição opressora e generalizante²⁵⁶; é ao mesmo tempo, uma metalinguagem com a estética de *Branco sai, preto fica* que, dentro de uma longa tradição de cinema latino-americano (que sempre foi fortemente marcado esteticamente e criativamente pela sua condição tendencialmente majoritária de baixo orçamento), potencializa sua linguagem cinematográfica a partir de uma limitação imposta externamente. Tanto o filme, quanto seus personagens, constroem suas identidades (e excepcionalidades) a partir de suas adversidades, fazendo a inovação surgir através de um *jazz*

²⁵⁴ DINUCCI, Kiko, “Caminhos da polifonia contemporânea”. *Outros críticos*, ed. 10, dezembro de 2015, Pernambuco, p. 48-53.

²⁵⁵ Não deixa de ser simbólico o fato de Waly Salomão, um dos maiores poetas brasileiros (e talvez o mais sensível às populações e artes periféricas) ter escrito os seguintes versos: “experimental o experimental / a fala da favela / o nódulo decisivo / nunca deixou de ser / o ânimo de plasmar uma linguagem / convite para uma viagem”. *Branco sai, preto fica*, seus personagens e as pessoas (e realidades) à quem se remetem são a expressão máxima da inventividade surgida a partir da adversidade que construiu grande parte dos elementos que se colocam (e são colocados) como pilares fundamentais do que são unanimemente considerados como a construção da identidade cultural brasileira. Os versos, fragmentos de diversos poemas, foram transcritos nessa ordem a partir da leitura na voz do próprio Waly Salomão que está presente (e pode ser facilmente encontrado) no *sampler* utilizado na faixa 11 do disco *O silêncio q precede o esporro* (2003), da banda *O rappa*.

²⁵⁶ SANTOS, Milton, *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

*comportamental*²⁵⁷ orgânico às suas realidades e que é simbolizado, no filme, na junção de elementos diversos e na prática recorrente de desrespeito/quebra de patente industrial que compõem a bomba. Enquanto seus personagens explodem Brasília, Adirley Queirós, paralelamente, explode para longe de si os rumos — cada vez mais presos, de um lado, a modelos industriais preconcebidos e, de outro, à uma tradição de cinema sob ótica de discurso marxista — tomados pela recente produção cinematográfica brasileira²⁵⁸ desde o período da retomada no final dos anos 90 para início dos 2000. *Branco sai, preto fica* é a representação de uma realidade periférica sendo olhada, analisada e narrada por si mesma (assim como a partir de sua própria voz), recusando-se a permanecer como objeto de análise de um olhar que, seguindo uma tradição cinema novista, olha para a pobreza reproduzindo discriminações de classe e reduzindo expressões populares à teses pressupostas²⁵⁹; consolida, portanto, com os filmes da safra dos anos 2010²⁶⁰, um movimento de produção discursiva, sobre grupos postos

²⁵⁷ YUKA, Marcelo. *Sua relação especial com o corpo: Marcelo Yuka at TEDxSudeste*. Disponível em: https://m.youtube.com/watch?v=WLIN_Xf4CFk, acessado em 13 de setembro de 2017.

²⁵⁸ Cf. DINUCCI, Kiko, “O novo terrorismo”. *O Olho derramado*, <https://oolhoderramado.wordpress.com/2015/03/21/o-novo-terrorismo/>, acessado em 5 de novembro de 2017.

²⁵⁹ Cf. BERNARDET *apud* HAMBURGER, “O cinema imaginativo de Adirley Queirós”, in, WILQ, Vicent (org.), *Quebrada? Cinema, vídeo e lutas sociais*. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária – USP, 2014, p. 105.

²⁶⁰ “Da nossa memória fabulamos nós mesmo” é a epígrafe de *Branco sai, preto fica* presente nos créditos finais do filme e que sintetiza a ideia-central contida nessa frase. Com a virada dos anos 2000 para os de 2010 e o aumento massivo no acesso às ferramentas do fazer cinematográfico ocorrido nesse período, é possível presenciar na produção cinematográfica brasileira um aumento no número de filmes nos quais o discurso sobre uma minoria social é produzido pelas pessoas e grupos que a compõem, diferenciando-se de todo o histórico do cinema brasileiro até então, onde a construção desses discursos era feita de fora para dentro. É significativo que, durante os anos 2000, o símbolo máximo de visibilidade do cinema brasileiro tenha sido *Cidade de Deus* (Fernando Meirelles e Kátia Lund, 2002) que, apesar de todas as suas inegáveis qualidades cinematográficas, continua sendo um retrato filmado sob uma ótica e estética publicitária; um olhar construído de fora para dentro da favela. Durante os anos

como hierarquicamente inferiores nas estruturas sociais brasileiras, feita pelos próprios agentes inseridos nesses grupos analisados. E, ao fazê-lo, ignorando (e se sobrepondo) as fronteiras de cinema ficcional/documental, Queirós e seus personagens demonstram consciente e proposital manejo das relações espaço-tempo como relações socioespaciais; espaço e tempo que, por sinal, se constituem como campo de disputa da realidade e da reprodução social humana.

BIBLIOGRAFIA

- ARENT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ARIÈS, Philippe. "Primeira parte". In: História da morte no Ocidente. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- BATISTA, Vera Malaguti (org.). Paz armada: criminologia de cordel. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- BRAUDEL, Fernand. "História e Ciências Sociais: a longa duração". Revista de História, São Paulo, vol. XXX, n. 62, ano XVI, p. 261-294, 1965.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2016.
- DINUCCI, Kiko. "Caminhos da polifonia contemporânea". Outros críticos, Pernambuco, ed. 10, p. 48-53, dezembro de 2015.
- _____. "O novo terrorismo", in, O olho derramado. Disponível em: <https://oolhoderramado.wordpress.com/2015/03/21/o-novo-terrorismo/>, acessado em 5 de novembro de 2017.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

2010, é possível observar um movimento de renovação quanto a esse aspecto; além de *Branco sai, preto fica*, destacado e estudado, aqui, como uma peça-exemplo do olhar sobre populações periféricas a partir da ótica dos próprios agentes que vivem a experiência retratada, também é possível destacar, por exemplo, filmes como: *Corpo elétrico* (Marcelo Caetano, 2017) e *Meu corpo é político* (Alice Riff, 2017), para as pautas de discussão LGBT; *Trago Comigo* (Tata Amaral, 2016), *California* (Marina Person, 2015) e *Olmo e gaivota* (Petra Costa e Lea Glob, 2014), para a produção cinematográfica realizada por cineastas mulheres; do alcance de projeção internacional de cineastas e filmes de fora do eixo Sudeste como Kebler Mendonça Filho (*O som ao redor*, 2013 e *Aquarius*, 2016), Karim AÏNOUZ (*Praia do futuro*, 2014), *Tatuagem* (Hiltom Lacerda, 2013) e *Boi neon* (Gabriel Mascaro, 2015); do alcance de documentários como *Martírio* (Vincent Carelli, 2017) e *Divinas divas* (Leandra Leal, 2016); e, também, do sucesso regional avassalador — novamente a cultura popular sobrepujando a indústria de massas generalizante — de *Cine Holliúdy* e *O shaolin do sertão* (2013 e 2016, ambos de Halder Gomes), comédias de costumes que se tornaram fenômenos de bilheteria capazes de sobrepor *blockbusters* hollywoodianos, tanto em distribuição, quanto em número de espectadores.

HAMBURGUER, Esther. "O cinema imaginativo de Adirley Queirós". In: WILQ, Vicente (org.). Quebrada? Cinema, vídeo e lutas sociais. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária – USP, 2014, p. 101-117.

KOSELLECK, Reinhart. "História, magistral vitae. Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento". In: Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 41-60.

QUEIRÓS, Adirley. Encontros de Cinema (2005) – parte 1/2 e parte 2/2. Disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hdr8C2MR8vo> e https://www.youtube.com/watch?v=iQB_zwLUXLQ, acessados em 24 de outubro de 2017.

RÜSSEN, Jörn. "Utopia, alteridade, kairos — o futuro do passado". In: História viva. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 135-150.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, Cesar Ricardo Simoni. Brasília: do projeto hegeliano ao espaço da acumulação. São Paulo: FFLCH, 2013.

YUKA, Marcelo. Sua relação especial com o corpo: Marcelo Yuka at TEDxSudeste. Disponível em: https://m.youtube.com/watch?v=WLIN_Xf4CFk, acessado em 13 de setembro de 2017.

ARTIGOS

LIVRES

HISTÓRIA DO TEMPO NO BRASIL

A BELEZA ARISTOCRÁTICA NA POMPÉIA ROMANA POR MEIO DAS PINTURAS PARIETAIS ²⁶¹

Resumo: Pompéia, colônia da Roma Antiga, foi soterrada por uma erupção do Vesúvio no ano 79 d.C. Soterrados e preservados, os vestígios arqueológicos, dentre eles as pinturas parietais, passam a ser escavados a partir do século XVIII. Neste artigo foram interpretadas oito pinturas pompeianas localizadas em residências aristocráticas, que retratavam mulheres. Obtidas em sua maioria em endereços eletrônicos, utilizou-se como critérios de escolha destas pinturas a qualidade das imagens e as representações das figuras feminina retratadas. Vênus, deusa do amor e da fertilidade, era referência de belo na Antiguidade, por isso, uma pintura dessa personagem mitológica existente em Pompéia foi utilizada como referência à beleza feminina aristocrática. Interpretações de obras ovidianas também foram estudadas, uma vez que este autor da aristocracia romana tratou de como as mulheres deveriam ser e se portar para serem consideradas belas em meio a esta classe. Após analisadas as pinturas, juntamente com as fontes literárias consultadas, ficou perceptível que existia um padrão de beleza aristocrático em Pompéia.

Palavras-chave: Pompéia; Beleza feminina; Pinturas parietais.

THE ARISTOCRATIC BEAUTY IN THE ROMAN POMPEII THROUGH THE PARIETAL PAINTINGS

Abstract: Pompeii, a colony of the Ancient Rome, was buried by a Vesuvius eruption in 79 A.D. Buried and preserved, the archaeological remains, which include parietal paintings, started to be excavated in the XVIII century. This article interpreted eight Pompeian paintings that portrayed women and were in aristocratic residences. Mostly obtained on the electronic address, the selection criterion consisted of the quality of the images and the representations of the feminine figures portrayed. Venus, goddess of fertility and love, was the standard of beauty in ancient times, thus, a painting of this mythological character found in Pompeii was utilized as the feminine aristocratic beauty standard. The interpretations of the Ovidian works were also studied, since this Roman aristocratic author dealt with how women should be and behave to be considered beautiful among this class. After the paintings were analyzed, along with the literary sources consulted, it became noticeable that there was an aristocratic beauty standard in Pompeii.

Keywords: Pompeii; Feminine beauty; Parietal paintings.

²⁶¹ Gabriela Isbaes (<http://lattes.cnpq.br/3863242898399725>) é graduada pela Universidade do Sagrado Coração
Artigo recebido em 25/03/2018 e aprovado em 23/07/2018

INTRODUÇÃO

A ideia de que a História não se constrói somente com fontes escritas tende a ser relacionada a uma visão contemporânea advinda das renovações históricas realizadas no século XX, porém, essa perspectiva parece existir desde a Antiguidade. Funari²⁶² afirma que Heródoto e Tucídides, historiadores do período, já visualizavam que a História se fazia com testemunhos, objetos, ruínas de edifícios e paisagens, por exemplo. De acordo com o autor, as pinturas parietais de Pompéia, que aqui serão analisadas, se revelam uma fonte rica para a composição sobre a história desse local, pois por meio destas, pode-se encontrar diversas informações sobre sua cultura, religião, costumes, hábitos e cotidiano. Uma das maiores contribuintes para o desenvolvimento de uma história com amplitude de fontes para se construir foi a Arqueologia. Surgida no século XIX, com a Arqueologia Clássica (designada para estudar a sociedade grega e romana na antiguidade), por muitos anos foi intitulada como disciplina dependente da História. No entanto, sua importância cada vez mais evidenciada propiciou que hoje houvesse a criação de novos métodos para compor a História e a exploração de amplas temáticas, facilitando assim a construção do saber sobre determinados povos e características do passado²⁶³.

As ruínas da Pompéia romana, só puderam ser exploradas graças aos avanços na área arqueológica. Supõe-se que a cidade, localizada ao sul da Península Itálica, na região de Nápoles, tenha surgido de um núcleo de agricultores e pescadores oscos, pois as primeiras evidências

²⁶² FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Fontes Arqueológicas. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2011, p. 84.

²⁶³ FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CAVICHIOILLI, Marina Regis. "A arte parietal romana e diversidade". *Anais do encontro de História da Arte: Revisão Historiográfica e o Estado da Questão*, Campinas, 2005, p. 112; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia, História e Arqueologia histórica no contexto sul-americano. In: _____ (Org.). *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 7-8.

materiais encontradas no local datam de VIII a.C. e trazem características desse povo. Outros artefatos, porém, permitiram identificar que ali também habitaram etruscos, gregos, samnitas e romanos – estes últimos, lá chegaram por volta de 80 a.C., sendo que Pompéia se tornou oficialmente uma colônia romana em 89 a.C. O local foi soterrado por uma erupção do vulcão Vesúvio em 79 d.C., e graças à lava advinda da atividade vulcânica, acompanhada de uma chuva de cinzas, muitos vestígios puderam ser preservados até a “redescoberta” da cidade no século XVII²⁶⁴. Mesmo após sofrer inúmeras intervenções, tanto naturais (erupção do Vesúvio), quanto humanas (retirada de objetos locais, escavações), este sítio arqueológico nos fornece múltiplas fontes materiais, como objetos cotidianos, ruínas de residências, de estabelecimentos e de edifícios públicos, além dos acervos epigráficos (grafites parietais) e iconográficos (pinturas parietais que adornavam ambientes das casas), vestígios que auxiliam os historiadores e arqueólogos a tecer saberes sobre o cotidiano, religião, cultura e relacionamentos daqueles que lá habitaram.

Vale ressaltar que o que se tem hoje como Pompéia é composto por uma cidade contemporânea e um sítio arqueológico, que já passou por inúmeros períodos de interferência. Além disso, representa uma pequena parcela de todo o vasto Império Romano, sendo que não se pode compreendê-la como representante de toda a vida urbana romana, mas sim, como um local que certamente nos fornece vestígios que podem ser utilizados como construção do saber especificamente a

²⁶⁴ FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde. *Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005, p. 54-55; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A vida quotidiana na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 51-53.

seu respeito, além de demonstrar as influências e modificações sofridas ao longo de toda a sua existência²⁶⁵.

Salientando a importância da cultura material para compor a História, as pinturas realizadas em paredes de residências da cidade vesuviana serão exploradas neste artigo. O enfoque recairá sobre produções aristocráticas, com o objetivo de proporcionar uma visão de quais seriam os ideais de beleza feminina existentes no período para esta classe social. Optou-se pela utilização das pinturas oriundas de casas aristocráticas, pois, ao se consultar o site do Museu de Nápoles e outros endereços eletrônicos em busca dos afrescos que seriam trabalhados, estes se mostraram em melhor estado de conservação e, além do mais, representavam o corpo feminino exposto com maiores minúcias, podendo assim se explorar os hábitos estéticos e padrões de belo feminino de maneira mais detalhada. Os afrescos pompeianos, como afirma Sanfelice²⁶⁶, se aproximam da vida cotidiana dos habitantes da cidade e, além disso, representam a figura feminina – por muito tempo excluída historiografia – em diversas situações. Deste modo, as pinturas nos oferecem informações mais palpáveis aos olhos, que se bem percebidas e exploradas, podem revelar, inclusive, novos papéis das mulheres na sociedade de Pompéia, contrapondo perspectivas literárias de que elas viviam confinadas ao lar e alheias ao meio intelectual.

O uso da iconografia faz com que surjam novas indagações, metodologias e interpretações, construídas por meio da análise desta

²⁶⁵ SANFELICE, Pérola de Paula. *As representações parietais de Vênus em Pompéia durante o Império Romano*. 2009. 71 f. Monografia apresentada para a conclusão de curso (graduação em História). Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p. 26; GARRAFFONI, Renata Senna. “Arte Parietal em Pompéia: Imagem e cotidiano no mundo romano”. *Domínios da Imagem*, v. 1, n.º 1, Londrina, nov. 2007, p. 151.

²⁶⁶ SANFELICE, Pérola de Paula. “Pinturas parietais em Pompéia: representações femininas”. *Cadernos de Clio*, n.2, Curitiba, 2011, p. 193.

fonte histórica. Uma única imagem pode ser interpretada de diversas maneiras dependendo das intenções do historiador (ele carrega um olhar, uma ideologia, uma mentalidade de época, e um intuito para traçar suas produções), o que nos traz uma fonte que se renova a cada período e a cada estudo. O historiador que se utiliza de imagens como fonte de sua pesquisa deve ser cauteloso, uma vez que estas não foram constituídas com imparcialidade. É necessário refletir com criticidade (tomando cuidado para não se cometer anacronismos) a respeito da época e do porquê de ela ter sido produzida, estudando estilos e tendências do período. Além disso, não devemos nos deter a apenas uma perspectiva crítica, é necessário explorar diversas vertentes e posicionamentos acerca do material utilizado. Fica claro assim, que as pinturas como fonte histórica se tornam um material subjetivo, que traz traços de seu tempo e de seu idealizador consigo e que é muito mais do que aparenta ser. Desse modo, a interpretação exige um trabalho criterioso, que vai além do superficial e, muitas vezes, traz mensagens valiosas para a constituição do saber histórico²⁶⁷.

Obras teóricas e historiográficas contemporâneas serão utilizadas na interpretação das imagens, a fim de que se enriqueça o debate a respeito deste tema. Os padrões de beleza são mutáveis nas sociedades ao longo do tempo e em cada localidade, assim, o que aqui será trabalhado reflete uma perspectiva mais voltada a Pompéia (pinturas), trazendo também algumas referências que tratam de Roma em um aspecto mais geral (literatura). Isso porque, após muitas pesquisas, se chegou à conclusão de que o material acerca do tema especificamente proposto por este artigo ainda é escasso, o que fez com que outros

²⁶⁷ PONTES, Anna Maria de Lima; OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. "A obra de arte como fonte histórica: Frans Post e a sua relação com o novo mundo". *Anais do XIII Encontro Estadual de História*, Guabira, 2008, p. 1-2.

referenciais relacionados ao Império Romano, e não somente a Pompéia, também fossem utilizados. Dessa maneira, se vê a importância que o crescimento dos estudos na área carrega, ficando perceptível como a Arqueologia e a cidade de Pompéia podem nos revelar aspectos interessantes sobre as mulheres na Antiguidade, mas que ainda precisam ser mais explorados.

Algumas das pinturas parietais escolhidas trarão representações de personagens da mitologia greco-romana – as quais foram elaboradas de acordo com valores aristocráticos –, outras, mulheres comuns, que posaram para retratos em cenas cotidianas. O importante, no entanto, será analisar como era a representação do corpo e da figura feminina em todos esses afrescos, a fim de que sejam comparados e assim se torne possível refletir como era o tipo ideal de belo para as mulheres mais abastadas da sociedade pompeiana.

A ARTE ROMANA E POMPEIANA E OS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES

A arte e cultura romanas não devem ser pensadas como existentes a partir da cidade de Roma somente, ou como portadoras de características idênticas em todo o Império, mas sim, encaradas como plurais e, influenciadas pela ampla gama de povos componentes do maior império do Ocidente em todas as suas expressões. O que se observa são regionalismos de cada uma das partes do território romano, que se misturaram e criaram inúmeros hibridismos de conceitos, técnicas e temas²⁶⁸.

²⁶⁸ MAIURI, Amedeo. *La peinture romaine*. Suíça: Skira, 1953, p. 35; TURCAN, Robert. *L'art romain dans l'histoire. Six siècles d'expressions de la romanité*. Paris : Flammarion, 1995, p. 9-10.

Muitos historiadores da arte debatem em seus estudos sobre a arte romana e pompeiana. Um exemplo famoso é Gombrich²⁶⁹, o qual expõe que os romanos se constituíram a sombra dos gregos, inclusive nas artes, no entanto, ressalta que Roma teve suas especificidades e originalidades que desabrocharam em algum momento de sua história. Para o autor, ao contrário dos gregos, que representavam tudo e todos com muita perfeição, os romanos passaram a colocar realismo em suas obras (nas feições das pessoas, nos ambientes em que elas estavam, em seus corpos); queriam mais liberdade, haviam se cansado de “copiar” e passaram a idealizar e colocar em prática características próprias.

Amedeo Maiuri²⁷⁰ traz uma perspectiva um pouco divergente em “*La peinture romaine*”, percorrendo a respeito da formação da arte no Império romano de maneira aprofundada. Maiuri sustenta que em cada um dos estilos artísticos desenvolvidos em Pompéia, as influências foram diversas (egípcias, gregas, asiáticas, etruscas), e que em cada vila, em cada local do Império romano, a forma de fazer arte era diferente. Assim, para o arqueólogo e historiador, não se pode cair em limitações e pensar numa arte romana única e baseada na grega, mas, sim, em uma arte plural, com vastos temas, estilos e modos de produção, e que em Pompéia estava presente tanto nas residências mais abastadas quanto nas mais humildes como adorno dos ambientes de convivência.

Robert Turcan²⁷¹, em “*L’art romain dans l’histoire*”, tece um rico debate a respeito da influência grega na arte romana. Turcan afirma que até o final do século XIX não havia espaço para Roma nos manuais de arte, sendo suas representações visualizadas como um grego decadente

²⁶⁹ GOMBRICH, Ernst. *A História da Arte*. Tradução: Álvaro Cabral. 16ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 2011, p. 113, 117, 122-124.

²⁷⁰ MAIURI, Amedeo. *La peinture romaine*. Suíça : Skira, 1953, p. 35-36.

²⁷¹ TURCAN, Robert. *L’art romain dans l’histoire*. Six siècles d’expressions de la romanité. Paris : Flammarion, 1995, p. 9-10.

(algo que ainda deixa marcas nas concepções contemporâneas sobre esta arte), no entanto, a partir do início do XX, começam discussões que modificam esse ponto de vista e colocam as manifestações artísticas de Roma em evidência. Dessa maneira, o autor discorre acerca da pluralidade de interferências e das especificidades da arte romana, uma vez que o Império se constituiu plenamente por hibridismos dos variados povos incorporados. Ainda para Turcan, a arte romana e todas as variações dela existentes nos mostram as mudanças de hábitos, de mentalidade, e as dominações que os povos de cada região sofriam ao passar do tempo.

Funari e Cavichioli²⁷² apresentam em seu trabalho quatro estilos criados por Augusto Mau em 1882 para diferenciar as formas de pintura que existiram na cidade vesuviana. O primeiro estilo é o “Estrutural”, ou “Mármore Fingido”, que foi utilizado do século III ao I a.C. em Pompéia. Neste, o gesso era manipulado para imitar o mármore e a influência grega ainda é evidente. O segundo estilo é o “Arquitetônico”, vigente no século I a.C. Já desprovido de características helênicas, seus artistas buscavam criar perspectivas, alongamentos de tetos e paredes com paisagens naturais que davam a impressão de interação com o ambiente. O terceiro é o “Estilo Ornamental”, que durou do final do século I a.C. ao início do século I d.C. Este estilo de pintura tem riqueza de ornamentações, porém, quase tudo era bidimensional. Suas influências teriam vindo dos comerciantes que chegavam ao porto local e traziam traços do mundo oriental para Pompéia. O quarto e último estilo, chamado de “Fantástico”, durou do início do século I d.C. até a erupção vesuviana, e é o mais encontrado em Pompéia. São

²⁷² FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CAVICHIOLLI, Marina Regis. “A arte parietal romana e diversidade”. *Anais do encontro de História da Arte: Revisão Historiográfica e o Estado da Questão*, Campinas, 2005, p 115-116.

representadas muitas cenas mitológicas e de jardins em quadros centrais ou em paredes inteiras. Para a interpretação dos classicistas, este é o estilo mais difícil de ser definido, porque naquele momento parecem ter existido simultaneamente diversas correntes artísticas. Algumas das pinturas utilizadas para compor este estudo se enquadram neste estilo, de acordo com a catalogação do site do Museu Nacional de Nápoles.

Entre as pinturas parietais pompeianas, encontra-se uma infinidade de temas, como mitologia, sexualidade, paisagens e cotidiano, sendo que nelas são retratados diversos personagens e situações de variadas camadas sociais do local²⁷³. Na sociedade de Pompéia, os afrescos nas paredes representavam *status*, pois serviam como adorno das casas e, quanto mais rico se fosse, mais e melhores pinturas se tinha, a fim de deixar o ambiente luxuoso e demonstrar a posição social da família²⁷⁴.

No que diz respeito ao trato com a figura das mulheres nos estudos históricos, Funari²⁷⁵ cita que os classicistas muitas vezes construíram suas produções reforçando pontos de vista conservadores e patriarcais, o que veio a deixar de lado o estudo das mulheres na Roma Antiga, perspectiva essa que vem mudando. Os debates a respeito da História das Mulheres – principalmente na academia - e de sua importância na Antiguidade começaram a ser desenvolvidos e explorados a partir da década de 1960, com a renovação dos modos de se produzir História e a eclosão de movimentos feministas que reivindicavam mais espaço para as mulheres

²⁷³ MAIURI, Amedeo. *La peinture romaine*. Suíça: Skira, 1953, p. 35-38.

²⁷⁴ SANFELICE, Pérola de Paula. *Sob as cinzas do vulcão: representações da religiosidade e da sexualidade na cultura material de Pompéia durante o Império Romano*. 2016. 286 f. Tese (doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016, p. 74.

²⁷⁵ FUNARI, Pedro Paulo Abreu. "Romanas por elas mesmas". *Cadernos Pagu*, n. 5, Campinas, 1995, p 179-180.

na sociedade, já que elas trazem experiências diferenciadas daquelas vividas pelos homens e outros personagens²⁷⁶.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvem esses novos campos de estudo, os saberes a respeito do corpo também começam a ter maior representatividade e passam a ser categoria histórica. Os pesquisadores dessa área buscam entender as posturas, a gestualidade e os cuidados que cada sociedade possui e possuía com o corpo, uma vez que ele é um objeto que sofre influências e transformações constantes²⁷⁷. Abordar a temática do corpo trará uma noção de como as concepções de belo são mutáveis no tempo e no espaço e de como o corpo é um objeto passível de intervenções culturais e de relações de poder, tendo variáveis dentro até da mesma sociedade dependendo da camada social do indivíduo²⁷⁸.

A raridade em se encontrar registros relacionados às mulheres ou por elas produzidos em Roma advém da hierarquia patriarcal vigente no Império. As artes e os escritos eram todos majoritariamente produzidos por homens. Por isso também é necessário ter cautela com o que se busca sobre as mulheres, pois algumas concepções podem ter sido criadas por sujeitos masculinos, a fim de que idealizassem algo sobre elas que não corresponde à realidade. Por exemplo, a ideia tão disseminada de que as romanas viviam confinadas ao espaço doméstico, como mães, esposas, filhas, sempre virtuosas, castas e subordinadas²⁷⁹. Atualmente já

²⁷⁶ FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde. FAVERSANI, Fabio. "Sobre o feminino e a cidadania em Pompéia". *Pyrenae*, n. 33/34, Barcelona, 2002-2003, p 253.

²⁷⁷ FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. "Corpos e peles: a *aisthesis* romana em discussão". In: MARQUETTI, Flávia Regina; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Orgs). *Sobre a pele*. Imagens e metamorfoses do corpo. São Paulo: FAPESP/Intermeios/UNICAMP, 2015, p. 91.

²⁷⁸ SANTOS, Lionês Araújo. "O corpo na cultura e a cultura da "reforma" do corpo". *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 10, n. 30, João Pessoa, 2011, p. 406-407.

²⁷⁹ SANFELICE, Pérola de Paula. "Pinturas parietais em Pompéia: representações femininas". *Cadernos de Clio*, n.2, Curitiba, 2011, p. 187, 189, 191.

se sabe que, vindas de diversas camadas sociais, algumas possuíam vida pública e política, participavam de reuniões e produzindo grafites parietais que demonstravam apoio a certos candidatos (chamados de *programmata*)²⁸⁰.

A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES POMPEIANAS NAS PINTURAS PARIETAIS

A mitologia e a religiosidade eram muito presentes no mundo romano e em Pompéia. O próprio nome da cidade, *Colonia Cornelia Veneria Pompeiorum*, faz menção à deusa Vênus, o que fez com que existissem inúmeras pinturas - que eram um meio de homenagem às divindades no espaço do lar, e de disseminação das histórias da mitologia -, esculturas e templos dedicados a esta no local²⁸¹. Apesar de Vênus ser a patrona da cidade vesuviana, a sociedade romana se formou com hibridismos de diversas religiões, assim, em Pompéia, não só Vênus, mas também outros personagens e deuses mitológicos eram exaltados, o que fez com que algumas das imagens selecionadas para interpretação neste trabalho se refiram a mulheres da mitologia greco-romana. Além disso, de acordo com Feitosa e Funari²⁸², a deusa Vênus representava um ideal de beleza feminina que servia de padrão para as mulheres na Antiguidade romana.

É necessário deixar claro que não há um critério universal do que é belo ou não, cada um carrega características e gostos próprios, e não se

²⁸⁰ FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde. FAVERSANI, Fabio. "Sobre o feminino e a cidadania em Pompéia". *Pyrenae*, n. 33/34 Barcelona, 2002-2003, p. 256.

²⁸¹ SANFELICE, Pérola de Paula. *As representações parietais de Vênus em Pompéia durante o Império Romano*. 2009. 71 f. Monografia apresentada para a conclusão de curso (graduação em História). Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p. 48.

²⁸² FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. "Corpos e peles: a *aisthesis* romana em discussão". In: MARQUETTI, Flávia Regina; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Orgs). *Sobre a pele*. Imagens e metamorfoses do corpo. São Paulo: FAPESP/Intermeios/UNICAMP, 2015, p. 93.

deve determinar um padrão correto. Todavia, é necessário compreender que existem tendências de uma época²⁸³, e são elas que se busca evidenciar neste artigo. Tendo isso em vista, cabe começar a análise por uma das pinturas de Vênus mais famosas de Pompéia, a “Vênus na concha” (Pintura um), como é comumente conhecida. Adiante, mais algumas pinturas (dois a seis) que contêm personagens mitológicas femininas serão analisadas, uma vez que, no decorrer da pesquisa, estas foram as que mais demonstraram o corpo feminino exposto (muitas vezes a nudez estava atrelada à religião e à ideia de fertilidade ou proteção contra o mau agouro), este retratado por meio de valores aristocráticos. As oito pinturas presentes neste artigo foram originalmente produzidas nas paredes de casas da aristocracia pompeiana e muitas delas hoje se conservam na galeria do Museu de Nápoles.



Figura 1: *Vênus na Concha*. Casa da Vênus Marinha, Pompéia. Afresco. Fonte: MAIURI, Amedeo. *La peinture romaine*. Suíça: Skira, 1953, p.7.

Vênus era a deusa do amor, da beleza, dos navegadores e da fertilidade para os romanos. Algumas histórias a identificam como filha de

²⁸³ SUENAGA. Camila. et al. *Conceitos, beleza e contemporaneidade: fragmentos históricos no decorrer da evolução estética*. 2012, 18 f. Artigo apresentado para a conclusão de curso (Especialização lato sensu em Estética Facial e Corporal). Universidade do Vale do Itajaí, Florianópolis, 2012, p. 4.

Júpiter, outras, no entanto, como retratado na pintura, dizem que ela nasceu das espumas do mar em uma concha. Desde seu nascimento, as Horas cuidaram dela para que o tempo não passasse em sua existência, fazendo com que não envelhecesse e mantesse sempre sua beleza²⁸⁴. Interessante ressaltar que esta (pintura um) é a única pintura parietal aqui analisada que não foi retirada de seu local de achado original e colocada no museu para ser exposta. Ela se conserva no jardim da Casa da Vênus Marinha, pertencente na Antiguidade a uma família aristocrática pompeiana, e traz uma representação comum da deusa Vênus. Na figura um, a divindade é retratada nua dentro de uma concha (objeto que, de acordo com Sanfelice²⁸⁵, pode fazer relação com o órgão sexual feminino) no momento de seu nascimento, com as Horas lhe cercando. Adornada por muitas joias (pulseira, tornozeleira, colar, brincos e tiara), tem o cabelo cacheado preso; sua pele é branca e as formas corpóreas curvilíneas (quadril largo, pernas grossas, seios médios). Todas estas características representam a ligação mitológica com a beleza que a deusa possui, mas também trazem um modelo de perfeição feminina²⁸⁶. Sendo esse padrão de belo na Antiguidade romana, esta representação de Vênus nos ajudará a fomentar como as

²⁸⁴ BULFINCH, Thomas. *O livro de Ouro da Mitologia: histórias de deuses e heróis*. Tradução: David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 18; SANFELICE, Pérola de Paula. *As representações parietais de Vênus em Pompéia durante o Império Romano*. 2009. 71 f. Monografia apresentada para a conclusão de curso (graduação em História). Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p. 48.

²⁸⁵ SANFELICE, Pérola de Paula. *Sob as cinzas do vulcão: representações da religiosidade e da sexualidade na cultura material de Pompéia durante o Império Romano*. 2016. 286 f. Tese (doutorado em História), Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016, p. 209.

²⁸⁶ FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. "Corpos e peles: a *aisthesis* romana em discussão". In: MARQUETTI, Flávia Regina; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Orgs). *Sobre a pele. Imagens e metamorfoses do corpo*. São Paulo: FAPESP/Intermeios/UNICAMP, 2015, p. 93-94.

pinturas retratavam o modelo de beleza para as mulheres do período e qual era este especificamente.



Figura 2: As três Graças. Pompéia. Afresco. Acervo do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles.

Fonte:

https://www.instagram.com/p/BFBPogeCMzC/?utm_source=ig_share_sheet&igshid=tz6hp7jp9avu.

Acesso em: 02 jun. 2018.

A pintura dois (retirada da parede original e colocada em moldura de madeira para ser exibida no Museu de Nápoles) representa as três graças da mitologia greco-romana, Tália, Aglaé e Eufrosina, filhas de Zeus. Eram as deusas de todas as diversões sociais, tendo a tarefa de transitar perto do mundo dos humanos para afastar as preocupações e fazer com que as festividades ocorressem com grande felicidade. As três serviram de tema para inúmeras pinturas até a contemporaneidade²⁸⁷. No quadro é possível ver as Graças retratadas com características semelhantes às da representação da deusa Vênus: nuas, com a pele clara e as formas corpóreas curvilíneas, seus cabelos castanhos estão presos e elas formam uma espécie de círculo. Apesar de serem

²⁸⁷ BULFINCH, Thomas. *O livro de Ouro da Mitologia: histórias de deuses e heróis*. Tradução: David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 19.

divindades, não possuem muitos adornos, sendo o único perceptível na imagem algo como uma coroa ou tiara que as três levam na cabeça.



Figura 3: Beijo entre o ciclope Polifemo e a ninfa Galatéia. Pompéia. Afresco. Acervo do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles. Fonte: <https://www.museoarcheologiconapoli.it/it/sale-e-sezioni-espositive/gabinetto-segreto/>. Acesso em: 02 jun. 2018.

A pintura três retrata um beijo entre o ciclope Polifemo (identificado devido à presença de um carneiro na imagem e pelo contraste na coloração da pele) e a ninfa Galatéia. A cena contém um caráter sensual, uma vez que a ninfa se encontra nua, com as vestes caindo ao lado do corpo, enquanto o ciclope o percorre com as mãos e eles se beijam. Conta o mito que Galatéia era uma ninfa encantadora que só tinha olhos para seu grande amor, o pastor Ácis. Porém, o ciclope Polifemo por ela se apaixonou grandiosamente, o que o fez se esquecer de sua ferocidade, se preocupando assim em ficar apresentável e a atrair a moça com canções que exaltavam sua beleza. Furioso por não ser correspondido, Polifemo surpreende Ácis e Galatéia em um encontro

e mata o amado da ninfa²⁸⁸. Após analisar-se o mito envolvendo os dois personagens da pintura, fica perceptível que esta retrata algo contrário à história comumente contada, pois nela, Galatéia sempre recusou o amor do ciclope, já na pintura parietal encontrada em Pompéia, ela se entrega a ele. A ninfa, neste retrato, foi idealizada nos padrões de beleza que se têm para a deusa Vênus. Suas formas são curvilíneas, o quadril, mais exposto na imagem, é avantajado, sua pele é muito clara e o cabelo castanho encontra-se preso em uma trança. Assim como as Graças, Galatéia não parece possuir adornos, a não ser a veste que lhe cai ao lado do corpo e que possivelmente era uma toga, tipo de roupa mais utilizado entre os romanos de ambos os sexos²⁸⁹.



Figura 4: Sátiro e Mênade. Afresco. Pompéia. Acervo do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles.
 Fonte: https://it.wikipedia.org/wiki/File:Satyr_maenad_MAN_Napoli_Inv110590.jpg. Acesso em: 02 jun. 2018.

²⁸⁸ BULFINCH, Thomas. *O livro de Ouro da Mitologia*: histórias de deuses e heróis. Tradução: David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 205-206.

²⁸⁹ STREY, Marlene Neves. "Mulheres e moda: a feminilidade comunicada através das roupas". *Revista FAMECOS*, n. 13, Porto Alegre, dez. 2000, p. 151.

A pintura quatro retrata um Sátiro (à direita, com a coroa de folhas na cabeça) e uma Mênade (à esquerda). Estas, também conhecidas como Bacantes divinas, eram as ninfas que criaram o deus Dionísio e que vagavam pelos campos fazendo travessuras e bebendo água das fontes²⁹⁰. Já os Sátiros (ou Faunos), eram divindades que habitavam os bosques. Seus troncos e cabeças eram humanos (com exceção dos chifres e das orelhas pontiagudas), mas as pernas e os pés eram iguais aos de cabras²⁹¹. Na pintura, o Sátiro segura um dos seios da Mênade, que são fartos. Ambos estão adornados com joias (brincos, colares, braceletes) e, dando maior atenção à figura feminina, vê-se que ela possui a pele mais clara que a de seu companheiro, e o cabelo castanho avermelhado está preso e enfeitado por uma tiara dourada.



Figura 5: Ariadne abandonada. Afresco. Pompéia. Acervo do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles. Fonte: <http://www.usp.br/iac/ai11/Tab/MANN%209051.JPG>. Acesso em: 02 jun. 2018.

²⁹⁰ KURY, Mario da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 262.

²⁹¹ BULFINCH, Thomas. *O livro de Ouro da Mitologia: histórias de deuses e heróis*. Tradução: David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 20.

A pintura cinco ilustra Ariadne, filha do rei de Tebas, sendo abandonada na ilha de Naxos por Teseu. Este, era filho de Egeu, rei de Atenas. Visto como um jovem dotado de bravura, se propôs a derrotar o Minotauro e foi enviado à Tebas como oferenda para adentrar no labirinto do touro mitológico. Quando o herói chega à cidade, ocorre uma paixão recíproca entre ele e Ariadne, filha do rei, que ajuda o amado a derrotar o Minotauro e escapar do labirinto. Em seu regresso a Atenas, Teseu levou Ariadne consigo, mas no meio do percurso o moço abandona a princesa na Ilha de Naxos, alegando que Minerva havia aparecido em seus sonhos lhe dizendo que deveria deixá-la ali²⁹². É esse momento da história de Teseu e Ariadne o retratado na pintura. A jovem, em primeiro plano, tem também a pele clara, as formas curvilineas, os seios médios e o cabelo acastanhado adornado por uma tiara e se lamenta pela ingratidão de seu amado.

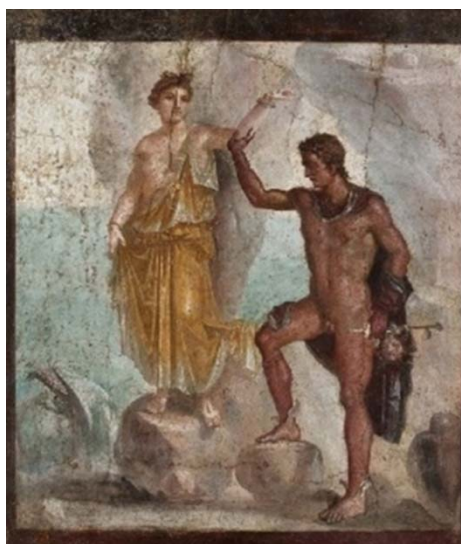


Figura 6: Perseu libertando Andrômeda. Afresco. Pompéia. Acervo do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles. Fonte: <http://www.usp.br/iac/ai11/Tab/MANN%208998.JPG>. Acesso em 02 jun. 2018.

²⁹² BULFINCH, Thomas. *O livro de Ouro da Mitologia: histórias de deuses e heróis*. Tradução: David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 153-154.

A pintura seis traz Perseu e Andrômeda, personagens mitológicos, no momento em que o jovem resgata a moça, prestes a devorada por um monstro marinho após ser oferecida a este para que parasse de devastar a costa da Etiópia, país no qual seus pais eram reis²⁹³. É possível analisar a princesa Andrômeda (que tem a pele alva, os cabelos castanhos presos e possui pulseiras e uma tira como adornos) descendo de uma das rochas com o auxílio de seu salvador. Perseu, nu, carrega uma espada na qual se vê a cabeça de Medusa pendurada. Interessante salientar que o mito de Perseu e Andrômeda é grego, o que demonstra o hibridismo cultural existente no Império Romano e presente em Pompéia. Além do mais, todas as pinturas analisadas até o momento, que tratam da mitologia, têm personagens advindos de influências gregas e adaptados à cultura romana.

Feitosa e Funari²⁹⁴, ao realizarem uma análise de duas obras de Ovídio, “Amores” e “Arte de Amar” citam algumas recomendações que o autor da Antiguidade dava às mulheres para que fossem belas e atraentes de acordo com padrões aristocráticos romanos. A pele alva significava falta de exposição ao sol, ou seja, a mulher que possuísse essa tonalidade de pele não precisava trabalhar e era tida como pertencente a uma classe mais abastada. Essa idealização da beleza da mulher branca é muito vista nas pinturas pompeianas. Ser magra também não era visto como vantagem na sociedade romana, pois essa característica remetia à pobreza e à falta de alimentação adequada. O nosso

²⁹³ BULFINCH, Thomas. *O livro de Ouro da Mitologia*: histórias de deuses e heróis. Tradução: David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 123-124.

²⁹⁴ FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. “Corpos e peles: a *aisthesis* romana em discussão”. In: MARQUETTI, Flávia Regina; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Orgs). *Sobre a pele*. Imagens e metamorfoses do corpo. São Paulo: FAPESP/Intermeios/UNICAMP, 2015, p. 93-97.

“esbelto” (magro), para os romanos, seriam mulheres mais “roliças”, com quadris, pernas e seios avantajados. Numa visão mais geral, o padrão corporal da Antiguidade em Roma, ditado pela aristocracia, era de mulheres brancas e carnudas. Sendo que Vênus é também um padrão de belo, pode-se dizer que na pintura um ela apresenta todas as características indicadas por Ovídio (branca e “roliça”) para que a mulher fosse considerada provida de beleza.

Nas pinturas dois, três, quatro, cinco e seis, representações de figuras e histórias mitológicas, pode-se observar o mesmo padrão corporal para as mulheres. A pele é clara, os quadris são largos, os seios são médios e os cabelos castanhos encontram-se presos. Apesar de Strey²⁹⁵ afirmar que o cabelo loiro ou de tonalidades mais claras parecia ser o preferido dos romanos, em nenhuma destas pinturas foi observada sua existência. Todas as mulheres possuem cabelos em tons mais escuros, o que pode vir a contestar a ideia da autora e levar a entender que a coloração que mais agradava era a acastanhada, ou ainda, essa era a característica biológica mais comum das mulheres que habitavam a cidade de Pompéia e o Império Romano. Além disso, em todos os casos os cabelos aparecem presos, algo que nos faz refletir que os penteados, mesmo que simples, eram o modo de usar e arrumar os cabelos mais utilizados pelas romanas.

As mulheres também aparecem bem adornadas em quase todas as pinturas, com pulseiras, brincos, braceletes e vestes elaboradas, o que leva a entender que o uso de joias e outros meios de embelezamento eram comuns entre as romanas, principalmente na aristocracia. Nas pinturas três, cinco e seis, as vestes de Galatéia, Ariadne e Andrômeda

²⁹⁵ STREY, Marlene Neves. “Mulheres e moda: a feminilidade comunicada através das roupas”. *Revista FAMECOS*, n. 13, Porto Alegre, dez. 2000, p. 151.

possuem tonalidade amarelado-dourada. De acordo com Strey²⁹⁶, esse tom de rouparia era um dos preferidos das romanas aristocráticas, e por esse motivo as roupas das personagens mitológicas podem ter sido retratadas nessas cores – temos que levar em conta que os deuses e outras figuras da mitologia eram vistos como seres sagrados, assim, deveriam sempre estar em posição privilegiada, o que levava a sua representação de acordo com padrões das classes abastadas.

Na pintura quatro, a Ménade é representada com seios fartos e que estão sendo tocados pelo Sátiro. Essa característica corpórea nas mulheres indicava fertilidade, potencial para ser mãe e amamentar²⁹⁷. Nas outras pinturas, com exceção da de Galatéia (que não expõe a parte frontal do corpo da ninfa), é observável que os seios femininos são retratados com volume, o que implica que esse padrão era o mais aceito por se relacionar a mulheres mais férteis. Por isso a preferência pelas mais “roliças”. As magras, além de demonstrarem falta de alimentação e pobreza, não pareciam gerar boa prole aos olhos dos romanos.

O fato de em todas as pinturas selecionadas a figura feminina ser retratada com as características corpóreas ditadas como ideais por Ovídio e que se enquadram no modo como Vênus (padrão de beleza) era ilustrada (mulheres carnudas, com seios e quadris fartos, pele alva, embelezadas com joias, com cabelos presos em penteados), compreende-se que os pintores levavam em conta estes gostos no momento de pintar. Isso implica na existência de um padrão de belo, mais aristocrático no caso, e que estava presente na sociedade pompeiana.

²⁹⁶ STREY, Marlene Neves. “Mulheres e moda: a feminilidade comunicada através das roupas”. *Revista FAMECOS*, n. 13, Porto Alegre, dez. 2000, p. 151.

²⁹⁷ SANFELICE, Pérola de Paula. “A Arte do corpo: incorporando a sexualidade masculina e feminina na cultura material de Pompéia”. *Revista Memore*, v. 1, n. 1, Tubarão, 2013, p. 19.

Interessante aqui se utilizar das interpretações que Feitosa e Funari²⁹⁸ fizeram de Ovídio no que diz respeito ao belo e aos modos como as mulheres deveriam se portar e cuidar de seu corpo, pois este autor da Antiguidade reivindicava o prazer sexual tanto para o homem como para a mulher. Ovídio ignorava a visão de dominação masculina e inferioridade feminina no sexo. Essa postura, partindo de um autor que vivia na Roma antiga, auxilia na compreensão de que a ideia de submissão das mulheres não era geral, algo que, por muito tempo, foi perpetuado na historiografia, pois esta foi redigida em grande parte por homens, e a interpretação das mulheres historicamente esteve submetida ao olhar desses historiadores.

As pinturas sete e oito trazem retratos que demonstram melhor outros tipos de beleza, mais ligada aos traços e ao embelezamento estético, com joias e penteados. Além disso, uma delas evidencia que as mulheres pompeianas poderiam possuir letramento (não se sabe, no entanto, quais as camadas da sociedade eram beneficiadas e nem a quantidade de mulheres que se inseriam nesse universo).

²⁹⁸ FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. “Corpos e peles: a *aisthesis* romana em discussão”. In: MARQUETTI, Flávia Regina; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Orgs). *Sobre a pele*. Imagens e metamorfoses do corpo. São Paulo: FAPESP/Intermeios/UNICAMP, 2015, p. 91-105.

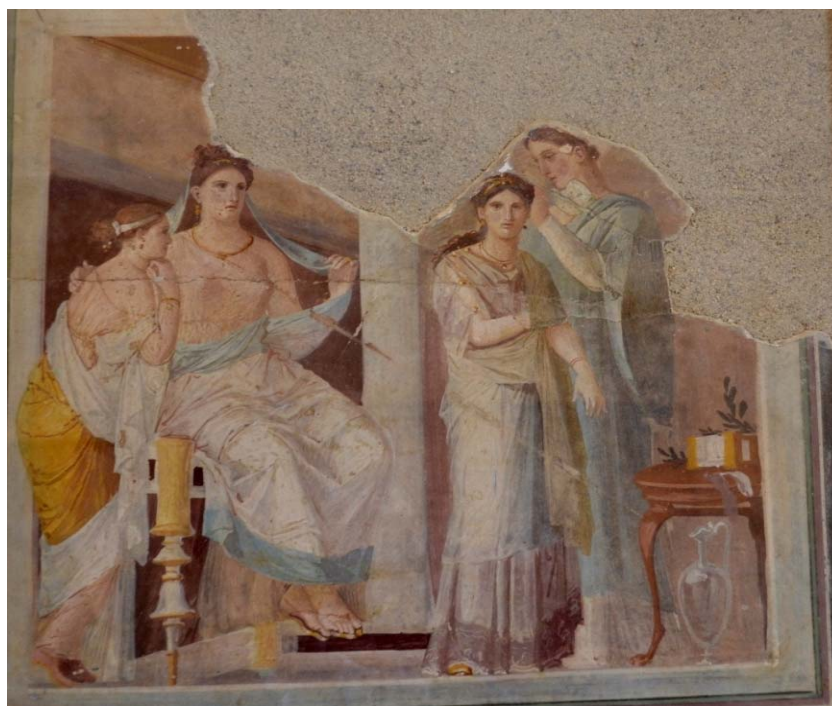


Figura 7: Mulheres em cena de vestimenta. Afresco. Pompéia. Acervo do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles. Fonte: <http://www.usp.br/iac/ai11/Tab/MANN%209022.JPG>. Acesso em: 02 jun. 2018.

O afresco sete retrata quatro mulheres, as quais, pelas vestes, características corpóreas, e elementos do cômodo (decoreção), pertenciam à classe aristocrática pompeiana. No site de Imagens da Antiguidade Clássica da Universidade de São Paulo - do qual a imagem foi retirada -, a legenda da pintura diz “cena de vestimenta”, o que leva a crer que este seja o retrato de um momento de embelezamento de uma das moças, pois uma delas parece auxiliar a outra na confecção de seu penteado. Todas possuem a pele alva e os cabelos castanhos presos e adornados. As vestimentas também se assemelham, sendo túnicas de tonalidade de azul, amarelo, branco e verde – as duas primeiras, preferidas entre os romanos²⁹⁹. Neste afresco pode-se perceber algo proposto por Ovídio, no que diz respeito às roupas para se adequar

²⁹⁹ STREY, Marlene Neves. “Mulheres e moda: a feminilidade comunicada através das roupas”. *Revista FAMECOS*, n. 13, Porto Alegre, dez. 2000, p. 151.

ao ideal aristocrático de beleza. A moça sentada, que tem os seios à mostra, possui o corpo mais delgado e, por isso, sua túnica é mais simples que as das demais, com uma só camada de tecidos. As mulheres ao seu lado e a sua frente, porém, parecem possuir um corpo considerado magro para os ideais do período, e por isso talvez suas roupagens sejam mais elaboradas e cheias de tecidos que as da outra³⁰⁰. Aqui também se percebe a utilização de sandálias pelas moças, em tonalidades de dourado, assim como as joias.



Figura 8: Mulher com estilete. Afresco. Pompéia. Acervo do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles. Fonte: <http://www.usp.br/iac/ai11/Tab/MANN%209084a.JPG>. Acesso em: 02 jun. 2018.

A pintura oito ilustra uma jovem, a qual segura um estilete e tabuinhas, e parece estar pensando em algo, se analisarmos o fato de que leva o estilete à boca. Esses elementos indicam que a moça possuía intelectualidade e letramento. Funari³⁰¹ explicita que, pelo fato de a jovem ser retratada como intelectual nessa pintura, é possível que o

³⁰⁰ FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. “Corpos e peles: a *aisthesis* romana em discussão”. In: MARQUETTI, Flávia Regina; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Orgs). *Sobre a pele*. Imagens e metamorfoses do corpo. São Paulo: FAPESP/Intermeios/UNICAMP, 2015, p. 95.

³⁰¹ FUNARI, Pedro Paulo Abreu. “Romanas por elas mesmas”. *Cadernos Pagu*, n. 5, Campinas, 1995, p. 189.

público pompeiano não se importasse com a ideia de que as mulheres fossem instruídas, e que essa visão errônea nasceu de uma concepção e interpretação contemporâneas. No que diz respeito à beleza feminina explicitada na imagem, vemos uma mulher com os cabelos castanhos cacheados presos por uma rede dourada e que tem brincos da mesma tonalidade. Sua pele é clara e ela veste um manto roxo por cima de uma toga verde.

Este retrato pode levar a crer que talvez o letramento não fosse algo exclusivo dos homens, mas sim, que era mais difundido em Pompéia do que se imagina, pois além da pintura aqui analisada, no acervo do Museu de Nápoles existem outros diversos afrescos que representam o mesmo. Feitosa analisa grafites parietais de Pompéia que tratam da sexualidade, e por meio destes pode-se afirmar que muitas mulheres possuíam letramento, já que variadas inscrições eram produzidas por elas. Assim, através não só dos grafites pompeianos, mas também pelas pinturas aqui trabalhadas (e inúmeras outras que podem ser encontradas na cidade vesuviana e no Museu de Nápoles), é possível evidenciar que as mulheres (não se sabe em que porcentagem e quais camadas da sociedade isso afetava) poderiam ser alfabetizadas e intelectuais em Pompéia.

Analisando-se as pinturas sete e oito, mais uma vez se vê justificado o padrão de beleza aristocrático mostrado pelas obras ovidianas e pela representação da deusa Vênus. As mulheres são retratadas com a pele alva, estando sempre adornadas com enfeites nos cabelos, colares, pulseiras, e vestes que parecem ser muito bem alinhadas. Seus cabelos são castanhos e estão sempre presos.

Se levarmos em conta o fato de que para a produção deste artigo foram utilizadas unicamente pinturas encontradas em casas da elite pompeiana, assim como referenciais que tratavam das perspectivas de

Ovídio (poeta da aristocracia romana) acerca da beleza feminina, ao final da análise das dez imagens, fica evidente que havia um padrão de beleza em Pompéia, tanto corpóreo quanto estético, voltado aos ideais da aristocracia. Se unirmos o modo como é idealizada e pintada a deusa Vênus, com os dizeres de Feitosa e Funari³⁰² acerca da obra ovidiana e o que foi percebido por meio da interpretação das imagens, as mulheres tidas como mais belas pela elite possuíam pele de tonalidade mais clara, corpos curvilíneos, com seios e quadris fartos. No que diz respeito à estética, há em quase todos os casos a presença de joias, e os cabelos castanhos pareciam ser os preferidos e comuns entre os pompeianos. Em todas as imagens, estes estavam presos e enfeitados com tiaras, fitas ou coroas de folhas, expressando que o ideal era que se usassem penteados e adornos.

Entre as camadas mais baixas da população da cidade vesuviana as concepções de belo não eram as mesmas, algo que pode ser visualizado por meio dos grafites parietais lá encontrados. Funari e Feitosa³⁰³, além de analisarem Ovídio, também trabalham com os grafites - fonte mais popular – os quais revelam que, para as mulheres menos abastadas, a deusa Vênus era vista com maior proximidade à natureza humana, sendo que teria uma beleza mais palpável, alcançável, sem o ideal de perfeição que os aristocráticos relacionavam a deidade. Dessa maneira, não se pode conceber que todas as mulheres de Pompéia seguissem os padrões de belo explicitados nesta pesquisa, pois estes

³⁰² FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. “Corpos e peles: a *aisthesis* romana em discussão”. In: MARQUETTI, Flávia Regina; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Orgs). *Sobre a pele*. Imagens e metamorfoses do corpo. São Paulo: FAPESP/Intermeios/UNICAMP, 2015, p. 91-105.

³⁰³ FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. “Corpos e peles: a *aisthesis* romana em discussão”. In: MARQUETTI, Flávia Regina; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Orgs). *Sobre a pele*. Imagens e metamorfoses do corpo. São Paulo: FAPESP/Intermeios/UNICAMP, 2015, p. 94.

correspondem à aristocracia. Nas diversas camadas da sociedade havia variações no que concerne a isto.

Barroso³⁰⁴ afirma que as obras de diversos poetas e escritores da Antiguidade contribuem para se conhecer sobre os cuidados com a higiene, cosmética e beleza no período, incluindo Ovídio, poeta da aristocracia romana aqui utilizado - mesmo que indiretamente - pelas interpretações que Funari e Feitosa³⁰⁵ dele realizaram. Por meio destas, é possível conceber que Ovídio dava recomendações às moças para que se adequassem aos padrões de belo da elite, caso não os possuíssem naturalmente. Por exemplo, é citado que as muitíssimo brancas deveriam usar alguma preparação que as deixassem mais coradas, e as de pele mais escura, teriam que se utilizar de misturas que as deixassem mais claras. As muito magras poderiam disfarçar essa característica com o uso de roupas cheias de tecidos e folgadas no corpo. Dentes escuros, mau hálito, mãos gastas e calejadas, pernas finas, seios pequenos, cabelos desordenados, tudo isso poderia ser evitado segundo Ovídio, para a mulher assim poder se enquadrar nos padrões de beleza da aristocracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Pompéia, na Antiguidade, foi uma colônia romana localizada na região de Nápoles, na Itália, e que teve sua existência encurtada após ser soterrada por uma erupção do vulcão Vesúvio no ano 79 d.C. Graças a esse acontecimento e aos resíduos dele provenientes, vestígios arqueológicos puderam ser preservados e

³⁰⁴ BARROSO, Maria do Sameiro. "Cuidados de beleza e alguns objetos do período romano do Museu Nacional de Arqueologia". *Boletim de Estudos Clássicos*, v. 57, Coimbra, 2012, p. 115.

³⁰⁵ FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. "Corpos e peles: a *aisthesis* romana em discussão". In: MARQUETTI, Flávia Regina; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Orgs). *Sobre a pele*. Imagens e metamorfoses do corpo. São Paulo: FAPESP/Intermeios/UNICAMP, 2015, p. 91-105.

redescobertos no século XVIII, sendo que hoje auxiliam a tecer conhecimentos sobre a Roma Antiga e sobre os que a habitavam a região pompeiana. Pinturas, esculturas, mosaicos, objetos cotidianos e ruínas de residências, possibilitam que historiadores e arqueólogos atuem conjuntamente e façam descobertas sobre os modos de vida, costumes, cultura e religião existentes na cidade vesuviana na Antiguidade.

As pinturas parietais em Pompéia serviam como adorno nas residências e também como um meio de comunicação, tendo sido inúmeras as temáticas que elas abordam (paisagens, mitologia, sexualidade, cotidiano, entre outras) e que nos revelam diversos aspectos da cultura e cotidiano local. Por muitos anos, a arte desenvolvida em Pompéia e no Império romano foi tida como mera cópia das obras gregas, deixando-a assim caracterizada como desprovida de originalidade. Essa perspectiva foi superada a partir do século XIX e passou-se a conceber que as artes em Roma e Pompéia desenvolveram suas particularidades por meio de hibridismos culturais, originando um traço artístico próprio.

Por muito tempo as mulheres estiveram submetidas aos homens na História, e quase não se pesquisava sobre elas. No entanto, com as mudanças advindas nas mentalidades e nos campos historiográficos, possibilitou-se o desenvolvimento de estudos relacionados à figura feminina, e que enriqueceram em demasia os saberes sobre diversos povos, incluindo os da Antiguidade romana. Mediante o uso da cultura material como fonte histórica, pode-se descobrir que as mulheres romanas tinham participação na vida pública e política do Império (mesmo que em escala menor que a parcela masculina da população), retirando a tão enraizada ideia de que elas ficavam ligadas somente ao lar e aos afazeres domésticos. Por meio da análise dos grafites parietais, das pinturas, e de outros vestígios arqueológicos encontrados em

Pompéia, descobriu-se que as mulheres atuavam na realização de propagandas políticas, financiavam jogos e, inclusive, cuidavam das finanças de suas famílias.

Apesar do material para análise dos afrescos com a temática proposta ser escasso, conseguiu-se determinar que havia um padrão de belo aristocrático em Pompéia, isso porque as fontes utilizadas para compor este estudo se referiam às classes mais abastadas da sociedade romana e da cidade vesuviana. Nas outras camadas da sociedade desse local, os modos de se cuidar do corpo e de visualizar a beleza eram diferentes dos aqui explicitados.

Após analisadas as pinturas, juntamente com as fontes literárias consultadas, ficou perceptível que, no que diz respeito ao corpo feminino, os romanos de classe mais abastadas tinham como padrão as mulheres de pele mais clara (algo que indicava falta de exposição ao sol, ou seja, a mulher não precisava trabalhar, assim, possivelmente, era rica) e com o corpo curvilíneo (quadris e seios fartos, que indicavam fertilidade). Esteticamente, os cabelos acastanhados aparecem em todas as pinturas analisadas, o que faz crer que ele era o tipo mais comum e mais aceito entre os pompeianos, sendo que estes estavam, em todos os casos, presos em penteados e adornados por uma faixa ou tiara. O uso de joias também estava inserido nos ideais de beleza aristocráticos entre os romanos e foi percebido em quase todas as pinturas.

O corpo reflete a cultura no qual está inserido. Os modos como se cuida dele, como é percebido e retratado, fazem parte de toda uma gama de costumes e elementos culturais. Apesar da presença de um ideal de beleza aristocrático em Pompéia, não se deve acreditar que ele era o único existente, pois os grafites parietais contestam essa visão e trazem a percepção que entre as camadas plebeias a beleza era mais

humanizada. Todavia, devido às fontes utilizadas neste artigo, ao final dos estudos, mostrou-se existente um padrão aristocrático de beleza em Pompéia. Aquelas que não o tivessem, de acordo com Ovídio, deveriam recorrer a truques estéticos para se adequarem, como, por exemplo, clarear ou escurecer a pele com preparações, usar vestes largas para parecerem mais esbeltas (esbelto de acordo com os padrões do período, que ditava mulheres mais curvilíneas).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Lourdes Conde Feitosa pelos ensinamentos sobre Roma e Pompéia, pelas revisões e orientações. Agradeço ainda a Pedro Paulo Funari, Pérola de Paula Sanfelice e Renata Garraffoni, os quais, com suas pesquisas e produções, também foram primordiais na elaboração deste artigo. As ideias apresentadas são de responsabilidade da autora.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Chirlaine Gomes da Silva. "A representação da imagem como fonte histórica nos estudos historiográficos e nas aulas de História do século XXI". In: VI Simpósio de História Cultural, 6, 2012, Teresina – PI. *Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural*, n.6, Teresina, 2012, p. 1-6. Disponível em: <<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Chirlaine%20Gomes%20Da%20Silva%20Baptista.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.
- BARROSO, Maria do Sameiro. "Cuidados de beleza e alguns objetos do período romano do Museu Nacional de Arqueologia". *Boletim de Estudos Clássicos*, v. 57, Coimbra, 2012, p. 115-122. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/30325/1/BEC%2057_artigo12.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.
- BRITO, Milton Genésio de. "A tênue fronteira no uso das imagens: fontes para interpretações na construção do conhecimento ou simples ilustrações?". *II Encontro Nacional de Estudos de Imagem*, Londrina, 2009, p. 106-113. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Brito_Milton.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- BULFINCH, Thomas. *O livro de Ouro da Mitologia: histórias de deuses e heróis*. Tradução: David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde. *Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.
- _____; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. "Corpos e peles: a *aisthesis* romana em discussão". In: MARQUETTI, Flávia Regina; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Orgs). *Sobre a pele*. Imagens e metamorfoses do corpo. São Paulo: FAPESP/Intermeios/UNICAMP, 2015.

- _____. FAVERSANI, Fabio. "Sobre o feminino e a cidadania em Pompéia". *Pyrenae*, n. 33/34, Barcelona, 2002-2003, p. 253-259. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/Pyrenae/article/view/145092/243110>>. Acesso em: 03 mar. 2016.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Fontes Arqueológicas. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2011.
- _____; CAVICHIOLLI, Marina Regis. "A arte parietal romana e diversidade". *Anais do encontro de História da Arte: Revisão Historiográfica e o Estado da Questão*, Campinas, 2005, p. 111-124. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/cha/atas/2004/FUNARI,%20Pedro%20Paulo%20A.,%20CAVICCHIOLI,%20Marina%20Regis%20-%20IEHA.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- _____. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas: UNICAMP, 1998.
- _____. *A vida quotidiana na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2003.
- _____. "Romanas por elas mesmas". *Cadernos Pagu*, n. 5, Campinas, 1995, p. 179-200. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1855>>. Acesso em: 05 mar. 2016.
- GARRAFFONI, Renata Senna. "Arte Parietal em Pompéia: Imagem e cotidiano no mundo romano". *Domínios da Imagem*, v. 1, n.º 1, Londrina, nov. 2007, p. 149-161. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/19263/14689>>. Acesso em: 07 mar. 2016.
- GOMBRICH, Ernst. *A História da Arte*. Tradução: Álvaro Cabral. 16ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- KURY, Mario da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- MAIURI, Amedeo. *La peinture romaine*. Suíça: Skira, 1953.
- PONTES, Anna Maria de Lima; OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. "A obra de arte como fonte histórica: Frans Post e a sua relação com o novo mundo". *Anais do XIII Encontro Estadual de História*, Guabira, 2008. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eceph/textos/ST%2005%20%20Anna%20Maria%20de%20Lira%20Pontes%20%20TC.PDF. Acesso em: 26 ago. 2016.
- SANFELICE, Pérola de Paula. *Sob as cinzas do vulcão: representações da religiosidade e da sexualidade na cultura material de Pompéia durante o Império Romano*. 2016. 286 f. Tese (doutorado em História), Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- _____. *As representações parietais de Vênus em Pompéia durante o Império Romano*. 2009. 71 f. Monografia apresentada para a conclusão de curso (graduação em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- _____. "Pinturas parietais em Pompéia: representações femininas". *Cadernos de Clio*, n.2, Curitiba, 2011, p. 171-195. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/clio/article/viewFile/40481/24702>>. Acesso em: 12 mar. 2016.
- _____. "A Arte do corpo: incorporando a sexualidade masculina e feminina na cultura material de Pompéia". *Revista Memorare*, v. 1, n. 1, Tubarão, 2013, p. 8-23. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupep/article/view/1883/1365>. Acesso em: 26 ago. 2016.
- SANTOS, Lionês Araújo. "O corpo na cultura e a cultura da "reforma" do corpo". *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 10, n. 30, João Pessoa, 2011, p. 406-415. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Lion%C3%AAsArt.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2016.

STREY, Marlene Neves. “Mulheres e moda: a feminilidade comunicada através das roupas”. *Revista FAMECOS*, n. 13, Porto Alegre, dez. 2000, p. 148-154. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3090/2366>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

SUENAGA, Camila. et al. *Conceitos, beleza e contemporaneidade*: fragmentos históricos no decorrer da evolução estética. 2012, 18 f. Artigo apresentado para a conclusão de curso (Especialização lato senso em Estética Facial e Corporal), Universidade do Vale do Itajaí, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Camila%20Suenaga,%20Daiane%20Lisboa.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

TURCAN, Robert. *L'art romain dans l'histoire*. Six siècles d'expressions de la romanité. Paris : Flammarion, 1995.

MEMÓRIA E SÍTIOS DE CONSCIÊNCIA: DISPUTAS SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1985-2017)³⁰⁶

Resumo: A memória social sobre a ditadura civil-militar brasileira está constantemente em disputa. A memória hegemônica em voga é crítica ao período (NAPOLITANO, 2015), consolidando a narrativa dos “anos de chumbo”, nos quais toda a sociedade teria resistido bravamente às suas imposições. Partindo dessa premissa, o objetivo deste artigo é mapear as iniciativas de patrimonialização e sinalização de lugares de memória que remetam a esta época, na cidade de São Paulo, e sua transformação em sítios de consciência: espaços usados com fins pedagógicos e de reparação (BRIONES, 2015). Além disso, pretende-se analisar qual narrativa de memória sobre o regime militar esses lugares privilegiam e difundem. Este estudo é importante para a compreensão das ressignificações do passado, motivadas e influenciadas pelas demandas do presente, e identificar rupturas e continuidades nos discursos memoriais, além de quem são os atores/grupos sociais responsáveis por produzi-los.

Palavras-chave: memória; ditadura civil-militar; sítios de consciência

Abstract: The social memory about the Brazilian civil-military dictatorship is constantly in dispute. The ongoing hegemonic memory opposes itself against that time (NAPOLITANO, 2015), establishing the “years of lead” narrative, in which all society would have bravely resisted to the regime’s oppressions. Thereafter, this article intends to map the patrimonialization of sites of memory initiatives, in São Paulo city, and their transformation into sites of conscience: spaces used with pedagogical and reparative purposes (BRIONES, 2015). Furthermore, we intend to analyze which narrative memory about the military regime those places privilege and disseminate. This study is important to understand the uses of the past, motivated and influenced by present demands, and identify chances in memory speeches, besides who are the social groups responsible for elaborating them.

Keywords: memory; civil-military dictatorship; sites of conscience

³⁰⁶ Juliana Marques do Nascimento (<http://lattes.cnpq.br/6205978532666245>) é mestranda pela UFF

Artigo recebido em 04/05/2018 e aprovado em 10/07/2018

INTRODUÇÃO

O século XX foi um período permeado por experiências traumáticas. Os horrores mais marcantes, mundialmente, vividos neste século talvez sejam vividos nas duas grandes guerras, colocando em evidência uma categoria nova de sujeito: a figura da testemunha. A revalorização dos relatos em primeira pessoa foi crucial, pois proporcionou a essas testemunhas a possibilidade de falar sobre as mazelas por elas vividas, o que, no caso da escrita da história, permitiu uma mudança no ponto de vista sobre quem são os sujeitos históricos: aqueles indivíduos e grupos antes marginalizados e silenciados passam agora a protagonistas e porta-vozes de determinados processos. Portanto, as testemunhas, que são também *sobreviventes*, produzem seus relatos a fim de assegurar que os traumas aos quais foram submetidas não sejam esquecidos³⁰⁷, numa verdadeira batalha pela memória.

Esses relatos, no entanto, nem sempre encontraram escuta imediata³⁰⁸ e, conseqüentemente, legitimação. Nesse sentido, os lugares nos quais os eventos ocorreram foram e são de extrema importância tanto para validação do ponto de vista jurídico e social dessas narrativas, quanto para assegurar que não se repita o que ali ocorreu – tornam-se os *lugares de memória*. Segundo Marcia Briones³⁰⁹, “um lugar de memória implica num espaço posicionado no mesmo sítio geográfico onde outrora ocorreu um evento significativo para a história da sociedade”, podendo ser transformado num sítio de consciência – “espaços

³⁰⁷ GABNEBIN, J. M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

³⁰⁸ POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

³⁰⁹ BRIONES, Marcia. Sítios de consciência, a memória e a comunicação. *ALCAR 2015 – 10º Encontro Nacional de História da Mídia*, UFRGS, 2015. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-alternativa/sitios-de-consciencia-a-memoria-e-a-comunicacao/at_download/file. Acesso em: 27 jan. 2018, p. 3.

destinados, através da comunicação experiencial, a usar o lugar de memória como ferramenta pedagógica, promovendo a cultura dos direitos humanos e a reparação simbólica³¹⁰.

No caso da Segunda Guerra, por exemplo, muitos dos campos de concentração estão hoje abertos e têm altos números de visitação anualmente³¹¹. De acordo com Teklik e Mesnard,

el turismo a Auschwitz debe ser considerado por s  mismo dentro de un contexto mundial, en el que los sítios y las infraestructuras memoriales se ven reclamados por el constante aumento de visitantes y están llamados a convertirse en verdaderos supermercados de la memoria³¹².

Estes locais, no entanto, s o apropriados e reapropriados de diversas maneiras pelos visitantes, uma vez que, apesar das inten  es de discurso iniciais dos bens, n o   possível prever como será a recep  o e quais sentidos serão atribuídos pelo público – influenciado por ideologia, opini es pr vias, filiações religiosas etc.

O caso brasileiro não é diferente. A despeito de ter memórias constantemente em disputa, há a constituição de sítios de consciência em espaços relacionados à ditadura civil-militar em diversos lugares do país. Assim, este artigo se propõe analisar as iniciativas de memorialização de lugares, na cidade de São Paulo, que remetam ao referido período. Essas iniciativas – que podem partir de demandas tanto

³¹⁰ Um sítio de consciência pode também ser implantado em um *espaço* de memória, que, segundo a autora, não é necessariamente o local geográfico onde determinado evento se sucedeu. “Todo lugar de memória é um sítio de consciência, mas nem todos os sítios de consciência são lugares de memória (BRIONES, 2015, p. 4).

³¹¹ Para uma análise específica sobre o caso de Auschwitz, ver TEKLIK, Joanna; MESNARD, Philippe. El viaje a Auschwitz:  turismo de la memoria o turismo cultural? In: FLEURY, Beatrice; JACQUES, Walter. *Memorias de la piedra*: ensayos em torno a lugares de detención y massacre. Buenos Aires: Ejercitar la memoria, 2011.

³¹² TEKLIK, Joanna; MESNARD, Philippe. El viaje a Auschwitz:  turismo de la memoria o turismo cultural? In: FLEURY, Beatrice; JACQUES, Walter. *Memorias de la piedra*: ensayos em torno a lugares de detenci n y massacre. Buenos Aires: Ejercitar la memoria, 2011, p. 101.

do poder público ou da sociedade civil, quanto de ambos – consistem em processos de tombamento, instalação de sinalizações e monumentos, intervenções artísticas e manifestações periódicas. Essa análise possibilitará uma reflexão sobre o caráter pioneiro da cidade, que estabelece, aos poucos, um circuito de memória sobre a ditadura.

Para que tal levantamento seja mais bem examinado, é de fundamental importância relacionar a constituição dos memoriais com o contexto político-social em vigor, à luz do conceito de “memoria cambiante” de Daniel Lvovich e Jorgelina Bisquert:

Por supuesto, aunque el pasado es inmodificable, sus sentidos no están fijados de una vez y para siempre. Por eso, las memorias no quedan fijadas de manera definitiva, sino que se transforman con el paso del tiempo. Las exigencias del presente, el peso de los discursos dominantes sobre el pasado, el cambio de las condiciones que determinan su audibilidad y legitimidad, las políticas de la memoria desarrolladas desde el Estado, entre otros factores, pueden determinar modificaciones sustanciales en los contenidos de las memorias³¹³.

Isto é, ao contextualizar tais bens em seu presente de patrimonialização, será possível fazer considerações importantes sobre como e por que certos acontecimentos são lembrados em determinadas épocas, e de determinada forma.

O artigo será dividido por décadas e em cada uma delas serão apresentados os lugares de memória patrimonializados e/ou reconhecidos e seus usos e apropriações pelos setores da sociedade e pelo Estado.

DÉCADAS DE 1970 E 1980

³¹³ LVOVICH, Daniel e BISQUERT, Jaquelina. La cambiante memoria de la dictadura. Discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008, p. 8-9.

Historiadores apontam o ano de 1974 como o ano da primeira crise de institucionalidade do governo ditatorial. Este foi o ano da derrota do partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) nas eleições. Segundo Daniel Aarão Reis, “era difícil escapar da conclusão que se impunha: a ditadura sofrera sua primeira grande derrota político-eleitoral desde o golpe de 1964³¹⁴”. Fatores como a crise econômica e a corrupção foram fundamentais para uma mudança na percepção sobre o governo e, conseqüentemente, sua primeira perda³¹⁵. Durante este período, iniciou-se a construção de uma memória de desaprovação ao regime, levada a cabo principalmente pela classe média intelectualizada, conforme aponta Reis: “a partir de novembro de 1974, o projeto de institucionalização da ditadura teria que se haver com vozes dissonantes, à direita e à esquerda. Não gratuitamente, registraram-se ziguezagues, oscilações, avanços e recuos ³¹⁶”. Iniciou-se, naquele momento, uma batalha pela memória.

Com o passar dos anos e principalmente após o início do processo de *transição* – a abertura e redemocratização – de 1979, foi se consolidando uma memória “da ditadura como ‘lacuna histórica’, como ‘usurpação’ do Estado pelo autoritarismo e como era de violência política a ser superada ³¹⁷”, os chamados “anos de chumbo”. A sociedade assumiu um caráter de resistente desde o princípio, sendo esta

³¹⁴ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. 1964: 50 anos depois. Rio de Janeiro: 2014.

³¹⁵ NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 22.

³¹⁶ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. 1964: 50 anos depois. Rio de Janeiro: 2014, p. 108.

³¹⁷ NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 23.

resistência democrática – ocultando-se o apoio civil ao processo ditatorial:

A visão da “sociedade vítima”, mas resistente e digna, foi compartilhada por liberais e pela esquerda, tanto a que tinha pego em armas, quanto os pecebistas e outros grupos que recusaram o viés militarista. Ter sido, de alguma maneira, resistente passou a ser o passaporte político para a futura recomposição do sistema político³¹⁸.

A luta armada (guerrilha urbana e rural), apesar de ter sido também qualificada enquanto *resistência*, converteu-se em tática política extrema, digna de questionamentos e ressalvas, resumindo-se a um “idealismo juvenil” – por consequência de uma cultura política *democrática* forjada nos anos 1970 que, segundo Napolitano, tinha uma perspectiva “da política como ação coletiva de caráter *pacífico*, calcada na negociação de conflitos e produção de consensos mínimos em nome dos direitos fundamentais³¹⁹”.

Essa memória em prol da resistência e da democracia se torna *hegemônica*: aqueles que venceram nos embates políticos e ideológicos não conseguiram (ou não pretenderam) vencer as batalhas pela memória ³²⁰. Denise Rollemberg propõe questões importantes a esse respeito, quando relembra a fala do general João Figueiredo ao deixar o palácio: “que me esqueçam!” – enquanto os *vencidos* se esforçavam cada vez mais para lembrar³²¹.

³¹⁸ NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 22.

³¹⁹ NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 23.

³²⁰ NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 17.

³²¹ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, p. 1.

Em meio a essas novas disputas, em São Paulo, em 1985, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), órgão de patrimonialização estadual, recebeu a solicitação de tombamento do edifício da Universidade de São Paulo (USP), antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na Rua Maria Antônia. A demanda partiu do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da Prefeitura de São Paulo, no dia 1º de abril – data de aniversário do golpe³²². Em parecer favorável, a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, conselheira, justificou o tombamento:

por ter sido palco de intenso movimento estudantil dos anos 60, simbolizando a atividade oposicionista ao regime político que então se militarizava (...) sede da resistência ao autoritarismo e arbítrio, assumindo perfil do nosso 'Quartier Latin', do ponto de vista da memória política. (...) [Os edifícios da Maria Antônia] simbolizam a luta pela causa democrática ali defendida com entusiasmo por professores do gabarito de Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Eurípedes Simões de Paula e Antônio Cândido³²³.

A patrimonialização se efetivou em 3 de outubro de 1988, de acordo com Deborah Neves, “com a assinatura da então Secretária da Cultura Elisabete Mendes de Oliveira, a Bete Mendes, que foi aluna de

³²² NEVES, Deborah. Edifícios da(e) Repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização – Maria Antônia, Arco Tiradentes, El Olimpo e Club Atlético. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História*, Campinas, set. 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063_ARQUIVO_Edificiosda_e_Repressaoaconstrucaodossentidosociaisatravesdapatrimonializacao.pdf.

Acesso em: 27 jan. 2018.

³²³ NEVES, Deborah. Edifícios da(e) Repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização – Maria Antônia, Arco Tiradentes, El Olimpo e Club Atlético. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História*, Campinas, set. 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063_ARQUIVO_Edificiosda_e_Repressaoaconstrucaodossentidosociaisatravesdapatrimonializacao.pdf.

Acesso em: 27 jan. 2018, p. 4.

Artes Cênicas e Sociologia por aquela escola, presa pelo DOI-CODI e participante da constituinte como Deputada Federal³²⁴”.

Como evidenciado por Carneiro, o edifício, símbolo do movimento estudantil, é muito associado ao engajamento da juventude dos anos 1960, em resistência *democrática* à ditadura – apesar de ter sido também berço de organizações revolucionárias. A data da patrimonialização, mesmo dia da promulgação da Constituição de 1988, enfatiza ainda mais o desejo de ressaltar o caráter democrático da escolha.

O tombamento reconheceu o edifício enquanto lugar de memória. No entanto, ele pode ser classificado como sítio de consciência pois são realizadas frequentemente exposições sobre os fatos ali vividos e sobre a resistência num geral, além da instalação de uma placa em seu hall de entrada – provavelmente em 1994 –, com os dizeres: “Homenagem aos que morreram lutando contra a ditadura. 1968 – 1994”.

Ainda em 1985, o Condephaat recebeu a solicitação de tombamento do portal do Presídio Tiradentes, único remanescente do edifício – demolido em 1972 para a construção de uma estação de metrô. O pedido partiu do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, “endossado por diversas organizações da sociedade civil e entidades de direitos humanos como a Comissão Justiça e Paz, Comitê Brasileiro pela Anistia, entre outros³²⁵”. O tombamento foi efetivado em 1º

³²⁴ NEVES, Deborah. Edifícios da(e) Repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização – Maria Antônia, Arco Tiradentes, El Olimpo e Club Atlético. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História*, Campinas, set. 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063_ARQUIVO_Edificiosda_e_Repressaoaconstrucaodossentidosociaisatravesdapatrimonializacao.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018, p. 4.

³²⁵ PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. *Presídio Tiradentes*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130740251278039152_192 PRESIDIO TIRADENTES.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018, p. 15.

de abril de 1985 – também no aniversário do golpe de 1964 – conforme informa a justificativa do parecerista Lúcio Felix Frederico Kowarick,

considerando o valor histórico do Arco da Pedra enquanto símbolo da luta contra o arbítrio e a violência é meu parecer que ele deva ser tombado, e posteriormente transformado em monumento público. Sendo um arco, é forçosamente uma passagem que simboliza o esforço atual para a plena redemocratização do país³²⁶.

O bem, não se pode deixar de observar, foi representativo da perseguição política não só durante a ditadura civil-militar, mas também anteriormente, no Estado Novo. No entanto, não era lugar de torturas e mortes:

Sobre o cárcere no presídio, a ex-detida Rioco Kaiano declara que “chegar ao Tiradentes significava um alívio, quase uma vitória por ter sobrevivido às torturas, ao desaparecimento, à morte.” (KAIANO, 1997:337). Isso porque, de acordo com Alípio Freire, jornalista que também ficou detido no Tiradentes, quando alguém era preso pela Operação Bandeirante, mais tarde convertida em DOI CODI, “(...) passava por uma tortura oficiosa, era remetido ao DOPS para um depoimento formal onde feita a auditoria se fazia a denúncia e o enquadramento. Passadas essas ‘instâncias’ o preso era conduzido ao Presídio Tiradentes.” (FREIRE, 1985:33)³²⁷.

Por esse motivo, o Tiradentes foi palco de mobilizações políticas, como greves de fome em solidariedade aos presos “comuns”,

³²⁶ PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. *Presídio Tiradentes*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130740251278039152_192_PRESIDIO_TIRADENTES.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018, p. 15.

³²⁷ NEVES, Deborah. Edifícios da(e) Repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização – Maria Antônia, Arco Tiradentes, El Olimpo e Club Atlético. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História*, Campinas, set. 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063_ARQUIVO_Edificiosda_e_Repressaoaconstrucaodossentidosociaisatravesdapatrimonializacao.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018, p. 4.

organização de aulas, oficinas artísticas etc. – uma resistência *democrática*³²⁸.

O bem atualmente serve como portal de um banco e está ligado a grades. Apesar de poder se configurar enquanto um sítio de consciência, não há nenhuma placa informativa a seu respeito.

DÉCADA DE 1990

Em 1990, o debate sobre o período ditatorial foi exacerbado em função da reabertura da Vala de Perus, no Cemitério Dom Bosco. Por ser um cemitério público – inaugurado em março de 1971, durante as gestões de Paulo Salim Maluf na prefeitura de São Paulo, Laudo Natel no governo do Estado e do presidente Emílio Garrastazu Médici³²⁹ –, tinha seu funcionamento atrelado ao Instituto Médico Legal (IML).

As ossadas puderam ser desenterradas por autorização da então prefeita Luiza Erundina que, posteriormente, fez um convênio com o governador Orestes Quércia, proporcionando sua identificação na Universidade de Campinas (UNICAMP)³³⁰. O apoio do poder público foi fundamental para que a vala fosse reaberta – os familiares já haviam feito outras tentativas, já que sabiam da localização, mas sem sucesso. Em 26

³²⁸ PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. *Presídio Tiradentes*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedad_os/130740251278039152_192_PRESIDIO_TIRADENTES.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018

³²⁹ PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. *Cemitério Dom Bosco*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014b. Disponível em: http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedad_os/130740247271591375_054_CEMITERIO_DOM_BOSCO.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018, p. 1.

³³⁰ Em 2017, as ossadas ainda não haviam sido completamente identificadas. Estão sob responsabilidade de um laboratório na Bósnia. Cf. <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/quase-30-anos-depois-da-vala-de-perus-ser-aberta-laboratorio-da-bosnia-analisara-dna-de-ossadas.ghtml>. Acesso em: 27 jan. 2018.

de agosto de 1993 foi inaugurado um monumento no local da vala³³¹. Idealizado por Ricardo Ohtake, foi construído um muro com a frase:

Aqui os ditadores tentaram esconder os desaparecidos políticos, as vítimas da fome, da violência do estado policial, dos esquadrões da morte e, sobretudo os direitos dos cidadãos pobres da cidade de São Paulo. Fica registrado que os crimes contra a liberdade serão sempre descobertos
Luiza Erundina e Comissão de Familiares de Presos Políticos Desaparecidos

A assinatura da prefeita da cidade dá à reabertura da vala e ao memorial um caráter de política pública. Segundo Marcos Napolitano, a partir dos anos 1990, “o Estado tem desenvolvido uma política de memória, ainda que tímida, pontual e um tanto desencontrada, calcada na memória das vítimas das violências do regime que se tornou mais explícita e normatizada a partir de 1995³³²”. O local é constituído, portanto, enquanto lugar de memória e sítio de consciência.

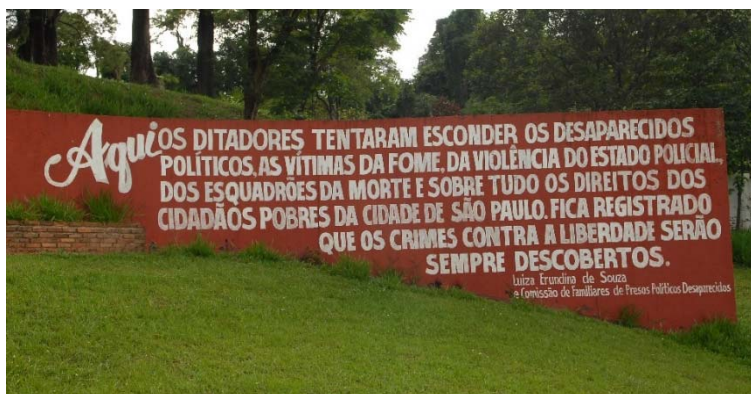


Figura 1: Monumento no Cemitério Dom Bosco

³³¹ PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. *Cemitério Dom Bosco*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014b. Disponível em: http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedad os/130740247271591375_054_CEMITERIO_DOM_BOSCO.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018, p. 14.

³³² NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 25.

A entrada do Estado enquanto *produtor de memória* é caracterizada, segundo Marcos Napolitano, por uma ambiguidade: reconhece-se a responsabilidade do Estado brasileiro na perpetração de crimes de lesa humanidade, mas não há qualquer tipo de ação que vise a punição dos responsáveis, o que o historiador chama de esquizofrenia ideológica³³³.

Sendo assim, as políticas públicas instituídas neste momento visavam à recuperação das histórias de vida das vítimas e, eventualmente, à reparação pecuniária de seus familiares. A lei nº 9.140, de 04 de dezembro 1995 “reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979³³⁴, e dá outras providências³³⁵”, contendo um anexo com os nomes de 136 desaparecidos políticos. Em 13 de novembro de 2002, foi aprovada a lei 10.559, que compreende reparações para os anistiados políticos, inclusive financeiramente. Para Napolitano, “as ações acima listadas e o arcabouço legal e institucional do Estado, de certa forma, *indicavam o triunfo e a interpenetração da memória hegemônica crítica ao regime militar no plano da memória oficial*³³⁶”.

³³³ NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 27.

³³⁴ Marcos Napolitano faz uma discussão essencial sobre a periodização da lei, cf. Napolitano, 2015.

³³⁵ BRASIL. Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995. *Diário Oficial da União*, 5 de dezembro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140compilada.htm. Acesso em: 27 jan. 2018.

³³⁶ NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 31, grifos meus.

Em São Paulo, em 1998, foi tombado o Teatro da Universidade Católica (TUCA), após um processo de 6 anos. O pedido ocorreu em 1992, encaminhado por “um grupo da universidade, composto por Edgar de Assis Carvalho, Renato Nunes Ganhito, Edson Passetti e Lucia Helena Vittali Rangel³³⁷”, e solicitava a patrimonialização também do edifício sede e da Capela, que só foram tombados 2002, junto com todo o complexo de edifícios da universidade. Em seu parecer, Marly Rodrigues, historiógrafa do Condephaat, e Walter Fragoni, arquiteto, apontam que

O valor simbólico do TUCA, reside no aspecto dele representar uma concepção de cultura como arma de resistência política. Ali se abrigou o grupo de teatro que lhe emprestou o nome e em um momento de cerceamento de liberdade de expressão transformou e deu continuidade a uma herança de atuação motivada pela busca da construção de uma identidade nacional, da conscientização e da mobilização populares. (...) Além disso, naquele espaço também se realizaram atos e cerimônias de significado político promovidos pela Universidade, pela Igreja, por associações, por sociedades científicas e por estudantes, fatos que tornaram o Tuca um referencial para amplos setores organizados da sociedade que resistiram à ditadura³³⁸.

Em novembro de 1999, por ocasião do aniversário de 30 anos da morte de Carlos Marighella, foi instalado um memorial na Alameda Casa Branca, altura do número 815, promovido por “um grupo de intelectuais, entre eles o jornalista Mino Carta, os arquitetos Rui Ohtake e Oscar Niemeyer, a escritora Lígia Fagundes Teles, o advogado Fábio

³³⁷ Tuca: o incêndio e a reconstrução. Disponível em: <http://www.pucsp.br/comissaodaverdade/tuca-o-incendio-e-a-reconstrucao.html>. Acesso em: 20 jan. 2018.

³³⁸ RODRIGUES, Marly; FRAGONI, Walter. Parecer Processo n. 31720/94 – Condephaat. 26 jan. 1994. Disponível em: http://www4.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads/tuca/o-incendio-e-a-reconstrucao/processo_31720-94-tombamento-tuca-e-puc.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018, p. 10.

Comparato e o crítico literário Antônio Cândido³³⁹". Este foi o lugar em que Marighella foi assassinado e a instalação de um memorial o transforma também em um sítio de consciência. O monumento foi projetado pelo arquiteto Marcelo Carvalho Ferraz, que afirmou à imprensa não se tratar de uma questão ideológica:

"O Estado reconheceu a culpa pelo assassinato e indenizou a família de Marighella". Ele entende que o local é um marco na história de São Paulo e do Brasil. "Seria, em menor proporção, como o local da queda da Bastilha, na França, ou o do assassinato de John Lenon (sic), nos EUA", disse. "Esses locais fazem parte da história de seus países e são visitados por milhares de pessoas³⁴⁰".

Mesmo que não concebido pelo Estado, as políticas empregadas por ele influenciaram na justificativa de existência do monumento. Além disso, um decreto municipal legitimou sua presença:

CELSO PITTA, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
DECRETA:

Art. 1º - Passa a integrar o patrimônio municipal, a obra do artista plástico Marcelo Carvalho Ferraz, escultura em granito, denominada "Memorial Carlos Marighella".

Art. 2º - Fica destinada a área situada na Alameda Casa Branca, altura do nº 815, para instalação do Memorial referido no artigo anterior, que será fixado no tronco de uma árvore Tipuana, circundada por cimento na cor vermelha, com moldura em filete de granito preto³⁴¹.

Anualmente, em 4 de novembro, ocorrem no local manifestações organizadas por familiares e amigos de Marighella. No entanto, ela é

³³⁹ Homenagem a Marighella causa polêmica em SP. *Diário do Grande ABC*, Nacional, 03 nov. 1999. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/175084/homenagem-a-marighella-causa-polemica-em-sp>. Acesso em: 27 jan. 2018.

³⁴⁰ Homenagem a Marighella causa polêmica em SP. *Diário do Grande ABC*, Nacional, 03 nov. 1999. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/175084/homenagem-a-marighella-causa-polemica-em-sp>. Acesso em: 27 jan. 2018.

³⁴¹ SÃO PAULO (Cidade). Decreto n. 38.569, de 3 de novembro de 1999. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, 4 nov. 1999, p. 1.

também alvo de desaprovação: 8 meses após sua organização, a peça foi retirada por insatisfação dos moradores da região, retornando apenas em 4 de novembro de 2004³⁴². A placa, que enunciava “Aqui tombou Carlos Marighella, assassinado em 4 de novembro de 1969 pela ditadura militar”, foi roubada.



Figura 2: Memorial Carlos Marighella

Em 1999, foi tombado o prédio onde funcionou o antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e Departamento Estadual de Ordem Política Social (DEOPS), localizado no edifício construído para ser o escritório da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana. O pedido de patrimonialização, no entanto, foi aberto em 1976, ainda durante a ditadura. De acordo com Anaclara Antonini, o processo foi dificultado pela ocupação do DOPS do prédio e, por isso, foi arquivado em 1981, sendo retomado apenas em 1986, após o fim do regime³⁴³. Mesmo depois da homologação e a inscrição do bem no

³⁴² Evento reinaugura escultura em homenagem a Carlos Marighella. *Terra*, 04 nov. 2004. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI416437-EI1194,00-Evento+reinaugura+escultura+em+homenagem+a+Carlos+Marighella.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

³⁴³ ANTONINI, Anaclara Volpi. *Marcas da memória: o DOPS nas políticas de preservação do patrimônio cultural no centro de São Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em:

Livro do Tombo Histórico do Condephaat, o que permeia sua descrição e todo o seu processo de tombamento é, majoritariamente, o valor arquitetônico. Para Deborah Neves, “o processo de tombamento se limita a ‘reunir informações sobre a edificação, técnicas construtivas e alguns recortes de jornal que apontavam ali ser a futura Universidade de Música do Estado³⁴⁴”. Na resolução de tombamento, apenas as três últimas linhas do artigo 1º fazem referência ao DOPS: “No conjunto das celas, produto da ocupação do edifício pelo DOPS, reside parte significativa de seu valor histórico. Tal conjunto será preservado juntamente com os elementos originais do projeto³⁴⁵”.

Neste local ocorreu a primeira iniciativa de musealização, como política do governo do Estado, com o objetivo de transformar o local, que já era de memória, em sítio de consciência. Através do Decreto 46.508, de 21 de janeiro de 2002, criou-se o Memorial do Cárcere, posteriormente Memorial da Liberdade. De acordo com o texto, “considerando a importância da preservação de símbolos da resistência à repressão e da difusão dos ideais de liberdade”, o objetivo da ação é “estimular o exercício da cidadania e seus valores democráticos, por meio de mostras, exposições e outras manifestações artísticas e culturais³⁴⁶”. Porém, de acordo com Elson da Silva, o espaço passou por um restauro

http://www.gesp.ffiich.usp.br/sites/gesp.ffiich.usp.br/files/TGI_Anaclara%20Volpi%20Antonini_2012.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018, p. 49.

³⁴⁴ ANTONINI, Anaclara Volpi. *Marcas da memória: o DOPS nas políticas de preservação do patrimônio cultural no centro de São Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em:

http://www.gesp.ffiich.usp.br/sites/gesp.ffiich.usp.br/files/TGI_Anaclara%20Volpi%20Antonini_2012.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018, p. 49.

³⁴⁵ SÃO PAULO (Cidade). Decreto n. 38.569, de 3 de novembro de 1999. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, 4 nov. 1999, p. 1.

³⁴⁶ SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 46.508, de 21 de janeiro de 2002. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2002/decreto-46508-21.01.2002.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

para abrigar o memorial, o qual “fez com que muitos elementos que compunham a memória histórica daquele local fossem perdidos, como por exemplo, as quatro celas solitárias e nos demais andares a sala de tortura³⁴⁷”, demonstrando uma intenção de *transformação* e não de *preservação*.

DÉCADA DE 2000

Ainda em 2002, foi tombado o edifício que abrigou a Auditoria da Justiça Militar, pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). O bem, contudo, estava inserido no processo de tombamento do bairro da Bela Vista, sem nenhuma especificação sobre o valor do prédio individualmente. A justificativa para patrimonialização da região, de acordo com o órgão, foi por ser “um dos poucos bairros paulistanos que ainda guardam inalteradas as características originais do seu traçado urbano e parcelamento do solo³⁴⁸”. O espaço, que é um local de memória, está se consolidando como um sítio de consciência. Atualmente realiza cursos sobre a ditadura e, após sua inauguração completa, abrigará também exposições sobre a temática.

A partir dos anos 2000 e perdurando pela década de 2010, principalmente a partir do fim do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2010) e início do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011), observa-se pela primeira vez, conforme indicado por Napolitano, uma

³⁴⁷ SILVA, Elson L. M. T. *Construções da ditadura: a memória das ditaduras militares do Brasil e da Argentina em lugares edificados*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2014, p. 34.

³⁴⁸ SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 46.508, de 21 de janeiro de 2002. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2002/decreto-46508-21.01.2002.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

“*fissura nas bases da memória hegemônica*” de crítica à ditadura³⁴⁹. Tal fissura é expressa na intensificação de discursos de cunho revisionista e negacionista a respeito da ditadura, isto é, que contradizem a memória dominante, alinhando-se à narrativa dos militares, antes subterrânea. O autor apresenta como hipótese para esse cenário contraditório a cisão entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), fazendo com que o último “flerte” com eleitores conservadores e à extrema direita. A disputa pela memória, depois de algum tempo de vigência sem contestação da memória dominante, é acirrada³⁵⁰. Essa batalha se reflete nas patrimonializações da cidade de São Paulo.

Em 2008, foi inaugurado o Memorial da Resistência, no edifício do antigo DOPS, anulando o anterior Memorial da Liberdade. O novo projeto, de autoria da historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro e da museóloga Cristina Oliveira Bruno, com colaboração da educadora Gabriela Aidar, vinculado à Pinacoteca do Estado de São Paulo, “se pautava pelo compromisso de colaborar pela preservação da história do DEOPS. Considerando que aquele não teria sido um espaço de liberdade, mas sim de violência e resistência, ocorreu a mudança de nome para Memorial da Resistência” (SILVA, 2014, p. 35). O novo projeto e a troca do nome eram reivindicações de ex-presos. O secretário da Cultura da época, João Sayad afirmou que “chegava a ser uma ironia

³⁴⁹ NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 32, grifos meus.

³⁵⁰ POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 4.

ser chamado de Memorial da Liberdade. O novo nome é mais adequado e presta homenagem aos que lutaram aqui³⁵¹”.

DÉCADA DE 2010

Em 2011, foi inaugurado pela USP o Memorial aos Membros da Comunidade USP Vítimas do Regime da Ditadura Militar, localizado na Praça do Relógio, local de referência na Cidade Universitária, este lugar configurou-se enquanto sítio de consciência.

O monumento é composto de placas de concreto com os nomes de todos os estudantes, professores e funcionários que foram mortos ou desaparecidos durante a ditadura. Vinculada ao projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), a obra foi idealizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade (NEV) ³⁵². Porém, antes mesmo de sua inauguração, foi motivo de debate na comunidade acadêmica. A placa da obra a intitulava de “Monumento em homenagem aos mortos e cassados na *Revolução* de 1964”, o que gerou protestos e pichações. A universidade justificou afirmando que “houve um erro na confecção da placa”.

A ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, considerou “um absurdo” o termo utilizado na placa. “O episódio mostra a importância do projeto Direito à Memória e à Verdade, que demonstra que em 1964 houve um golpe seguido de uma ditadura”, diz ela, que lembrou,

³⁵¹ Nas velhas celas do Dops, Memorial da Resistência. *O Estado de S. Paulo*, política, 02 mai. 2008. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nas-velhas-celas-do-dops-memorial-da-resistencia,166247>. Acesso em: 27 jan. 2018.

³⁵² CRISTINA, Ane. Memorial relembra membros da USP vítimas da ditadura militar. *Jornal da USP*, 10 jan. 2018. Disponível em: <http://jornal.usp.br/cultura/memorial-da-ditadura-e-o-esquecimento-do-passado/>. Acesso em: 27 jan. 2018.

ainda que o próprio nome da secretaria, que apoia a construção do monumento, foi escrito incorretamente³⁵³.

A batalha pela definição de 1964 é extremamente comum neste período. É importante ressaltar que o termo “revolução” foi usado pelos próprios militares ao definirem sua tomada de poder – a “Revolução Redentora”. No pós-redemocratização, a memória crítica convencionou a expressão “Golpe”, o que faz dessa retomada uma revisão conservadora, que legitima o antigo regime.

Mesmo depois de pronto, o monumento foi e é constantemente alvo de pichações e depredações.



Figura 3: Memorial aos Membros da Comunidade USP Vítimas do Regime da Ditadura Militar.

Em 25 de outubro de 2013 foi inaugurada a Praça e Memorial Vladimir Herzog, próxima à Câmara Municipal de São Paulo, na Rua

³⁵³ MORENO, Ana Carolina. Reitoria da USP retira placa de obra que falava em 'Revolução de 1964'. G1, 04 out. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/10/reitoria-da-usp-retira-placa-de-obra-que-falava-em-revolucao-de-1964.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Santo Antônio, iniciativa da casa legislativa e do Instituto Vladimir Herzog. A inauguração foi parcial, pois um mosaico e uma escultura projetados pelo artista plástico Elifas Andreato ainda não estavam prontos³⁵⁴. Em 2015 houve uma reinauguração, incluindo o mosaico projetado, em decorrência dos 40 anos da morte do jornalista, inserida em uma semana de atividades, que incluiu um ato ecumênico na Catedral da Sé³⁵⁵. Um ano mais tarde, em 2016, houve a inauguração da escultura, completando os elementos da praça. A obra é uma

reprodução da obra *Vlado Vitorioso*, esculpida pelo artista plástico Elifas Andreato para um prêmio especial da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2008, em comemoração aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com 2,20 metros de altura, foram fundidos 200 quilogramas de bronze para a criação da obra³⁵⁶.

O artista considera que “essa praça se tornará, na verdade, um memorial dedicado a Vladimir Herzog ³⁵⁷” – ou seja, um sítio de consciência.

Uma das políticas públicas em prol da memória nos anos de governo PT foi a abertura da Comissão Nacional da Verdade, com o objetivo de esclarecer fatos ainda obscuros sobre a perseguição e repressão política. Segundo Marcos Napolitano, “a CNV tinha a missão

³⁵⁴ Praça Vladimir Herzog é inaugurada no centro de SP. *Catraca Livre*, 24 out. 2013. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/sp/arquivo/indicacao/praca-vladimir-herzog-e-inaugurada-no-centro-de-sp/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

³⁵⁵ DOMINGOS, Roney. Praça com nome de Vladimir Herzog é reinaugurada no Centro de SP. *G1*, 26 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/praca-com-nome-de-vladimir-herzog-e-reinaugurada-no-centro-de-sp.html>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

³⁵⁶ Câmara inaugura escultura em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog. *Jornal da USP*, 25 out. 2016. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/cultura/camara-inaugura-escultura-em-homenagem-ao-jornalista-vladimir-herzog/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

³⁵⁷ Câmara inaugura escultura em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog. *Jornal da USP*, 25 out. 2016. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/cultura/camara-inaugura-escultura-em-homenagem-ao-jornalista-vladimir-herzog/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

de conciliar práticas e discursos, produzindo algo próximo de uma ‘história oficial’ do período, no sentido de informar as futuras ações institucionais e representações simbólicas sancionadas pelo Estado brasileiro, como um todo, sobre o regime militar³⁵⁸”.

Essa política foi extremamente impactante no debate público sobre a ditadura – acirrando ainda mais as disputas pela memória –, e nas patrimonializações, que aumentaram gradativamente após a divulgação do relatório final, em 2014 – aniversário de 50 anos do golpe de 1964 –, numa conjuntura chamada por Napolitano de “febre memorialística”. Importante ressaltar que, para além da comissão nacional, foram estabelecidas “comissões da verdade estaduais, municipais, sindicais e universitárias, com um importante trabalho complementar ao da comissão nacional³⁵⁹”.

Em 2013 se iniciou o processo de implementação do Memorial da Luta pela Justiça no antigo prédio da Auditoria da Justiça Militar, tombado na década anterior. Isso só ocorreu após pressão do Núcleo de Preservação da Memória Política – Núcleo Memória ³⁶⁰, que será administrador do local após sua inauguração (ainda não concretizada),

³⁵⁸ NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015, p. 31.

³⁵⁹ SEIXAS, Ivan A.; SOUZA, Silvana A. Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil. *Revista Estudos de Sociologia*, v. 20, n. 39, 2015. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7895/5627>. Acesso em: 27 jan. 2018, p. 348.

³⁶⁰ “Criado em 2009 por ex-presos políticos, o Núcleo de Preservação da Memória Política atua para a promoção de políticas públicas nas questões referentes à memória política e à defesa dos direitos humanos através de ações educativas nessas áreas. O Núcleo Memória nasceu como um grupo de trabalho do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo. O Fórum foi fundado em 2001 para defender os interesses dos ex-prisioneiros políticos e perseguidos na ditadura civil-militar no Brasil de 1964-1985”. Disponível em: <https://www.nucleomemoria.org/copia-o-nucleo>. Acesso em: 27 jan. 2018.

em parceria com a Ordem dos Advogados (OAB). As exposições darão enfoque à atuação dos advogados durante o período ditatorial:

Estão previstos para o primeiro e o segundo andar do prédio, espaços destinados a exposições permanentes e temporárias, atividades de pesquisa, ações educativas e culturais, assim como um espaço destinado à debates e conferências. No andar térreo está previsto um centro de documentação e a administração do equipamento³⁶¹.



Figura 4: Memorial da Luta pela Justiça

O Núcleo Memória também atuou fortemente em outro projeto: o tombamento do edifício que abrigou a antiga Operação Bandeirante (OBAN) e, posteriormente, Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), localizado na Rua

³⁶¹ PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. *Auditoria da Justiça Militar*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130834477730908594_FICHA_COMPLETA_AUDITORIA_MILITAR.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018, p. 7.

Tutoia, 121, bairro Paraíso. O processo foi aberto por Ivan Seixas³⁶², atual presidente do Conselho de Administração do Núcleo, em 1 de junho de 2012 e encerrado em 27 de janeiro de 2014, com o tombamento pelo Condephaat. “A Comissão Nacional da Verdade também apoiou a iniciativa, ao lado das comissões do Estado e da Câmara de Vereadores³⁶³”. A pesquisadora Silvana Rubino afirmou ser esse um marco na história do patrimônio brasileiro: “pela primeira vez, um prédio era tombado não por seu valor estético ou arquitetônico, mas pela memória dos eventos que ocorreram nele³⁶⁴”. Porém, o tombamento não foi unânime: “Apareceu gente, de famílias de vítimas, dizendo que eles queriam seguir em frente e esquecer isso (...)”, afirmou ainda Silvana, que foi parecerista do processo.

No relatório final, o órgão recomenda ao governo do estado que o local seja convertido também em memorial/sítio de consciência. Apesar disso, continua sendo ocupado pela polícia:

O local hoje mantém o 36º Distrito Policial e abriga também um depósito e uma garagem da Polícia Civil. O complexo é composto por um pátio, antiga entrada dos presos, na rua Thomas Carvalhal, onde hoje há uma estrutura nova, e outros dois prédios com entrada pela Tutóia – um praticamente abandonado e um outro reformado onde funciona o DP. Neste, onde antigamente ficavam as celas femininas, foi feita uma reforma para hoje funcionar como Departamento de Polícia Judiciária da Capital, da 2ª Delegacia Seccional da Polícia.

³⁶² Militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), foi preso em 1971, junto com seu pai Joaquim Alencar de Seixas, assassinado sob tortura. Atualmente, Ivan é militante de direitos humanos, fundador e presidente do Conselho de Administração do Núcleo Memória.

³⁶³ ARRUDA, Roldão. Condephaat define na segunda tombamento do DOI-Codi. *Blog Roldão Arruda, O Estado de S. Paulo*, 23 jan. 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/condephaat-define-nas-segunda-27-destino-da-sede-do-doi-codi/>. Acesso em: 27 jan. 2018.

³⁶⁴ ORSI, Carlos. Tombamento pelos tombados. *Jornal da Unicamp*, n. 592, 2014. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/592/tombamento-pelos-tombados>. Acesso em: 04 mai. 2018. Este artigo apresentou outros edifícios tombados pela memória atribuída a eles. No entanto, todos estavam também atrelados ao valor arquitetônico.

Logo em frente, a estrutura que abrigava as salas de interrogatório e de tortura ainda é mantida nos padrões da época, mas completamente vazia (CARTA CAPITAL, 2014).

Por conta disso, anualmente o Núcleo Memória organiza o Ato Unificado Ditadura Nunca Mais para reivindicar a musealização do espaço³⁶⁵.



Figura 5: 4º ato unificado Ditadura Nunca Mais (2017)

Conforme dito anteriormente, 2014 foi um ano emblemático no campo da memória sobre a ditadura por dois motivos: o aniversário de 50 anos do golpe de 1964 e a publicação do relatório final da CNV. Em São Paulo, três memoriais foram inaugurados em lembrança a essa data.

Em 2 de abril, foi inaugurado o Monumento ao Nunca Mais, no TUCA – bem tombado nos anos 1990 –, como parte do projeto “Trilhas da Anistia – Marcas de Caravanas e Recontes de Histórias”, desenvolvido pela ONG Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação –

³⁶⁵ Em 2017, foi realizada a 4ª edição do ato.

ALICE, com o apoio do Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia³⁶⁶. De acordo com o site do projeto, o objetivo é

a criação de marcos que simbolizem as lutas populares contra os excessos e atos do Estado que configuraram graves violações aos direitos humanos no período da ditadura civil-militar. Assim como o período entre 1964 e 1988 foi marcante em função dos atos arbitrários da ditadura, esses totens, criados nas cidades que sediaram os julgamentos dos pedidos de anistia, marcam a vitória do povo que resistiu pela democracia³⁶⁷.

O monumento é um totem projetado pela artista plástica Cristina Pozzolon. Na data de seu lançamento, os discursos foram permeados por críticas ao negacionismo. Paulo Abrão, presidente da Comissão Nacional de Anistia na época, afirmou que

Se esse negacionismo das graves violações dos direitos humanos no passado tem caído por terra a partir da visibilidade das vítimas, a partir da escuta pública da resistência brasileira, que foi vetada por muito tempo, e que agora são obrigados a ter que ouvir, ainda não conseguimos dar o passo adiante para vencer a justificação da violência, o espectro simbólico da ditadura militar, o espectro ideológico daqueles que ainda insistem em julgar o golpe como um mal necessário, daqueles que insistem em dizer que a repressão, a violência e a opressão foi apenas uma resposta ao exercício livre da resistência de um povo que soube lutar³⁶⁸.

³⁶⁶ Lutas pela Anistia: monumento da Anistia. Disponível em: <http://www.pucsp.br/comissaodaverdade/lutas-pela-anistia-movimento-pela-anistia.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

³⁶⁷ Marcas da Memória III – 2012. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/projetos/marcas-da-memoria-iii-2012>. Acesso em: 27 jan. 2018.

³⁶⁸ BERTOLINO, Osvaldo. Ato no Tuca lembra 50 anos do golpe de 1964. *Blog do Renato*, 04 abr. 2014. Disponível em: <https://renatorabelo.blog.br/2014/04/04/ato-no-tuca-lembra-50-anos-do-golpe-de-1964/>. Acesso em: 27 jan. 2018.



Figura 6: Inauguração do Monumento ao Nunca Mais, no TUCA.

Alguns dias depois, em 22 de abril, foi inaugurado no Instituto de Química da USP um monumento em homenagem à professora Ana Rosa Kucinski, desaparecida em 1974. A escultura faz parte de uma reparação histórica à professora que, após seu desaparecimento, foi demitida pela Congregação da universidade sob a justificativa de “abandono de emprego” – decisão revogada apenas em 2014, por recomendação da Comissão da Verdade da USP. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, “no monumento, que representa uma flor, uma placa registra que Ana Rosa foi ‘sequestrada e morta pela ditadura’. Para o vice-reitor da USP, Vahan Agopyan, a homenagem é um reconhecimento de que a universidade cometeu um erro ao ter demitido a professora³⁶⁹”.

³⁶⁹ URIBE, Gustavo. USP planeja memorial para mortos e desaparecidos na ditadura. *Folha de S. Paulo*, Poder, 22 abr. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1443828-usp-planeja-memorial-para-mortos-e-desaparecidos-na-ditadura.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2018.



Figura 7: Bernardo Kucinski e o monumento à irmã, Ana Rosa Kucinski, no Instituto de Química da USP.

Dois dias antes da entrega do relatório final da CNV, em 8 de dezembro de 2014, foi inaugurado em São Paulo o Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos, no portão 10 do Parque do Ibirapuera. O memorial foi o primeiro na cidade a listar os nomes dos 436 mortos e desaparecidos do período e foi concebido pelo artista plástico Ricardo Ohtake – responsável também pelo memorial de Perus –, por solicitação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e da Prefeitura da Cidade de São Paulo. O prefeito Fernando Haddad, no dia da inauguração, afirmou que:

muitos órgãos de repressão se instalaram na região do Ibirapuera. É, talvez, o parque mais visitado da cidade de São Paulo. Então é um gesto importante, lembrar o que aconteceu num período recente da história do Brasil e afastar completamente qualquer possibilidade de que a nossa liberdade esteja comprometida³⁷⁰.

³⁷⁰ Haddad inaugura em SP monumento em homenagem a mortos na ditadura. G1, 08 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/12/haddad->

O texto do monumento está em conformidade com e reforça a memória hegemônica sobre a ditadura: “A cidade de São Paulo homenageia aqui todos os que deram suas vidas à luta pela liberdade e pela democracia no Brasil. Não esqueceremos. Conhecer para não repetir”.



Figura 8: Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos.

A gestão de Fernando Haddad foi responsável por outras ações de memória sobre o regime militar. O 3º Festival de Direitos Humanos, em 2015, – organizado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos – promoveu uma grafiteagem nos muros do Cemitério Dom Bosco, local da vala clandestina de Perus. As imagens tratavam sobre a história da

[inaugura-em-sp-monumento-em-homenagem-mortos-na-ditadura.html](#). Acesso em: 27 jan. 2018.

ditadura e dos trabalhadores do bairro³⁷¹. Em 2016, inaugurou o programa Ruas de Memória, “que pretende alterar progressivamente e de maneira participativa o nome de logradouros que homenageiam violadores de direitos humanos da ditadura militar³⁷²” – o projeto, no entanto, foi descontinuado pela gestão do prefeito João Doria. No mesmo ano, a Prefeitura implantou o Jardim “Pra não dizer que não falei das flores”, no Cemitério Vila Formosa, em homenagem aos desaparecidos políticos Sérgio Correa e Virgílio Gomes da Silva.

A última iniciativa que se tem conhecimento é a instalação de placa no Cemitério Dom Bosco, em setembro de 2017. A placa homenageia os 31 mortos com ossadas já identificadas, enterrados na vala de Perus. Além dela, foram plantados 31 ipês no local. “A placa atende a recomendações das comissões da Verdade Nacional e Municipal de São Paulo, que sugeriram a instalação de marcas de memória nos cemitérios municipais onde foram encontrados indícios ou documentos que atestem que ali foram enterrados militantes políticos³⁷³” e foi uma parceria das Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania, do Verde e Meio Ambiente e o Serviço Funerário do Município de São Paulo³⁷⁴. O projeto prevê placas em mais dois cemitérios,

³⁷¹ Trilhas da memória e grafite em muro do cemitério agitam Perus nos dias 12 e 13/12. Disponível em: <https://movimentofabricaperus.wordpress.com/2015/12/09/trilhas-da-memoria-e-grafite-em-muro-do-cemiterio-agitam-perus-nos-dias-12-e-1312/>. Acesso em: 27 jan. 2018.

³⁷² Ruas de memória. *Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania*, 2016. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/direito_a_memoria_e_a_verdade/programas_e_projetos/index.php?p=221739. Acesso em: 04 mai. 2018.

³⁷³ CRUZ, Elaine P. Placa instalada no Cemitério de Perus lembra mortos durante a ditadura militar. *EBC Agência Brasil*, Direitos Humanos, 04 set. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-09/placa-instalada-no-cemiterio-de-perus-lembra-mortos-durante>. Acesso em: 27 jan. 2018.

³⁷⁴ Cemitérios de SP ganharão placas em homenagem às vítimas da ditadura militar. *G1*, 31 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/cemiterios-de-sp-ganharao-placas-em-homenagem-as-vitimas-da-ditadura-militar.ghtml>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Cemitério da Vila Formosa e Cemitério Campo Grande, mas não se obteve confirmação da instalação destas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

História e memória, apesar de constantemente associadas, são diferentes. De acordo com Ulpiano Meneses, “a memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva ³⁷⁵”. Pierre Nora caracteriza a memória como “lembrança sagrada”, e a História, por sua vez, como “laicizante, crítica³⁷⁶”. A memória pode se tornar fonte importante para o historiador, possibilitando-o realizar uma “análise da evolução das formas e dos usos do passado desenvolvidos por grupos significativos sobre um dado período” – uma *História da memória*³⁷⁷ e este foi o objetivo deste artigo.

Pôde-se notar que, no Brasil, a memória sobre a ditadura civil-militar foi forjada no período pós-Anistia, baseada numa forte crítica ao regime e numa ideia de resistência democrática. As experiências de luta armada foram criticadas e minimizadas, tratadas como radicalismos juvenis. Essa é a memória hegemônica, que perdurou por todas as décadas apresentadas, sendo empreendida tanto pela sociedade civil

³⁷⁵ MENESES, Ulpiano T. B. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, 1992, p. 22.

³⁷⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, n. 10, dez. 1993.

³⁷⁷ LVOVICH, Daniel e BISQUERT, Jaquelina. La cambiante memoria de la dictadura. Discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008, p. 8-9.

quanto, mesmo que tardiamente, pelo Estado, em suas políticas públicas memoriais.

São Paulo, conforme apresentado nesse texto, empreendeu uma quantidade significativa de políticas de reconhecimento de lugares de memória e transformações de locais em sítios de consciências. Essas iniciativas, nos anos mais próximos à redemocratização, vieram principalmente da sociedade civil. A partir da década de 1990, houve um aumento significativo de envolvimento do Estado nas solicitações.

Curioso notar que, no período de mais intenso debate e políticas memoriais empreendidas por governos progressistas (petistas, em sua maioria, em instância federal e municipal, no caso de SP – prefeito Fernando Haddad), é que ressurgiram as memórias simpatizantes do regime ditatorial. Atualmente, em relação a políticas de Estado municipais, com a mudança de gestão, observa-se uma ruptura com a tradição do lembrar a ditadura, não havendo mais priorização de iniciativas com esse viés.

A batalha pela memória sobre o período está cada vez mais acirrada, sendo usada para legitimar ou deslegitimar posições ideológicas em relação ao contexto político do presente.

BIBLIOGRAFIA

ANTONINI, Anaclara Volpi. *Marcas da memória: o DOPS nas políticas de preservação do patrimônio cultural no centro de São Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em:

http://www.gesp.ffmpeg.usp.br/sites/gesp.ffmpeg.usp.br/files/TGI_Anaclara%20Volpi%20Antonini_2012.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018.

_____. *Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

ARRUDA, Roldão. Condephaat define na segunda tombamento do DOI-Codi. *Blog Roldão Arruda, O Estado de S. Paulo*, 23 jan. 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/condephaat-define-nas-segunda-27-destino-da-sede-do-doi-codi/>. Acesso em: 27 jan. 2018.

- BAUER, Caroline S. *Como será o passado?* História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- BRIONES, Marcia. Sítios de consciência, a memória e a comunicação. *ALCAR 2015 – 10º Encontro Nacional de História da Mídia*, UFRGS, 2015. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-alternativa/sitios-de-consciencia-a-memoria-e-a-comunicacao/at_download/file. Acesso em: 27 jan. 2018.
- GABNEBIN, J. M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- LVOVICH, Daniel e BISQUERT, Jaquelina. *La cambiante memoria de la dictadura. Discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.
- MENESES, Ulpiano T. B. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, 1992.
- NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015.
- NEVES, Deborah. Edifícios da(e) Repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização – Maria Antônia, Arco Tiradentes, El Olimpo e Club Atlético. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História*, Campinas, set. 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1337293063_ARQUIVO_Edificiosda_e_Repressaoaconstrucaodossentidosociaisatravesdapatrimonializacao.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, n. 10, dez. 1993.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.
- PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. *Presídio Tiradentes*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014a. Disponível em: http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130740251278039152_192_PRESIDIO_TIRADENTES.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018.
- _____. *Cemitério Dom Bosco*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014b. Disponível em: http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130740247271591375_054_CEMITERIO_DOM_BOSCO.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018.
- _____. *Auditoria da Justiça Militar*. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130834477730908594_FICHA_COMPLETA_AUDITORIA_MILITAR.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018.
- REIS, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda dos anos 60. In: REIS, Daniel Aarão, et. al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, pp. 81-91.
- SEIXAS, Ivan A.; SOUZA, Silvana A. Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil. *Revista Estudos de Sociologia*, v. 20, n. 39, 2015. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7895/5627>. Acesso em: 27 jan. 2018.
- SILVA, Elson L. M. T. *Construções da ditadura: a memória das ditaduras militares do Brasil e da Argentina em lugares edificados*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2014.

TEKLIK, Joanna; MESNARD, Philippe. El viaje a Auschwitz: ¿turismo de la memoria o turismo cultural? In: FLEURY, Beatrice; JACQUES, Walter. *Memorias de la piedra*: ensayos em torno a lugares de detención y massacre. Buenos Aires: Ejercitar la memoria, 2011.

TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo. *Lua Nova*, n. 96, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n96/0102-6445-ln-96-00191.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

FONTES

BERTOLINO, Osvaldo. Ato no Tuca lembra 50 anos do golpe de 1964. *Blog do Renato*, 04 abr. 2014. Disponível em: <https://renatorabelo.blog.br/2014/04/04/ato-no-tuca-lembra-50-anos-do-golpe-de-1964/>. Acesso em: 27 jan. 2018.

BRASIL. Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995. *Diário Oficial da União*, 5 de dezembro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140compilada.htm. Acesso em: 27 jan. 2018.

_____. Lei no 10.559, de 13 de novembro de 2002. *Diário Oficial da União*, 14 de novembro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10559.htm. Acesso em: 27 jan. 2018.

Câmara inaugura escultura em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog. *Jornal da USP*, 25 out. 2016. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/camara-inaugura-escultura-em-homenagem-ao-jornalista-vladimir-herzog/>. Acesso em: 24 jun. 2018.

Cemitérios de SP ganharão placas em homenagem às vítimas da ditadura militar. *G1*, 31 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/cemiterios-de-sp-ganharao-placas-em-homenagem-as-vitimas-da-ditadura-militar.ghtml>. Acesso em: 27 jan. 2018.

CRISTINA, Ane. Memorial relembra membros da USP vítimas da ditadura militar. *Jornal da USP*, 10 jan. 2018. Disponível em: <http://jornal.usp.br/cultura/memorial-da-ditadura-e-o-esquecimento-do-passado/>. Acesso em: 27 jan. 2018.

CRUZ, Elaine P. Placa instalada no Cemitério de Perus lembra mortos durante a ditadura militar. *EBC Agência Brasil*, Direitos Humanos, 04 set. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-09/placa-instalada-no-cemiterio-de-perus-lembra-mortos-durante>. Acesso em: 27 jan. 2018.

DOMINGOS, Roney. Praça com nome de Vladimir Herzog é reinaugurada no Centro de SP. *G1*, 26 out. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/praca-com-nome-de-vladimir-herzog-e-reinaugurada-no-centro-de-sp.html>. Acesso em: 24 jun. 2018.

Evento reinaugura escultura em homenagem a Carlos Marighella. *Terra*, 04 nov. 2004. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI416437-EI1194,00-Evento+reinaugura+escultura+em+homenagem+a+Carlos+Marighella.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Haddad inaugura em SP monumento em homenagem a mortos na ditadura. *G1*, 08 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/12/haddad-inaugura-em-sp-monumento-em-homenagem-mortos-na-ditadura.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Homenagem a Marighella causa polêmica em SP. *Diário do Grande ABC*, Nacional, 03 nov. 1999. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/175084/homenagem-a-marighella-causa-polemica-em-sp>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Marcas da Memória III – 2012. *Ministério da Justiça e Segurança Pública*. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/projetos/marcas-da-memoria-iii-2012>. Acesso em: 27 jan. 2018.

MORENO, Ana Carolina. Reitoria da USP retira placa de obra que falava em 'Revolução de 1964'. *G1*, 04 out. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/10/reitoria-da-usp-retira-placa-de-obra-que-falava-em-revolucao-de-1964.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Nas velhas celas do Dops, Memorial da Resistência. *O Estado de S. Paulo*, Política, 02 mai. 2008. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral/nas-velhas-celas-do-dops-memorial-da-resistencia,166247>. Acesso em: 27 jan. 2018.

ORSI, Carlos. Tombamento pelos tombados. *Jornal da Unicamp*, n. 592, 2014. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/592/tombamento-pelos-tombados>. Acesso em: 04 mai. 2018.

Praça Vladimir Herzog é inaugurada no centro de SP. *Catraca Livre*, 24 out. 2013. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/sp/arquivo/indicacao/praca-vladimir-herzog-e-inaugurada-no-centro-de-sp/>. Acesso em: 25 jun. 2018.

Prédio onde funcionou DOI-Codi de São Paulo é tombado. *Carta Capital*, Sociedade, 28 jan. 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/predio-onde-funcionou-doi-codi-de-sao-paulo-e-tombado-5490.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

RODRIGUES, Marly; FRAGONI, Walter. Parecer Processo n. 31720/94 – Condephaat. 26 jan. 1994. Disponível em: http://www4.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads/tuca/o-incendio-e-a-reconstrucao/processo_31720-94-tombamento-tuca-e-puc.pdf. Acesso em: 27 jan. 2018.

Ruas de memória. *Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania*, 2016. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/direito_a_memoria_e_a_verdade/programas_e_projetos/index.php?p=221739. Acesso em: 04 mai. 2018.

SÃO PAULO (Cidade). Decreto n. 38.569, de 3 de novembro de 1999. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, 4 nov. 1999, p. 1.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 46.508, de 21 de janeiro de 2002. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2002/decreto-46508-21.01.2002.html>. Acesso em: 27 jan. 2018.

URIBE, Gustavo. USP planeja memorial para mortos e desaparecidos na ditadura. *Folha de S. Paulo*, Poder, 22 abr. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1443828-usp-planeja-memorial-para-mortos-e-desaparecidos-na-ditadura.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2018.

HERANÇA AUTORITÁRIA E A “ESTADANIA”: O ESTADO BRASILEIRO, A “QUESTÃO SOCIAL” E O HORIZONTE DO POSSÍVEL DE UMA AGENDA PROGRESSISTA NACIONAL³⁷⁸

Resumo: Pensar o Brasil contemporâneo sob a dimensão da agenda de problemas políticos concernentes à sociedade brasileira – em torno de dilemas estruturantes da sua história como a busca da modernização econômica, o diagnóstico da desigualdade social e do autoritarismo político – requer um exercício de compreensão histórica de questões e temas que se *presentificam* na história contemporânea. A esse respeito, analisar a temática da cidadania em torno do desenho institucional do Estado brasileiro – diante da conjuntura histórica da Primeira República e do primeiro período de Vargas no poder (1930-45) – em sua relação com a sociedade civil, e propor uma breve reflexão acerca da possibilidade de formulação de um projeto político progressista para o país constitui o núcleo substantivo do artigo proposto.

Palavras-chave: Estado brasileiro; Questão social; Cidadania; Agendas políticas.

Abstract: *Thinking about contemporary Brazil under the dimension of the agenda of political problems concerning Brazilian society - around the structural dilemmas of its history as the search for economic modernization, the diagnosis of social inequality and political authoritarianism - requires an exercise of historical understanding of issues and themes that are present in contemporary history. In this regard, to analyze the theme of citizenship around the institutional design of the Brazilian State - in view of the historical conjuncture of the First Republic and the first period of Vargas in power (1930-45) - in its relation with civil society, and propose a brief reflection on the possibility of formulating a progressive political project for the country constitutes the substantive nucleus of the proposed article.*

Keywords: *Brazilian State; Social issues; Citizenship; Political programs.*

³⁷⁸ Gabriel Duarte Costaguta (<http://lattes.cnpq.br/6670955648448682>) e Daniel Machado Bruno (<http://lattes.cnpq.br/6670955648448682>) são mestrandos pela PUC – RS

Artigo recebido em 10/03/2018 e aprovado em 24/07/2018

INTRODUÇÃO

A atualidade da agenda de problemas políticos e sociais estabelecida no contexto dos anos 1930, em período marcado pelo processo histórico conhecido como Revolução de Trinta³⁷⁹, faz-se notar, ainda com certa vigência, na sociedade brasileira contemporânea sob a ótica da recorrência de questões tais como a cordialidade do povo brasileiro, o baralhamento entre público e privado na gestão estatal³⁸⁰, o patrimonialismo do Estado³⁸¹, o personalismo³⁸² característico das relações sociais, a necessidade de modernizar o país como forma de superar o seu “atraso” crônico, a lógica particularista dos partidos políticos (e sua consequente não-representatividade) e a ausência de espírito coletivo da sociedade civil, pouco participativa no debate público³⁸³ – representações, em geral, que configuram o que poderíamos chamar de imaginário social³⁸⁴ brasileiro. Em termos de síntese do debate

³⁷⁹FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 7ª edição.

³⁸⁰Sobre essa discussão entre público e privado no Brasil, ler: BOTELHO, André. *Público e privado no pensamento social brasileiro*. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lília. “Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança”. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 418-429;

³⁸¹Já trabalhado por Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil”, essa discussão é desenvolvida por Raymundo Faoro em “Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro”.

³⁸²Ver: VIANNA, F. J. Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1920.

³⁸³Estudo recente do cientista político Leonardo Avritzer apresenta outro ponto de vista, destacando o progresso da participação coletiva do brasileiro na gestão política ao longo do século XX por meio de práticas cidadãs organizadas. Ver: *Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático*. Campinas: Opinião Pública, vol. 14, nº 1, junho, 2008, pp. 43-64.

³⁸⁴À luz deste conceito estamos pensando próximo a categoria de Baczko, em que o mesmo compreende imaginário social enquanto um composto de diferentes sistemas de símbolos (como, por exemplo, as ideologias, as religiões, as utopias, etc.). Aplicada ao caso brasileiro estamos compreendendo imaginário social enquanto mapa simbólico que permite visualizar e compreender a identidade nacional. Para isso, ver: BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

referente ao desenho dos projetos de identidade e de desenvolvimento nacionais, autores como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos, inscritos no campo de pensamento conservador, próximos política e ideologicamente ao governo Vargas (em seu primeiro período, de 1930-1945), formularam categorias de análise do passado histórico do país como instrumento de identificação das raízes dos dilemas políticos e sociais a serem enfrentados na conjuntura de disputa do empreendimento político-intelectual de constituição da nação (*nation-building*) e do modelo de estado (*state-building*³⁸⁵).

Este conjunto de questões integra, portanto, uma agenda política que se tornou, historicamente, componente da cultura política brasileira³⁸⁶, associada a discursos e a imaginários autoritários que recorrentemente retornam à cena pública nacional. É sobre este universo do político³⁸⁷ que buscamos observar aspectos de recorrência em relação à atuação do Estado brasileiro frente às políticas de resoluções de conflitos sociais e, por conseguinte, apontar dimensões de continuidade de sua lógica operante mesmo em conjunturas de mudança institucional.

Pensando em uma perspectiva histórica de longa duração no período republicano, o equacionamento dos dilemas políticos e sociais apontados e sua superação, tornaram-se constitutivos de agendas políticas que, de algum modo, balizam aspectos-chave da vida política

³⁸⁵ Expressão retirada de Bolívar Lamounier. Ver: *O modelo institucional dos anos 30 e a presente crise brasileira*. In: Estudos Avançados, vol. 6, nº 14, 1992, p. 42.

³⁸⁶ Sobre o conceito de cultura política aplicado ao estudo da sociedade brasileira, sobretudo sua versão autoritária, ver: LYNCH, Christian. *Cultura política brasileira*. In: Revista da Faculdade de Direito UFRGS, n. 36, 2017; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política*. In: ABREU, Luciano A. & MOTTA, Rodrigo P. S. (org.). "Autoritarismo e cultura política". Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

³⁸⁷ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

brasileira. Assim, são tópicos que mantêm certa atualidade se procedermos a um exercício de crítica histórica³⁸⁸ cuja proposição é historicizar a conjuntura atual³⁸⁹, em um contexto no qual os projetos políticos de base nacional retornam ao debate público após uma longa crise nos anos 1980-90³⁹⁰. Este empreendimento se justifica na tessitura do texto na medida em que está articulado a projeção de uma agenda política de mudanças sociais que se reivindicam enquanto progressistas, lacuna apontada pela historiografia em estudos recentes³⁹¹.

A CIDADANIA EM QUESTÃO NO BRASIL REPUBLICANO: LEITURAS DA HISTORIOGRAFIA

Problemática chave da ciência política e da sociologia política enquanto disciplinas acadêmicas que visam a apreender o social e o político em suas interconexões, a relação entre Estado e sociedade civil pode ser analisada sob a visada teórica da incorporação do mundo social ao mundo dos direitos, isto é, a integração dos sujeitos à órbita da comunidade política, de onde deriva a condição de cidadão político. Este aspecto, aplicado à vida político-social nacional, passa por modificações substanciais no que tange a dois contextos distintos do período republicano, a saber, a chamada Primeira República, e a conjuntura do pós-Revolução de 1930. Para tanto, a análise dos modelos institucionais do Estado brasileiro nesses dois momentos se faz importante

³⁸⁸ Ver: GARRIDO, Álvaro. *O corporativismo como ideia e objeto de estudo*. In: "Queremos uma economia nova! Estado novo e corporativismo". Lisboa: Temas e debates – círculo de leitores, 2016, pp. 17-83.

³⁸⁹ Sobre essa concepção de história, ver: CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: "A escrita da história". Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, pp. 65-119.

³⁹⁰ Ver: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Brasil, sociedade nacional-dependente*. In: Novos Estudos CEBRAP, 93, julho 2012, pp. 101-121.

³⁹¹ Ver: AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2016.

para a compreensão do processo de incorporação à agenda governamental de demandas da sociedade política.

Conceitos e teorias foram formulados na historiografia brasileira para compreender e explicar a conquista de direitos políticos e sociais no país, sob a égide do aparato Estatal³⁹², em trabalhos como os de Wanderley Guilherme dos Santos e José Murilo de Carvalho. Em torno de suas interpretações, conceitos como “cidadania regulada” (Wanderley Guilherme) e “estadania” (José Murilo de Carvalho), marcados por acentuar o peso e o papel do Estado na incorporação de indivíduos ao mundo dos direitos por via da concessão, da troca de favores - práticas clientelistas – e pela lógica do privilégio (e não do direito assegurado por garantias constitucionais) reposicionam o debate mais amplo acerca da natureza do Estado brasileiro e de seu *estamento burocrático*³⁹³ na organização e direção da vida nacional.

Segundo José Murilo:

Estadania seria um traço da cultura política que levaria as pessoas a buscarem a proteção do Estado, seja na expansão das políticas sociais, seja em benefícios mais imediatos como o emprego público. Ela contrasta com a cidadania, que implica ativismo e luta pela transformação do Estado, e não apenas pela inclusão em seu guarda-chuva protetor.³⁹⁴

³⁹² Nos contornos deste artigo, privilegiamos a ênfase de centralidade do Estado na lógica de incorporação ao mundo dos direitos, haja vista a análise do caráter autoritário recorrente nesse *modus operandi*. Reconhecemos que o mesmo trabalho poderia ser feito do ponto de vista da análise das lutas políticas travadas por movimentos sociais - organizadas ou não – na conquista desses direitos. A dimensão trabalhada por uma série de estudos da historiografia, tais como: GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 2005.; BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009.; OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1999.

³⁹³ Conceito-chave da interpretação de Raymundo Faoro sobre o processo político-administrativo da política brasileira. Ver: FAORO, Raymundo. *Os Donos do poder*. Porto Alegre: O Globo, 1975.

³⁹⁴ Consultar: CARVALHO, José Murilo. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo, República*. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lília (org.). “Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança”. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.341.

A partir dessa interpretação, da condição de cidadania política ao âmbito da atuação estatal, observa-se que as formas de exercício e estruturação do poder no país vêm sendo compreendidas na historiografia brasileira como fenômeno cujas elites dirigentes e seu corpo oligárquico atuam numa lógica de cooptação, isto é, busca-se orbitar as demandas da sociedade em torno de pautas concertadas pelos grupos que detêm maior poder decisório³⁹⁵, afastadas do princípio da representação popular. Édson Nunes³⁹⁶, em aproximação a esse debate, chegou a afirmar ser o clientelismo³⁹⁷ uma das gramáticas políticas do Brasil contemporâneo.

Nas últimas décadas, visando a compreender a configuração da ordem política nacional, cientistas políticos como Wanderley Guilherme dos Santos³⁹⁸, Gildo Marçal Brandão³⁹⁹, Bolívar Lamounier⁴⁰⁰, José Murilo

³⁹⁵ Vanda Maria Ribeiro Costa, ao oferecer mais uma interpretação sobre o corporativismo no Brasil em sua obra “A Armadilha do Leviatã”, defende a tese de que a estruturação do Estado brasileiro Brasil em princípios corporativos se estabeleceu com vistas a responder primordialmente os interesses da classe empresarial/industrial paulista, enquanto que para a representação dos interesses oriundas da classe trabalhadora a solução se deu a partir de um sindicalismo tutelado. In: COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *A armadilha do leviatã: a construção do corporativismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

³⁹⁶ Ver: NUNES, Edson. *A Gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2003, 3ª ed.

³⁹⁷ Interessante notar que a lógica do favor como traço da identidade política nacional já é trabalhada no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis ao estudar a sociedade escravocrata do Segundo império, e no ensaio de crítica cultural de Roberto Schwarz, para o qual o *favor* configura o *lugar* de enraizamento da ideologia liberal no país. Ver: SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

³⁹⁸ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978;

³⁹⁹ BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007;

⁴⁰⁰ LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014;

de Carvalho ⁴⁰¹ e Luiz Werneck Vianna ⁴⁰² propuseram modelos interpretativos da chamada imaginação política brasileira ⁴⁰³, que influencia teoricamente a construção institucional do Estado nacional. Este nexos analítico, que busca apreender as tradições do pensamento político brasileiro, vem sendo estudado em profusão ⁴⁰⁴. Em suas construções interpretativas acerca dos valores políticos referentes à organização do poder, a disputa entre dois grupos majoritários oponentes, como os denominados “autoritários instrumentais” e “liberais doutrinários” (SANTOS) ⁴⁰⁵, dos “idealismo orgânico”, “idealismo constitucional”, “pensamento radical de classe média” e “marxismo de matriz comunista” (BRANDÃO) ⁴⁰⁶, dos “liberais” *versus* “antiliberais” (LAMOUNIER) ⁴⁰⁷ e dos “americanistas” *versus* “iberistas” (CARVALHO e VIANNA) ⁴⁰⁸, conformou, na historiografia deste campo de estudo, uma visão dicotômica que consagra a leitura da oligarquização da nossa

⁴⁰¹ CARVALHO, José Murilo de. *A utopia de Oliveira Vianna*. In: BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim. “O pensamento de Oliveira Vianna”. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, pp. 13-42;

⁴⁰² VIANNA, Luiz Werneck. *Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*. In: BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim. “O pensamento de Oliveira Vianna”. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, 351-404;

⁴⁰³ Expressão utilizada por Wanderley Guilherme dos Santos. Consultar: *Raízes da imaginação política brasileira*. In: Dados, n. 7, 1970, pp. 137-61.

⁴⁰⁴ Ver: LYNCH, Christian. *Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens*. In: Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 19, janeiro-abril de 2016, pp. 75-119.

⁴⁰⁵ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Raízes da imaginação política brasileira*. In: Ordem burguesa e liberalismo político.

⁴⁰⁶ BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007.

⁴⁰⁷ LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁴⁰⁸ CARVALHO, José Murilo. *A utopia de Oliveira Vianna*. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp, 1993. VIANNA, Luiz Werneck. *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Viana com Tavares Bastos*. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp, 1993.

ordem política, tendo em vista o confronto entre as elites políticas ora mais liberais, ora mais autoritárias, de acordo com a conjuntura.

Visto isso, uma das pautas de nossa agenda política contemporânea segue sendo o aprofundamento da democracia em seu sentido de inclusão social na incorporação de demandas de diferentes grupos de interesse (a ampliação da chamada esfera pública), na institucionalização de direitos sociais previstos pela constituição de 1988 - a chamada Constituição “cidadã”. Um dos desafios, portanto, é sua compatibilização com um governo de tipo republicano no âmbito da gestão pública (fiscal, administrativa) e da moralidade da conduta que discerne o espaço público do privado. Em outros termos, se pensarmos metodologicamente sob o prisma da tipologia *racional-legal* burocrática do Estado moderno de Weber⁴⁰⁹ conjugada à normatividade da extensão da esfera pública na teoria da *democracia deliberativa* de Habermas⁴¹⁰, existe um déficit democrático que uma agenda de teor progressista precisa lidar na construção de um programa político de mudanças sociais.

Nessa perspectiva, examinar dois períodos da história brasileira sob o ângulo de análise das concepções gerais do modelo institucional do Estado sobre a promoção da cidadania (social e política) torna-se plausível do ponto de vista de uma crítica da razão histórica que identifique permanências e mudanças de um fenômeno em constante debate na sociedade brasileira: a busca pela representação de interesses, da efetivação da cidadania e das garantias constitucionais à população.

⁴⁰⁹ Ver: WEBER, Max. “Os tipos de dominação”. In: *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. Da UNB, cap. III, pp. 139-188.

⁴¹⁰ Ver: HABERMAS, Jurgen. *Tres modelos de democracia: sobre el concepto de una política deliberativa*. Valencia: Episteme, 1994.

Da Primeira República liberal-oligárquica ao autoritarismo
varguista do pós-1930: dois modelos de Estado e de promoção
da cidadania brasileira

A discussão sobre o papel do Estado brasileiro enquanto instituição mediadora de conflitos sociais se insere, em nossa concepção, em um debate mais amplo relativo à estrutura autoritária do próprio Estado⁴¹¹. Debruçando-nos sobre o processo de transição do período monárquico para o republicano no Brasil, e sobre as inovações que a promulgação da segunda constituição brasileira (1891) trariam em se tratando de cidadania como princípio da relação – e atribuição de direitos aos que ela se destinava - entre Estado e sociedade na então recém instaurada República, podemos considerar que o papel desempenhado pelo Estado obedeceu a lógica autoritária, como “um novo roteiro para a mesma peça”⁴¹². Nessa perspectiva, a chamada “questão social”, denominação europeia dada às formulações de políticas públicas que auxiliavam na redução crescente da pobreza da classe operária e no controle dos conflitos que deste ambiente emergiam em fins do século XIX⁴¹³, fora adequada ao cenário brasileiro sob outro nexos lógico.

Como aponta a historiografia, para além da difícil inserção social das camadas menos favorecidas social e economicamente em um contexto de abolicionismo forçado e imigrações em massa de mão-de-obra europeia⁴¹⁴, as posições do Estado frente os conflitos oriundos das

⁴¹¹ Ver este debate em: FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: O Globo, 1975.

⁴¹² Expressão utilizada por Cláudia Viscardi em: VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2012, p.31.

⁴¹³ O historiador Daniel Aarão Reis Filho trabalha este conceito aplicado à sociedade brasileira no seguinte artigo. Ver: *Estado e trabalhadores: o populismo em questão*. In: Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, pp. 87-108, 2007.

⁴¹⁴ Emília Viotti da Costa, historiadora especialista na escravidão brasileira, afirma que: “O rápido crescimento das plantações de café fez do trabalho o problema mais urgente. Como podiam os fazendeiros satisfazer suas necessidades de trabalho após a interrupção do tráfico de escravos? O tráfico interno ofereceu a solução temporária,

novas relações sociais – as manifestações contra a exploração do trabalho, resistências populares, reivindicações sociais orientadas ideologicamente, etc. – em um quadro de incipiente urbanização foram marcadas por ações coercitivas (autoritárias), verticalizadas (de “cima para baixo”), a partir da fórmula que identificava tais fenômenos sociais como “casos de polícia”⁴¹⁵, violando, dessa forma, a vinculação destes indivíduos aos direitos de cidadania - paradoxo constitutivo de uma lógica que se advogara republicana.

Se à República enquanto forma política do bom governo incumbe a responsabilidade com a gestão do bem público e da igualdade de direitos civis e políticos entre o povo tornado, assim, cidadão, como justificar o funcionamento de um regime político cuja orientação sistemática, seu *modus operandi*, correspondia à lógica do coronelismo e dos pactos entre o âmbito local e o nacional na manutenção da ordem social? É nesse ambiente que Washington Luís, presidente do Brasil entre 1926-1930, afirmara em certa ocasião que “a questão social é caso de polícia”, reforçando o fundamento da atuação estatal acima exposta. Com o intuito de historicizar o presente, o seguinte raciocínio emerge do cenário político que temos acompanhado nos últimos anos: estaria o governo procedendo no pós-impeachment de forma similar a este presidente da Primeira República em relação às políticas públicas?

mas a auto reprodução dos escravos não podia satisfazer a demanda imediata. Os fazendeiros das áreas em expansão haviam encontrado a resposta na imigração. Provavelmente, não teriam procurado alternativas para o trabalho escravo se não estivessem ante múltiplas pressões. Além disso, se tivessem mais confiança nas possibilidades de sobrevivência da escravidão ou não tivessem encontrado alternativas, teriam lutado para manter a instituição”. In: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.366.

⁴¹⁵ Uma discussão interessante sobre a “questão social” como “caso de polícia” na Primeira República pode ser encontrada em: BARISON, Mônica S. *Caso de polícia: reflexões sobre a “questão social” e a Primeira República*. UNIFOA, Cadernos 22, pp. 43-51.

O descaso em relação à resolução democrática de conflitos sociais, encarados enquanto problemas a serem extintos de forma autoritária e sem diálogo, na base da repressão, assemelham-se a uma forma de pensar politicamente não-republicana (sem legitimidade popular, se tomarmos o conceito rousseauiano de vontade geral) do período pré-Vargas?⁴¹⁶

É manifesto que o período pós-Primeira Guerra Mundial gerou transformações no campo das ideologias políticas⁴¹⁷ vigentes na Europa e na América Latina, agravadas com a crise internacional de 1929, reverberando com intensidade nas ideias – e, por consequência, nas produções intelectuais – dos autores que se propunham a conjecturar uma alternativa político-institucional modernizadora para seus países em contexto de crise do regime liberal. No Brasil, o antiliberalismo, de matriz estatista e centralizadora, que delegava ao Estado a função de construir a nação para destituir o império do caudilhismo e da *política de clãs*⁴¹⁸ exercida no período precedente, ascende ao poder junto a Getúlio Vargas em 1930. Nesta década, um novo Estado foi engendrado com a contribuição massiva de intelectuais autoritários⁴¹⁹ como Oliveira Vianna,

⁴¹⁶ Não estamos afirmando que o período pós-1930 caracteriza-se pela atuação política em sentido rousseauiano, de forma alguma. Apenas chamamos atenção para o fato de que a lógica republicana no Brasil, pelo menos desde a Constituição de 1891, em grande parte inspirada na constituição norte americana, não se refletiu nas atitudes políticas do estamento que detinha o poder durante a Primeira República. Em nossa concepção, o Brasil “vestiu” seu liberalismo conservador de republicano.

⁴¹⁷ O movimento ideológico mundial, basicamente europeu, reflete a conjuntura de ascensão de projetos autoritários e totalitários à esquerda e à direita no mundo pós-II Guerra Mundial, caracterizado pela crise do sistema liberal-democrático. Ver: BAUMER, Franklin. *O Pensamento Europeu Moderno: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, vol. II.

⁴¹⁸ Ver: VIANNA, Oliveira. *Pequenos Estudos de Psicologia Social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

⁴¹⁹ Para a compreensão da ideologia autoritária no Brasil, assim como o papel dos intelectuais na política do país, ver: DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 1930*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997; LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento autoritário na Primeira República*. IN: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990; MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil 1930/1945*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1978; PÉCAUT, Daniel.

Francisco Campos e Azevedo Amaral⁴²⁰. Interessante notar, porém, que foi a partir da lógica autoritária dos intelectuais da década de 1930 que a “questão social” deixou de ser encarada como “questão de polícia” para se tornar “questão de política”, isto é, a repressão passava a ser a saída institucional quando a incorporação de interesses sociais junto ao arcabouço institucional não gerava a tão buscada harmonia social, característica de regimes de tipo conservador⁴²¹.

Segundo o historiador Daniel Aarão Reis Filho:

A partir da irrupção do movimento civil-militar de 1930, mal chamado de revolucionário, assume o poder no Brasil ou, pelo menos, ocupam postos importantes no aparelho central do Estado grupos identificados com a corrente política e doutrinária do positivismo gaúcho [...]. Essa corrente, liderada por Getúlio Vargas, tem como perspectiva fazer com que a questão social, considerada até então de um ângulo repressivo, policial, se transforme numa questão política e nesse sentido começam a aparecer as primeiras legislações que vão integrar, amparar, proteger, assistir os trabalhadores e também controlá-los e se for o caso, reprimi-los, se os trabalhadores não se enquadrarem, não se disciplinarem segundo as novas regras.⁴²²

O lado modernizante⁴²³ do primeiro governo Vargas, observável no plano institucional e na reestruturação do Estado em sua relação com a

Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ed. Ática, 1989; SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004; SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Ed. Da Unicamp, 2015.

⁴²⁰ Cabe notar que, tanto Oliveira Vianna como Francisco Campos compuseram os quadros burocráticos do Estado durante o primeiro momento de Vargas no poder. Já Azevedo Amaral, embora não tenha exercido cargo político do regime, foi seu notório defensor em suas obras.

⁴²¹ Sob este conceito político, estamos compreendendo um posicionamento que busca a conciliação social, a partir do controle da mudança da ordem, apresenta uma explicação naturalizada da sociedade e se formula teoricamente em caráter reativo às transformações sociais e aos posicionamentos tidos como progressistas. Para isso, ver: RICUPERO, Bernardo. *O conservadorismo difícil*. In: “Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil”. São Paulo: Hucitec, 2010, pp.76-94.; LYNCH, Chrstian. *Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burk e o pensamento político do Brasil oitocentista*. In: Lua Nova, São Paulo, n.100, pp.313-362, 2017.

⁴²² Citação retirada de: REIS. Op. Cit.

⁴²³ D’ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

sociedade civil a partir de princípios corporativos, como a criação de sindicatos que teriam a função de organizar os interesses das diferentes classes produtivas da sociedade, foi a primeira tentativa de politizar as questões conflitivas emergidas do tecido social e integrá-las no âmbito dos quadros estatais no contexto de transição de uma sociedade agroexportadora para uma urbano-industrial moderna. Evidentemente, cabe ressalvas a esta forma de incorporação, de viés autoritário, mas a lógica operativa da política brasileira apresentara novo rearranjo. Oliveira Vianna – importante intelectual que colaborou na elaboração da ossatura do novo Estado pós-1930 enquanto teórico e consultor jurídico do Ministério da Justiça -, ao exaltar a posição de Vargas, afirmou que,

Com sua visão realista e pragmática, ele soube colocar a questão social dentro do quadro das nossas realidades. Com o seu claro senso das possibilidades brasileiras, deu ao tremendo problema da reorganização e reabilitação das massas trabalhadoras a solução mais harmoniosa, mais sensata, mais justa, mais consentânea, não só com a nossa estrutura econômica e social, como com a nossa própria índole nacional - com as condições específicas da nossa própria psicologia coletiva.⁴²⁴

Sendo assim, destacando-se o papel de centralidade estatal, o modelo político-institucional que desenhava o Estado brasileiro até 1930 – e sua governabilidade – alterou-se com a conquista do poder conduzida por Vargas, mas sua lógica de atuação manteria um funcionamento autoritário, consolidando a predominância do Estado sobre a sociedade civil⁴²⁵ no país. Desse modo, se o sistema coronelista

⁴²⁴ VIANNA, F. J. Oliveira. *Direito do trabalho e democracia social*: o problema da incorporação do trabalhador no Estado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951. pp.64-65.

⁴²⁵ Na concepção de Faoro, “A longa caminhada dos séculos na história de Portugal e do Brasil mostra que a independência sobranceira do Estado sobre a Nação não é a exceção de certos períodos, nem o estágio, o degrau para alcançar outro degrau, previamente visualizado”. In: FAORO, Raymundo. *A viagem redonda: do*

caracterizava o tipo de dominação articulada entre os elementos locais, estaduais e o nacional na chamada Primeira República, cuja política do pacto dos governadores renovada conjunturalmente entre as elites políticas marcava o exercício do regime político⁴²⁶, no período pós-revolucionário, em contexto de quebra da hegemonia das elites políticas e econômicas, um novo pacto configurou a relação de forças do que viria a ser a política nacional: a lógica do *Estado de compromisso*⁴²⁷. Esta é a expressão de um novo modelo organizacional pactuado entre os grupos dominantes social e economicamente que se coadunam sob a égide da direção estatal. O historiador Boris Fausto, tomando o conceito do cientista político Francisco Weffort, aplicou esta noção à correlação de forças que a época instaurava:

O Estado de compromisso, expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes, corresponde, por outro lado, a uma nova forma de Estado, que se caracteriza pela maior centralização, o intervencionismo ampliado e não restrito apenas à área do café [...]. A nova forma de Estado – mais centralizado, intervencionista – é uma condição básica para a expansão das atividades industriais, mesmo quando deformada e submetida ao capital externo.⁴²⁸

Entendemos, assim, a emergência do Estado intervencionista no Brasil – centralizador, regulador e organizador da nação – como condutor da sociedade, sendo este adjetivo, corporativo, uma das formas de traduzir a dominação política efetiva realizada pelo Estado frente à organização da sociedade. Essa narrativa que enfatiza o peso político do Estado na história brasileira parece pôr em desafio justamente compatibilizar a atuação estatal na redução das desigualdades sociais

patrimonialismo ao estamento. In: *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: O Globo, 1975, p.747.

⁴²⁶ VISCARDI. Op. Cit.

⁴²⁷ Consultar a interpretação de Boris Fausto em: FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 7ª edição.

⁴²⁸ Id., pp. 109-111.

a lógicas que sejam democráticas, dialogadas em relação aos diferentes grupos de interesse que compõem a complexa e multifacetada sociedade brasileira.

DESAFIO CONTEMPORÂNEO DA AGENDA POLÍTICA BRASILEIRA: UMA DEMOCRACIA POLÍTICA E O AVANÇO DA DEMOCRATIZAÇÃO SOCIAL

Uma das plataformas do avanço da sociedade brasileira é a construção de uma agenda política progressista que promova a desenvolvimento social dentro dos parâmetros institucionais da chamada do modelo liberal-democrático. Até esta seção do artigo, analisamos vínculos existentes entre o peso e o papel do Estado brasileiro frente à promoção e extensão da cidadania, ainda que como desdobramento interpretativo a lógica autoritária tenha sido recorrente, mesmo quando as práticas políticas se vestiram de inclusivas, como no período varguista. A compatibilização entre o processo de aprofundamento da democratização social e os quadros da institucionalidade, como pressuposto para a criação de projetos que representem avanços significativos à sociedade, leva-nos, como pensamento final, porém em aberto, a uma reflexão que se proponha a conjecturar um horizonte de possibilidades em relação a agendas progressistas. Nesse sentido, as agendas políticas atuais em disputa conformam programas que dão conta deste desafio? Esta é uma questão de difícil resposta, embora de urgente reflexão.

Se traçarmos um breve paralelo entre a tipologia dos projetos políticos (e seus modelos de Estado) adotados pelos governos no período pós-ditadura civil-militar no país, nos anos 1980, contexto em que o modelo político-institucional autoritário entrara em colapso e a sua reforma estava na ordem do dia, podemos identificar aproximações, em certa medida, entre a agenda do atual presidente, Michel Temer, e o

programa institucionalizado pelo ex-presidente eleito em 1994, Fernando Henrique Cardoso, o qual afirmara, em seu discurso de despedida do Senado Federal, o compromisso de encerrar o legado varguista na política brasileira ⁴²⁹, isto é, assumir a missão de reformar o Estado enquanto agente intervencionista e protecionista⁴³⁰; tratava-se de pôr fim à “Era Vargas”, o que correspondia a um ataque frontal ao modelo de Estado promotor do desenvolvimento econômico e social edificado no período Vargas. É nesse sentido que a agenda governamental de Michel Temer, a partir de suas primeiras medidas como presidente, apresenta reatualizações de uma faceta *liberal-conservadora* da política brasileira, em oposição, em termos de plataforma política, aos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Os governos petistas, por sua vez, apresentam vinculações em sua concepção de Estado ao que podemos denominar de tradição *nacional-estatista* ⁴³¹, autoritária no primeiro período Vargas, e posteriormente ressignificada – na medida em que se torna tradição política - como progressista (retomada oficialmente em discursos) em seus governos. De acordo com o cientista político Luís Felipe Miguel, o Partido dos Trabalhadores assumiu o protagonismo do sistema político-

⁴²⁹Em discurso ao Senado brasileiro em 1994, Fernando Henrique Cardoso se referiu desta forma sobre o legado varguista na história brasileira: “Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na História do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista”. Consultado em 14 de julho de 2017 em: <https://www.brasil247.com/pt/247/economia/100373/FHC-prometeu-mas-n%C3%A3o-enterrou-era-Vargas.htm>.

⁴³⁰ A leitura da preponderância do aparelho burocrático-estamental na sociedade brasileira tem seu expoente na obra clássica de Faoro, já citada. Ver: *Os Donos do Poder*.

⁴³¹ Para a discussão teórica sobre o conceito de nacional-estatismo, ver: LYNCH, Christian. *Cultura política brasileira*. In: Revista da Faculdade de Direito UFRGS, n. 36, 2017.; REIS. Op. Cit.

partidário brasileiro, o que para ele conformou a posição hegemônica no sistema institucional conhecido por presidencialismo de coalizão⁴³².

Com o progresso do “pragmatismo” do PT, que o levou a se adaptar às práticas políticas correntes no Brasil, a distinção que contribuía para balizar o sistema de partidos se esvaneceu. [...] o partido assumiu o comando do “presidencialismo de coalizão”, entendendo plenamente que o preço a pagar para o exercício do poder era a aceitação da forma de fazer política que os agentes tradicionais conheciam e esperavam.⁴³³

A citação acima ilustra o quadro de desencantamento que a crise de representatividade do sistema político desperta na população, na medida em que as expectativas e demandas sociais não são atendidas e o signo da crise parece voltar à tona. Desde junho de 2013, acompanham-se mudanças significativas no cenário político brasileiro e nos discursos dos atores sociais envolvidos diretamente nas pautas do debate público. As manifestações que naquele contexto sociopolítico irromperam, cuja pluralidade reivindicatória era a tônica, e a descrença na representação efetiva dos partidos políticos o motor, apresentavam uma crítica visceral, geral (e genérica, na medida em que a bandeira central do movimento se resumia no “contra tudo o que tá aí”) ao sistema político e à qualidade dos serviços públicos prestados à população nos governos republicanos brasileiros (saúde, educação, segurança, transporte, etc.). Passados pouco mais de um ano destas grandes mobilizações sociais, que granjearam milhões de pessoas, em dezembro de 2014 – momento pós-reeleição de Dilma Rousseff –, emergiu a formação de uma constelação político-ideológica em torno de posições

⁴³² Este termo foi cunhado pelo cientista político Sergio Abranches em contexto anterior a promulgação da constituição de 1988. Ver: ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados-Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.31, n.1, 1988, pp 5-34.

⁴³³ MIGUEL, Luís Felipe. *Caminhos e descaminhos da experiência democrática no Brasil*. Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v.11, n.33, pp. 99-129, jan-abr, 2017. p.108.

anti-Dilma e, no mais das vezes, antipetismo, liderada principalmente por grupos teoricamente autônomos da sociedade civil, desvinculados da então criticada esfera partidária, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Vem Pra Rua.

Na sequência desses acontecimentos, o processo de impeachment, em 2016, aceito por Eduardo Cunha (presidente da Câmara dos Deputados na ocasião) e julgado em tempo recorde - cujas “pedaladas fiscais” compunham as acusações – culminaram na deposição da presidente, tendo seu posto ocupado pelo seu vice-presidente, Michel Temer. O primeiro indicativo da nova configuração que o governo federal iria adotar em seu mandato veio com a extinção do Ministério da Cultura (Minc) - criado em 1985, canal por onde o Estado, até então indutor do desenvolvimento cultural no país, impulsionava o setor – dando indícios de que o programa de governo ora em voga se distanciava substancialmente daquele que o precedeu. No dia 14 de julho deste ano, foi a vez da publicação, no Diário Oficial da União, da lei nº13.467, da Reforma Trabalhista, que promove alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), institucionalizada durante o regime do Estado Novo, em 1943. Esse conjunto de mudanças faz parte da constituição de uma agenda de reformas (política, fiscal, trabalhista, previdenciária, das privatizações promotoras da desburocratização, comercialização da Amazônia etc.) associada por seus defensores à modernização da sociedade brasileira, uma bandeira recorrente da história brasileira que se tornou historicamente imperativo do progresso econômico e social nacional.

Sob esse prisma, parece estarmos diante da configuração de dois programas de governo em disputa pela hegemonia do projeto de nação e desenvolvimento nacionais - o programa nacional-estatista, cujo modelo posiciona o Estado como ator central na condução do

desenvolvimento socioeconômico, de caráter intervencionista, regulador na esfera do trabalho e responsável pela consolidação das identidades nacionais no campo cultural - em contraposição ao programa encarado como liberal-conservador, cristalizado em torno do epicentro do mercado e do fenômeno da globalização⁴³⁴. Desdobrando este argumento, a partir da observação da difusão de discursos das direitas que propõem pautas como a revogação do estatuto do desarmamento, a redução da maioria penal, o fim do léxico universal dos direitos humanos etc., semblantes de um novo autoritarismo, como projetar avanços na direção de uma sociedade mais democrática? A resposta parece ser duvidosa. Dessa forma, torna-se tarefa premente a construção de uma alternativa progressista e comprometida com valores democráticos no que tange ao modo de fazer política e das práticas de inclusão social dos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em livro recente, o filósofo Ruy Fausto propõe, após se debruçar sobre o que chamou de “as patologias da esquerda”⁴³⁵, algumas saídas para que a esquerda, em sua vertente democrática, seja reconstruída depois dos abalos sofridos no processo de impeachment, que a tire da situação de impasse político⁴³⁶ em que se encontra desde então. Para o

⁴³⁴ Em nossa visão, o projeto liberal conservador concebe a nação a partir de um horizonte político incontornável em que o país deve se adaptar ao concerto internacional de interdependência, no qual o projeto de nação e de desenvolvimento está ligado a lógicas e dinâmicas comerciais do capitalismo financeiro global do mundo contemporâneo.

⁴³⁵ FAUSTO, Ruy. Caminhos da esquerda: elementos para uma reconstrução. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁴³⁶ Por impasse político estamos pensando no desgaste que o Partido dos Trabalhadores sobretudo passou durante o impeachment, tendo em vista aspectos de desmoralização (a partir dos escândalos de corrupção) e as críticas de falta de representatividade, uma das bandeiras da base do partido. Sobre a temática da representação nos governos petistas, ver: REIS, Bruno Wanderley. *Da democracia participativa à pluralidade da*

intelectual, é necessário que se construa uma “esquerda independente: o que significa: uma esquerda democrática, anticapitalista, antipopulista e com consciência ecológica”⁴³⁷. Para além de não concordarmos *ipsis litteris* com todas as ideias de Fausto para a reconstrução da esquerda, sobretudo na utopia de uma agenda “anticapitalista”, a reflexão do filósofo nos introduz ao debate com o intuito de demonstrar que é por meio de uma proposta de esquerda em sua faceta progressista e democrática que pensamos a (re)construção (ou construção) de uma plataforma política que hoje se apresenta como desafio no debate nacional.

Abre-se, nessa perspectiva, um horizonte de possibilidades que reconheça a existência da sociedade de mercado com seus avanços históricos na extensão das liberdades civis e políticas e que se proponha a elaborar e cumprir uma agenda progressista de incorporação das classes subalternizadas ao mundo dos direitos e da representação política. Para tanto, a orientação sistemática e republicana de políticas públicas de desenvolvimento econômico, de redução da desigualdade social, de responsabilidade na gestão fiscal que integrem o cidadão à sociedade democrática inclusiva, afastada das soluções autoritárias “prontas e acabadas”, ainda que estas estejam sempre a pairar na ordem do dia. Como desafio em aberto que é, o caminhar em sua direção se faz urgente do ponto de vista democrático e já projetada, em seu constructo e em seu devir, a possibilidade de romper com modelos enraizados na forma de conceber o Estado brasileiro em relação à sociedade civil e superar dilemas políticos estruturantes.

representação: breves notas sobre a odisseia do PT na política e na ciência política brasileira. Revista Sociedade e Estado, Brasília, vol. 29, n.1, jan./abr. 2014. pp.113-127.

⁴³⁷Ibid., p. 118.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Luciano A. & MOTTA, Rodrigo P. S. (org.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.
- AVRITZER, Leonardo. *Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático*. Campinas: Opinião Pública, vol. 14, nº 1, junho, 2008, pp. 43-64.
- BARISON, Mônica S. *Caso de polícia: reflexões sobre a “questão social” e a Primeira República*. UNIFOA, Cadernos 22, pp. 43-51.
- BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- BAUMER, Franklin. *O Pensamento Europeu Moderno: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, vol. II.
- BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009.
- BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia. *Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: “A escrita da história”. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, pp. 65-119.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.366.
- COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *A armadilha do leviatã: a construção do corporativismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.
- D’ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do poder*. Porto Alegre: O Globo, 1975.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1981, 7ª edição.
- FAUSTO, Ruy. *Caminhos da esquerda: elementos para uma reconstrução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- GARRIDO, Álvaro. *O corporativismo como ideia e objeto de estudo*. In: “Queremos uma economia nova! Estado novo e corporativismo”. Lisboa: Temas e debates – círculo de leitores, 2016, pp. 17-83.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Tres modelos de democracia: sobre el concepto de una política deliberativa*. Valencia: Episteme, 1994.
- LAMOUNIER, Bolívar. *O modelo institucional dos anos 30 e a presente crise brasileira*. In: Estudos Avançados, vol. 6, nº 14, 1992, p. 42.
- _____. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014;
- LYNCH, Christian. *Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens*. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 19, janeiro-abril de 2016, pp. 75-119.
- _____. *Cultura política brasileira*. In: Revista da Faculdade de Direito UFRGS, n. 36, 2017.
- _____. *Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burk e o pensamento político do Brasil oitocentista*. In: Lua Nova, São Paulo, n.100, pp.313-362, 2017.
- MIGUEL, Luís Felipe. *Caminhos e descaminhos da experiência democrática no Brasil*. Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v.11, n.33, pp.99-129, jan-abr, 2017.
- NOBRE, Marcos. *Da “formação” às “redes”: Filosofia e cultura depois da modernização*. Cadernos de filosofia alemã, nº 19, 2012, pp. 13-36.

- NUNES, Edson. *A Gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2003, 3ª ed.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1999.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Brasil, sociedade nacional-dependente*. In: Novos Estudos CEBRAP, 93, julho 2012, pp. 101-121.
- REIS, Bruno Wanderley. *Da democracia participativa à pluralidade da representação: breves notas sobre a odisseia do PT na política e na ciência política brasileira*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, vol. 29, n.1, jan./abr. 2014. pp.113-127.
- REIS, Daniel Aarão. *Estado e trabalhadores: o populismo em questão*. In: Lócus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, pp. 87-108, 2007.
- RICUPERO, Bernardo. *Da formação à forma. Ainda as "ideias fora do lugar"*. In: Lua Nova, São Paulo, nº 73, 2008, pp. 59-69.
- RICUPERO, Bernardo. *O conservadorismo difícil*. In: "Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil". São Paulo: Hucitec, 2010, pp.76-94.;
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- _____. *Raízes da imaginação política brasileira*. In: Dados, n. 7, 1970, pp. 137-61.
- SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2014.
- VIANNA, F. J. Oliveira. ***Direito do trabalho e democracia social: o problema da incorporação do trabalhador no Estado***. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951. pp.64-65.
- _____. *Pequenos Estudos de Psicologia Social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.
- _____. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1920.
- VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2012.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. Da UNB, 1994.

NOTAS DE

PESQUISA

HISTÓRIA DO TEMPO NO BRASIL

ENTRE O DEMÔNIO E A DIVINA PROVIDÊNCIA: O SOBRENATURAL NO PROCESSO DE CRISTIANIZAÇÃO DOS NATIVOS NA CRÔNICA JESUÍTA (MISSÕES DE CHIQUITOS, FIM DO XVII E INÍCIO DO XVIII)⁴³⁸

Resumo: Esta nota de pesquisa apresenta a análise de uma crônica histórica produzida por um missionário jesuíta das missões religiosas de Chiquitos. Partindo da hipótese de que os elementos sobrenaturais (demônio e a Divina Providência) são relevantes na estruturação das relações sociais nas reduções jesuíticas estudadas, e tendo como base o estudo de bibliografia especializada sobre a temática da agência sobrenatural na América, buscamos compreender de que modo o Padre Juan Patricio Fernandez (Chiquitos, fim do XVII e início do XVIII) concebe a influência dos agentes sobrenaturais no processo de cristianização dos nativos das colônias espanholas em território americano e na sua respectiva ordenação social.

Palavras-chave: Jesuítas; Crônica histórica; Sobrenatural.

BETWEEN THE DEVIL AND DIVINE PROVIDENCE: THE SUPERNATURAL IN THE PROCESS OF CHRISTIANIZATION OF THE NATIVES IN THE JESUIT CHRONICLE (MISSIONS OF CHIQUITOS, END OF SEVENTEENTH AND EARLY EIGHTEENTH CENTURIES).

Abstract: This paper presents an analysis of the chronicle written by a Jesuit missionary who evangelized in the missions in Chiquitos. The research is based on the hypothesis that the supernatural elements (demon and Providence) are relevant to structure the social relations in the Jesuit missions as well as on the study of specialized bibliography. Therefore, we intend to understand how Father Juan Patricio Fernandez (late Seventeenth to early Eighteenth centuries) conceived the influence of supernatural agents in the Christianization of the natives in the Spanish-American colonies and their role in building a social order.

Keywords: Jesuits; Historical chronicle; Supernatural.

⁴³⁸ Juan Pablo Isoton de Santana (<http://lattes.cnpq.br/0547751854490047>) é graduando pela UFMT

Artigo recebido em 06/05/2018 e aprovado em 10/07/2018

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

O trabalho a qual se vincula a presente nota é desenvolvido através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, o PIBIC, com vigência entre os anos de 2017 e 2018, estando assim ainda em estado de desenvolvimento das discussões e de interpretações. Esta investigação tem seu princípio numa anterior, vigente entre 2016 e 2017, que se intitulava “*A Companhia de Jesus nos limites do vice-reino do Peru: relações sociais nas missões de moxos segundo a crônica de Diego de Eguluz.*”. Nesse momento partimos com a análise de uma crônica escrita em 1696 pelo padre jesuíta Diego de Eguluz, que se dedicou em sua “*Historia de la Misión de Mojos*” a narrar o desenvolvimento das missões jesuíticas de Moxos, situadas próximas à cidade de Santa Cruz de la Sierra, atual Bolívia. A questão que norteava esta investigação era descobrir como Eguluz representava, em sua narrativa, as relações entre missionários e indígenas nas missões de Moxos no final do século XVII. A partir dos resultados obtidos com tal problemática, um leque de possibilidades analíticas apareceu a nós, resultando no trabalho que hoje desenvolvemos.

O que nos parece interessante neste quadro dos aspectos introdutórios, a partir daqui, é evidenciar os aspectos históricos partindo do geral ao particular, determo-nos sobre as fontes e apresentar os objetivos de nosso plano.

Temática essencial da pesquisa, a Companhia de Jesus teve singular importância durante o processo de colonização e conquista de todo o território que hoje compreendemos como *América Latina*. Seu lugar de destaque é de vital importância para compreendermos a evangelização dos povos nativos que estavam instalados nessa localidade, além do próprio avanço institucional de portugueses e

espanhóis em todo o continente. Fundada em 1539 pelo Padre Ignácio de Loyola, e reconhecida pelo papa em 1540, a Companhia de Jesus logo se espalhou pelo globo, chegando no atual território do Brasil no ano de 1549, ainda na primeira década após seu reconhecimento pelo Sumo Pontífice. Em terras espanholas, onde já se encontravam outras ordens missionárias, como dominicanos e franciscanos, chegaram em 1566, na Flórida, seguindo para outras partes do continente, tais como o Vice-Reino do Peru (1568), México (1572), Novo Reino de Granada (1589) e Chile (1593). A presença e a expansão dos jesuítas na América espanhola durante o período colonial coincidiram com os avanços da coroa, e seu papel relevante esteve associado à fundação de colégios, que tinham a finalidade de educar e catequizar espanhóis e ameríndios, além da organização e administração de reduções de indígenas, que também se associavam à questão da catequese e da educação de povos nativos, porém distantes das principais cidades.

No Vice-Reino do Peru, acompanhando o avanço dos espanhóis, os jesuítas se integraram no processo de conquista espiritual dos povos do interior do continente, desde o século XVI, chegando em locais como a atual cidade de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia. Este avanço ao interior do continente permitiu que os jesuítas entrassem em contato com diversas etnias indígenas, entre elas os chiriguano, os moxos e os chiquitos. No fim do século XVII, enfim, a Companhia já havia instalado reduções em duas missões distintas entre esses povos: as de Moxos, que se vinculavam com Santa Cruz de la Sierra e Lima, e as de Chiquitos, que partiram de Santa Cruz mas que se ligavam com a Província do Paraguai.

Dessas empresas missionárias, assim como de todas suas ações ao redor do globo, a Companhia de Jesus deixou diversos documentos que servem aos historiadores como vestígios desse passado, como as cartas, as crônicas e as relações, que estão imersas de relatos etnográficos e

históricos. Desses documentos, dedicamo-nos, como apontado acima, através da Iniciação Científica de 2016-2017, a estudar uma relação referente às missões de Moxos, a “*Relación de la mision apostólica de los Mojos*”, escrita no final do século XVII pelo Padre Diego de Eguiluz. Dentre os resultados obtidos, deparamo-nos com a questão do sobrenatural ligado às relações sociais descritas na fonte, relações sociais estas que eram então nosso objeto de análise. Na pesquisa atual decidimos utilizar outra crônica histórica, desta vez relacionada às Missões de Chiquitos, que corresponde também a outro quadro geográfico, a “*Relación historial de las misiones de los indios, que llaman Chiquitos*”, escrita pelo Padre jesuíta Juan Patricio Fernandez, em 1726, a fim de responder à seguinte questão: de que forma Fernandez concebe a influência dos elementos sobrenaturais no processo de cristianização dos índios Chiquitos no contexto das missões religiosas?

Nossa hipótese inicial sugeria que, entre os elementos sobrenaturais, a Divina Providência e o demônio tinham relevante papel na estruturação das relações sociais nas missões de Moxos. Partindo dessa hipótese, é nosso objetivo no presente estudo desvendar a influência dos agentes sobrenaturais no processo de cristianização indígena no desenvolvimento das Missões de Chiquitos, a partir dos escritos do Padre missionário Juan Patricio Fernandez.

Nosso recorte temporal tem como marcos os anos de 1691 e 1705. Essas datas estão interligadas diretamente com o método utilizado em nosso trabalho e com as decisões tomadas no decorrer da pesquisa. O texto escrito por Fernandez é composto de dois tomos, o primeiro com 282 páginas e o segundo com 249, o que significou um relevante trabalho para a seleção de trechos que diziam respeito ao nosso problema. Os trechos selecionados para análise partem da premissa de que ocorre alguma ação por parte do sobrenatural que influencia o

desenvolvimento do processo de cristianização dos indígenas inscrito na *Relación*. Assim, constatamos que em determinados momentos da narrativa Deus e o Diabo influenciavam de modos específicos o andamento da empresa missionária. Como surgiram vários trechos, buscamos focar nossa análise num período, em que pudéssemos observar um estado de mais desenvolvimento das missões, e de fato, em 1705 Chiquitos já possuía quatro reduções em atividade. Dessa forma, os dois casos a serem analisados nessa Nota de Pesquisa referem-se especificamente aos anos extremos de nosso recorte.

O SOBRENATURAL NA AMÉRICA

A temática da presença do sobrenatural na América tem sido estudada há décadas por diversos historiadores. A presença da Igreja cristã em todo o processo de colonização do continente por parte dos europeus carregou consigo a manifestação divina e demoníaca na fauna, na flora e nos homens do Novo Mundo⁴³⁹. O movimento de demonização e/ou divinização da América, porém, teve início com os homens europeus diante do novo, do não familiar, de um espaço de terra que ainda não se encontrava inscrito nos mapas de navegadores, de povos desconhecidos que não faziam ideia da existência do Deus cristão. Ao investigar a relação do Diabo com o continente americano no período colonial, a historiadora Laura de Mello e Souza afirma que a visão europeia sobre o Novo Mundo carregaria os traços do imaginário maravilhoso europeu, que fora constituído durante séculos de Idade Média e com as obras fantásticas de viajantes como Mandeville⁴⁴⁰.

⁴³⁹ Para a presença de Deus e o Diabo na natureza americana, cf. CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Católicos y Puritanos en la Colonización de América*. Tradução de Pablo Sánchez León. Marcial Pons História, Madrid, 2008, principalmente o quarto capítulo, intitulado “*Demonología y Naturaleza*”.

⁴⁴⁰ MELLO E SOUZA, Laura. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 35.

O maravilhoso visto na América não tardou a ser inscrito na lógica europeia de um mundo feito de bem e mal, de anjos e demônios. Segundo Jean Delumeau, ao encontrarem o Novo Mundo os europeus teriam encontrado um território gigantesco que estava sob o jugo de Satã. O autor argumenta que “os missionários e a elite católica em sua maioria aderem à tese expressa pelo padre Acosta: desde a vinda de Cristo e a expansão da verdadeira religião no Antigo Mundo, Satã refugiou-se nas Índias, da qual fez um de seus baluartes”⁴⁴¹. Se o demônio estava presente desde o início da colonização, a Divina Providência também dava as caras. Para os portugueses, por exemplo, e principalmente entre os eclesiásticos, era generalizada a ideia de que o próprio descobrimento da América provinha de uma ação divina⁴⁴². Assim, a ideia corrente no período colonial era a de que no Novo Mundo ocorria um embate entre Deus e o Diabo, entre o Bem e o Mal nas mais diversas frentes do mundo cotidiano⁴⁴³.

Deus e o Diabo eram, portanto, entes concretos na paisagem do Novo Mundo. O que se destaca de início é a edenização do continente realizada desde as viagens de Colombo. O descobrimento da América revelava um mundo paradisíaco que logo seria associado pelos cristãos ao Paraíso divino mencionado na Bíblia: “Associar a fertilidade, a vegetação luxuriante, a amenidade do clima às descrições tradicionais do Paraíso terrestre tornava mais próxima e familiar para os europeus a terra tão distante e desconhecida”, afirma Mello e Souza. Pássaros com lindas cores, rios em abundância, doces frutos e coloridas flores eram a

⁴⁴¹ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 260

⁴⁴² MELLO E SOUZA, Laura. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 51.

⁴⁴³ MELLO E SOUZA, Laura. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização século XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 22.

expressão de Deus na natureza recém-descoberta: “esta, elevada à esfera divina, mais uma vez reiterava a presença de Deus no universo.”⁴⁴⁴

Se a Divina Providência se inscrevia na natureza, o Diabo estava nos corpos. Assim, o contato com seres humanos de cultura estranha desencadeou a demonização dos grupos nativos da América. Trabalhando com o conceito de *heterologia* (ou a ciência do Outro), e defendendo que a demonização dos indígenas deve ser compreendida sob esta perspectiva, Mello e Souza afirma que a esta demonologia surge a partir do olhar dos homens brancos sobre o Outro que na verdade tendia a ter uma visão do “eu” europeu. Na Europa, bruxos e bruxas eram classificados internamente como o *outro* fora dos padrões, identificados por alguns como a “anti-sociedade”. Transportado para a América, esse olhar heterológico se desenvolvia pela negação: “nomeava-se e se classificava o Outro ameaçador com os elementos negativos e detratores por excelência disponíveis no âmbito da cultura dos conquistadores e colonizadores da América”⁴⁴⁵. Dessa forma, através das práticas religiosas dos nativos via-se expressões do sobrenatural no mundo material, ou melhor, o que se via era mesmo a influência do demônio sobre os homens e mulheres originários do Novo Mundo. Um dos motivos elencados pela historiografia para explicar a demonização dos indígenas por parte dos europeus foi a prática antropofágica presente na cultura de diversas etnias nativas. Como assinala o historiador Jorge Cañizares-Esguerra, havia na época o pensamento corrente de que os índios eram servos de Satanás, e que isso estava relacionado com a ideia

⁴⁴⁴ MELLO E SOUZA, Laura. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 51-52.

⁴⁴⁵ MELLO E SOUZA, Laura. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização século XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 25.

de que o canibalismo era uma prática cultural extremamente difundida entre os indígenas⁴⁴⁶.

Se os nativos eram servos, o Diabo era seu o senhor. Não tinham fé, não tinham rei e não tinham lei. Seus cultos eram vistos pelo olhar heterológico como parte de uma idolatria satânica, banhada pela imagem dos corpos devorados. Dessa forma, como apresenta Francismar Alex Lopes de Carvalho, era parte do sentir comum que “o diabo erigira no Novo Mundo um verdadeiro império, que aprisionava os índios em práticas e rituais idolátricos”, no sentido de que idolatria (adoração a falsos deuses) era sempre equivalente a demonolatria, “à adoração do diabo”⁴⁴⁷. Retornando a Cañizares-Esguerra encontramos uma sua afirmação de que era considerado que o diabo exercia domínio sobre os nativos americanos de forma tirânica, porque ele próprio havia escolhido esse lugar como seu feudo⁴⁴⁸, após ser expulso da Europa pelos homens da Igreja. Assim, o que se construiu em matéria de épica satânica⁴⁴⁹ (termo utilizado por Cañizares-Esguerra) foi que o demônio era considerado como uma espécie de senhor feudal da América que exercia domínio sobre os nativos. A chegada dos europeus, impulsionada pela Providência Divina, significava a luta de Deus contra Satã em prol

⁴⁴⁶ CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Católicos y Puritanos en la Colonización de América*. Tradução de Pablo Sánchez León. Marcial Pons Historia, Madrid, 2008, p. 129.

⁴⁴⁷ CARVALHO, Francismar Alex. L. Imagens do demônio nas missões jesuíticas da Amazônia espanhola. *Varia historia*, v. 31, n. 57, p. 741-785, 2015, p. 743.

⁴⁴⁸ CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Católicos y Puritanos en la Colonización de América*. Tradução de Pablo Sánchez León. Marcial Pons História, Madrid, 2008, p. 22.

⁴⁴⁹ O que Cañizares-Esguerra denomina como épica satânica é o conjunto de narrativas, escritas ou iconográficas, produzidas pelos europeus acerca do processo de colonização da América, tanto por parte dos espanhóis quanto dos puritanos ingleses. No cerne dessas narrativas encontra-se sempre disputas entre os agentes sobrenaturais de que falamos, sendo que o demônio era visto como o possuidor das Américas e os colonizadores estavam a serviço de Deus contra o Mal. Para melhor apreciação dos componentes dessa épica, cf. o segundo capítulo do livro do autor já aqui mencionado, denominado “La épica satânica”.

da expulsão dos demônios: os cristãos, e aqui a Companhia de Jesus eram parte relevante dessa batalha.

A América, lugar primeiramente de olhares maravilhosos, fora demonizada. Dos homens, a agência diabólica passou a se expressar até mesmo na natureza que antes fora edenizada: animais peçonhentos, mosquitos e tempestades faziam parte do arsenal demoníaco encontrado pelos colonizadores. Porém, apesar dos prejuízos, os homens de Deus não se sentiam desamparados por seu Senhor. Pelo contrário, através da Providência Divina os cristãos encontraram a motivação e a legitimação de suas ações no Novo Mundo. O processo colonizador (de terras e de almas) estava curiosamente escrito nos desígnios de Deus como parte de uma luta mais-que-material entre as variantes opostas que regem o mundo. Como afirma Carvalho, “os missionários europeus, e em especial os jesuítas, inseriam o processo de ‘conquista espiritual’ das terras amazônicas em uma narrativa de luta entre as forças do bem e do mal”⁴⁵⁰. O que também era curioso é que o demônio ganhava forma e podia estar nos corpos de colonizadores, dependendo da dinâmica das disputas em jogo e das instituições participantes do conflito. Assim, no desenrolar da colonização do interior do continente sul-americano em fins do século XVII, podemos ver os ecos do domínio de Satanás sobre espaços e corpos ainda não conquistados pelos cristãos. Na fundação das Missões de Chiquitos, por exemplo, pode-se ver de perto a luta de Deus contra os desígnios do Mal.

O SOBRENATURAL NAS MISSÕES DE CHIQUITOS

A crônica escrita pelo Padre Juan Patricio Fernandez sobre o desenvolvimento histórico das Missões de Chiquitos é um verdadeiro mar

⁴⁵⁰ CARVALHO, Francismar Alex. L. Imagens do demônio nas missões jesuíticas da Amazônia espanhola. *Varia historia*, v. 31, n. 57, p. 741-785, 2015, p. 743.

de casos em que os agentes sobrenaturais atuam a favor ou contra o processo de cristianização indígena empreendido pelos jesuítas. Como consta nesse documento e no texto de Antônio Menacho, foram várias e infrutíferas as tentativas de adentrar o território dos índios denominados Chiquitos, desde o século XVI.

No decorrer do XVII, enquanto a empresa evangelizadora estava a cargo da Província do Peru, nada fora concretizado. Em fins deste mesmo século a província do Paraguai tomou para si o trabalho de evangelizar esses grupos que viviam no espaço que hoje corresponde ao Leste boliviano, próximo à fronteira do com o Brasil⁴⁵¹. No ano de 1691 um padre chamado Joseph de Arce fora designado para se dirigir a este território com o objetivo de fundar a primeira redução das Missões de Chiquitos, mas para isso tinha que passar pela cidade de Santa Cruz de la Sierra antes de seguir ao seu destino.

De acordo com o relato de Fernandez, o Padre J. de Arce acabara de chegar em Santa Cruz de la Sierra e estava pronto para partir aos Chiquitos, “quando o inferno, que se interessava tanto que se embaraçassem seus desígnios, levantou contra ele um turbilhão de perseguição”⁴⁵². Valendo-se de toda sua autoridade esse inferno perturbou ardentemente o soldado de Cristo, tentando convencê-lo de que sua empresa não seria de grande valor, que não havia motivos para

⁴⁵¹ MENACHO S.J., Antonio. Fundação das reduções de Chiquitos. In: HOORNAERT, Eduardo (org.). *Das Reduções Latino-Americanas às lutas indígenas atuais* (IX Simpósio Latino-Americano da CEHILA, Manaus, 29 de julho a 01 de agosto de 1981). São Paulo: Edições Paulinas, 1982, p. 210.

⁴⁵² FERNÁNDEZ, J. Patricio. Relación historial de las misiones de indios chiquitos que en el Paraguay tienen los padres de la Compañía de Jesús. Escrita por el P. J. Patrizio Fernandez. S. J. Reimpresión fielmente según la primera edición que sacó á luz el P. G. Herrán, en 1726. Madrid: Librería de Victoriano Suárez, Editor. Núm. 48, 1895, “cuando el infierno, que interesaba tanto en que se embarazasen sus designios, levantó contra él un torbellino de persecución”, p. 79.

achar que daria certo e que era mais vantajoso que procurasse outro lugar para empreender sua missão religiosa.

No meio dessa história Fernandez faz um recuo no tempo para contar a trajetória de antigos espanhóis mercadores de índios que fizeram fortuna e adquiriram muito poder com o apresamento e venda dos nativos do Novo Mundo. “Entravam estes nas terras dos índios circunvizinhos e em breve tempo faziam grande apresamento de escravos”, e os vendiam no Peru. No tempo em que P. Arce chegou em Santa Cruz de la Sierra, tendo encontrado esta prática tão arraigada na cidade, “e tão apoiada com a autoridade de gente de muita suposição”, acabou ficando horrorizado com tal crueldade e passou a fazer frente contra os poderosos responsáveis pelo comércio de indígenas e que queriam atrapalhar seus projetos religiosos. Após muitas e eficazes súplicas de Arce, esses mercadores acabaram por admitir a ida do padre às tão estimadas missões, certos de que o trabalho haveria de ser em vão, ou melhor dizendo, “persuadidos de que, ou consumido dos muitos trabalhos que era preciso padecer, ou morto pelas mãos dos bárbaros, acabaria em breve a vida [do Padre]”, e por isso lhe deram passagem⁴⁵³.

O interesse do demônio em impedir o avanço do missionário revela uma das problemáticas decorrente de um estágio ainda de contato entre os jesuítas e os índios que pretendiam evangelizar. Nesse estágio não se firmara experiências frutíferas entre os Chiquitos e parece haver uma barreira demoníaca tentando impedir a todo custo o avanço da Ordem. Os primeiros passos de Arce na batalha contra o Diabo não

⁴⁵³ FERNÁNDEZ, J. Patricio. Relación historial... “Entraban éstos en las tierras de los indios circunvecinos y en breve tiempo hacían gran presa de esclavos”, p. 81; “y tan apoyada con la autoridad de gente de mucha suposición”, p. 83; “persuadidos á que, ó consumido de los muchos trabajos que era preciso padecer, ó muerto á manos de los bárbaros, acabaría en breve la vida [de lo Padre]”, p. 84.

poderiam ser dados sem que o velho senhor dessas terras fizesse frente. Nesse caso, o que fica claro de imediato é que ao utilizar as palavras “inferno” e “demônio” o cronista se dirige aos espanhóis mercadores de índios. Aqui o demônio ganha corpo, poder e lugar social. Mais ainda, utiliza o inferno para demonstrar um conflito concreto existente no seio da sociedade em que atua. Como o demônio, o mercador de índios é, para Fernandez, uma autoridade maligna, e está contra os planos da Companhia e de Deus. Nessa batalha que ocorre em duas frentes, no plano divino o mal é representado pela figura do demônio; transportado ao plano material, o mal ganha vida, ocorre no tempo, e deixa claro a disputa feroz em que os jesuítas estavam metidos⁴⁵⁴.

O outro caso selecionado para análise se desdobra quando já havia sido fundado quatro reduções em Chiquitos. Num capítulo em que Fernandez dedica-se a detalhar os avanços, exemplos e milagres das reduções que se encontravam em desenvolvimento, um episódio sucedido com um índio castigado por Deus nos chama atenção.

Havia um homem chamado Santiago Quiara, índio já batizado, e que há pouco passou a viver em concubinato com uma certa mulher, desprezando as leis divinas. Tendo isso ocorrido, Deus mandou-lhe uma severa doença em seus olhos que lhe tirou a capacidade de enxergar. Logo Santiago caiu em si de que sua doença tinha origem em seu pecado, e pelos muitos sofrimentos acabou implorando e pedindo misericórdia ao Senhor Supremo, dizendo: “Oh, meu Jesus: ainda que eu não mereça, perdoai meus pecados, e restitua-me o uso de meus olhos;

⁴⁵⁴ Em relação às dificuldades encontradas no início das missões a partir de Santa Cruz de la Sierra e os conflitos com os cruceños, cf. GARCÍA RECIO, José Maria. *Los jesuitas en Santa Cruz de la Sierra hasta los inicios de las reducciones de Moxos y Chiquitos. Posibilidades y limitaciones de la tarea misional*. Quinto centenario, núm. 14. Edit. Univ. Complutense. Madrid, 1988, esp. pp. 77, 85 e 86.

reconheço, Senhor, e confesso que esse trabalho é justíssimo castigo de minhas culpas”. Com isso Santiago ouviu uma voz, como se fosse de alguém que “estava enojado”, dizendo a ele: “Por teu amancebamento e pelas confissões mal feitas, sobreveio a ti esta desgraça”. Ao ouvir estas palavras Santiago saiu fora de si, “e naquele ponto se viu cercado de uma luz” ⁴⁵⁵, recebendo uma manifestação divina, que de tão impactante o fez se arrepender e confessar ao Padre sobre seu caso de concubinato. Ao fim da manifestação divina o homem estava curado de sua doença, mas o efeito maior deste caso, segundo Fernandez, foi que nas duas reduções de São José e de São Francisco Xavier um grande exemplo fora suscitado em relação à importância da confissão e ao divino castigo⁴⁵⁶.

Esse caso, como muitos dos que se inscrevem em nosso documento, conta com uma lógica por trás: um sujeito em estágio de averiguação do comportamento foge das regras estabelecidas no interior das reduções cristãs e é punido por Deus; essa punição desencadeia uma confissão e gera um relevante exemplo para a cristandade em desenvolvimento. Com o exemplo de Santiago podemos averiguar algumas das ações que eram consideradas pelo padre como digno do castigo divino: o concubinato e a má confissão. O resultado desse caso é um exemplo do que acontece com quem desobedecia às normas impostas na vida reduzida, qual seja, uma doença nos olhos. Esse exemplo demonstra a consciência indígena perante o que se pode suceder ao desvio da norma: uma penitência provinda de Deus em

⁴⁵⁵ FERNÁNDEZ, J. Patricio. *Relación historial...* “Oh, Jesús mío: aunque no lo merezco, perdonadme mis pecados, y restituidme el uso de mis ojos; reconozco, Señor, y confieso que este trabajo es justísimo castigo de mis culpas”; “Por tu amancebamiento y por las confesiones mal hechas, te ha sobrevenido esta desgracia”; “y en aquel punto se vió cercado de una luz”, p. 146.

⁴⁵⁶ FERNÁNDEZ, J. Patricio. *Relación historial...* O caso todo se desenvolve entre as páginas 145-148.

nome do bom andamento das missões. A influência do sobrenatural, desta vez distinta do primeiro caso analisado nessa Nota, se expressa frente a outras problemáticas diferentes das que ocorriam na fundação das reduções. Os problemas enfrentados pelos jesuítas nesse estágio de desenvolvimento das missões dizem mais respeito ao controle social dos grupos inseridos nas reduções do que ao enfrentamento contra o bloqueio do avanço territorial por conta do Diabo.

Uma das problemáticas mais relevantes desse caso diz respeito ao lugar de destaque da confissão dentro do processo catequético, que fora evidenciado através da ação sobrenatural. Esse tema tem lugar de destaque nas discussões historiográficas acerca da empresa missionária levada a cabo pelos jesuítas na América (e não só). O historiador Adone Agnolin, debatendo sobre o caráter e a importância dos sacramentos no processo evangelizador católico após o Concílio de Trento, em seu livro “Jesuítas e Selvagens: A negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (Séculos XVI-XVII)”, declara como a confissão se tornou instrumento fundamental de averiguação das consciências indígenas em relação à cristianização desses povos.

“Momento crítico determinante na ruptura da Reforma luterana e, ao mesmo tempo, centro do Cristianismo moderno, a questão da penitência, da organização e do controle de culpa – enfim o que poderíamos definir como o “nascimento da consciência” – se impôs, juntamente com a necessidade de garantir o segredo do confessionário, como importância de entender a “confissão geral” enquanto momento de tomada de consciência em relação à existência cristã e de decisão para uma mudança que significava reorganização geral e profunda das relações sociais do penitente.”⁴⁵⁷

⁴⁵⁷ AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e Selvagens - A negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (Séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Humanitas Editorial, 2007. p. 232.

Apesar das disposições apresentadas pelo autor estarem ligadas ao contexto do século XVI, elas se tornaram parte do modo de agir da Companhia de Jesus, que durante sua atuação nos territórios fora da Europa teve como ferramenta essencial de seu trabalho o instrumento da confissão. A confissão servia como uma forma de *tomada de consciência* dos recém-conversos, uma forma de averiguar o andamento da cristianização dos indígenas, no nosso caso. No trecho selecionado, Santiago fora punido justamente por não confessar estar vivendo em concubinato, o que salienta a importância desse sacramento além de nos dar base para interpretações que considera quais tipos de condutas eram presentes no interior das reduções: nesse caso, o amancebamento.

Em suma, apesar desta investigação ainda estar em processo de desenvolvimento, acreditamos que já tenhamos lançado bases sólidas para uma eventual publicação de um trabalho mais bem consolidado, com discussões teóricas mais profundas acerca do modo de abordar a presença dos elementos sobrenaturais nas missões de Chiquitos. Considerando as limitações impostas para a escrita dessa nota de pesquisa, a maioria dos casos selecionados para análise e exposição não puderam ser aqui considerados. Alguns elementos importantes para a explicação das formas de controle social exercidas no contexto das reduções, mediados pela ação do sobrenatural, como a questão do medo⁴⁵⁸, tiveram que ser deixados de lado, justamente pelos limites desse escrito. De toda forma, estamos trabalhando em prol de aprofundar

⁴⁵⁸ O medo como ferramenta de controle utilizada pelos jesuítas na América é um dos temas estudados por José Eisenberg; cf. seu livro *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

nossas análises sobre os trechos destacados na fonte, com perspectiva positiva quanto à finalização do projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORPUS DOCUMENTAL

FERNANDEZ, J. Patricio. Relación historial de las misiones de indios chiquitos que en el Paraguay tienen los padres de la Compañía de Jesús. Escrita por el P. J. Patrizio Fernandez. S. J. Reimpresión fielmente según la primera edición que sacó a luz el P. G. Herrán, en 1726. Madrid, Librería de Victoriano Suárez, Editor. Núm. 48, 1895.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e Selvagens: A negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi* (Séculos XVI-XVII). São Paulo: Humanitas Editorial, 2007. 560 p.
- ANZAI, Leny C. "Missões de Chiquitos e Moxos e a Capitania de Mato Grosso". *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, a. VII, 2008/ n. 13/14, p. 253-262.
- ANZAI, Leny C; LUCÍDIO, João Antônio B. "Missões jesuíticas nas fronteiras luso-espanholas do alto Paraguai e Guaporé". In: ANZAI, Leny C; MARTINS, Maria Cristina B. (Orgs). *Pescadores de almas: Jesuítas no Ocidente e Oriente*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2012, p. 53-75.
- BLOCK, David. *La cultura reduccional de los llanos de Mojos: tradición autóctona, empresa jesuítica & política civil, 1660-1880*. Sucre: Historia Boliviana, 1997.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Católicos y Puritanos en la Colonización de América*. Tradução de Pablo Sánchez León. Marcial Pons História, Madrid, 2008.
- CARVALHO, Francismar Alex. L. Imagens do demônio nas missões jesuíticas da Amazônia espanhola. *Varia historia*, v. 31, n. 57, p. 741-785, 2015.
- CARVALHO, Francismar Alex L. de C. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul* (segunda metade do século XVIII). São Paulo: Alameda, 2014.
- CASTILHO PEREIRA, I. A. M.; CHAVES, Otávio R.; PUHLL, João I. "Índios de Mojos e Chiquitos no contexto colonial Ibérico do século XVI ao XVIII". *Revista Territórios & Fronteiras*, v. 5, n. 2, jul.-dez., 2012, p. 32-59.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- ESTENSSORO, Juan Carlos. "O sítio de Deus". In: NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 181-200.
- GARCIA RECIO, José María, *Análisis de una sociedad de frontera*. Santa Cruz de la Sierra en los siglos XVI y XVII. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.
- GARCÍA RECIO, José María. "Los jesuitas en Santa Cruz de la Sierra hasta los inicios de las reducciones de Moxos y Chiquitos. Posibilidades y limitaciones de la tarea misional". *Quinto Centenario*, n. 14, 1988, p. 73-92.
- LONDOÑO, Fernando Torres. "Escrevendo cartas. Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI". *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 43, 2002, p. 11-32.
- LONDOÑO, Fernando T.; MARTINS, Fredson Pedro. Jesuítas, "Indígenas e o código religião nas crônicas de Maynas, Mojos e Chiquitos no século XVIII". *Revista História e Cultura*, v. 3, n. 2, 2014, p. 188-213.

- LUCÍDIO, João Antônio B. *A Ocidente do imenso Brasil: As conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.
- MELLO E SOUZA, Laura. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização século XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 263 p.
- MELLO E SOUZA, Laura. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MENACHO S.J., Antonio. Fundação das reduções de Chiquitos. In: HOORNAERT, Eduardo (org.). *Das Reduções Latino-Americanas às lutas indígenas atuais* (IX Simpósio Latino-Americano da CEHILA, Manaus, 29 de julho a 01 de agosto de 1981). São Paulo: Edições Paulinas, 1982.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O diabo no imaginário cristão*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- PROSPERI, Adriano. *Tribunais da Consciência: Inquisidores, Confessores, Missionários*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- PUHL, João Ivo. Converter índios, animália Dei em homens, cristãos e súditos civilizados. In: ANZAI, Leny Caselli; MARTINS, Maria Cristina Bohn. *Histórias coloniais em áreas de fronteira: índios, jesuítas e colonos*. São Leopoldo, RS: Oikos; Unisinos; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008.
- TOMICHA CHARUPÁ, Roberto. *La primera evangelización de las reducciones de Chiquitos, Bolivia (1691-1767)*. Cochabamba: Editorial Verbo Divino/Univ. Católica Boliviana, 2002.
- WRIGHT, J. *Os jesuítas. Missões, mitos e histórias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

“VIVENDO EM PECADO”: CONCUBINATO DE ESCRAVOS NO MARANHÃO COLONIAL⁴⁵⁹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo investigar processos do Auditório Eclesiástico, acervo da Cúria Metropolitana de São Luís que tratem sobre concubinato envolvendo escravizados visando verificar como os leigos encaravam a tentativa de homogeneização moral e de costumes implementada pela Igreja católica no Maranhão colonial. Analisando os dados coletados e comparando-os a bibliografia especializada pode-se, desse modo, conhecer os processos de resistência e adaptações dessa comunidade ao programa católico moralizador e examinar os reincidentes e como as autoridades eclesásticas tratavam esses casos de transgressão.

Palavras-chave: Leigos; Concubinato; Escravizados.

Résumé : Le présent travail vise à enquêter les processus d'Auditoire Ecclésiastique, collection de la « Cúria Metropolitana » de « São Luís » à propos de la concubinage impliquant esclaves de voir comment les laïcs face à la tentative d'homogénéisation morale et les coutumes mises en œuvre par l'Église catholique au Maranhão colonial. En analysant les données collectées et en les comparant avec la bibliographie spécialisée, on peut ainsi connaître les processus de résistance et d'adaptation de cette communauté au programme moral catholique et examiner les récidivistes et comment les autorités ecclésiastiques ont traité ces cas de transgression.

Mots-clés : laïcité ; concubinage ; esclaves.

⁴⁵⁹ Raylane Ramos Gomes (<http://lattes.cnpq.br/4106769959913571>) faz Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros na UFMA
Artigo recebido em 06/05/2018 e aprovado em 10/07/2018

A presente pesquisa investiga processos do Auditório Eclesiástico, acervo da Cúria Metropolitana de São Luís, localizada no Arquivo Público do Estado do Maranhão e traz para discussão os processos sobre concubinato de escravizados. O acervo do Maranhão possui destaque internacional por ser tido, atualmente, como o maior e mais completo disponível para consulta em arquivos públicos. Através desse material é possível conhecer um pouco mais sobre o modo de vida da população da época e as formas como se davam as relações sociais.

Faz-se importante destacar o momento conturbado em que vivia a Europa com as medidas adotadas pela Reforma Católica e os ecos dessas perturbações que alcançavam as colônias no Novo Mundo. A Igreja Católica Apostólica Romana realizou o Sacrosanctum Concilium Tridentinum (1545-1563), um dos mais importantes eventos da história da Igreja, onde foram estabelecidas as Resoluções Tridentinas que representavam diante do povo que a igreja estava tomando as medidas necessárias para se reestruturar e continuar sendo um modelo de retidão, daí “as reformas de Trento se apresentaram deveras ainda mais emblemáticas que outras reformas anteriores”⁴⁶⁰.

As Resoluções Tridentinas demonstram o forte desejo da Igreja Católica de reafirmar sua soberania através da fé cristã, além de um desejo de exercer um controle social através da fé e da ideia de pecado. Daí, “devido às questões políticas que se infiltraram no concílio e o sacudiram verdadeiramente, ele não pode, então, ser compreendido desvinculadamente das querelas nacionais e alheio aos sentimentos de

⁴⁶⁰ SILVA, Jamerson Marques da. “Concílio de Trento: uma trama de crises e decretos nos passos de uma ecclesia semper reformanda”. In: *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, v. 9, n. 16, jul/dez. 2015. p. 131.

muitos dos monarcas europeus que intervinham constantemente no andamento de seus trabalhos”⁴⁶¹.

As ditas resoluções tiveram impactos profundos no modo de vida da população europeia extrapolando os muros das igrejas, seminários e conventos e adentrando as casas dos fiéis. Ditando regras não apenas sobre o modo de vida dos religiosos, mas também da sociedade em geral, invadindo a vida privada dos cidadãos europeus. Posteriormente, tal projeto normatizador entraria em ação também nas possessões ultramarinas no império colonial português

Tais regras foram tomadas como lei pelo reino de Portugal. E o cardeal D. Henrique, regente da monarquia durante a menoridade de D. Sebastião, em alvará de 12 de setembro de 1564 determinou que fossem publicadas para que chegassem ao conhecimento da população. Estas foram importadas para as colônias europeias assim como os modos de vida da época. Mas ao chegarem às colônias no Novo Mundo os europeus estabeleceram as linhas abissais⁴⁶² que o separam do Velho Mundo, e o tornam um lugar sem a “a ciência e o direito”⁴⁶³ onde é impossível estabelecer as mesmas regras sociais e de conduta que vigoram na Europa. E assim, a “máxima que então se populariza ‘para

⁴⁶¹ SILVA, Jamerson Marques da. “Concílio de Trento: uma trama de crises e decretos nos passos de uma ecclesia semper reformanda”. In: *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, v. 9, n. 16, jul/dez. 2015. p. 131.

⁴⁶² A esse respeito ver: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. SILVA, Jamerson Marques da. Concílio de Trento: uma trama de crises e decretos nos passos de uma ecclesia semper reformanda. In: *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, v. 9, n. 16, jul/dez. 2015. p. 130-150. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/article/view>>. Acesso em: 12 de maio. 2017. p. 131.. Coimbra: ALMEDINA, 2009.

⁴⁶³ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: ALMEDINA, 2009. p. 26..

além do Equador não há pecados”⁴⁶⁴ reflete a imagem que se teve dessas novas terras, um espaço de liberdade e libertinagem em que é impossível a implementação das Resoluções Tridentinas, imagem que perdurou durante muito tempo na própria historiografia.

Diante disso, os religiosos católicos em terras brasileiras deparam-se com uma grande batalha a ser travada contra os costumes libertinos da população, principalmente nas classes subalternas onde os vícios se proliferam. As dificuldades da vida na colônia, e a forma como se davam as relações sociais se mostraram uma sólida barreira para implementação das Resoluções Tridentinas no território colonial. Por outro lado, o refinamento da malha diocesana, a criação de bispados, a realização de visitas pastorais, a implantação de tribunais episcopais, eram o contragolpe da Igreja na tentativa de disciplinar os modos de vida nos espaços coloniais.

O território da colônia era vastíssimo, a criação de bispados se fazia de maneira esporádica e a quantidade de clérigos era insuficiente para atender a demanda populacional crescente, mas não se deve carregar nas tintas ao ponto de crer numa total desorganização. Os Tribunais Episcopais podem até ter tido atuação deficiente e a falta de documentação que favoreça estudos comparativos é um problema, mas esses auditórios eram, sem dúvida, prova de que a Igreja montava aparatos organizados, refinados e de atuação efetiva.⁴⁶⁵

Em 12 de junho de 1707, em Synodo Diocesano celebrado na Bahia pelo 5º Arcebispo do Arcebispado da Bahia, D. Sebastião Monteiro da Vide, foram aprovadas as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Pois segundo ele as particularidades dos modos de vida na colônia

⁴⁶⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: ALMEDINA, 2009. p. 28.

⁴⁶⁵ MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. *Parochos imperfeitos: Justiça Eclesiástica e desvios do clero no Maranhão setecentista*. 2011. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. p. 38.

faziam com que as “Constituições de Lisboa se não podião em muitas cousas accommodar a esta tão diversa Região, resultando dahi alguns abusos no culto Divino, administração da Justiça, vida, e costumes de nossos subditos” ⁴⁶⁶. Neste ponto ele estava certo.

Basta consultar a grande variedade de títulos que compõe essas Constituições para vislumbrar quantos e quão diferentes crimes estavam sujeitos a punições em foro eclesiástico. O bispo, destarte, exercia jurisdição sobre uma variada gama de delitos. Muitos desses delitos, inclusive, estão presentes também na legislação civil que vigorava na metrópole e suas colônias desde 1603, as Ordenações Filipinas.⁴⁶⁷

O sistema escravista, a presença de comunidades indígenas e a vinda de africanos do outro lado do Atlântico matizaram muito as percepções e formas de vivenciar a religiosidade para as populações do Brasil colonial. Era necessário mesmo um conjunto de leis diocesanas que se afinassem à essa realidade.

O Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide determinou que as ditas constituições fossem impressas e publicadas, providenciando que alcançassem grande parte da população. E que tivessem posse dela os membros do clero, advogados, administradores da colônia, e pais de família desejosos de manter seus familiares bons católicos. Mas a obra impressa era cara e de difícil aquisição, ficando assim os párocos os grandes responsáveis por difundir essas determinações entre seus fiéis.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia buscavam adaptar as Resoluções Tridentinas de forma a serem aplicadas na colônia. Eram aplicadas ao clero, aos fiéis (os leigos), e regulavam a vida

⁴⁶⁶ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2011.

⁴⁶⁷ MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. *Parochos imperfeitos: Justiça Eclesiástica e desvios do clero no Maranhão setecentista*. 2011. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. p. 43.

na sociedade colonial. Determinavam normas, procedimentos, sanções, e segundo seus ditames os pecadores e criminosos eram julgados e sentenciados.

Assim, a jurisdição episcopal era competente em duas situações distintas: quanto à pessoa e à matéria. Quanto à pessoa, pois podia julgar os delitos cometidos por clérigos seculares. Quanto à matéria, porque havia comportamentos ilícitos que, independentemente da pessoa que os praticava, mas antes pela natureza do delito, ficavam sob alçada do foro eclesiástico.⁴⁶⁸

Tendo em vista tais fatos, ao analisarmos os processos do Auditório Eclesiástico neste trabalho levamos em consideração a ideia de pecado público utilizada por Joaquim Ramos de Carvalho em seu trabalho intitulado, “A jurisdição episcopal sobre os leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime”⁴⁶⁹.

Um desses pecados públicos combatidos pela Igreja e com penas previstas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia era o concubinato. Prática comum entre as camadas populares e também entre a elite, que usava o concubinato como espaço de relações ilegítimas e que muitas vezes maculavam o sacramento do matrimônio, “o concubinato ora reproduzia o padrão estrutural do matrimônio quando reunia mulher e homem solteiros, ora era mantido

⁴⁶⁸ MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. *Parochos imperfeitos: Justiça Eclesiástica e desvios do clero no Maranhão setecentista*. 2011. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. p. 43.

⁴⁶⁹ CARVALHO, Joaquim Ramos de. “A jurisdição episcopal sobre os leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime”, *Revista Portuguesa de História*, nº 24, 1988, 142. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi756vUx_vVAhUE3SYKHQqfBEMQFggmMAA&url=https%3A%2F%2Festudogeral.sib.uc.pt%2Fbitstream%2F10316%2F12788%2F1%2FJoaquim%2520Ramos%2520de%2520Carvalho24.pdf&usg=AFQjCNETEB1-wQKg1zRz0yMJmN31W_unvQ. Acesso em: 13 de maio. 2017.

concomitantemente ao casamento, ligando viúvas e solteiras a homens casados”.⁴⁷⁰ Em casos mais raros, as mulheres deixavam suas famílias para viver com outro companheiro.

Por ser uma prática muito comum acabava por ser tolerado pelo clero quando alegado pelos envolvidos que era um “casamento por juras”⁴⁷¹, onde os envolvidos declaravam que tinham a intenção de se casar no futuro e ainda não o haviam feito por motivos que normalmente envolviam a falta de dinheiro. Assim, muitos casais adeptos dessa prática passavam a vida inteira sem receber as bênçãos oficiais da Igreja e vivendo tranquilamente em sociedade.

Mesmo contando com a convivência de vizinhos e parentes, e com a dificuldade da Igreja - dado o tamanho dos bispados e a pouca quantidade de clérigos -, para fiscalizar tais uniões muitos foram os casos de concubinato que levaram homens e mulheres ao Tribunal Eclesiástico. “‘Teúdas e manteúdas’ antagonizavam-se nos tribunais eclesiásticos com esposas abandonadas, costurando no avesso dos fatos históricos, episódios de desventura e sofrimento de umas, em detrimento da satisfação de outras”.⁴⁷² E aqui abordaremos um desses casos levados ao tribunal, causador de escândalo na sociedade da época por tratar-se de um concubinato em que uma das partes era escravizada.

DO PECADO AO ESCANDALO, MONICA E A INVERSÃO DE PAPÉIS

A valorização do casamento era uma das metas da Igreja, uma forma de evitar que seu rebanho vivesse em pecado. No Brasil Colonial tal meta se mostrou difícil de ser atendida e provavelmente em outras terras do império português tenha se processado da mesma forma. Diante

⁴⁷⁰ DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. p. 33.

⁴⁷¹ A esse respeito ver: DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

⁴⁷² DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. p. 33.

disso um “discurso normatizador fora imposto às elites no Seiscentos português como reflexo de uma onda, ou melhor, de um processo civilizatório”, onde “a reorganização das funções do corpo, dos gestos e dos hábitos proposta nesse discurso deveria traduzir-se nas condutas individuais”.⁴⁷³

Esse processo de “adestração do corpo” atingiu homens e mulheres a níveis diferentes, pois estas passaram por um processo mais radical de adestração, tanto do corpo quanto de costumes, ao ponto de ser determinado que a elas só cabia o papel que exerciam na vida familiar.

A relação de poder já implícita no escravismo reproduzia-se nas relações mais íntimas entre marido e mulher, condenando esta a ser uma escrava doméstica, cuja existência se justificasse em cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa, servir ao chefe da família com o seu sexo, dando-lhe filhos que assegurassem a sua descendência e servindo como modelo para a sociedade familiar com que sonhava a Igreja.⁴⁷⁴

Ao assumir esse papel a mulher tornava-se responsável por ajudar o marido administrando a casa, cuidando dos filhos e educando-os segundo a fé cristã e zelando para que a família se mantivesse unida e seguindo os preceitos da Igreja Católica. “Adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório, e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização”⁴⁷⁵, para tanto, “o modelo de feminilidade que vicejava era ditado pela devoção a Nossa Senhora e correspondia a comportamentos ascéticos, castos, pudibundos e severos”.⁴⁷⁶

⁴⁷³ DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 24.

⁴⁷⁴ DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 26.

⁴⁷⁵ DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 24.

⁴⁷⁶ DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 33.

Nessa busca da Igreja por tornar a família o eixo da moral cristã obrigando as mulheres a assumir essa postura de recato, deparam-se com o fato de que apenas as mulheres de elite podem se permitir o recolhimento necessário para torná-las dignas de contrair matrimônio. Dentre as mulheres das classes subalternas (brancas, índias, negras forras e escravizadas) que circulam por espaços aos quais as mulheres de elite jamais se permitiriam e lutam constantemente pela sobrevivência não é possível ter esse recolhimento.

Tais mulheres, endurecidas pelas dificuldades da vida na colônia, lutavam por sobrevivência, tendo por prioridade atender as suas necessidades básicas.

O concubinato possibilitava às mulheres solteiras e viúvas uma opção em lugar do matrimônio, constituindo-se em espaço para a reprodução, as relações Inter étnicas e intersociais, para as solidariedades materiais e afetivas, e sem dúvida, um nicho mais acolhedor para a sobrevivência no contexto da ocupação colonial e incipiente urbanização da maior parte das capitanias.⁴⁷⁷

O viver em colônia era implacável com as mulheres ainda mais com as escravizadas que se viam em situação de vulnerabilidade diante da impiedade do sistema escravista. Desprovidas de liberdade e do direito a seus corpos, para essas mulheres muitas das vezes essas relações eram impostas, mas também uma pequena oportunidade de fugir das mazelas de sua condição de escravizada e obter algumas melhorias em sua condição de vida.

Apresentamos aqui o caso de José Pereira de Lemos, denunciado ao Tribunal Eclesiástico no ano de 1742 por manter tratos ilícitos “com uma sua escrava por nome Mônica” ⁴⁷⁸, onde “esquecido de sua

⁴⁷⁷ DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. p. 32.

⁴⁷⁸ Arquivo Público do Estado do Maranhão, Juízo Eclesiástico, Autos e Feitos de Libelo Crime, doc. 4228, fl. 2.

salvação esta cometendo o gravíssimo crime de adultério contra a fé do matrimônio” 479 . José e Mônica já eram figuras conhecidas das autoridades eclesiásticas, tendo sido denunciados pelo mesmo amancebamento anos antes, não se emendaram. Muito pelo contrário. As revelações desse processo mostram a longevidade do relacionamento e por que não dizer, do amor entre eles.

Encontros sexuais entre os senhores e suas escravas eram comuns à sociedade da época ao ponto de ser reconhecido como um direito dos senhores (brancos) viverem amancebados com suas escravas. A alcunha de “concubinato” era reservada ao caso do homem que abriga em sua casa, e mantém tratos ilícitos com uma mulher livre. O que nos faz destacar esse caso em particular.

Nota-se que o caso de José Pereira de Lemos e Mônica choca a sociedade da época pela forma como se dá. O réu é acusado de manter tratos ilícitos com a dita escrava, mas mais do que isso é acusado de, “sendo uma das obrigações do matrimônio o viver e ter sua mulher e filhos em sua companhia satisfaz tão pouco a esta sua obrigação que os tendo quase degradados na sua roça sem fazer caso deles nem de sua dita mulher” 480. Agravando ainda mais a situação por estar “vivendo nesta cidade com a dita sua manceba de portas a dentro fazendo dela grande estimação pois lhe governa a casa e dos filhos que dela tem pois os traz bem vestidos e tratados e um deles na escola” 481. O que comprova que “a opção pela concubina a faz mais do que a dona-de-um-coração,

479 Arquivo Público do Estado do Maranhão, Juízo Eclesiástico, Autos e Feitos de Libelo Crime, doc. 4228, fl. 2.

480 Arquivo Público do Estado do Maranhão, Juízo Eclesiástico, Autos e Feitos de Libelo Crime, doc. 4228, fl. 2.

481 Arquivo Público do Estado do Maranhão, Juízo Eclesiástico, Autos e Feitos de Libelo Crime, doc. 4228, fl. 2.

dona de bens materiais que significam sustento cotidiano”⁴⁸², para elas e para os seus.

Sendo o concubinato uma prática comum à época, muitos foram os casos onde “as mulheres concubinadas acabam por gozar de regalias como um teto, a garantia de alimentos e vestuário, e ainda assistência nas moléstias, não sem motivos as esposas abandonadas vingam-se, denunciando-as ao bispo”⁴⁸³. No caso em questão soma-se a esses “muitos motivos”, a humilhação que esposa sofre ao ser preterida em favor de escrava, o que provavelmente gerou muito desconforto aos que observavam por se tratar de uma escrava fazendo às vezes de sinhá.

Nota-se uma evidente inversão de papéis, onde a legítima esposa se diz exilada em uma propriedade rural sem receber os devidos cuidados que lhe foram garantidos pela Igreja através do matrimônio enquanto a manceba, escrava, era tratada com zelo e estima que deveriam ser dedicadas à legítima esposa.

O réu, que era reincidente na culpa com a mesma manceba já havia pago pena pecuniária de 10 mil réis. E sendo reincidente “devendo emendar-se não o fez mas sim continuou com o mesmo e maior excesso por quanto saiu compreendida na presente visita”⁴⁸⁴.

Considerado culpado e admitindo tal culpa, foi “obrigado a lançar mão fora de sua casa (ilegível) escrava vendendo-a e que não possa ter comunicação com ela”, sendo condenado “nas penas pecuniárias... e castigado... exemplo de outros”⁴⁸⁵. Se Mônica foi mesmo vendida, só investigações mais profundas vão poder responder. O certo

⁴⁸² DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. p. 34.

⁴⁸³ DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. p. 34.

⁴⁸⁴ Arquivo Público do Estado do Maranhão, Juízo Eclesiástico, Autos e Feitos de Libelo Crime, doc. 4228, fl. 2.

⁴⁸⁵ Arquivo Público do Estado do Maranhão, Juízo Eclesiástico, Autos e Feitos de Libelo Crime, doc. 4228, fl. 2.

é que a relação afetivo-sexual mantida com seu senhor, lhe conferiu uma certa notoriedade social. As relações concubinárias, como é o caso desta, são testemunho da dificuldade de se processarem reformas comportamentais mais efetivas. O projeto da Igreja era um. A realidade cotidiana, outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há muito a fazer no que tange a digitalização, transcrição e análise dos processos envolvendo leigos. Esses documentos não falam apenas sobre o funcionamento do Tribunal Episcopal e maneira como os processos eram conduzidos, eles mostram as tentativas feitas pela Igreja de normatização da sociedade colonial e como a população reagiu a elas.

Podemos aqui perceber os sujeitos envolvidos nesses casos, suas particularidades e como encaravam a ideia de salvação e pecado tão apregoada pela igreja católica. Os depoimentos tratando da vida de homens e mulheres das mais diversas camadas sociais nos dão uma visão da comunidade em que estavam inseridos.

Os documentos estudados nos dão muitas respostas, mas também geram muitos outros questionamentos, são quebra cabeças que precisam ser analisados e montados com atenção. O estudo desses materiais nos permitirá compreender um pouco mais da história do Maranhão no século XVIII, e no caso dessa pesquisa em particular, buscamos também uma melhor compreensão da história das relações afetivas, do espaço de construção de famílias alternativas, no Brasil e no Maranhão, tendo em vista que os materiais sobre o tema ainda são escassos e há muito que se fazer a esse respeito.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Joaquim Ramos de. “A jurisdição episcopal sobre os leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime”, *Revista Portuguesa de História*, n° 24, 1988, 142. Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi756vUx_vVAhUE3SYKHQqfBEMQFggmMAA&url=https%3A%2F%2Festudogeral.sib.uc.pt%2Fbitstream%2F10316%2F12788%2F1%2FJoaquim%2520Ramos%2520de%2520Carvalho24.pdf&usg=AFQjCNETEB1-wQKg1zRz0yMJmN31W_unvQ. Acesso em: 13 de maio. 2017.

DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. *Parochos imperfeitos: Justiça Eclesiástica e desvios do clero no Maranhão setecentista*. 2011. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: ALMEDINA, 2009.

SILVA, Jamerson Marques da. “Concílio de Trento: uma trama de crises e decretos nos passos de uma ecclesia semper reformanda”. In: *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, v. 9, n. 16, jul/dez. 2015. p. 130-150. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/article/view>>. Acesso em: 12 de maio. 2017.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Juízo Eclesiástico, Autos e Feitos de Libelo Crime, doc. 4228.

OS MILITARES DE EL'REY: UM ESTUDO DAS TROPAS MILITARES PRESENTES NA CAPITANIA DA ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XVIII⁴⁸⁶

Resumo: Em linhas gerais a história do Império Ultramarino Português se iniciou com a expansão marítima no século XV. Portugal possuía diversos desafios para manter os domínios conquistados sobre a posse da Coroa lusa. Entre estes desafios temos: a colonização efetiva das terras, os constantes combates sejam com os nativos ou com os demais Estados europeus que disputavam os monopólios, seja do comércio ou das terras, tanto em América quanto em África e Ásia, assim como o desafio de possuir e manter um exército efetivo em cada uma de suas capitanias, entre outros problemas. O presente trabalho pretende discutir a importância das forças militares para contornar estes desafios, em especial na Vila de Sena, localizada na Capitania de Moçambique e Rios de Sena (África Oriental Portuguesa), no último quartel do século XVIII, com particular atenção para a composição e distribuição das três forças que compunham a estrutura militar lusa (Regulares, Auxiliares e Corpos de Ordenança).

Palavras-chave: Capitania de Moçambique e Rios de Sena; Vila de Sena; forças militares.

THE MILITARY OF EL'REY: A STUDY OF THE MILITARY TROOPS PRESENT IN THE CAPTAINCY OF PORTUGUESE EAST AFRICA IN THE LAST QUARTER OF THE 18TH CENTURY

Abstract: In general lines the history of the Portuguese Overseas Empire began with the maritime expansion in century XV. Portugal had several challenges to keep the dominions won over the possession of the Portuguese Crown. Among these challenges are: the effective colonization of the land, the constant fighting with the natives or with the other European states that disputed the monopolies, be it trade or land, both in America and in Africa and Asia, as well as the challenge of possess and maintain an effective army in each of its captaincies, among other problems. The present work intends to discuss the importance of military forces to overcome these challenges, especially in the Village of Sena, located in the Captaincy of Mozambique and Rios de Sena (East Portuguese Africa), in the last quarter of the 18th century, with particular attention to composition and distribution of the three forces that composed the Portuguese military structure (Regular, Auxiliary and Ordinary Corps).

Keywords: Mozambique's Captaincy and the Seine Rivers; Village of Sena; military forces.

⁴⁸⁶ Bruno César Pereira (<http://lattes.cnpq.br/4804034110506202>) é graduando pela UNICENTRO

Artigo recebido em 18/04/2018 e aprovado em 18/06/2018

A INSTITUIÇÃO MILITAR NOS TERRITÓRIOS DE EL'REY

Um ponto comum das pesquisas contemporâneas referentes aos estudos do Império Português, seja de pesquisadores(as) brasileiros(as) bem como de portugueses(as), pauta-se na busca pela compreensão de como o Império era estruturado. Sobre estas preocupações destacamos a obra *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa*, organizado por João Fragoso, Maria F. Bicalho e Maria de F. Gouvêa, publicado em meados dos anos 2000⁴⁸⁷. Esta obra possui uma coletânea de textos que entre suas preocupações: evidencia a complexidade das relações Reino-Capitanias.

Compreende-se que o Império Luso ao longo da sua formação transplantou do Reino (Portugal) para os territórios do além-mar uma série de instituições. Os objetivos destas eram: buscar manter a posse dos territórios, bem como salvaguardar os interesses comerciais da Coroa. Entre estas instituições destacamos as administrativas, como as formas de administração através dos Governadores-Gerais, a introdução da Instituição Militar, e em um nível local a implantação das Câmaras Municipais.

Mas esta argumentação pode dar a falsa ideia de um Império homogêneo. Ana Paula Wagner ao discutir a respeito de uma concepção do Império interligado por fio um condutor, como por exemplo os modelos institucionais administrativos e militares, observa que mesmo existindo diretrizes comuns a todas as Capitanias no além-mar havia adaptações realizadas pelos governos-gerais. Estas adaptações

⁴⁸⁷FRAGOSO, Joao; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fatima. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ocorriam em razão da pluralidade “sociocultural com que os portugueses se deparavam nos distintos territórios”⁴⁸⁸.

Em síntese, compreendemos que havia uma série de diretrizes comuns emanadas do Reino e encaminhadas para as Capitanias ao longo do Ultramar. Entretanto ocorriam adaptações variadas, seja nas formas de administrar dos governos-gerais e dos seus subordinados, bem como nas maneiras de defender, comercializar etc.

O presente trabalho se atentará a uma das posses de Portugal, a Capitania da África Oriental Portuguesa; que inicialmente estava integrada ao Estado da Índia, tornando-se capitania independente apenas no século XVIII, no ano de 1752. Depois desta data a capitania possuía como capital administrativa e política a ilha de Moçambique onde residia o Governo Geral da Capitania, responsável pela administração da ilha, assim como de algumas vilas ao longo do litoral e da capitania subordinada Rios de Sena, com sua capital situada inicialmente na Vila de Sena, mas em 1767 transferida para a vila de Tete.

A Capitania de Moçambique e Rios de Sena, assim como as demais Capitanias que compunham o Império Ultramarino, seguiam um conjunto de sistemas impostos pelo Reino, estes sistemas correspondem as formas de administração, de organização militar, de cobranças de impostos etc.

Feita estas pequenas observações, o presente trabalho tem por objetivo geral identificar como estavam a composição e distribuição das forças militares em tropas Regulares, Corpos de Auxiliares e Corpos de Ordenanças – de um modo geral, a Instituição Militar – na vila de Sena, localizada na Capitania subordinada Rios de Sena, na segunda metade

⁴⁸⁸ WAGNER, Ana Paula. População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. p. 17

do século XVIII. Além disso buscamos conhecer melhor a estrutura militar portuguesa, presente tanto no Reino (Portugal) quanto nas capitanias ao longo do Império Ultramarino Português e compreender a função que a organização militar portuguesa exercia dentro do Império Ultramarino Português, seja para defesa e manutenção da posse territorial, assim como para a construção de uma hierarquia social.⁴⁸⁹

De um modo geral, a organização militar portuguesa estava dividida em três forças, onde cada uma destas estava incumbida das mesmas funções: proteger o território seja de invasões de nações europeias, defender o território de ataques de povos nativos e manter a boa ordem dentro da Capitania. Mas cada uma destas forças tinha suas características específicas.

As tropas Regulares ou Pagas, conhecidas também por Tropas de 1ª Linha, eram o único corpo pago pela Coroa. Esta força militar era dividida em terços que eram subdivididos em companhias. A Coroa Portuguesa impunha às colônias um modelo e um número específico de homens que deveriam compor cada terço e companhia, mas raramente se seguia o modelo sugerido em função da falta de homens para compor os terços e companhias. A patente mais alta dentro desta força era a de Mestre-de-Campo, geralmente escolhido entre os homens de confiança da Coroa.

Diferente das demais forças militares as patentes dentro das Tropas Regulares eram exercidas na maioria das vezes por homens que já possuíam experiência militar, além de possuírem prestígio e reconhecimento social. Uma característica marcante que diferencia a Tropa Regular, além deste ser o único corpo pago, é de que os homens

⁴⁸⁹ MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenança e Auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p.39-56, 2006.

que compunham este corpo deveriam possuir apenas como forma de trabalho a carreira militar não podendo possuir outro tipo de ofício. O recrutamento para as Tropas regulares se baseava nas listas realizadas pelos Capitães-Mores, listas estas que eram base do recrutamento para as três forças.

A segunda força militar portuguesa são os Corpos de Auxiliares, onde a partir de 1796 são designados como Milícias⁴⁹⁰. Este corpo era composto pelos filhos segundos das famílias, jamais os filhos únicos de viúvas ou de lavradores. Em suma este corpo era composto em sua maioria por homens com capacidade para ser recrutados para as tropas de 1ª Linha, mas por exercerem funções úteis ao Estado estavam isentos de servirem nas Tropas Pagas. Esta força, assim como as tropas Regulares, se dividia e subdividia em Terços e Regimentos, sucessivamente. Esta força militar possuía a característica de se enquadrar como tropas de segunda (2ª) Linha. Assim, em eventual ocasião em que as tropas Regulares deveriam se ausentar em caso de guerra, estas assumiriam o papel de tropas de primeira (1ª) Linha, e é neste caso que as tropas Auxiliares passariam a receber soldo. O serviço prestado pelos homens neste corpo era obrigatório, mas não remunerado.

Diferente das Tropas de Regulares, na maioria das vezes as patentes militares tanto do Estado Maior como as mais baixas, eram exercidas por homens sem experiência militar. Este requisito não era tão importante dentro dos Corpos de Auxiliares. A escolha destes homens partia mais de sua influência dentro de um quadro social, de um reconhecimento dentro da comunidade. Estes eram fatores mais

⁴⁹⁰ Arquivo Histórico Ultramarino, Moçambique, cx. 74, doc 85. *Ofício de Regulamentação, partindo de Lisboa, Palácio de Queluz, para a Capitania de Moçambique e Rios de Sena, 7/08/1796.* [Daqui em diante, utilizaremos a sigla AUH para fazer referência ao Arquivo Histórico Ultramarino].

importantes que a experiência, onde os membros do chamado Estado Maior (em especial os de patente mais alta), eram "escolhidos dentre as pessoas mais nobres e honradas".⁴⁹¹

Por fim temos a terceira força militar portuguesa, os chamados Corpos de Ordenança. Estes corpos compunham toda população masculina entre 18 e 60 anos, não recrutada pelas Tropas Regulares e pelas Auxiliares. Estes homens não eram mobilizados, ou seja, não era uma força deslocável, seu caráter estava voltado para uma atuação em vilas nas quais os corpos se encontravam. Sua participação militar era quase nula, onde pouquíssimas vezes esta força se mobilizaria para algo de caráter militar, pelo fato das Tropas Regulares e Auxiliares já estarem atuando. Dado a isso, esta terceira força militar não possuía uma grande relevância no contexto militar, tendo sua função ligada mais diretamente ao administrativo, onde que a partir das listas de possíveis recrutas, elaboradas pelos Capitães-Mores, se organizava um verdadeiro recenseamento da população colonial, assim se conhecia toda a população, permitindo "que os braços do Estado alcancem as povoações mais distantes [...]".⁴⁹²

Esta força militar também era de caráter obrigatório e não remunerado. Assim como as demais forças, era dividida em Terços e subdivididos em Companhias. A maior patente desta força era a de Capitão-Mor. Para assumir tal patente, assim como a de Mestre-de-Campo nas Auxiliares, não era necessário a experiência militar. De acordo com Jorge da Cunha, em um estudo sobre as tropas militares luso-

⁴⁹¹ MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenança e Auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p.39-56, 2006. p. 33.

⁴⁹² SILVA, Kalina Vanderlei P. da. O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial. Militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Tese (Doutorado em História). Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001. p. 66

brasileiras nos séculos XVII e XVIII, a figura do Capitão-Mor era tida como o "comandante militar da população civil".⁴⁹³

De um modo geral, estas três forças militares estariam presentes na maioria das capitanias que compunham o Império Ultramarino Português, assim como no próprio Reino. Estas forças militares, em especial as tropas Regulares, passaram por dificuldades, tais como a falta de homens para compor os terços, a falta de armas e de uniformes, o estado degradante em que se encontravam os quartéis e fortalezas, os baixos soldos pagos aos soldados etc. Estes problemas faziam com que as demais forças militares, Auxiliares e Corpos de Ordenanças, assumissem mais efetivamente seu papel dentro da organização militar, ou seja, passavam a atuar de forma mais efetiva e auxiliando as tropas Regulares.

Como veremos a seguir, a África Oriental Portuguesa, ao longo da segunda metade do século XVIII, enfrentou também estas dificuldades, em especial com as tropas Regulares, seja para compor seus Regimentos, assim como na falta de armas, uniformes e homens.⁴⁹⁴

Se observará no presente trabalho que a Capitania de Moçambique e Rios de Sena, possuía a organização militar seguindo o modelo proposto pela Coroa. Ou seja, a Capitania possuía a divisão da organização militar em três forças militares. Mas poderemos perceber que em relação ao número de homens que deveriam compor cada Terço e Regimento, seria muito diferente na prática, isto se dá muitas vezes pela falta de homens com o perfil desejado pela Coroa. Em suma,

⁴⁹³ FILHO, Jorge da Cunha Pereira. Tropas Militares Luso- brasileiras nos séculos XVII e XIX. *Boletim do Projeto "Pesquisa genealógica sobre as origens da família Cunha Pereira"*, nº 12, 1998. Genealogias.org. p 46-80. p. 57.

⁴⁹⁴ AHU, Moçambique, cx. 34, doc. 6. Ofício de António Manoel de Mello e Castro, para José de Vasconcelos Almeida, sobre o estado geral das tropas [com relação a Capitania Subordinada de Rios de Sena], 15/071780.

a Capitania Portuguesa na África Oriental, seguia os modelos, leis e regulamentos impostos pela Coroa, mas estas leis, regulamentos e modelos eram adaptado pelas capitanias, portanto, muitas vezes o que a Coroa propunha era diferente quando posto em prática nas capitanias.

Para a realização do presente trabalho, analisamos alguns dos documentos produzidos pela administração da Capitania de Moçambique e Rios de Sena, bem como da Coroa lusa. Em especial esta documentação administrativa (ofícios, alvarás, decretos etc.) como bem observa Ana Paula Wagner⁴⁹⁵ cresceu consideravelmente, visto que a partir da segunda metade do século XVIII crescia uma preocupação por parte da Coroa Portuguesa em conhecer quantos e quem eram os indivíduos que viviam na capitania de Moçambique e Rios de Sena. Esse desejo desencadeou uma série de ordens, as quais produziram um conjunto de mapas populacionais (sobre civis e militares).

Essa documentação administrativa encontra-se originalmente depositada no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Entretanto, a Dra. Ana Paula Wagner (Professora Adjunta do Departamento de História/Irati/Unicentro), em sua pesquisa de doutorado, microfilmou e digitalizou grande parte deste acervo. Assim, a documentação privilegiada nesta pesquisa de Iniciação Científica foi cedida pela historiadora em questão.

Após a leitura, levantamento e seleção dos mapas referentes às tropas de Sena, relativos a segunda metade do século XVIII, foi feita a contextualização desta documentação a partir de bibliografia sobre a

⁴⁹⁵ WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

Capitania de Moçambique e a política ultramarina portuguesa do setecentos.

Embora a potencialidade do *corpus* documental tenha direcionado para um tratamento mais demográfico (no sentido de quantificação de números), a metodologia adotada foi principalmente qualitativa e esteve apoiada no cruzamento e na análise de dados recolhidos na bibliografia e nas fontes documentais.

DOS PROBLEMAS NAS TROPAS PAGAS ÀS SOLUÇÕES DO USO DAS DEMAIS FORÇAS: O EFETIVO MILITAR NA EX-CAPITAL (SENA)

Ao longo da segunda metade do século XVIII a Capitania de Moçambique sofria com a falta de reinóis para compor os regimentos das tropas Regulares, este era apenas um dos problemas que a Capitania enfrentava. Em especial a vila de Sena se encontrava com um Regimento diminuto em 1780. Naquele ano, de acordo com o ofício escrito por António Manoel de Mello e Castro (governador de Rios de Sena) e enviado para José de Vasconcelos de Almeida (governador-geral da capitania), era está a situação de Sena:

"Quando tomei posse deste Governo [Capitania subordinada Rios de Sena] achei nelle só dez soldados de Guarnição, e vendo que tão pequeno numero não podia com efectiva força das Sentinelas, e rondas que indispensavelmente são necesarias haver, e que os dittos poucos soldados não por isso atenção algum que fui obrigado aumentar-lhe mais dez praças, deixando ficar aqui alguns Soldados da recruta q veyo dessa capytal [...]"⁴⁹⁶

O ofício de António Manoel de Mello e Castro, além de nos dar a informação da falta de homens, tratava também do descaso que se encontravam as fortalezas e quartéis da vila de Sena, assim como fazia

⁴⁹⁶ Ibid.

um pedido de camisetas, meias, sapatos para o fardamento dos soldados. Mas este ofício ainda nos dá base para afirmar a existência das demais forças, pois enquanto que as tropas Regulares, priorizavam compor seus regimentos com reinóis, as demais forças, Corpos Auxiliares e Corpos de Ordenança, eram constituídas em sua maioria por homens ligados a terra, ao comércio, em suma os homens residentes na vila que por exercerem funções úteis ao Estado, eram isentos do serviço nas tropas pagas.

E é com base nesta informação que o ofício de António Manoel de Mello e Castro deixa transparecer que a vila de Sena se encontrava neste estado crítico, pelo fato de se priorizarem os reinóis para ocupar as tropas Regulares. Mas percebemos no mesmo ofício que, se fosse incorporado os homens já residentes da capitania, homens nascidos na capitania, não faltariam indivíduos para sentar praça nos regimentos pagos. Assim, é importante distinguirmos que a Capitania Subordinada de Rios de Sena, em especial a vila de Sena, segundo António Manoel de Mello e Castro, sofreu com a falta de reinóis e oficiais, e não com a falta de homens para compor os Regimentos pagos. Note-se que na mesma correspondência enviada para José de Vasconcelos de Almeida em 1780, além de dar um número mínimo de soldados, que a vila de Sena necessitava, Melo de Castro afirma que "deve precisamente haver huma comp^a de número de 40 soldados com seus respectivos e competentes oficiais, para o que não faltão aqui patricios, a quem se sente praça [...]".⁴⁹⁷

O problema com a falta de homens vindos do Reino, seria uma questão importante que iria atravessar toda a segunda metade do século XVIII. Todavia, o Governo Geral da Capitania de Moçambique e Rios de Sena durante este período, encaminhou duas alternativas, como

⁴⁹⁷ Ibid., Parágrafo 3.

possíveis medidas para resolver o problema da falta de soldados para compor os Regimentos de tropas Regulares. A primeira delas se baseou em trazer os chamados Cipaio da Índia⁴⁹⁸ e a segunda foi propor a naturalização dos Regimentos das tropas Regulares.⁴⁹⁹

A segunda alternativa se tornou aos poucos uma solução mais eficaz que a primeira, seja pela não adaptação dos Cipaio⁵⁰⁰, assim como pela enfática tentativa de se aprofundar a busca da formação e concretização de uma elite local. Entretanto, a historiografia sobre essa questão aponta as dificuldades de implementação destas propostas. Isto acontecia, em especial, pelo fato dos homens buscarem diferentes formas de burlar o serviço militar nas tropas Pagas, seja pelo meio da deserção, assim como pela prática de "escravização voluntária, através da 'venda do corpo'".⁵⁰¹ As inúmeras formas de evitar servir nas tropas Pagas pode ser observado tanto na Capitania de Moçambique e Rios de Sena quanto na América Portuguesa. Enquanto na Capitania Portuguesa na África Oriental temos a "venda do corpo", como uma das incontáveis formas de se eximir do alistamento nas tropas Regulares, na América Portuguesa uma grande parcela da população, que por estarem ligados a uma extensa rede de parentescos, clientelas e interesses, usavam estes contatos como estratégias para se tornarem invisíveis para o recrutamento das tropas Regulares.⁵⁰²

⁴⁹⁸ Em linhas gerais, os cipaio eram soldados naturais da Índia. Indique-se o interesse específico da coroa era pelo soldado luso-indiano católico.

⁴⁹⁹ RODRIGUES, Maria Eugênia. Cipaio da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII. *História: Questões & Debates*, n.45, p. 57-95, 2006.

⁵⁰⁰ Ibid., p. 66-72.

⁵⁰¹ Ibid., p. 89.

⁵⁰² MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenança e Auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p.39-56, 2006. p. 30-31.

Mesmo com as tentativas de solucionar os problemas com a falta de homens, percebemos que as dificuldades ainda seguiam. No ofício remetido ao Governo-Geral da Capitania de Moçambique e Rios de Sena, datado do ano de 1798⁵⁰³, final do século XVIII, percebemos que os problemas se mantiveram, seja pela falta de homens, assim como pelas más condições que se encontravam o presídio. Entretanto, gostaríamos de destacar deste ofício os comentários feitos pelo governador de Rios de Sena sobre a falta de disciplina, tanto do Estado Maior como por parte dos soldados. O autor, em tom ácido, caracterizou a tropa e seus oficiais:

"Eu não sei Ilmo Senhor como se podera em boa ordem semelhante tropa, que não têm hum só oficial digno de confiança para coiza alguma. O Major é e sempre foi um louco, o Capitão rude e ignorantissimo sem respeito algum; o Tenente huma criança que nada sabe por que não têm tido mestres, o Alferes o mesmo, os ajudantes que he o que tem algum jeito p^a o serviço, e se vai com o tempo os soldados estão todos porcos, rozetos, desfardados, e não sabe nem apresentar sua arma [...]"⁵⁰⁴.

O mesmo ofício, remetido ao Governo-Geral da Capitania, ainda tratava sobre os poucos soldados que restavam, assim como cita as deserções e os soldados doentes. Em suma, poucos soldados estavam disponíveis para exercer suas funções dentro do Regimento. É portanto dentro deste contexto que se encontravam as tropas Regulares, que se faz crer que a utilização das demais forças militares, as Auxiliares e Corpos de Ordenança, deveriam atuar, seja para colaborar com a defesa do território, assim como para manter a boa ordem dentro das vilas.

É importante mencionar que a Capitania Portuguesa na África Oriental possuía a organização militar seguindo os padrões propostos

⁵⁰³ AHU, Moçambique, cx. 80, doc. 92. Ofício remetido ao Governador-Geral da Capitania de Moçambique e Rio de Sena, 29/03/1798.

⁵⁰⁴ Ibid., Parágrafo 2.

pela Coroa, ou seja, a Capitania possui as três forças militares, tropas Regulares, Auxiliares e Corpos de Ordenança. Mas como já discutido no presente trabalho os modelos impostos pela Coroa, quando colocados em práticas, passavam por uma série de adaptações. E um dos motivos que geravam estas adaptações era a falta de homens, em especial este caso está ligado diretamente as tropas Regulares.

Um exemplo de modelos e regulamentos impostos pela Coroa que a Capitania de Moçambique e Rios de Sena deveria seguir, temos a regulamentação de como deveriam ser compostos os Regimentos dos Corpos Auxiliares. Um regulamento de 1796 nos dá detalhadamente os números de soldados que deveriam compor cada Regimento, assim como todas as patentes integrantes.⁵⁰⁵ De acordo com este ofício os oficiais que correspondiam ao Estado Maior dentro das milícias, passariam a receber um soldo. Esta informação nos leva a crer que a partir de 1776 os corpos de Auxiliares, que agora passam a ser designados como Milícias, receberiam uma maior atenção por parte da Coroa Portuguesa, isto fica bem claro no ofício sobre a regulamentação dos Corpos Auxiliares:

"E querendo eu [Rainha Dona Maria] que os sobre dittos regulamentos de Milicias sejam em tudo conforme aos das tropas Regulares do meu Exército na sua organização e formatura; sou servida determinar que em todas haja para o futuro hum Tenente Coronel e os officiaes que vão declarados no corpo do plano que baixa com este: Que todos eles hajam Bandeiras, e tambores fornecidos pelos meus arcenaes [...]"⁵⁰⁶

Ao longo da última década do século XVIII, podemos perceber que a Vila de Sena possuía uma guarnição mais efetiva, pelo menos em

⁵⁰⁵ AHU, Moçambique, cx. 74, doc 85. Ofício de Regulamentação, partindo de Lisboa, Palácio de Queluz, para a Capitania de Moçambique e Rios de Sena, 7/08/1796.

⁵⁰⁶ Ibid., p. Parágrafo 2.

números, em suas Tropas Regulares. Em 1780 quando António Manoel de Mello e Castro⁵⁰⁷, assume o governo na Capitania Subordinada Rios de Sena havia um efetivo de 10 homens, mas ele propõe um número mínimo de 40 (quarenta) soldados para a vila de Sena. O Mapa Geral das tropas que guarneciam as Fortalezas e Presídios da Capitania Subordinada Rios de Sena realizado por Chistovão de Azevedo em 1793, mostrou que a vila de Sena possuía naquele momento um efetivo de 38 (trinta e oito) soldados.⁵⁰⁸ Já no Mapa da Guarnição de Artilharia da Vila de Sena de 1797⁵⁰⁹, quase no final do século, nota-se um efetivo mais reduzido contando apenas com 28 (vinte e oito) soldados e 8 (oito) oficiais.

Estes mapas das guarnições nos dão base para perceber as transformações da vila de Sena ao longo do último quartel do século XVIII, onde em 1780 contava apenas com dez soldados, e passaria a ter um efetivo de 28 (vinte e oito) soldados e dos 8 (oito) oficiais. Além dos mapas das tropas Pagas temos um Mapa da composição do Estado Maior dos Corpos de Ordenança, datado de 1798. O Estado Maior do Corpo de Ordenanças era composta por 5 oficiais: 1 Capitão-Mor, 1 Sargento-Mor, 1 ajudante, 1 Capitão, 1 Alferes.⁵¹⁰

Em suma, como já abordado nos parágrafos acima, o que a Coroa desejava era muitas vezes muito diferente quando colocado em prática. Mas isto não quer dizer a estrutura militar proposta pela Coroa não estava na Capitania Portuguesa da África Oriental, muito pelo contrário.

⁵⁰⁷ AHU, Moçambique, cx. 34, doc. 6. Ofício de António Manoel de Mello e Castro, para José de Vasconcelos Almeida, sobre o estado geral das tropas [com relação a Capitania Subordinada de Rios de Sena], 15/07/1780.

⁵⁰⁸ AHU, Moçambique, cx. 65, doc. 5 – C. Mappa Geral da Tropa que Goarnece as Fortalezas e Prezídios dos Rios de Senna, Realizado pelo Capitão-Mor Chistovão de Azevedo de Vazcos, 11/07/1793.

⁵⁰⁹ AHU, Moçambique, cx. 85, doc. 15 - A. *Mapa da Guarnição desta Praça e Artilharia – Sena*, 28/12/1797.

⁵¹⁰ AHU, Moçambique, cx. 85, doc. 15 – B. Mapa do Corpo de Ordenança, realizado pelo Capitão-Mor João Felipe, 2/02/1798.

Podemos com base nas informações dadas no presente trabalho afirmar que a Capitania de Moçambique e Rios de Sena possuía as três forças militares. Em especial esta estrutura era encontrada na vila de Sena ao longo da segunda metade do século XVIII.

O estado degradante que se encontravam as tropas Regulares na vila de Sena fazia com que a presença das demais forças militares, Auxiliares e Corpos de Ordenança, fossem necessárias, seja para construir e manter uma hierarquia social, manter a boa ordem na vila, bem como para protegê-la. As tropas Regulares ao longo do século XVIII possuíam diversas dificuldades, tanto na falta de homens bem como no baixo soldo pago pela Coroa. Este problema não era exclusivo da Capitania de Moçambique e Rios de Sena, a América Portuguesa passou pelos mesmos problemas, como podemos observar em "O Miserável Soldo & a Boa Ordem Social", da historiadora brasileira Kalina Vanderlei⁵¹¹, onde a autora volta seu olhar a Capitania de Pernambuco durante a segunda metade do século XVII até o final do XVIII. Os problemas encontrados pela autora são semelhantes com os que identificamos na Capitania Portuguesa na África Oriental, seja com a falta de homens ou o baixo soldo pago. Em suma o descaso com que se encontravam os Regimentos, quartéis e fortalezas das tropas Regulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história do Império Ultramarino uma de suas grandes dificuldades foi manter tropas burocráticas, ou seja, manter um exército efetivo; seja pela falta de homens, pelo baixo soldo pago pela Coroa etc. A organização militar do Império Português, além de contar com as

⁵¹¹ SILVA, Kalina Vanderlei P. da. O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial. Militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Tese (Doutorado em História). Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001.

tropas Regulares, seu exército pago, contava com outras duas forças militares, recrutados entre os homens que residiam nas Capitanias ao longo do Império, onde estas duas forças, as tropas Auxiliares e os Corpos de Ordenança, eram um serviço obrigatório e não remunerado, ambas estiveram voltadas para auxiliar as tropas de 1ª Linha e tinham um papel muito importante com relação a formação de elites locais e a construção de uma hierarquia social.

A vila de Sena, inicialmente capital da capitania de Rios de Sena, subordinada a Capitania de Moçambique e Rios de Sena, ao longo da segunda metade do século XVIII, sofreu com a falta de reinóis para compor as tropas Regulares. Não é apenas Sena que possuía este problema. Nota-se esta dificuldade em todas as vilas que compunham a África Oriental Portuguesa, fazendo necessário que o Governo Geral da capitania tomasse atitudes com relação a estes problemas. Como abordado por Eugénia Rodrigues, ao longo do século XVIII duas formas de amenizar a falta de reinóis foram tomadas: a primeira foi trazer os Cipaio da Índia e a segunda naturalizar as tropas Regulares. Assim, como apresentada pela autora ambas as formas falharam, seja pela não adaptação dos primeiros e, na segunda forma, os homens obrigados a servirem ou desertavam ou buscavam maneiras para evitarem o recrutamento.⁵¹²

Ao analisar a documentação administrativa da Capitania de Moçambique e Rios de Sena chegamos à conclusão que os problemas enfrentados pelas Tropas Regulares fizeram com que as demais forças militares, compostas pelas Tropas Auxiliares e Corpos de Ordenança, assumissem um papel relevante naquele território, tanto para ajudar na

⁵¹² RODRIGUES, Maria Eugénia. Cipaio da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII. *História: Questões & Debates*, n.45, p. 57-95, 2006. Ed. UFPR.

manutenção da boa ordem (disciplina da população em geral) e proporcionando a justificativa de uma hierarquia social.

As tropas Regulares, Auxiliares e os Corpos de Ordenança estiveram presentes na Capitania de Moçambique e Rios de Sena, em especial em Sena. Podemos observar a composição das Tropas Regulares ao longo do último quartel do século XVIII, por meio dos ofícios de António Manoel de Mello e Castro de 1780⁵¹³, bem como pelos ofícios da composição do Regimentos do regimento de Sena de 1793⁵¹⁴ e 1797. Para 1796, temos o Mapa do Corpo de Ordenança de Sena⁵¹⁵. Com relação as tropas Auxiliares, temos o modelo que a capitania de Moçambique e Rios de Sena deveria adotar a partir de 1796.⁵¹⁶

Conclui-se que a vila de Sena ao longo do último quartel do século XVIII, possuía as três forças militares. Assim como em outras capitanias do Império Português, as duas forças não burocráticas, Auxiliares e Corpos de Ordenança, possuíam um papel fundamental dentro das hierarquias sociais, pois os membros que compunham o Estado Maior, dentro destas forças, eram os homens que possuíam mais poder, riquezas e reconhecimento dentro das vilas. Também como procuramos discutir a crise em que se encontravam as tropas burocráticas, fazia necessário a presença das demais forças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁵¹³ AHU, Moçambique, cx. 34, doc. 6. Ofício de António Manoel de Mello e Castro, para José de Vasconcelos Almeida, sobre o estado geral das tropas [com relação a Capitania Subordinada de Rios de Sena], 15/07/1780.

⁵¹⁴ AHU, Moçambique, cx. 65, doc. 5. Mappa Geral da Tropa que Goarnece as Fortalezas e Prezídios dos Rios de Senna, Realizado pelo Capitão-Mor Chistovão de Azevedo de Vazcos, 11/07/1793.

⁵¹⁵ AHU, Moçambique, cx. 85, doc. 15, Mapa do Corpo de Ordenança, realizado pelo Capitão-Mor João Felipe, 02/02/1798

⁵¹⁶ AHU, Moçambique, cx. 74, doc. 85. Ofício de Regulamentação, partindo de Lisboa, Palácio de Queluz, para a Capitania de Moçambique e Rios de Sena, 7/08/1796.

- BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. O Estado e População: o século XVIII em questão. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, t. 33, 1999, p. 113-151. (Separata).
- FILHO, Jorge da Cunha Pereira. Tropas Militares Luso- brasileiras nos séculos XVII e XIX. *Boletim do Projeto "Pesquisa genealógica sobre as origens da família Cunha Pereira"*, nº 12, 1998. Genealogias.org. p 46-80.
- FRAGOSO, Joao; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fatima. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LE BRÁS, Hervé (Dir.). *A invenção das populações*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p.39-56, 2006.
- RODRIGUES, José Damião; RODRIGUES, Casimiro (Orgs). *Representação de África e dos Africanos na História e Cultura - séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro de História Além-Mar, 2011.
- RODRIGUES, Maria Eugênia. Cipaio da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII. *História: Questões & Debates*, n.45, p. 57-95, 2006.
- ROWLAND, Robert. *População, família e sociedade. Portugal, séculos XIX-XX*. Oeiras: Editora Celta, 1997.
- SILVA, Kalina Vanderlei P. da. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial. Militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado em História). Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001.
- WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamento na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese (Doutorado em História), Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.